

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES
POLÍTICAS**

RODRIGO CERQUEIRA

**CRÔNICAS DE UMA BATALHA SIMBÓLICA: AS
REPRESENTAÇÕES NEOLIBERAIS E SUAS CONCORRENTES NA
IMPrensa ARGENTINA (1989, 1991, 2001)**

VITÓRIA
2015

RODRIGO CERQUEIRA

**Crônicas de uma batalha simbólica: as representações neoliberais e suas
concorrentes na imprensa argentina (1989, 1991, 2001)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Amador Gil

VITÓRIA

2015

RODRIGO CERQUEIRA

**CRÔNICAS DE UMA BATALHA SIMBÓLICA: AS REPRESENTAÇÕES
NEOLIBERAIS E SUAS CONCORRENTES NA IMPRENSA ARGENTINA
(1989, 1991, 2001)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Aprovada em ____ de _____ de 2015

COMISSÃO EXAMINADORA

Professor Doutor Antonio Carlos Amador Gil
Universidade Federal do Espírito Santo – Orientador

Professora Doutora Maria Helena Rolim Capelato
Universidade de São Paulo – Examinadora Externa

Professora Doutora Gabriela Alves Santos
Universidade Federal do Espírito Santo – Examinadora Externa

Professora Doutora Juçara Luzia Leite
Universidade Federal do Espírito Santo – Examinadora Interna

Professor Doutor Fabio Muruci dos Santos
Universidade Federal do Espírito Santo – Examinador Interno

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

C416c Cerqueira, Rodrigo.

Crônicas de uma batalha simbólica: as representações neoliberais e suas concorrentes na imprensa argentina (1989, 1991, 2001) / Rodrigo Cerqueira. – 2015.

192 f.; il.

Orientador: Antonio Carlos Amador Gil.

Tese (Doutorado) – Área de concentração: História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo.

1. Imprensa e política - Argentina. 2. Neoliberalismo. 3. Representação social. 4. Menem, Carlos. Gil, Antonio Carlos Amador. II. Universidade Federal do Espírito Santo. III. Título.

CDD 070.44932

“¿Sabés cuál es la única salida posible a la crisis?... ¡Ezeiza!”

Chiste popular

Aos 39 que caíram naquele dezembro.

E aos que ficaram de pé.

AGRADECIMENTOS

O quanto cada dia de uma vida contribui para uma tese de doutorado? É pensando nisso que escrevo estes agradecimentos, ciente de que jamais poderei contemplar num texto breve todas as pessoas, lugares e situações que me trouxeram até aqui da maneira como chego hoje. Seria preciso uma biografia. Assim, se você que está lendo estas linhas não encontrar seu nome até o fim da próxima página, não é por ingratidão minha ou por falha sua. É apenas uma questão de edição. Assim, obrigado.

Agradeço a Deus, Aquele que escreve as linhas que realmente importam.

Agradeço também à minha família: pai, mãe, irmãos, tios, avós, tios, primos, sobrinho. E a todos mais que, para alguém nascido no subúrbio do Rio, como eu, pode ser considerado família. Ninguém me ensina como vocês. Em especial, à minha avó Aydir, que se ausentou antes deste trabalho estar terminado. Ninguém me ensinou como você.

À Dalila, de quem este trabalho me deixou tão perto quando fomos para outro país, e tão longe quando eu estava dentro da nossa própria casa. Não foram dias fáceis, mas foram mais fáceis porque você está comigo. Obrigado, te amo.

Ao meu orientador, Tom Gil, que aceitou me acompanhar neste trabalho mesmo eu não sendo um pesquisador da História e mesmo propondo a ele um tema que já não era sua área de estudo. Eu queria jornais argentinos. O neoliberalismo foi você que me deu. Um caso clássico de alguém que precisa de orientação e, se agora termino esta tese, é porque você estava certo.

Meus agradecimentos também aos professores Fabio Muruci e Gabriela Santos Alves, que formaram minha banca de qualificação e me ajudaram a dar a este trabalho a consistência que faltava. Espero receber mais contribuições de vocês a este trabalho, que não acaba aqui.

Agradeço também a duas professoras que me ajudaram no primeiro ano de doutorado, quando minha pesquisa ainda era um monte de ideias a procura de consistência teórica e metodológica: Juçara Luzia Leite e Isabel Regina Augusto. Ainda guardo as observações de vocês. Algumas delas, que sequer pude colocar no trabalho, ficam para a vida acadêmica.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo financiamento desta pesquisa por meio da concessão da bolsa do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), com o auxílio da qual eu pude me dedicar a pesquisar os jornais que analiso nesta tese e estudar na Universidad de Buenos Aires (UBA) durante um semestre.

Em Buenos Aires, duas professoras me receberam com tanta generosidade que pessoalmente já agradei muitas vezes e o faço aqui mais uma vez. Patrícia Funes, minha coorientadora no período em que estive na UBA, cujo entusiasmo pela minha proposta de trabalho me fez acreditar que eu estava no caminho certo. Patrícia, suas aulas são fantásticas. E Mirtha Varela, que conheci por indicação da professora Marialva Barbosa, a quem também agradeço. Mirtha me abriu as portas do Instituto Gino Germani e me integrou à Red de Historia de los Medios (ReHiMe), além de ser uma das melhores companhias para um café em Buenos Aires, onde não faltam cafés nem boas companhias.

Aos meus colegas de turma e de programa, agradeço por me receberem tão bem na História e me fazerem sentir em casa. Especialmente a Graziela Menezes, sempre atenta às normas do programa e a tudo que eu deixava passar sem perceber; e ao meu irmão Rafael que, mesmo não sendo da minha turma, acompanhou esse processo desde o edital de seleção.

Agradeço à Universidade Vila Velha (UVV) e sua direção, que permitiram que eu me ausentasse durante um semestre para realizar minha pesquisa em Buenos Aires e me receberam com alegria quando retornei.

Na UVV, agradeço a todos os colegas que me deram apoio desde quando eu ainda elaborava o projeto desta tese, que são muitos, mas nominalmente não poderia deixar de citar Nazareth, Viviane e Nicoli. Doutoradas, acho que cheguei aqui também. E Rafael Simões, que me acompanhou em duas disciplinas na UFES. Agora é sua vez, camarada. Muito obrigado, amigos.

Por fim, aos meus alunos, que por certo sofreram comigo durante os últimos anos, mas que sempre retribuíram com o carinho que me faz ter certeza de que tudo isso valeu a pena. Valeu muito. Obrigado.

RESUMO

A trajetória do neoliberalismo na Argentina se insere num quadro mais amplo de implementação das teses do Consenso de Washington pela maioria dos países latino-americanos a partir do final da década de 1980. Ao mesmo tempo, sua consolidação desde o início do governo de Carlos Menem representa um rompimento do presidente com valores da tradição peronista e sua aproximação a grupos de interesse domésticos e internacionais associados ao capital financeiro. Mais que uma vitória política, a implantação das reformas estruturais na Argentina da década de 1990 foi uma vitória simbólica, na qual as representações sociais ligadas ao neoliberalismo se impuseram sobre formas concorrentes de se explicar a realidade do país e se estabeleceram como ferramenta para diagnosticar a crise daquele período, explicar suas origens e propor saídas. Este trabalho analisa as representações sociais relacionadas ao neoliberalismo nos principais jornais argentinos em três momentos da história recente do país: a chegada de Carlos Menem à presidência, em 1989; a nomeação de Domingo Cavallo para o Ministério da Economia, em 1991, e a implantação da Lei de Conversibilidade; e a crise social e financeira que derrubou o presidente Fernando De la Rúa, conhecida como debacle, em dezembro de 2001. Por meio de ferramentas metodológicas próprias da análise de conteúdo e buscando contextualizar historicamente as referências e temas-eixo tratados, são examinados editoriais e textos opinativos dos jornais Clarín, La Nación e Página/12 para identificar as representações que esses veículos utilizaram para tratar da implantação e, posteriormente, da crise do projeto de reformas neoliberais na Argentina de Menem e De la Rúa. Percebe-se, assim, que as interpretações feitas pelos jornais sobre o passado argentino, a crise a partir da década de 1980 e o futuro projetado para o país acompanham, em grande medida, a linha editorial dos veículos e sua inclinação política anterior à implantação das reformas. No entanto, ainda que não os tenha levado a abandonar sua linha original, o pensamento neoliberal que se tornou dominante na Argentina durante a década de 1990 conseguiu impor aos jornais sua agenda e os termos do debate econômico e político na maior parte do período analisado. Longe de fomentar o consenso, a imprensa argentina nos governos de Menem e De la Rúa refletiu o embate entre as representações sociais que concorriam pelo domínio simbólico da sociedade do país naquele momento.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa; Argentina; Neoliberalismo; Representações sociais; Carlos Menem.

RESUMEN

La trayectoria del neoliberalismo en Argentina es parte de un cuadro más amplio de implementación de las tesis del Consenso de Washington por la mayoría de los países latinoamericanos al fin de la década de 1980. Al mismo tiempo, su consolidación, desde el comienzo del gobierno de Carlos Menem representa una ruptura del presidente con los valores de la tradición peronista y su aproximación a los grupos domésticos e internacionales asociados al capital financiero. Más que un éxito político, la implantación de reformas estructurales en la Argentina de los 1990 fue una victoria simbólica, en la cual las representaciones sociales asociadas al neoliberalismo se impusieron sobre sus concurrentes a explicar la realidad del país y se establecieron como herramienta para diagnosticar la crisis del período, explicar sus orígenes y proponer salidas. Esta tesis analiza las representaciones sociales vinculadas al neoliberalismo en los principales diarios argentinos en tres momentos de la historia reciente del país: la llegada de Carlos Menem a la presidencia, en 1989; el nombramiento de Domingo Cavallo al ministerio de Economía, en 1991, y la implementación de la Ley de Convertibilidad; y la crisis social y financiera que derrumbó el gobierno de Fernando De la Rúa, en diciembre de 2001. Utilizando herramientas metodológicas del análisis de contenido y buscando contextualizar históricamente las referencias y temas eje tratados, son examinados editoriales e textos de opinión de los diarios Clarín, La Nación y Página/12 para identificar las representaciones sociales que estos periódicos utilizaron para hablar de la implementación y, después, de la crisis del proyecto de reformas neoliberales en la Argentina de Menem y De la Rúa. Se puede percibir que las interpretaciones de los diarios acerca del pasado argentino, la crisis a partir de la década de 1980 y el futuro proyectado para el país acompañaban, en gran medida, la orientación editorial de estos periódicos y su tendencia política anterior a la implementación de las reformas. Sin embargo, aunque no los tenga llevado a cambiar su tendencia original, el pensamiento neoliberal pudo imponer a los diarios su agenda y los términos del debate económico y político en casi todo el período analizado. Sin impulsar un consenso, la prensa gráfica argentina bajo Menem y De la Rúa reflejó el embate de representaciones sociales que concurrían por el dominio simbólico de la sociedad del país en aquel momento.

PALABRAS CLAVE: Prensa; Argentina; Neoliberalismo; Representaciones sociales; Carlos Menem.

ABSTRACT

The trajectory of neoliberalism in Argentina is part of a broader context of implementing the thesis of Washington Consensus in most Latin American countries at the end of the 1980s. At the same time, its employment, since the beginning of President Carlos Menem government, represents the abandonment, by the president, of the values related to the Peronist tradition and his alliance to domestic and international groups associated with financial capital. More than a political success, the implementation of structural reforms in Argentina was a symbolic victory, in which social representations associated to neoliberalism were imposed on its competitors to explain the situation and established themselves as a tool to diagnose that crisis, explain its origins and propose solutions to it. This thesis analyzes social representations related to neoliberalism in three relevant Argentine newspapers during three specific moments of its recent history: the election of Carlos Menem to president in 1989; the appointment of Domingo Cavallo as Economy Secretary in 1991, and the implementation of the Convertibility Law; and social and financial crisis that brought down the government of Fernando de la Rúa in December 2001. Using methodological tools developed by content analysis and historically contextualizing references, this investigation examines editorials and opinion notes from Clarín, La Nación and Página/12 to identify the social representations that these newspapers used to discuss the implementation and, then, the crisis of neoliberal reforms project in Argentina under Menem and De la Rúa. The press interpretations about Argentine's past, the crisis that came up in the 1980s and the projected future for the country accompanied, in large measure, the editorial guidance of these newspapers and their former political tendencies. However, although their original trend remained, the neoliberal thought could impose its agenda to the press and imposed the terms of economic and political debate in most of the period. Without fostering a consensus, Argentina's media under Menem and De la Rúa reflected the battle of social representations disputing the symbolic power over society in the country at that time.

KEYWORDS: Press; Argentina; Neoliberalism; Social representations; Carlos Menem.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 – Capa do La Nación, 20 de dezembro de 2001	28
Figura 2 – Cabeçalho do editorial e lema do La Nación	28
Figura 3 – Cabeçalho do editorial e lema do Clarín	30
Figura 4 – Capa do Clarín Económico, 10 de fevereiro de 1991	31
Figura 5 – Capa do Página/12, 15 de maio de 1989	33
Figura 6 – Charge do Clarín, 5 de fevereiro de 1991	121
Figura 7 – A logomarca do suplemento Cash, do Página/12	124
Figura 8 – Capa do Página/12, 15 de dezembro de 2001	164
Figura 9 – Capa do Clarín, 20 de dezembro de 2001	165

LISTA DE SIGLAS

Cepal – Comissão Econômica para a América Latina

FMI – Fundo Monetário Internacional

Frejupo – Frente Justicialista Popular

Frepasso – Frente País Solidário

PJ – Partido Justicialista

UCR – União Cívica Radical

UIA – Unión Industrial Argentina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 O NEOLIBERALISMO: DE MONT PELERIN A BUENOS AIRES	38
2.1 O CONSENSO DE WASHINGTON E O NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA .	49
2.2 O NEOLIBERALISMO NA ARGENTINA: GRUPOS E REPRESENTAÇÕES	55
2.3 O NEOLIBERALISMO E SUAS REPRESENTAÇÕES NO PENSAMENTO DE DOMINGO CAVALLO	65
3 A ASCENSÃO DE CARLOS MENEM E A VITÓRIA SIMBÓLICA DO NEOLIBERALISMO	75
3.1 A ELEIÇÃO E A POSSE DE MENEM NA IMPRENSA ARGENTINA	76
3.2 REPRESENTAÇÕES DE UM PAÍS EM CRISE	105
4 A FACE ARGENTINA DO NEOLIBERALISMO: DOMINGO CAVALLO E O PLANO DE CONVERSIBILIDADE	115
4.1 ESTADO, GLOBALIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÕES, EIXOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DO MODELO	124
4.2 TRÊS LEITURAS DA CONVERSIBILIDADE	136
5 REPRESENTAÇÕES DA CRISE, CRISE DAS REPRESENTAÇÕES: O PENSAMENTO NEOLIBERAL NA DEBACLE DE 2001	147
5.1 AQUELE DEZEMBRO E SEUS RESPONSÁVEIS	156
5.2 PAPAI NOEL, NÃO ME TRAGA O PASSADO DE PRESENTE	166
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	178
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	186

1 INTRODUÇÃO

Era uma dívida de 144 bilhões de dólares, desemprego de 18%, estado de sítio e um governo sem ministro da Economia. Foram 39 mortos em confrontos com a polícia, saques em milhares de lojas e mercados, um presidente que abandonou o cargo fugindo em um helicóptero e outros cinco que assumiram nos 11 dias seguintes. Aquele 21 de dezembro de 2001 marcou o momento mais agudo da experiência neoliberal na Argentina, ensaiada desde a década de 1970 e implantada a partir da vitória eleitoral de Carlos Menem, presidente entre 1989 e 1999. Seus dez anos de governo e os dois anos que os seguiram com Fernando De la Rúa levaram o país a um esforço prolongado de luta contra a inflação, que teve como ferramentas as propostas neoliberais de reforma econômica, redução do aparato estatal e abertura financeira e comercial. Como resultado, um controle relativo dos preços, mas ao custo de baixo crescimento, alto desemprego, empobrecimento da população, vulnerabilidade externa e liquidação dos bens do Estado, que também não conseguiu recobrar sua capacidade de investimento e de promoção do bem-estar.

As reformas econômicas na Argentina foram levadas adiante por um governo cujas bases se assentavam em uma cultura política essencialmente oposta à do neoliberalismo. Menem, eleito com um discurso de valorização dos princípios peronistas de amparo ao trabalhador e incentivo à indústria nacional, foi também o responsável pelo reordenamento ideológico do Partido Justicialista para permitir o avanço dos interesses liberais e seu receituário para o controle da hiperinflação e a promoção do crescimento. Para isso, fez uso de uma série de representações sociais que permitiam apresentar um diagnóstico da situação do país e as medidas a serem tomadas para superar a crise. Essas representações, próprias do pensamento neoliberal que naquele momento se constituía como hegemônico nos principais centros decisórios do mundo, foram utilizadas para rever o passado argentino e refazer o equilíbrio de poder no final dos anos de 1980. Para isso, contribuíram economistas, políticos, o próprio governo e os veículos de comunicação, cujo papel na apropriação e disseminação de representações numa sociedade complexa, marcada pela disputa simbólica de diferentes grupos, será discutido neste trabalho.

A experiência neoliberal na Argentina menemista pode ser vista no tempo segundo dois eixos. O primeiro, diacrônico, remete à trajetória da cultura política liberal ao longo de dois séculos e à maneira como as representações sociais ligadas a esse pensamento foram retomadas e

reelaboradas no último quarto do século XX por um grupo de empresários, políticos e especialistas acadêmicos dispostos a assumir o poder no país. O segundo, sincrônico, se refere ao fato de que o pensamento neoliberal tem também uma carreira mundial. Assumido com vigor nos Estados Unidos e no Reino Unido a partir da segunda metade da década de 1970, ele foi disseminado pela América Latina e outras regiões periféricas pelos órgãos financeiros internacionais como arcabouço econômico para a renegociação das dívidas externas dos países. Assim, assumimos nesta pesquisa a perspectiva de que o neoliberalismo promove um conjunto de representações mundialmente disseminadas ao longo das décadas de 1980 e 1990, com grande penetração nas sociedades dos países latino-americanos, seus governos e sua imprensa. Ao mesmo tempo, no caso argentino, é igualmente importante entender que o arranjo político local, os interesses dos grupos que disputavam o poder no país e suas capacidades materiais e simbólicas influenciaram diretamente na apropriação dessas representações pelo discurso hegemônico e nas práticas sociais e políticas que dela se originaram.

Entendemos que a acolhida recebida pelas propostas neoliberais na sociedade argentina de fins da década de 1980 se deve à existência, naquele momento, de uma cultura política favorável à sua implantação. O conceito aqui exposto segue a formulação de Serge Berstein, para quem a cultura política “se inscreve no quadro das normas e valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, do seu futuro”¹. Numa mesma sociedade, convivem e competem diferentes culturas políticas. Como reforça o autor, quando a área dos valores partilhados de uma determinada cultura é ampla, estabelece-se uma cultura política dominante “que faz inflectir pouco ou muito a maior parte das culturas políticas contemporâneas”².

Na Argentina do período Menem, as normas e valores referentes ao neoliberalismo se tornaram amplamente partilhados pela sociedade. Esses valores remetiam a uma cultura política liberal presente em grupos da elite argentina desde o século XIX e seus defensores, não raro, se utilizaram de representações de um passado próspero idealizado para propagar suas ideias de reformas econômicas. Essa cultura política articulava o passado e o presente para apresentar uma nova proposição de futuro, que seria obtido se as antigas práticas fossem

¹ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre, SIRINELLI, Jean-François (org.). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 353.

² Ibidem, p. 354.

substituídas pelas medidas integrantes do chamado Consenso de Washington, um conjunto de princípios básicos defendidos pelo FMI e pelo governo dos Estados Unidos para disciplinar as economias periféricas e permitir o repasse de empréstimos aos governos desses países.

Nos jornais, a cultura política ligada ao neoliberalismo se expressou por meio de representações acerca do país, seu passado e seu futuro. A disseminação dessas representações entre amplos setores da sociedade argentina teve papel fundamental na aceitação do programa de reformas neoliberal, pois as representações sociais moldam a maneira como os indivíduos percebem o mundo a sua volta e os juízos de valor que produzem. Essa percepção do real é o que determina seus interesses e suas ações e, portanto, sua capacidade de agir, promovendo mudanças ou permanências na sociedade. Conforme Capelato e Dutra, “a função simbólica, ou de representação, define as formas de apreensão do real, seja por meio das figuras mitológicas, no caso do mito, dos conceitos, no caso do conhecimento científico, dos signos linguísticos, no caso da linguagem”³. Assim, o entendimento das autoras nos permite pensar a relação entre as representações partilhadas pela imprensa e pelo grupo associado às propostas neoliberais e a efetiva implantação desse modelo na Argentina, uma vez que se compreenda o “efeito de sujeito” dessas representações, ou seja, “o poder de instituir, autorizar e legitimar seu próprio sujeito de representação”⁴.

Mais uma vez, cumpre salientar que esse conjunto de representações não era o único existente na sociedade argentina naquele momento e, ainda que tivesse tal pretensão, não consistia em interesse ou benefício geral. Como observa Chartier, as representações do mundo social, embora aspirem à universalidade, são sempre determinadas pelo interesse do grupo. Daí o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. Esses discursos produzem estratégias e práticas sociais “que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por ela menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”⁵. Na mesma linha do autor, esta pesquisa considera haver uma constante concorrência entre representações, pelas quais um determinado grupo tenta impor a maneira como compreende o mundo e assim exercer domínio. Na

³ CAPELATO, Maria Helena R.; DUTRA, Eliana Regina de F. Representação Política. O reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: CARDOSO, Ciro F.; MALERBA, Jurandir. (org.). **Representações: Contribuição a um debate transdisciplinar**. São Paulo: Papirus, 2000. p. 232.

⁴ Ibidem. p. 230.

⁵ CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990. p. 17.

Argentina do fim do século XX, o neoliberalismo e sua maneira de interpretar o passado e o presente do país formaram o conjunto de representações vencedor.

Outra contribuição importante para esta tese, no sentido de compreender a consolidação da ideologia neoliberal na Argentina dos anos de 1980 e 1990, é o que Pierre Boudieu entende por poder simbólico. Na visão do autor, a maneira como o indivíduo capta e interpreta os fatos do mundo tem sua origem nas formas simbólicas presentes na sociedade na qual ele se insere. O mundo material, portanto, não tem um sentido independente das ideias que se formam sobre ele e que, portanto, antecedem e embasam as ações e as escolhas dos indivíduos.

Os símbolos são os instrumentos por excelência da “integração social”: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação [...], eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração “social” é a condição da integração “lógica”.⁶

No entanto, Bourdieu destaca que esses sistemas simbólicos assumem funções políticas e podem ser associados, portanto, ao interesse das classes dominantes. Diferentemente do mito, que se constitui como um produto coletivo, a ideologia serve a interesses particulares e tende a apresentá-los como sendo aspirações de todo o grupo. Na sociedade, diferentes grupos ou classes estão em constante conflito pela imposição de sua definição do mundo social, aquela que melhor atende a seus interesses⁷. Assim, o grupo ligado ao pensamento neoliberal na Argentina pode ser visto como fonte de um conjunto de representações que se firmaram no imaginário da sociedade em um dado momento histórico. Esse sistema simbólico permitiu a adoção de uma política econômica que se apresentava como solução para os problemas do país embora fosse, ao mesmo tempo, o interesse de um grupo que buscava consolidar seu poder.

O neoliberalismo, como ideologia dominante, buscou estabelecer o que era possível ou não ser dito sobre a economia, traçar os limites das interpretações e das ações do Estado, e selecionar aqueles que estavam ou não autorizados a falar das reformas e seus impactos, e em que termos. Da mesma forma, no momento da debacle econômica de 2001, as representações dominantes foram postas em questão pela sociedade. Contextos de crise como aquele acirram

⁶ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 11.

⁷ Ibidem, p. 11.

a concorrência entre sistemas simbólicos para a interpretação da própria crise e reorientação das ações com vistas ao alcance de um futuro também reprojeto.

Para entender o papel da imprensa na apropriação desse sistema simbólico pela sociedade, é preciso antes analisar outro conceito proposto por Bourdieu: o de especialistas na produção simbólica. Os especialistas agem por delegação da classe ou grupo dominante e são reconhecidos por ele, num primeiro momento, e pelos dominados, em seguida, como produtores de discurso em um determinado campo. Ao mesmo tempo em que produz um sistema simbólico, sua ação conduz a uma desapropriação, a uma retirada dos instrumentos de produção simbólica das mãos dos não especialistas⁸. Assim como, em Bourdieu, o discurso religioso e seus especialistas substituem o mito e impedem a produção simbólica laica, na economia argentina dos anos de 1980 e 1990, o discurso ligado ao neoliberalismo reduziu os espaços possíveis a seus concorrentes e produtores não especializados. A imprensa tem papel fundamental nesse processo, pois tem a capacidade de agir como legitimadora desses especialistas – no caso, principalmente, os economistas neoliberais – ao excluir da cobertura noticiosa e das colunas de opinião os não-economistas e os economistas de outras vertentes, mesmo quando os pontos de vista destes possam contribuir para o debate público.

Assim, a construção da hegemonia do pensamento neoliberal na Argentina durante o período em questão está ligada à disseminação das representações a ele associadas por um grupo de acadêmicos, políticos e economistas que chegaram ao poder após a mais recente redemocratização do país. Desse ponto, surgem as questões sobre as quais esta tese pretende se debruçar. Em primeiro lugar, que representações neoliberais foram utilizadas pelo grupo em sua ascensão? Além disso, como ele se apropriou delas e as aplicou ao contexto argentino para revisar o passado do país e estabelecer uma interpretação possível para o seu presente e o seu futuro? Em segundo lugar, que papel desempenharam os meios de comunicação, em especial os jornais argentinos, na disseminação dos princípios e valores neoliberais na sociedade? Por fim, ao analisar os discursos aos quais a imprensa deu espaço, que outras representações de Argentina e de mundo duelavam com o neoliberalismo pela primazia de explicar a realidade, e como os jornais se comportaram nessa disputa simbólica?

⁸ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 13.

A partir das questões expostas, buscaremos observar a presença, na imprensa escrita do país, de representações que permitiram a Carlos Menem ganhar popularidade e poder político nos primeiros anos de mandato, mesmo tendo abandonado fundamentos do peronismo e aplicado medidas econômicas de alto custo para a sociedade. Naquele momento, por serem capazes de difundir mensagens em grande escala, os veículos de comunicação puderam apresentar ideias, valores e concepções relativas a uma Argentina em crise, que buscava no passado as explicações para o difícil contexto em que se encontrava. Por considerar aquele um momento de implantação de um projeto político que buscava reformular a condução da economia no país a alterar a relação entre Estado, sociedade e setores produtivo e financeiro, pretendemos avaliar o papel da imprensa na construção e legitimação desse projeto.

Desenvolvemos a análise sobre três momentos específicos dos 12 anos de experiência neoliberal na Argentina. O primeiro momento é a chegada de Carlos Menem à presidência, em julho de 1989. Ele marca o retorno do peronismo ao poder depois de mais de dez anos, com um candidato que construiu sua plataforma de campanha em torno dos valores tradicionais do movimento, mas que, já nos primeiros meses de governo, iniciou um processo de abertura comercial e financeirização da economia contrários a esses valores. O segundo é a nomeação de Domingo Cavallo para o ministério da Economia e a aprovação da Lei de Conversibilidade, em abril de 1991, que marcam a aposta definitiva do governo no modelo neoliberal como forma de superar a crise econômica. O terceiro momento é a chamada “debacle”, a profunda crise econômica, social e política em que mergulhou a Argentina no final de 2001 e que pode ser compreendida como a derrota da opção pelo neoliberalismo e o modelo econômico proposto à sociedade nos anos anteriores.

Embora as medidas implantadas logo nos primeiros anos de governo Menem fossem duras para a maior parte da sociedade e, do ponto de vista político, fossem de encontro à tradição distributiva e corporativista do peronismo, elas tiveram grande aceitação pela população. Muitos são os autores, como se verá a seguir, que apontam o surgimento de um consenso em torno das reformas neoliberais e das representações associadas a esse pensamento. No discurso oficial e no imaginário da sociedade, a crise econômica estaria associada ao gasto sem controle dos governos, à ineficiência das empresas estatais e à proteção excessiva a determinados setores da economia. Mais que isso, alguns autores assinalam que os meios de comunicação apresentavam um único ponto de vista, o neoliberal, como explicação e saída

para a crise, e tratam os principais jornais argentinos como agentes disseminadores dessa visão que se tornava hegemônica no período.

Amado Luiz Cervo avalia que o grupo de economistas e intelectuais que conquista seu espaço no governo com a chegada de Menem à presidência esteve perto de conseguir o consenso da sociedade em torno das reformas neoliberais⁹. Suas representações acerca dos erros cometidos no passado do país teriam permitido a eles propor um diagnóstico do presente em que o país aparecia com grande potencial, mas preso a velhas práticas de um Estado ineficiente. Numa linha semelhante de argumentação, Ayerbe¹⁰ acredita que o consenso em torno das medidas neoliberais abarcou inclusive a oposição ao governo Menem, o que teria contribuído para sua permanência, uma vez que à população não teria sido apresentada qualquer alternativa. Ele marca o ano de 1994 como o início dos efeitos negativos das medidas econômicas implantadas por Cavallo, como desemprego e queda nas exportações, mas ressalta que a substituição do modelo não esteve presente nos debates eleitorais que se iniciavam naquele momento.

A ausência de alternativas claras e a aceitação de medidas cada vez mais duras pela sociedade são explicadas por Palermo como um “consenso de fuga para a frente”, característica do período Menem na Argentina. Segundo essa perspectiva, o apoio da população ao governo em momentos críticos viria do medo de retorno da hiperinflação e não da disposição de arcar com os custos das reformas econômicas esperando um futuro de crescimento.

Nessa situação, o julgamento popular a respeito do programa de reformas radicais adotado pelo governo não se prendia aos seus custos (que estavam sendo pagos por antecipação), mas à crença na promessa de que a saída do "vale de lágrimas" seria rápida e definitiva.¹¹

Ao avaliar a capacidade do pensamento dominante de estabelecer os termos do debate político e econômico na imprensa argentina na década de 1990, deixando de fora seus opositores, Luis Alberto Romero critica o estreitamento da agenda pública no período, principalmente aquela

⁹ CERVO, Amado Luiz. A política exterior da Argentina: 1945-2000. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). **Argentina: visões brasileiras**. Brasília: IPRI/FUNAG, 2000. p. 25.

¹⁰ AYERBE, Luis Fernando. **Neoliberalismo e política externa na América Latina: uma análise a partir da experiência argentina recente**. São Paulo: Ed. UNESP, 1998. p. 162.

¹¹ PALERMO, Vicente. **Populismo temperado: Uma Interpretação Política do Plano de Convertibilidade Argentino de 1991**. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, 1997. p. 35.

pautada pelos meios de comunicação. Na visão do autor, no início da década de 1990, o neoliberalismo teria imposto

à opinião pública suas propostas e sua agenda de problemas. Todo o debate público se reduziu à economia, e toda economia à “estabilidade”. [...] Assim se abandonaram ilusões caras à sociedade, como a do bom salário ou a do pleno emprego, do direito à saúde, à educação, à aposentadoria e à igualdade de oportunidades, garantidos pelo Estado.¹²

Quando olhamos para a discussão sobre o papel da imprensa em disseminar as representações neoliberais durante os governos de Menem e De la Rúa, observamos uma tendência dos estudos de reforçar a percepção do consenso em torno das reformas econômicas entre os principais meios de comunicação do país. Hernán Fair reconhece que não se deve pensar em um apoio “em bloco” a nenhum projeto político, mas observa que os interesses das empresas de comunicação nas privatizações de canais de rádio e TV eram razão suficiente para que seu posicionamento fosse favorável às reformas. Na prática, essas empresas promoveriam abertamente as representações neoliberais como forma de atingir seus objetivos comerciais e cuidariam para que visões alternativas tivessem seu espaço reduzido na cobertura da imprensa.¹³

Os trabalhos de Mariana Heredia e Nancy Schmitt reforçam a ideia de que a imprensa contribuiu para a aceitação das reformas neoliberais pela sociedade ao deixar de fora da cobertura os discursos alternativos e reforçar as representações ligadas ao pensamento dominante. Heredia acredita que o jornal *La Nación*, desde muito cedo, prescrevia políticas econômicas ao recém-eleito presidente Menem e que seu papel de formador da opinião pública facilitou o convencimento da população, abrindo caminho para que fossem implantadas medidas ainda mais duras e com efeitos recessivos¹⁴. Já Schmitt, ao analisar textos opinativos do *Clarín* entre 1988 e 1991, conclui que o jornal interpretou a implantação das reformas neoliberais na Argentina como um conflito entre o real, marcado pelo subdesenvolvimento, e um futuro possível, onde a economia do país poderia reassumir lugar

¹² ROMERO, Luís Alberto. **História Contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 286.

¹³ FAIR, Hernán. La función de los medios masivos de comunicación en la legitimación de las reformas de mercado: Consideraciones a partir del caso argentino durante el primer gobierno de Carlos Menem (1989-1995). **Revista SAAP**, Buenos Aires, v. 5, n. 1, p. 93-130, mai. 2011. p. 124.

¹⁴ HEREDIA, Mariana. Política y liberalismo conservador a través de las editoriales de la prensa tradicional en los años '70 y '90. In: LEVY, Bettina. **Crisis y conflicto en el capitalismo latinoamericano**. Lecturas políticas. Buenos Aires: Clacso, 2002. p. 83.

de destaque no plano mundial. Esse caminho, que a rigor acompanha a leitura que especialistas neoliberais faziam à época da situação vivida pelo país, seria atingido por meio de duras medidas econômicas que deveriam ser aceitas pela população.

Assim, é possível apreciar um modelo interpretativo predominante que supõe uma inquebrantável opção entre dois mundos: o mundo real – existente, presente – caracterizado pelo subdesenvolvimento, a decadência e o colapso do setor público; frente ao mundo possível – desejável, aguardado, proposto como alternativa – expresso no crescimento, na inserção no mundo e nas reformas estruturais “necessárias” para alcançá-lo.^{15 16}

Em linhas gerais, portanto, a maioria dos trabalhos que analisa o comportamento da sociedade argentina diante das reformas neoliberais e, mais especificamente, a contribuição da imprensa na geração desse comportamento aponta para a formação de consenso, tanto na sociedade quanto na cobertura feita pelos jornais. Por essa via, a sociedade argentina teria aceito as reformas estruturais como forma de superar a crise econômica que chegou à hiperinflação em 1989. A vitória do pensamento neoliberal naquele momento não teria vindo por imposição nem porque se barganhou recompensas materiais a qualquer setor da sociedade, mas porque esteve amparada por um conjunto de representações acerca do Estado, da crise e da história econômica argentina que definia a situação como um problema para o qual o projeto neoliberal aparecia como a melhor saída, quando não a única.

Entretanto, essa visão disseminada nas produções acadêmicas sobre o período ignora dois aspectos importantes que caracterizam os jornais e sua relação com a sociedade, e que são relevantes para nossa hipótese de trabalho. O primeiro é que assim como a sociedade argentina do período tinha suas clivagens políticas, formadas por grupos com diferentes orientações ideológicas e interesses econômicos, os jornais também tendem a se alinhar a grupos diferentes. Num contexto de disputa interna entre eles, deve-se esperar que a cobertura dos jornais reflita esses distintos pontos de vista e, algumas vezes, apresente o próprio embate entre eles como pauta de seus textos. Tradicionalmente, esse alinhamento se dá seguindo aquilo que se costuma chamar de “linha editorial” do veículo, entendida como um conjunto de valores e práticas jornalísticas que refletem uma maneira de enquadrar e narrar a realidade.

¹⁵ SCHMITT, Nancy Beatriz. La difusión de la ideología neoliberal en el discurso de la prensa escrita durante la crisis hiperinflacionaria argentina. **Papeles de trabajo**, Buenos Aires, ano 2, n. 4, dez. 2008. p. 12.

¹⁶ Todos os textos em língua estrangeira citados nesta tese foram traduzidos ao português para facilitar a compreensão dos leitores.

O segundo aspecto a ser levado em consideração é o interesse comercial do jornal e sua relação com seu público leitor. Ao longo do tempo, uma publicação reúne e cultiva seu público por seguir uma linha editorial que se adequa ao conjunto de valores e representações desse grupo de leitores. Ainda que o veículo possa, ao longo do tempo, modificar o ponto de vista de seus leitores a respeito de determinados temas, essa mudança não é imediata nem pode ser acentuada. Assim, interessados em manter seu público e ampliá-lo, os jornais tendem a seguir sua linha editorial e cuidar para que ela esteja de acordo com os valores de seus leitores. Não o contrário. Por isso, embora os jornais possam ter se apropriado em pouco tempo das representações neoliberais que se tornavam dominantes na sociedade argentina no final da década de 1980, deve-se considerar a possibilidade de que eles tenham mantido, num contexto de crise e de disputa simbólica, o conjunto de representações que tradicionalmente esteve presente em sua cobertura e que se alinha com os valores do grupo de interesse a que pertencem e de seus leitores.

A relação entre imprensa e política, conforme apresentada acima, tem consequências importantes para a análise que realizamos nesta tese. Nas sociedades contemporâneas, marcadas por crescente complexidade, a imprensa tem papel fundamental na transmissão de informações de interesse público, essenciais para os processos de tomada de decisão, exercício da cidadania e participação política, sobretudo em regimes democráticos. É ela também que oferece espaço para o debate público de ideias e, conseqüentemente, para a disputa de visões de mundo, representações e construções simbólicas dessa realidade que busca transmitir. Esse papel da imprensa, porém, não é neutro nem desinteressado. Os veículos que atingem o maior número de pessoas são, em geral, aqueles que integram conglomerados de comunicação e, por isso, também atuam para resguardar seus interesses como empresa.

Ao mesmo tempo em que se apresenta como uma arena para o debate público, a imprensa é também um ator na sociedade. As mensagens que transmite não são os acontecimentos como se deram, mas uma versão dos fatos, entre várias possíveis¹⁷. Essas versões são uma interpretação seletiva da realidade, nas quais as representações partilhadas por um determinado grupo social podem ser enfatizadas, enquanto outras, concorrentes num dado

¹⁷ Sobre a questão da subjetividade nas narrativas da imprensa, ver: TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2005. v. 2; WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

contexto, são abandonadas ou desqualificadas. Dessa forma, compreendemos a imprensa como um ator social capaz de partilhar representações presentes na sociedade, refleti-las em suas páginas e, em função de seus interesses e das interações no campo político em que atua, agir para modificá-las.

Para tratarmos de imprensa, nos voltaremos para os editoriais e textos opinativos de jornais impressos argentinos, deixando de lado os meios eletrônicos como rádio, TV e internet. Essa escolha se deve a duas razões: ao fato de a imprensa escrita ser aquela que reserva maior espaço para a opinião dos próprios veículos ou de grupos que partilham sua visão; e por ser o meio que, regularmente, estabelece a agenda da sociedade e acaba por pautar os demais. A primeira razão se refere diretamente aos editoriais e às colunas de opinião dos jornais impressos, que expressam a visão do veículo e seus colaboradores sobre os principais temas da sociedade e promovem um debate mais aprofundado que aquele feito pela cobertura regular. A segunda se deve a uma forma de produção da notícia tradicional dentro das rotinas jornalísticas, que faz com que, diante da velocidade e da fugacidade da informação nos meios eletrônicos, seja a imprensa escrita a responsável por consolidar a cobertura e, assim, estabelecer quais são os temas de relevância para a sociedade.¹⁸

A narrativa do texto jornalístico é uma apresentação seletiva da realidade e subentende escolhas e interesses em seu processo de produção. Logo, a opinião expressa pelos jornais e as representações que ele ajuda a difundir estão presentes em todas as suas seções, com intensidade variada e de forma mais ou menos explícita. Essa observação interfere diretamente na proposta de se buscar entender os editoriais como fonte da opinião manifestada pelo veículo num dado momento. Por um lado, ela adverte para o fato de que os editoriais ou qualquer texto opinativo não podem ser compreendidos independentemente do contexto em que foram publicados. Ou, como observa Chartier, que “não há texto fora do suporte que o dá a ler (ou a ouvir) e que não há compreensão de um escrito, seja qual for, que não dependa das formas nas quais ele chega ao seu leitor”¹⁹. Assim, de imediato, é necessário que observemos a posição do texto analisado dentro do jornal, a relação que ele tem com os demais elementos da página e do caderno e as características da cobertura que ele vem

¹⁸ COOMBS, Steven Lane; MACKUEN, Michael Bruce. **Más que noticias**: el poder de los medios en los asuntos públicos. Cidade do México: Publigráficos, 1984. p. 24.

¹⁹ CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: História entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002. p. 71.

complementar e dar sentido. Também, em mais longo prazo, ele precisa ser lido dentro da lógica da sequência de cobertura de um determinado fato, da tradição de posicionamento do jornal em relação ao tema, e da posição política e ideológica que o veículo procura firmar ao longo do tempo.

Por outro lado, a ideia de que todo o processo de produção do jornal é subjetivo e que há representações envolvidas ao longo de toda a narrativa que ele constrói dá aos editoriais um caráter especial no que se refere à qualidade da opinião. É que, no editorial, a intenção de explicar a realidade está associada à pretensão ou ao desejo de interferir nela. Ao mesmo tempo em que pretende ser didático para atribuir sentido ao noticiário que o leitor acompanha, ele não raro identifica os problemas mais relevantes da sociedade, explica suas causas e propõe as soluções. E, ao fazer isso de forma praticamente simultânea aos acontecimentos que noticia, torna-se um poderoso instrumento para disseminar representações e influenciar, dessa forma, a própria realidade em que está inserido.

Do ponto de vista de seu produtor, o editorial é um texto ao mesmo tempo analítico e normativo. Do ponto de vista do receptor, o leitor regular de um determinado jornal, ele contextualiza um tema da cobertura cotidiana e o enquadra segundo determinados valores que caracterizam o que se conhece como linha editorial do jornal. Tendo em consideração que a maior parte dos leitores de um jornal não são um público errático, ao contrário, tendem a manter relativa fidelidade a um mesmo diário, deve-se esperar que esses valores expressos nos editoriais sejam próximos àqueles partilhados por seus leitores. Assim, ainda que estes possam exercer crítica em relação às representações difundidas pelos jornais, os veículos de imprensa se posicionam como intérpretes privilegiados da realidade para seus leitores, capazes de identificar os temas aos quais eles devem dar atenção e influenciar sua opinião e sua ação política diante desses temas e dos atores sociais neles envolvidos.

Outro ponto importante na leitura de editoriais é sua relação com o tempo. O jornal impresso é marcado pela fugacidade, pela certeza de que em poucas horas será substituído por outro mais novo e que seu conteúdo é, portanto, uma obra em permanente construção. Os editoriais não fogem a essa regra da transitoriedade, mas há neles um componente de longo prazo que os vincula à própria identidade do jornal. Ele é, por definição, o posicionamento do veículo diante da realidade de seu tempo e é por meio dele que o jornal, como ator político, busca se inscrever na História:

Na medida em que o editorial marca sua posição perante uma atualidade controvertida, além de tentar influir jornalisticamente nessa realidade, o jornal se define: indiretamente, fala de si mesmo. O que o identifica, em meio à diversidade de posições possíveis, é que se trata de um órgão que adota tal e tal perspectiva. É certamente por causa dessa característica reflexa do editorial que esta matéria é geralmente tomada como base de estudos que buscam traçar a história de um jornal, para situá-lo politicamente.²⁰

Dentro do universo dos jornais impressos argentinos que circularam durante os três períodos que constituem o recorte desta pesquisa, selecionamos três: Clarín, La Nación e Página/12. Pelas razões acima apresentadas, nem todo o conteúdo utilizado nas análises das representações que eles partilharam será de editoriais, embora eles representem a maior parte da amostra no caso dos dois primeiros. A escolha pelos três veículos e pelo conteúdo dentro de cada um deles levou em consideração o perfil político-ideológico dos diários; sua tiragem e circulação; e a estrutura interna de cada um, conforme as características que serão explicitadas a seguir.

O **La Nación** foi fundado em 4 de janeiro de 1870 pelo ex-presidente argentino Bartolomeu Mitre, que foi também seu primeiro diretor, pouco mais de um ano após o fim de seu mandato. A tiragem inicial do jornal foi de mil exemplares, direcionados aos membros da elite política e econômica de Buenos Aires. É um jornal tradicionalmente ligado à elite agroexportadora argentina, de inclinação conservadora. Sempre se pautou pela defesa ideológica do liberalismo e, por isso, foi um grande opositor do peronismo. Em 1949, essa disputa levou Perón a cortar o fornecimento de papel ao jornal, que chegou a circular com apenas seis páginas. Durante o período analisado nesta pesquisa, o La Nación manteve a segunda posição em circulação no país, com tiragem média mensal de até 250 mil exemplares. Nas classes mais altas da sociedade, que respondem por mais de 50% de seus leitores, ele divide com o Clarín a preferência dos argentinos.²¹

Tradicionalmente, o La Nación define seu público como a classe dirigente da população, no âmbito público e no privado. Em sua obra de referência sobre esse jornal, Ricardo Sidicaro observa nos editoriais publicados ao longo do século XX a intenção de fazer ver aos distintos

²⁰ BRAGA, José Luiz. **O Pasquim e os anos 70**: mais para epa que para oba. Brasília: Editora UnB, 1991. p. 135.

²¹ CORVAGLIA, Julian. **La cobertura de los períodos de campaña electoral en la prensa gráfica argentina: los casos de Clarín y La Nación en 1989 y 2003**. 2009. 263 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Doutorado em Ciências Sociais, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), Buenos Aires.

governantes os preceitos constitucionais, sobretudo no que se refere à manutenção da ordem social²². Na maioria das vezes, a ênfase esteve sobre os casos em que a suposta violação da lei afetava os interesses dos principais setores proprietários, tanto urbanos quanto rurais. No entanto, Sidicaro nega que a coincidência de pontos de vista entre a elite econômica e o *La Nación* permita reduzir o jornal a um instrumento ideológico desses setores. Ele lembra que, durante quase todo o período analisado em seu livro, não houve na Argentina uma classe dirigente coesa e com ideias coerentes sobre o país. Ao contrário, foi comum o rompimento entre grupos da elite, muitas vezes por golpes militares. Assim, a opinião do jornal permaneceu muito mais consistente e linear que a visão manifestada pela elite governante e se, em alguns momentos, os editoriais acompanhavam os interesses de determinado grupo no poder, eles foram também críticos em relação a atitudes desse mesmo grupo.

Os destinatários principais da pregação editorial de *La Nación* foram aqueles que estavam estrategicamente localizados nas estruturas de poder social, político ou econômico. Não necessariamente esses sujeitos ocupavam posições de cúpula, mas tinham, ou se supunha que era assim, capacidade de intervenção nos processos de tomada de decisão. A eles o diário explicava qual era a melhor maneira de expor e resolver os problemas do país.²³

Em seu primeiro editorial, Bartolomeu Mitre definia o jornal como uma “tribuna de doutrina”, expressão que se tornou o lema²⁴ estampado na capa do diário e continua a marcar sua opinião até a atualidade. Como explica Sidicaro, a pretensão de Mitre expressa naquele editorial era que o jornal não fosse um “posto de combate”, mas que pudesse ficar acima das disputas partidárias²⁵. No entanto, até o fim da primeira década do século XX, o jornal permaneceu ligado aos interesses de um grupo específico da elite, seguindo a tendência de imprensa partidarizada que caracteriza a época, e seu posicionamento político o levou a ser fechado cinco vezes, por distintos governos, entre 1870 e 1901. A decisão de abandonar a vinculação partidária e assumir a pretensa postura de olhar a sociedade de um ponto superior foi tomada em 1909, quando Luis Mitre, neto do ex-presidente, assumiu a direção do jornal. A função do *La Nación*, na visão de seus diretores, passou a ser a de orientar a classe

²² SIDICARO, Ricardo. **La política mirada desde arriba**. Las ideas del diario *La Nación* - 1909-1989. Buenos Aires: Sudamericana, 1993. p. 11.

²³ *Ibidem*. p. 524.

²⁴ Lema ou divisa é a frase que acompanha a logomarca do jornal em sua capa. Nem todo jornal possui um lema, mas os que o possuem, caracterizam-no como uma autoimagem, a definição pela qual gostariam de ser vistos pela sociedade. Como explica Braga, pela sua divisa, “o jornal se percebe, através das variações da atualidade, como um ponto de constância, de não variação. A divisa situaria, por toda a vida do jornal ou por um largo período, a sua objetividade” (BRAGA, José Luiz. *O Pasquim e os anos 70: mais para epa que para oba*. Brasília: Editora UnB, 1991. p. 135).

²⁵ SIDICARO, Ricardo. *op. cit.*, p. 11.

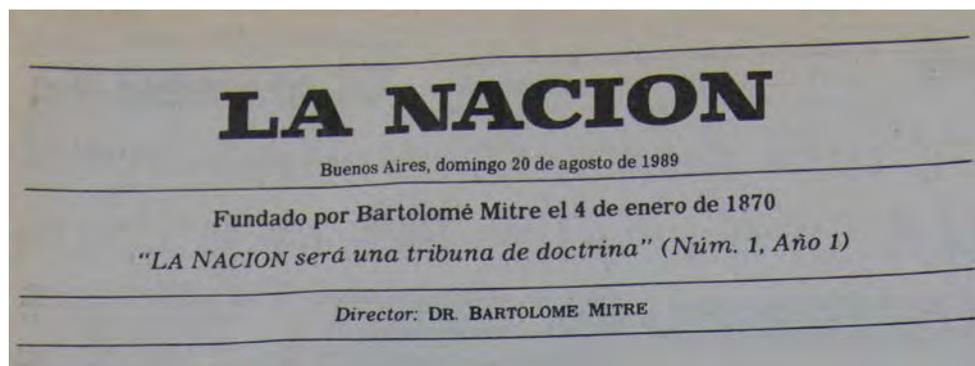
dirigente argentina. O jornal conseguiu se manter relativamente fiel a uma determinada visão de mundo ao longo do século XX, apesar das constantes alternâncias políticas no país.

Figura 1 – Capa do La Nación, 20 de dezembro de 2001



Fonte: Biblioteca Nacional Mariano Moreno

Figura 2 – Cabeçalho do editorial e lema do La Nación



Fonte: Biblioteca Nacional Mariano Moreno

Fundado em 28 de agosto de 1945, o **Clarín** é o jornal de maior tiragem e mais ampla circulação da Argentina há décadas. Durante o período pesquisado para este trabalho, o diário chegou a ser o mais vendido mundialmente em língua espanhola, posição que perdeu para o espanhol El País depois da crise de 2001-2002. Em seu melhor momento comercial, em 1995, vendia mais de um milhão de exemplares aos domingos. Contemporâneo da ascensão de Perón, sua orientação ideológica esteve quase sempre ligada ao desenvolvimentismo, cujas ideias fazem parte da tradição de seus editoriais.²⁶

O jornal impresso é parte do grupo Clarín de comunicações, o maior conglomerado de mídia da Argentina e um dos quatro maiores da América Latina na última década. Essa condição foi obtida a partir do governo Menem, principalmente por se aproveitar das mudanças nas leis do setor de comunicação e do processo de privatização de canais de TV e rádios. Na década de 1990, a Argentina vivenciou a expansão do volume e do alcance dos meios de comunicação, o que levou à formação de conglomerados. Até então, o Estado detinha grande parcela dos canais de TV e a lei impedia a propriedade cruzada de meios. Nesse processo de expansão, o Clarín conseguiu adquirir o controle do Canal 13 (TV aberta de Buenos Aires) e acrescentar ao grupo a Rádio Mitre, além de expandir suas operações de fornecimento de TV a cabo.²⁷

A relação do Clarín com as ideias desenvolvimentistas de crescimento econômico baseado na indústria remonta a seu fundador, Roberto Noble, filho de imigrantes bascos que teve curta passagem pela política argentina até decidir influenciá-la pela via do jornalismo. Sua proposta foi criar um diário de inspiração nacionalista, que aproveitasse o contexto de fortalecimento da indústria e da classe média urbana para se estabelecer como difusor de ideias políticas e econômicas ligadas aos grupos sociais que emergiam. Para isso, incentivou que as matérias e colunas fossem escritas em linguagem coloquial, o que diferenciava o Clarín da linha formal que seguiam os jornais mais influentes da época, como La Prensa e La Nación²⁸. O lema do jornal, “um toque de atenção para a solução argentina dos problemas argentinos”, reflete tanto

²⁶ CORVAGLIA, Julian. **La cobertura de los períodos de campaña electoral en la prensa gráfica argentina: los casos de Clarín y La Nación en 1989 y 2003**. 263 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Doutorado em Ciências Sociais, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), Buenos Aires. p. 41.

²⁷ CALIFANO, Bernadette. **Noticias sobre medios: la construcción periodística del diario Clarín de la Privatización de los canales de televisión en 1989**. Razón Y Palabra, nº 74, nov. 2010; ULANOVSKY, Carlos et alii. **Paren las rotativas: diarios, revistas y periodistas (1970-2000)**. Buenos Aires, Emecé, 2005.

²⁸ MOCHKOFISKY, Graciela. **Pecado Original: Clarín, los Kirchner y la lucha por el poder**. Buenos Aires: Planeta, 2011.

o nacionalismo das ideias de Noble quanto a proposta desenvolvimentista de buscar o crescimento econômico por vias próprias, afastado dos ditames dos países centrais.

Figura 3 – Cabeçalho do editorial e lema do jornal Clarín



Fonte: Biblioteca Nacional Mariano Moreno

Durante os governos ditatoriais de 1976 a 1983, já sob o comando de Ernestina Herrera de Noble, que herdou o jornal após o falecimento de Roberto, em 1969, o Clarín manteve uma dupla posição: de apoio político ao governo, mas, ao mesmo tempo, de duras críticas à condução da economia por Martínez de Hoz. Como mostra Borrelli, o jornal defendeu a denominada “luta antissubversiva” da ditadura militar e manteve relações cordiais com o governo, por meio das quais obteve vantagens empresariais²⁹. Entre elas, a que tem mais destaque é sua associação ao Estado, junto com o La Nación e o La Razón, como acionistas da empresa Papel Prensa, que permitiu aos jornais obterem vantagens sobre seus concorrentes no que se refere ao preço de seu principal insumo³⁰. No entanto, a política de abertura econômica e de valorização do capital financeiro em detrimento da indústria foi alvo dos editoriais do jornal durante todo o período e as vozes de economistas da corrente desenvolvimentista tinham amplo espaço na cobertura diária. Essa dupla postura tinha a vantagem de não gerar conflito direto com os militares, ao mesmo tempo em que dava a seus leitores a impressão de que o jornal gozava de independência e poder de crítica. Nessa época, o Clarín já se aproximava da liderança em tiragem na Argentina, vendendo uma média de 400 mil exemplares diários. Uma década depois, com a redemocratização, o jornal dos Noble se consolidou como o mais lido e de maior alcance na Argentina.

²⁹ BORRELLI, Marcelo. Clarín frente a los años de Videla y Martínez de Hoz (1976-1981). Entre el apoyo político y la objeción económica. **Cuadernos de H Ideas**, La Plata, n. 6, jan. 2013.

³⁰ Sobre a formação da sociedade Papel Prensa e a participação do Clarín no grupo, ver: BORRELLI, Marcelo. Una batalla ganada. El diario Clarín frente a la compra de Papel Prensa por parte de los diarios La Nación, Clarín y La Razón (1976-1978). **Papeles de Trabajo**, Buenos Aires, a. 2, v. 4, dez. 2008; ULANOVSKY, Carlos (et alii). **Parén las rotativas: diarios, revistas y periodistas (1970-2000)**. Buenos Aires, Emecé, 2005.

A cobertura do Clarín durante o período analisado aproximava o noticiário econômico do político. As matérias eram construídas de forma a se valorizar a objetividade e havia pouco espaço para contextualização das notícias. A seleção das pautas e os títulos das matérias seguiam a linha de um jornalismo declaratório, em que a apuração muitas vezes se resume a transcrever e selecionar trechos do que foi dito por autoridades. Como consequência, a cobertura se empobrece e assume tom oficialista, embora essa linha editorial possa aumentar as vendas do jornal se ele optar por frases fortes ou polêmicas para suas manchetes.

Durante o período analisado, o Clarín publicava apenas um editorial por dia, na seção de opinião, que ficava entre as seções de política e de economia. Nas poucas vezes em que publicou dois editoriais numa mesma edição, havia um principal, sobre tema nacional, e um menor, geralmente sobre um assunto da cidade de Buenos Aires. No mesmo período, o Clarín publicava também o suplemento dominical “Clarín Económico”, cuja primeira página era ocupada pela coluna “Síntese da semana”. A coluna combinava conteúdo noticioso e opinativo e tinha a função de contextualizar os acontecimentos recentes da economia. O destaque dado ao texto e seu caráter fortemente subjetivo conferiam a ele uma posição singular na edição do suplemento, permitindo que se possa analisá-lo ao longo do período como uma fonte importante das representações presentes no discurso do Clarín.

Figura 4 – Capa do Clarín Económico, 10 de fevereiro de 1991



Fonte: Biblioteca Nacional Mariano Moreno

O **Página/12** tinha apenas dois anos de existência quando Carlos Menem chegou à presidência. Lançado em 26 de maio de 1987, ele nasceu dentro do processo de redemocratização do país e buscou posicionar-se criticamente para influenciar seu desdobramento. Seu alcance é menor que o dos outros dois periódicos analisados nesta pesquisa, mas é expressivo o crescimento da circulação em sua primeira década de vida. De uma tiragem inicial de 40 mil exemplares, ele chegou a vender 200 mil em meados dos anos de 1990, apesar de circular em poucas cidades fora da Grande Buenos Aires. O **Página/12** tinha, no período analisado, uma orientação política que pode ser classificada como de esquerda moderada e ganhou importância no ambiente político argentino após divulgar os primeiros casos de corrupção do governo Menem, em 1991.

Uma breve observação da primeira edição do **Página/12** ajuda a entender a proposta do jornal. Ela tinha 16 páginas em formato tabloide e foi distribuída na Capital Federal, na Grande Buenos Aires e em La Plata. A circulação inicial era de terça a sábado, já que o jornal não pretendia competir com as edições de domingo dos concorrentes, que tinham muitos suplementos, nem com as de segunda-feira, já que o **Página/12** não cobria jogos de futebol. Aos sábados, circulavam dois suplementos, um de noticiário geral chamado “Etc.” e um de cultura. Na página 7 daquela edição, o jornal apresenta a si mesmo em forma de notícia, não assinada. A matéria é escrita em terceira pessoa, e usa uma série de recursos da escrita jornalística para construir a impressão de objetividade, justamente no texto que deveria ser o mais subjetivo da edição. Essa ironia contrasta com a linha do jornal, que valoriza os textos opinativos e analíticos. Entre os “entrevistados” dessa matéria de abertura, o primeiro a se manifestar é o diretor do jornal, Jorge Lanata, que afirma como “óbvia” a intenção do **Página/12** de ser informativo e independente, não vinculado a nenhum grupo, “nem político, nem empresarial”. Ele critica a falta de aprofundamento dos jornais argentinos da época e deixa claro que esse comportamento pode ser uma estratégia planejada, já que “desinformar é também uma posição política”. Logo em seguida, o texto diz que o jornal dará atenção e aprofundamento diariamente a sete ou oito acontecimentos e que haverá sempre uma página de cultura com chamada na capa. O chefe de redação, Ernesto Tiffenberg, aparece em seguida para dizer que as notícias internacionais também serão contextualizadas, para fugir da tendência de tomá-las como isoladas, “como se tivessem começado no dia em que o jornal sai”. Tiffenberg anuncia a exclusividade do **Página/12** em reproduzir conteúdo de quatro publicações estrangeiras: *El País* (Espanha), *La Jornada* (México), *New York Times Magazine* e *Interview* (EUA).

A escolha do Página/12 como objeto desta pesquisa se justifica por razões que nos cabe ressaltar. Primeiro, sua posição política à esquerda permite observar a circulação de representações sociais diferentes daquelas partilhadas pela corrente neoliberal e identificar, portanto, vozes discordantes das medidas implantadas pelo governo. Segundo, embora tenha tiragem menor que os demais diários selecionados, o Página/12 se tornou politicamente importante por ter uma linha crítica valorizada pelos jornalistas de outros veículos. Em muitos casos, suas denúncias eram repercutidas dias depois pelos jornais maiores. Por fim, a linha de jornalismo que o periódico adotou desde sua fundação valoriza a contextualização da notícia e a subjetividade dos jornalistas. Seus textos são opinativos e há clara preferência por publicar poucas e longas matérias em lugar de ter muitas matérias por edição.

Figura 5 – Capa do Página/12, 15 de maio de 1989

IZQUIERDA UNIDA
ZAMORA DIPUTADO
Y SIGAL AL BORDE
DE UN ATAQUE
DE NERVIOS

DESCENSO
LA UCEDE HIZO SAPO

BUSSI
SEGUNDO EN TUCUMAN
EL PARTIDO VERDE-OLIVA

Página/12 BIBLIOTECA NACIONAL
Fecha: 15/05/1989
Folio: N.º 26355

Buenos Aires, lunes 15 de mayo de 1989 Año 7 - Nº 587 - Precio de venta ejemplar: \$ 15 Recargo vía aérea: \$ 2.

Con el 47% de los votos, Carlos Menem será el nuevo presidente de la Nación

EL ELEGIDO

escriben

20 Un destino sudamericano, por Osvaldo Soriano

4 Apoteosis menemiana, por James Neilson

5 El mandato, por Horacio Verbitsky

18 Elecciones allá lejos, por Miguel Bonasso

12 Las últimas horas de Pompeya, por Martín Caparrós

2 Con Colegio propio, por José María Pasquini Durán

13 La pregunta del millón, por Marcelo Zlotogwiazda

16 El dilema sindical, por Rubén Furman

9 El Norte aún espera, por Daniel Sosa

SOCIEDAD
[Por Jorge Lanaua] El resultado del domingo no revela otro país, sino que muestra que la teoría de una sociedad de alto conflicto se da de paradas con la realidad. La sociedad de los medios, del establecimiento, del bien que está ahí -cuyo destino misero los trasladó al descuido del poder- desconoce Argentina no asistida que sea más allá de la política de superficie. Después de las urnas, la sociedad por su parte fiscal como se muestra desde los momentos últimos de la campaña, no puede tan sencilla como se aseguraba en las campañas, tan privatizadora como se está institucionalizando desde los laboratorios. Hoy la firma generosa se estira hacia la madrugada, pero será igualmente importante para el futuro de la democracia en este país que la del domingo no haya sido una noche de torres y recuentos que sepan de los votos al FREJUPO. Hoy decimos, citando a C. Menem: "Que la sociedad sea libre para cada uno y más justa para todos, que se manifieste". Hoy no sólo depende del gobierno electo sino de todo el país que la implementación política electoral pueda ser resuelta.

19 Los Alfonsín, por REP

AL CIERRE DE ESTA EDICION	
FREJUPO	47%
UCR + CFI	37,1%
AC	6,7%
IU	2,5%
US	1,3%

Fonte: Biblioteca Nacional Mariano Moreno

Uma característica do Página/12 que precisa ser esclarecida é que o jornal não tem editoriais, o que não significa que a opinião do veículo não esteja expressa em sua cobertura. Na verdade, a opção por textos subjetivos e por análises do contexto das notícias faz com que toda a cobertura expresse opinião, e ela se apresenta de forma muito mais intensa e explícita que na imprensa tradicional. Para sustentar essa opção, o Página/12 mantinha, no período analisado, uma equipe de experientes e respeitados jornalistas que se alternavam entre a apuração e redação de reportagens e a publicação de colunas de análise de conjuntura, o que contribuiu para que se diluísse a fronteira entre opinião e apuração nos textos desses profissionais. Em seus primeiros anos, integram esse grupo jornalistas argentinos de grande destaque, como Horacio Verbitsky e Osvaldo Soriano. Os textos desses profissionais, ao longo dos anos, passaram a ser identificados pelo leitor com a visão que o próprio jornal tem da realidade. Por isso, para os fins que nos interessam nesta pesquisa, foram considerados os textos opinativos e as colunas de análise de conjuntura dos jornalistas e colaboradores mais representativos de Página/12 em cada período analisado, nas quais buscamos as representações que o jornal sustentou e difundiu a seus leitores. A proposta defendemos aqui é a de que o conjunto da cobertura diária do Página/12 reflete o posicionamento do jornal sobre os assuntos. Os profissionais com maior reconhecimento e identificação com os ideais da empresa servem de porta-vozes a essa visão, enquanto editores e diretores conseguem manter uma clara linha ideológica, crítica e antiliberal, ao selecionar títulos, articulistas, entrevistados e chargistas que sustentaram essa visão da política e da economia argentinas no fim da década de 1980.

Ainda que o Página/12 tenha como proposta inicial a pluralidade dos discursos, o jornal selecionava como articulistas autores com linha político-ideológica crítica, em sua maioria contrários ao neoliberalismo. Encontram-se, no período analisado, representantes tanto do peronismo quanto da UCR, sindicalistas e peronistas dissidentes, empresários e acadêmicos. Também escreveram textos esporádicos, no período analisado, nomes como o prêmio Nobel da Paz Adolfo Pérez Esquivel; o sociólogo francês Alain Touraine; os escritores Gabriel García Márquez, Manuel Vázquez Montalban, Fernando Savater, Ariel Dorfman e Eduardo Galeano; e o economista Aldo Ferrer.

Para identificar e compreender as representações presentes nos jornais argentinos do período, utilizamos algumas ferramentas próprias da análise de conteúdo, mas buscamos aprofundar a leitura do material selecionado relacionando o texto impresso nos jornais com o contexto em que a publicação se insere. A aplicação do método levou em conta a observação de Cardoso e Vainfas de que considerar o conteúdo histórico do texto significa

[...] buscar os nexos entre as ideias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos. Em outras palavras, o historiador deve sempre, sem negligenciar a forma do discurso, relacioná-lo ao social.³¹

Nossa intenção, ao optarmos por contribuições metodológicas da análise de conteúdo, foi atingir os dois objetivos apontados por Laurence Bardin para o uso desse método: primeiro, superar a incerteza acerca da mensagem analisada, ao validar sua leitura e torná-la generalizável; segundo, enriquecer essa mesma leitura, ao apontar as estruturas que confirmam as interpretações que se pretende dar ao texto e esclarecer “elementos de significação suscetíveis de conduzir a uma descrição de mecanismos de que *a priori* não possuíamos a compreensão”³². Dessa forma, a análise de conteúdo cumpriria sua dupla função de validar hipóteses inicialmente formuladas e de explorar as mensagens contidas nos editoriais em busca de sentidos que escapam à primeira leitura dos textos. Não tratamos apenas de buscar as representações neoliberais no conteúdo dos editoriais e textos destacados, e em que medida coincidiam com os discursos do governo e de especialistas em produção simbólica, mas também de encontrar suas inconsistências e identificar a presença de representações concorrentes.

Conforme a proposta de Bardin, o método de análise de conteúdo passa pela descrição sistematizada do conteúdo de uma determinada mensagem, mas não se esgota nela. Assim, a partir do exame do texto e do escrutínio de seus indicadores, pudemos produzir inferências sobre os textos dos editoriais e suas condições de produção, bem como conseguir situar os jornais dentro do processo histórico e político que permitiu a ascensão neoliberal na Argentina de Menem e sua queda, 12 anos depois.

³¹ CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org). **Domínios da História**. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 378.

³² BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009. p. 31.

A análise dos editoriais coletados foi feita a partir de uma primeira leitura em que buscamos selecionar tematicamente a amostra. Consideramos como critério básico inicial os editoriais que tratassem de temas relacionados a economia, política e administração pública. Esses textos foram lidos sistematicamente e dessa leitura emergiram, por sua recorrência ou por sua importância no contexto histórico, os temas-eixo relevantes para o período e a amostra. Como exemplo, destacaram-se na maior parte da amostra temas-eixo como o papel do Estado, as privatizações e leituras associadas ao uso do passado. Em seguida, a análise se voltou a identificar as atitudes de avaliação dos jornais em relação a eles, um processo qualitativo que nos permitiu traçar um quadro amplo do uso de representações sociais pelos três jornais avaliados, identificar sua opinião e se havia ou não alinhamento aos valores e princípios do neoliberalismo. Por fim, confrontando os resultados da análise dos temas-eixo com o contexto do período, foi possível compreendermos as condições pelas quais os veículos produziram seu discurso e o papel desempenhado pela imprensa do país no debate sobre a implantação das medidas neoliberais e a disseminação das representações a elas relacionadas.

Por fim, cabe lembrar que, embora tenha sido o gênero textual escolhido como objeto de análise por conter, por definição, a opinião expressa dos jornais, o texto de um editorial não pode ser lido isoladamente, sem se levar em consideração os demais elementos da edição. Fotos, títulos e outras colunas de opinião são fundamentais não apenas para que se possa compreender o contexto no qual o jornal emite sua opinião, mas também para identificar representações partilhadas pela cobertura do veículo. Assim, embora esses elementos não apareçam dentro da análise sistemática dos temas-eixo, eles surgem em diversos momentos da interpretação que apresentamos nesta tese e foram fundamentais para a relação entre texto e contexto pretendida pelo método.

Ainda sobre a análise de editoriais, é importante ter em conta que esses textos não são únicos nem isolados no tempo. Eles fazem parte de uma sequência de publicações cuja característica principal é a fugacidade e que, aos olhos dos editores, cumprem o papel de permitir ao jornal influenciar a realidade na qual ele se insere. Por outro lado, o editorial é um texto que desempenha uma função de longa duração: ele permite observar a maneira pela qual um determinado diário quer ser visto no contexto social em que se insere. Em outras palavras, como já dissemos, é pelo editorial que o jornal busca se inscrever na História.

A fim de expor a análise realizada e atingir os objetivos propostos, dividimos esta tese em quatro capítulos de desenvolvimento. O primeiro aborda os princípios gerais do neoliberalismo e sua trajetória ao longo do século XX, desde a reunião de teóricos liberais na Mont Pelerin Society, em 1947, até sua disseminação pelo mundo e sua utilização como orientadores das reformas estruturais na Argentina de Menem. No caso argentino, buscamos traçar um quadro das representações sociais associadas ao pensamento neoliberal no país e como sua utilização articula, no presente, referências do passado. Por fim, examinamos a presença de representações neoliberais na produção bibliográfica de Domingo Cavallo, economista e acadêmico que se transformou no principal formulador e executor da política econômica da Argentina no período de 12 anos selecionado para esta pesquisa.

O segundo capítulo expõe a análise do primeiro dos três períodos escolhidos para os fins da tese: as eleições presidenciais de 1989 e a chegada de Carlos Menem à presidência. Primeiro, mostramos como circunstâncias internas ao justicialismo permitiram a ascensão de Menem como candidato à presidência e a forma como seu discurso se construiu em torno de elementos tradicionais do peronismo. Em seguida, examinamos os jornais escolhidos para mostrar que a mudança de discurso do presidente eleito, logo identificada, surpreendeu os veículos e lançou dúvidas sobre o sucesso das medidas implantadas. Naquele momento, os jornais estavam muito vinculados a suas representações tradicionais e foi com base nelas que avaliaram as ações de Menem e de outros atores políticos daquele momento.

O terceiro capítulo mostra como se deu o contexto que levou Domingo Cavallo ao ministério da Economia e aponta sua chegada como um momento de reforço da política econômica baseada nos princípios neoliberais. Com a conversibilidade, o governo Menem deixa para trás as dúvidas quanto a seu compromisso com as reformas e opta por aprofundar a abertura econômica. Os principais temas-eixo identificados nesse período são o Estado, a globalização e as privatizações, que se articulam no discurso neoliberal para justificar as reformas ao mesmo tempo em que figuram em representações alternativas presentes em alguns textos.

Por fim, o quarto capítulo trata da debacle de 2001 e de como os jornais explicaram a crise aos leitores, articulando passado, presente e futuro. Nossa análise explora na imprensa a avaliação da crise e identifica a quem ou a que se atribui o fracasso das medidas neoliberais. Apresentamos as semelhanças e diferenças entre os três jornais nesse momento e a maneira como eles avaliam a experiência neoliberal dos 12 anos anteriores.

2 O NEOLIBERALISMO, DE MONT PELERIN A BUENOS AIRES

A história da economia mundial no último quarto do século XX é uma história de neoliberalismos. No plural. Ainda que as diversas experiências de reformas estruturais e imperativos modernizantes tenham estado sujeitas a uma mesma lógica sistêmica, cada uma delas foi movida também por características locais dos diversos países, pela dinâmica das forças políticas e arranjos institucionais de cada sociedade e pelos interesses de grupos domésticos e transnacionais em constantes – e, muitas vezes, conflituosas – interações. As reformas são uma imposição externa tanto quanto o fruto de processos políticos e sociais internos. Para compreender a experiência neoliberal na Argentina de Menem e reconhecer o papel dos grupos que assumiram o controle político e econômico do país e as representações sociais que promoveram, este capítulo se voltará para duas dimensões: por um lado, buscará expor as características do pensamento neoliberal e seu percurso acadêmico e político até se tornar doutrina hegemônica do último fim de século; por outro, se voltará para as condições internas argentinas e o contexto relacionado à ascensão do neoliberalismo como resposta a um longo período de crise econômica.

Um dos principais marcos da trajetória neoliberal é a formação da Mont Pelerin Society, em 1947. A sociedade reunia economistas, filósofos e historiadores, capitaneados por Friedrich von Hayek, e tinha, entre seus membros, aquele que, mais tarde, seria um dos mais importantes teóricos da corrente, o economista Milton Friedman. Desde o começo, a proposta do grupo era reafirmar os princípios do liberalismo para fazer frente às diversas formas de intervenção estatal nos campos econômico e político. Seus adversários eram tanto o keynesianismo, que orientou os planos de reestruturação dos países ocidentais ao fim da 2ª Guerra Mundial, quanto as ditaduras e o comunismo. Em seu documento de fundação, a sociedade exaltava a necessidade de se revigorar o governo pela lei, estabelecer padrões para o livre funcionamento do mercado e evitar que a História fosse utilizada para se reforçar credos contrários à liberdade do indivíduo³³.

A utilização da História é uma constante nos debates entre os pensadores neoliberais e seus adversários keynesianos. Para Reginaldo Moraes, os vários significados que se pode dar ao termo “neoliberalismo” têm em comum o fato de sugerirem o retorno a um modelo ideal. Esse

³³ STATEMENT OF AIMS. **Mont Pelerin Society**, Suíça, 1947. Disponível em: <<https://www.montpelerin.org/montpelerin/mpsGoals.html>>. Acesso em: 25 fev. 2013.

modelo retoma e difunde valores do liberalismo econômico dos séculos XVIII e XIX, além de estabelecer como paradigma uma certa organização econômica e política que teria vigorado no mundo entre 1870 e 1914, marcada pela livre circulação de mercadorias e capitais³⁴.

Em meados do século XIX, o liberalismo era a defesa do capitalismo comercial impulsionado pela expansão das manufaturas e os avanços tecnológicos na produção de mercadorias, em oposição às corporações de ofício e à estrutura mercantilista da economia ditada pelo Estado nos séculos anteriores. Os neoliberais mantiveram como alvo de suas críticas a interferência do Estado na economia, agora representada pelas ideias keynesianas, pelo Estado de bem-estar social ou pelo socialismo e seu modelo de planificação. Por sua vez, os sindicatos e as legislações trabalhistas assumiram o lugar antes ocupado pelas corporações de ofício e passaram a ser responsabilizados pelo aumento dos custos de produção, das despesas sociais do Estado, e pelo impedimento à livre circulação de mão de obra e à livre negociação de seu valor entre empregados e patrões.

Um dos alvos do neoliberalismo, o keynesianismo foi a ideia que orientou a reconstrução das economias ocidentais e do sistema financeiro e comercial internacionais no pós-guerra. Esse modelo, que teve grande sucesso nas duas primeiras décadas após o fim do conflito, tinha por princípio a ação do Estado com fins de atingir o pleno emprego e criar estruturas de promoção do bem-estar dos indivíduos, corrigindo os efeitos negativos das forças do mercado sobre a coletividade. Para o pensamento neoliberal, essas intervenções do Estado são a causa e não a solução para os ciclos de crise do capitalismo e, ainda que possam ter efeito positivo sobre a economia em curto prazo, levarão sempre ao agravamento da situação. Os neoliberais do fim da década de 1940 e seus seguidores tinham a convicção de que esse caminho já havia sido tentado outras vezes na História do capitalismo, sem sucesso; ao passo que a experiência liberal do século XIX, bem-sucedida, teria sido arruinada por forças políticas que estavam no controle dos governos ocidentais. Para além do contexto imediato, a grande ameaça ao Ocidente seria o crescimento do poder de intervenção do Estado, que levaria a sociedade ao caminho do fascismo ou do comunismo. Para Hayek,

a administração econômica keynesiana, longe de ser um meio de salvar o capitalismo, como muitos de seus defensores afirmariam, era apenas o primeiro

³⁴ MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo**: de donde vem, para onde vai? São Paulo: Editora SENAC, 2001. p. 10.

passo de uma realização socialista. Além de tudo, o socialismo era, para Hayek e os líderes políticos que o seguiam, principalmente uma forma de se conseguir e exercer o controle da economia através do Estado.³⁵

Os pesquisadores neoliberais e os núcleos acadêmicos a que estavam ligados receberam apoio financeiro de indivíduos e grupos econômicos que manifestavam preocupação com a forte presença do Estado na economia, extremamente receptivos a uma alternativa que lhes permitisse mais ganhos com menos impostos e menos regras. O crescimento em prestígio de alguns membros do grupo foi notável, até que na década de 1970 eles passaram a ocupar lugar relevante no meio acadêmico e político, com destaque para a Universidade de Chicago, onde lecionava Milton Friedman, centro irradiador de pensamento e de profissionais para outras regiões do mundo, inclusive a América Latina. De exóticos defensores da liberdade dos indivíduos e dos mercados durante a década de 1950, tornaram-se expoentes da nova tábua de salvação das economias após a crise mundial dos primeiros anos da década de 1970. Seu sucesso levou Hayek, em 1974, e Friedman, em 1976, a serem laureados com o prêmio Nobel de Economia.

José Luis Fiori defende que, provavelmente, nenhuma outra ideia secular tenha tido tamanha penetração e hegemonia na sociedade, dentro e fora dos círculos acadêmicos e de governo, quanto o neoliberalismo, “um mix de projeto político-econômico de curto prazo e utopia histórica de longo prazo. E, o que é mais surpreendente [...] difundida igualmente, nos anos [de 19]90, entre os países ricos e pobres”³⁶. O autor aponta duas etapas da trajetória do neoliberalismo como ideia vitoriosa no último quarto do século XX. Primeiro, como “arma ideológica”, levou Ronald Reagan, nos EUA, e Margareth Thatcher, no Reino Unido, ao controle político de duas das principais potências financeiras do mundo. Em seguida, a abertura financeira das economias centrais forçou os países mais fracos a ajustes econômicos que acabaram por submeter seus governos aos ditames do sistema financeiro internacional. Foi então, segundo Fiori, que as ideias neoliberais conquistaram os espaços midiáticos e intelectuais dos países que se submetiam a suas regras.

Nesses casos, o “pensamento único” já não cumpriu mais um papel importante na luta entre grupos de interesse, como ocorrera nos países centrais. Transformou-se, com rapidez, num consenso e numa política extremamente vantajosa para as elites cosmopolitas e internacionalizadas dos países que se integraram, de forma

³⁵ WAINWRIGHT, Hilary. **Uma resposta ao neoliberalismo**: argumentos para uma esquerda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1998. p. 10.

³⁶ FIORI, José Luís. **60 lições dos 90**: uma década de neoliberalismo. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001. p. 75.

subordinada, à nova ordem econômica mundial, desregulada, financeirizada e liderada pelos anglo-saxões.³⁷

A construção da hegemonia neoliberal começou, portanto, pelas economias centrais, de onde a doutrina se espalhou pelo mundo. A implantação efetiva das políticas neoliberais nos Estados Unidos se iniciou em 1979, quando o presidente do Federal Reserve Bank (FED), Paul Volcker, começou um processo drástico de reformulação da política monetária norte-americana, rompendo com os principais valores do New Deal e com a orientação keynesiana das décadas anteriores. Em lugar da busca pelo pleno emprego, medidas fiscais e monetárias com o intuito de conter a inflação. A elevação das taxas de juros deu início a um longo período de recessão, que teve impacto direto sobre os postos de trabalho na indústria e enfraqueceu os sindicatos nos Estados Unidos. O monetarismo, porém, era apenas uma das medidas necessárias à neoliberalização. Era preciso que os governos promovessem mudanças em muitas outras áreas, o que, segundo David Harvey, não tardou a acontecer: “o governo Reagan então ofereceu o apoio político necessário por meio de mais desregulamentação, cortes de impostos, cortes orçamentários e ataques ao poder sindical e profissional”.³⁸

O autor observa que as experiências neoliberais nos EUA e no Reino Unido no início da década de 1980 tiveram em comum o ataque às relações de trabalho vigentes e a prioridade ao combate à inflação. Margareth Thatcher implantou um controle rígido do orçamento e elevou as taxas de juros, o que se refletiu em altas taxas de desemprego. Para manter a política monetária, foi necessário enfrentar diretamente os sindicatos, que se enfraqueceram com a abertura da economia à concorrência de produtos estrangeiros, principalmente nos tradicionais setores de siderurgia, construção naval e automobilístico.

Thatcher buscou desesperadamente estender a todas as áreas o ideal da responsabilidade pessoal (por exemplo, através da privatização da assistência de saúde) e reduzir ao mínimo as obrigações do governo. Mas não conseguiu avançar tão bem. Para a opinião pública britânica, havia limites à neoliberalização de tudo.³⁹

Harvey se debruça sobre a questão da construção do consentimento em torno das reformas neoliberais, uma vez que, em sociedades democráticas como nos EUA e no Reino Unido, é necessário apoio da população para medidas de tamanho impacto social. Foi preciso construir

³⁷ FIORI, José Luís. **60 lições dos 90**: uma década de neoliberalismo. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001. p. 76.

³⁸ HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008. p. 34.

³⁹ *Ibidem*, p. 71.

o consentimento político em uma parcela significativa do eleitorado. O mecanismo pelo qual os princípios neoliberais se ligaram ao senso comum no fim da década de 1970 envolveu diversas instituições da sociedade civil, como universidades, igrejas e associações profissionais, a partir da criação de *think tanks*⁴⁰, da “cooptação de certos setores dos meios de comunicação e a conversão de muitos intelectuais a maneiras neoliberais de pensar – tudo isso num clima de opinião favorável ao neoliberalismo”⁴¹. Foi explorando o senso comum em torno da ideia de liberdade que os governos de Thatcher e, principalmente, de Reagan conseguiram promover a virada neoliberal. A partir de então, puderam utilizar o aparato estatal para cooptar ou enfraquecer os opositores ao modelo e manter o consentimento.

Em uma década, o pensamento econômico dominante nas mais importantes escolas norte-americanas e pelo mundo sofre uma mudança radical. De motor da economia, o Estado passa a ser visto como o principal entrave à prosperidade. Essa lógica sai das universidades e chegará aos países latino-americanos e a outras regiões subdesenvolvidas levada por jovens economistas formados nessas escolas, que assumirão postos importantes nos governos de seus países e nos principais organismos multilaterais. No início dos anos de 1990, os principais pontos do pensamento neoliberal atingiram tamanho grau de aceitação na sociedade que se chegou ao ponto de validar a expressão “pensamento único”, cunhada por Ignácio Ramonet em célebre editorial no *Le Monde Diplomatique*, no qual o autor faz duras críticas às imposições do neoliberalismo sobre o debate público e o jogo político. Ele destaca o papel desempenhado pelos meios de comunicação na disseminação desse consenso, oriundo de especialistas e irradiado pelos grandes conglomerados de mídia:

A economia é alçada à posição de comando. Uma economia desligada dos obstáculos do social, cujo peso por decorrência seria a causa da recessão e da crise. [...] A repetição constante, em todas as mídias, deste catecismo por quase todos os homens políticos, tanto de direita quanto de esquerda, confere-lhe uma tal força de intimidação que abafa qualquer tentativa de reflexão livre.⁴²

⁴⁰ *Think tanks* é uma expressão pela qual ficaram conhecidos os centros de pesquisa e formulação de políticas nos Estados Unidos, que reúnem acadêmicos das áreas de Economia, Ciência Política e afins, além de alguns políticos e militares, entre outros. Esses centros têm papel importante na política norte-americana por serem fonte de propostas para os governantes, fornecedores de argumentos e dados para a implantação de políticas públicas e desencadeadores de debates. A experiência norte-americana de *think tanks* se estendeu para outros países do mundo, sobretudo durante o período de expansão das ideias neoliberais. Na Argentina, um dos principais *think tanks*, provavelmente o mais influente, durante o governo Menem foi a Fundación Mediterránea, de onde provém Domingo Cavallo e a maior parte dos membros do alto escalão do Ministério da Economia no período.

⁴¹ HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008. p. 50

⁴² RAMONET, Ignacio. La pensée unique. **Le Monde Diplomatique**. Paris, jan 1995. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/1995/01/RAMONET/1144>>. Acesso em: 17 fev. 2013.

Como formulação teórica, o neoliberalismo se baseia em um conjunto de pressupostos sociopolíticos segundo os quais o caminho mais apropriado para se atingir o bem-estar dos indivíduos é permitir que eles exerçam plenamente sua liberdade e sua capacidade produtiva e empreendedora. Esse exercício só seria possível em um ambiente regulado por normas e instituições que garantam a propriedade privada e o governo pela lei, bem como a manutenção de livre comércio e mercado. Ao Estado, caberia fazer valerem essas normas e garantir o pleno funcionamento dos mercados com um nível mínimo de intervenção, já que carece de informações suficientes para obter um resultado melhor do que as próprias leis do mercado garantirão, além de estar sujeito à pressão de grupos de interesse que podem guiá-lo à consecução de objetivos particulares⁴³.

O problema do conhecimento acerca das variáveis envolvidas em qualquer processo social ou econômico é peça chave no entendimento da proposta neoliberal de redução da ação e do alcance do Estado. A ideia fundamental é que o ser humano não seria capaz de conhecer todas as consequências de suas ações nem as necessidades de todos os indivíduos e, ao tentar planejar tais consequências para suprir essas necessidades, obteria resultados nocivos à liberdade dos demais. Como observa Wainright, a teoria do conhecimento proposta por Hayek expande essa ideia do âmbito individual para as ações coletivas:

Sua teoria do conhecimento afirma que, devido à própria natureza do conhecimento econômico, nenhum cérebro único, individual ou coletivo (e ele poderia ter acrescentado agora o sistema computadorizado), é capaz de conhecer todos os fatores relevantes para as decisões econômicas que possam vir a tomar. Da mesma forma, uma autoridade única não pode centralizar com eficácia o conhecimento dos indivíduos. [...] Qualquer tentativa de projetar ou planejar um resultado social interfere nos processos naturais da civilização, tal intervenção é imoral e pode ter consequências danosas.⁴⁴

Na visão de Hayek, a prevalência das escalas individuais de valores não elimina a existência de fins sociais nas ações humanas nem a capacidade e o desejo de associação dos indivíduos. Essas duas dimensões, porém, estão condicionadas a uma concordância dos indivíduos quanto aos objetivos a serem atingidos e à maneira de persegui-los. Quando se reúnem para uma ação em busca de objetivos comuns, os indivíduos acabam por compor organizações, entre as quais o Estado se destaca. Entretanto, Hayek vê o Estado como um ente a mais na sociedade, uma

⁴³ FIORI, José Luís. **60 lições dos 90**: uma década de neoliberalismo. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001; HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

⁴⁴ WAINWRIGHT, Hilary. **Uma resposta ao neoliberalismo**: argumentos para uma esquerda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1998. p. 44.

“pessoa muito mais poderosa que qualquer outra”, e que está, portanto, sujeito à mesma limitação na possibilidade de reconhecer necessidades e valores.

Os limites dessa esfera são determinados pelo grau de consenso dos indivíduos acerca de objetivos específicos; e a probabilidade de que eles concordem sobre determinada linha de ação diminui à proporção que se amplia o âmbito da mesma [...] até alcançarmos esferas em que, embora cada indivíduo possa desejar que o Estado proceda desta ou daquela maneira, as opiniões sobre o que o governo deve fazer serão quase tão numerosas quanto as diferentes pessoas.⁴⁵

Além disso, Hayek reforça a ideia de concorrência entre as esferas de ação e decisão do Estado e do indivíduo. Para ele, quanto maior o alcance da ação do Estado, menor a possibilidade de ação dos indivíduos dentro de suas respectivas esferas. Seguindo essa linha, o autor considera igualmente nocivo que se entregue o planejamento ao Legislativo – dado que, apesar de representar o povo, conserva, ao mesmo tempo, a diversidade de interesses, objetivos e valores dos indivíduos em uma sociedade – ou a especialistas – que, embora afastados do jogo político, têm a mesma limitação dos demais indivíduos em abarcar todos esses valores. Para Hayek, insistir em planificar a economia a partir das estruturas democráticas poderia levar essas mesmas estruturas ao descrédito e facilitar o crescimento, na sociedade, de um desejo pela constituição de um governo totalitário, capaz de impor sua vontade sobre os indivíduos.⁴⁶

Por sua vez, Milton Friedman deixa claro quais devem ser as funções de um governo numa sociedade de homens livres: “proteger nossa liberdade contra inimigos externos e contra nossos próprios compatriotas; preservar a lei e a ordem; reforçar contratos privados; promover mercados competitivos”⁴⁷. Não há, portanto, nenhum espaço para a promoção do bem-estar ou a consecução do interesse público, uma vez que ambos seriam alcançados não pela ação dos governos e associações, mas justamente por seu afastamento e redução. O autor admite que o governo possa ajudar as pessoas a realizar em conjunto atividades que seriam difíceis ou dispendiosas para se realizarem sozinhas, mas adverte que essa possibilidade é perigosa e só deve ser aceita quando a vantagem para os indivíduos for clara. Nos demais casos, o desenvolvimento do setor privado e seu fortalecimento tornariam escassas as ocasiões em que tal decisão tivesse que ser tomada. Já o mercado, para o autor, é o melhor regulador da diversidade presente na sociedade. Na opinião de Friedman, o papel do mercado

⁴⁵ HAYEK, Friedrich A. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990. p. 77

⁴⁶ Ibidem.

⁴⁷ FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p. 12.

é o de permitir unanimidade sem conformidade e ser um sistema de efetiva representação proporcional. [...] O uso amplo do mercado reduz a tensão aplicada sobre a intrincada rede social por tornar desnecessária a conformidade, com respeito a qualquer atividade que patrocinar. Quanto maior o âmbito de atividades cobertas pelo mercado, menor o número de questões para as quais serão requeridas decisões explicitamente políticas e, portanto, para as quais será necessário chegar a uma concordância. Como contrapartida, quanto menor o número de questões sobre as quais será necessária a concordância, tanto maior probabilidade de obter concordâncias e manter a sociedade livre.⁴⁸

Numa sociedade onde as leis de mercado prevalecem, a competição é um valor essencial a ser preservado. Embora se reconheça que ela subentende a existência de vencedores incluídos e derrotados excluídos pelo sistema, o sucesso ou o fracasso seriam justos desde que respeitadas as regras do jogo, de onde deriva a insistência para que o Estado seja o garantidor da estabilidade legal e do cumprimento dos contratos. Da mesma forma, no plano internacional, o pensamento neoliberal pregará a abertura dos mercados e a livre circulação de capital que garantiriam o sucesso das economias mais preparadas à competição. Os países derrotados nesse embate deveriam, por sua vez, acelerar a implantação de reformas liberais, restringir a atuação do Estado e cumprir as exigências feitas àqueles que desejam participar do mercado global, ainda que essas medidas tragam prejuízos sociais e vulnerabilidade econômica.

Fiori chama atenção para o fato de que a ideia do neoliberalismo como única opção para fazer frente à crise da década de 1980

se transformou num verdadeiro álibi, repetido pelos seus governantes, pela sua imprensa e por uma parcela significativa de seus intelectuais. [...] Uma simplificação intelectual que, ao despolitizar as grandes mudanças recentes do capitalismo, transforma, automaticamente, todas as decisões de poder supranacionais num imperativo inapelável; [...] e todas as lutas e conquistas populares em sinônimos de irresponsabilidade e populismo.⁴⁹

O autor conclui que a visão hegemônica neoliberal, longe de ser uma constatação da consistência da teoria diante dos fatos da realidade, é uma operação ideológica desmobilizadora e fatalista.

⁴⁸ FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p. 29-30.

⁴⁹ FIORI, José Luís. **60 lições dos 90: uma década de neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001. p. 108.

Em suas críticas ao neoliberalismo, David Harvey⁵⁰ enfatiza aquilo que chama de “zonas de sombra” da teoria, consequências da ação do livre mercado que têm evidente prejuízo para indivíduos e para a sociedade, mas que são desprezadas por essa corrente como um mal menor que a presença do Estado na atividade econômica. A primeira delas é a tendência da competição à formação de monopólios e oligopólios. Para os teóricos neoliberais, essa deficiência da livre concorrência não é um problema, desde que não haja barreiras à entrada de novos competidores. No entanto, como lembra Harvey, há certas áreas da atividade econômica nas quais a existência de monopólios ou a presença de um número reduzido de empresas competidoras é inevitável. Para que os cidadãos tenham direito ao fornecimento de água e energia elétrica, por exemplo, é necessário que se construam redes de abastecimento que liguem a unidade produtora (estações de tratamento ou usinas de força) às casas das pessoas. Como essas redes demandam estruturas físicas instaladas nas ruas e subterrâneos das cidades, não é possível que muitas empresas se apresentem como fornecedoras desses serviços. O mesmo ocorre com ferrovias, estradas e telecomunicações, entre outras atividades. Em casos assim, sem a presença do Estado, o mercado por si só não é capaz de regular a oferta e o preço, com evidente prejuízo para o consumidor/cidadão.

Outra zona de sombra são os passivos externalizados sem custo para as empresas e sobre os quais o mercado não atua. É o caso, por exemplo, de atividades econômicas com alto índice de emissão de poluentes. Como a emissão não tem custo para a empresa nem, na maioria dos casos, se constitui de resíduos que podem ser aproveitados em outra atividade econômica, não incide sobre ela qualquer lei de mercado. Não há, portanto, forma de equilibrar os ganhos da empresa e os custos externalizados ao restante da sociedade sem que o Estado interfira no processo. Alguns autores neoliberais aceitam uma ação estatal tênue para regular esses casos, enquanto outros propõem a inação, ainda que sem solução para o problema, já que a ação do Estado, em sua visão, seria um remédio mais grave que a própria doença.

Harvey aponta também para o problema gerado pelas assimetrias de informação e de poder e sua interferência na capacidade dos indivíduos de tomar decisões racionais que lhe tragam mais benefício. Essas assimetrias tendem a gerar um resultado desigual na competição, com clara vantagem para os mais poderosos. A tendência, em longo prazo, é que essa vantagem só aumente.

⁵⁰ HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008. p. 77-78.

O pressuposto neoliberal de perfeito acesso a informações e de igualdade de condições na competição parece ser ou inocentemente utópico ou um escamoteamento deliberado de processos que vão levar à concentração de riqueza.⁵¹

É notável, portanto, a relação direta existente entre a consolidação da competição e do mercado e o enfraquecimento da capacidade de organização dos indivíduos. A exacerbação dessa lógica, presente no pensamento dos principais teóricos neoliberais e também nas políticas implantadas por governos, leva a um recorrente desprezo do neoliberalismo pela política e pelo regime democrático representativo. O Judiciário, responsável por salvaguardar os contratos e arbitrar as disputas, passa a ser o poder mais valorizado, ao passo que o Legislativo, influenciado pela disputa pelo poder e pela necessidade de atender a interesses específicos, é visto com desconfiança. Como alternativa, essa corrente favorece a governança das elites e dos especialistas, enfatizando a eficiência das decisões executivas ou das judiciais em lugar da discussão parlamentar e democrática.

É uma tendência do neoliberalismo, portanto, desvalorizar o exercício da política e do debate entre os diferentes grupos de interesse e, em contrapartida, dar peso às decisões do Executivo e levar as divergências à decisão judicial. Formas tradicionais de participação coletiva – como sindicatos, associações e partidos – são desacreditados e apontados como estruturas arcaicas, ao passo que se multiplicam as agências reguladoras, a tecnocracia, as instâncias decisórias autônomas (como bancos centrais) e as concessionárias privadas de serviços públicos. James Petras e Steve Vieux reforçam o papel do Executivo na condução das chamadas reformas estruturais:

Este poder se sustenta na marginalização da autoridade das instituições parlamentares e na minimização da deliberação e do debate público, de modo que, para toda série de países que se encontram sob a pressão do ajuste estrutural, a aplicação do programa implica uma intenção deliberada de contornar os procedimentos parlamentares e o intercâmbio público de opiniões, que identificamos como próprios da democracia liberal.⁵²

O enfraquecimento das instituições democráticas ocorre a despeito do interesse dos indivíduos, embora a realização desse interesse seja o valor maior defendido pelo neoliberalismo. Como aponta Harvey, uma contradição interna dessa corrente de pensamento é justamente o fato de que, mesmo livre para escolher, não se supõe – e, às vezes, não se

⁵¹ HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008. p. 79.

⁵² PETRAS, James; VIEUX, Steve. **¡Hagan juego!**. Barcelona: Icaria, 1995. p. 60.

permite – que o indivíduo possa escolher participar de uma associação forte em que lute por seus direitos em grupo. Da mesma forma, é contraditório que a implantação do receituário neoliberal se dê sempre pela ação enérgica do Estado, geralmente com exacerbação do poder do Executivo, que ataca as garantias sociais dos indivíduos.

Diante de movimentos sociais que buscam intervenções coletivas, o Estado neoliberal é forçado, por conseguinte, a intervir, por vezes repressivamente, negando assim as próprias liberdades de que se supõe ser o garante. Nessa situação, todavia, ele pode recorrer a uma arma secreta: a competição internacional e a globalização podem ser usadas para disciplinar movimentos opostos ao programa neoliberal em Estados individuais.⁵³

As críticas às propostas neoliberais não se resumem, todavia, às suas consequências políticas e sociais. Também no que se refere ao resultado econômico das medidas implantadas, seja nos Estados Unidos e no Reino Unido, seja nos países periféricos, os chamados ajustes estruturais foram criticados já em seus primeiros anos de vigência. Paul Krugman aponta os efeitos negativos das medidas neoliberais adotadas por Reagan no início dos anos de 1980 e disseminadas posteriormente pelo mundo. Para o autor, não se trata de um desastre imediato, mas de uma contínua incapacidade de cumprir as promessas e colocar a economia novamente no caminho do crescimento experimentado nas décadas anteriores⁵⁴. Não só a nova proposta é incapaz de modificar o quadro de aparente falência do modelo keynesiano, mas também faz surgirem problemas novos no cenário norte-americano: a desigualdade de renda se acentua e o país, pela primeira vez, apresenta seguidamente déficit público em tempos de paz.

Na avaliação de Harvey⁵⁵, o neoliberalismo sequer atingiu o sucesso na recuperação econômica que sua retórica alardeava. Nem mesmo nos Estados Unidos e no Reino Unido o desempenho econômico da década de 1980 atingiu índices destacados. A inflação foi controlada a níveis bastante reduzidos, mas a um alto custo em desemprego. No geral, os países que experimentaram reformas neoliberais tiveram que conviver com estagnação ou baixo crescimento, aliado a uma crescente desigualdade de renda. Ainda assim, aponta Harvey, a experiência Volcker-Reagan se internacionalizou com o auxílio do Fundo Monetário Internacional (FMI) no início da década de 1980, como forma de proteger os investimentos privados norte-americanos pelo mundo. Diante das crises de dívida dos países

⁵³ HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008. p. 80.

⁵⁴ KRUGMAN, Paul. **Vendendo prosperidade**: sensatez e insensatez econômica na era do conformismo. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

⁵⁵ HARVEY, David. op. cit.

periféricos, que começou com o México, em 1982, o governo Reagan encontrou uma forma de unir a ação do Tesouro dos Estados Unidos com o FMI, propondo aos governos dos países devedores que rolassem suas dívidas em troca da implantação de reformas neoliberais. No entanto, ao contrário da tradição liberal, o ônus das más decisões de investimento dos fundos e bancos internacionais passa a recair apenas sobre os tomadores do empréstimo, obrigados a implantar as medidas impostas pelo FMI, não importando seu custo para a população dos países devedores.

Esse tratamento se tornou o padrão depois daquilo que Stiglitz chamou de ‘expurgo’ de todas as influências keynesianas no FMI em 1982. O FMI e o Banco Mundial se tornaram a partir de então centros de propagação e implantação do ‘fundamentalismo do livre mercado’ e da ortodoxia neoliberal. Em troca do reescalonamento da dívida, os países endividados tiveram de implementar reformas institucionais como cortes nos gastos sociais, leis do mercado de trabalho mais flexíveis e privatização. Foi inventado assim o ‘ajuste estrutural’.⁵⁶

2.1 O CONSENSO DE WASHINGTON E NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA

Na segunda metade da década de 1980, a América Latina aparecia na economia mundial como uma região de estruturas políticas instáveis e governantes incapazes de superar a crise econômica de quase uma década. Embora com particularidades locais, a maior parte dos países latino-americanos sofria com o crescimento acelerado da dívida externa, a falta de apoio dos organismos de crédito internacionais, a fuga de capitais, a hiperinflação e a queda do preço de *commodities* no mercado internacional. Foi a partir dessa conjuntura que os governos da região iniciaram processos de liberalização econômica e privatizações – oportunamente chamados de “reformas estruturais da economia” – baseados nos princípios neoliberais do que ficou conhecido como “Consenso de Washington”.

O Consenso de Washington corresponde a um conjunto de princípios econômicos liberais que deveriam disciplinar a ação dos governos de países subdesenvolvidos para criar as condições de inserção de suas economias no mundo globalizado. O termo surgiu em uma conferência do *Institute for International Economics*, da qual participaram economistas de oito países latino-americanos (Brasil, Argentina, México, Chile, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia), a partir de uma proposta do economista norte-americano John Williamson. Esse trabalho resumia os

⁵⁶ HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008. p. 38.

eixos centrais do pensamento dominante no FMI e no Tesouro dos Estados Unidos, compartilhado por Washington e pelos principais agentes financeiros internacionais.

Os dez pontos de Williamson tornaram-se a cartilha dos governos latino-americanos para as medidas que marcaram a onda liberalizante do fim da década de 1980 e início da seguinte. Eles prescreviam: 1) disciplina fiscal capaz de gerar superávit primário; 2) priorização dos gastos públicos para áreas de grande retorno econômico, como infraestrutura e educação; 3) reforma fiscal; 4) liberalização de financiamento, com uma taxa de juros real e moderada; 5) taxa de câmbio unificada para fins comerciais, em nível capaz de incentivar a exportação; 6) liberalização do comércio; 7) incentivo ao investimento externo direto, pela supressão de barreiras a empresas estrangeiras e igualdade de tratamento em relação às nacionais; 8) privatização de empresas estatais; 9) desregulamentação visando ao crescimento da atividade econômica, com restrições apenas em questões de segurança, ambientais e de garantia do sistema financeiro; 10) direito de propriedade, garantido pelo sistema judiciário⁵⁷. Em graus variados, o receituário do Consenso de Washington foi incorporado aos planos econômicos dos governos latino-americanos como tábua de salvação após uma década de retração econômica.

O “Consenso de Washington” [...] considerava-se uma nova estratégia global de desenvolvimento para os países atrasados e supunha que, depois da estabilização e das reformas, ocorreria inevitavelmente uma retomada dos investimentos e do crescimento econômico, liderado pelo capital privado. Bastaria desfazer-se do estatismo, e deixar que operassem livremente o comércio e os preços, para que se seguissem um desenvolvimento sustentado e para que as desigualdades sociais e nacionais fossem sendo reduzidas espontaneamente.⁵⁸

Para Wainwright, as políticas que caracterizam a maior parte das iniciativas neoliberais – desregulamentação, privatização, macroeconomia monetarista e legislação antissindicalista – se justificaram perante a sociedade pela necessidade de modernização. Ainda que não estivessem claros o sentido desse conceito nem os custos sociais envolvidos no processo, a ideia era facilmente absorvida pela população diante de um cenário econômico em que prevalecia o fatalismo.

⁵⁷ WILLIAMSON, John. Reformas políticas na América Latina na década de 80. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 12, n. 1 (45), p. 43-49, jan./mar. 1992. p. 44.

⁵⁸ FIORI, José Luís. **60 lições dos 90**: uma década de neoliberalismo. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001. p. 86.

A modernização é definida pelos políticos como a resposta às exigências da “globalização”, ela própria tratada como inevitável, quase como um equivalente econômico a um resultado das leis da natureza. Presume-se que não há alternativas. Também se presume que as pressões globais, que exigem o que é visto como modernização, são, de certo modo, involuntárias, como se dissociadas do propósito e do poder humanos.⁵⁹

Borón também examina o argumento neoliberal da inevitabilidade da globalização, que contribui diretamente para a aceitação das políticas impostas à sociedade e que, ao mesmo tempo, tira dos governos a responsabilidade pelos custos sociais que delas decorrem.

Na narrativa neoliberal, a globalização aparece como uma torrente terrível que arrasa os mercados nacionais, que derruba as fronteiras do Estado e homogeneiza inexoravelmente as sociedades e a cultura. Ante uma força supostamente descontrolada e incontrolável como esta, o único curso de ação que se abre para os governos responsáveis e prudentes – diz o discurso ortodoxo – não é outro senão o de inclinar-se diante da globalização, cedendo a sua pressão e abstando-se de oferecer uma resistência que só trabalharia em sentido contrário ao desejado. Uma atitude de serena e realista aceitação de um processo como este [...] é só o que pode minimizar os gravíssimos custos que acarretaria toda resistência inútil às temíveis forças do mercado.⁶⁰

Contudo, o estabelecimento do consenso na sociedade e, sobretudo, nos círculos decisórios não deve ser visto apenas como um resultado desejado pelo neoliberalismo, mas também como uma estratégia que perpassa toda sua lógica argumentativa. Como defende Borón⁶¹, o estabelecimento do “pensamento único” decorre do fatalismo atribuído à globalização e à apresentação dos preceitos neoliberais como única maneira de operar a economia diante da nova realidade mundial. O falso realismo com que as dificuldades econômicas são apresentadas é uma forma refinada de desconsiderar qualquer visão alternativa e retirar do debate propostas que não se adequem à “política única”, resposta adequada ao “pensamento único”. No momento em que as economias dos países periféricos se tornam mais dependentes de recursos externos e a ação dos governos, mais sujeita a decisões tomadas fora do seu âmbito de atuação, é que termos como “dependência” e “soberania” são habilmente excluídos dos discursos cuja circulação nos meios de comunicação é legitimada.

Além de acenarem com o atrativo apelo à modernização, as propostas neoliberais se beneficiaram da situação de crise econômica e social alarmantes em boa parte dos países

⁵⁹ WAINWRIGHT, Hilary. **Uma resposta ao neoliberalismo**: argumentos para uma esquerda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1998. p. 9.

⁶⁰ BORÓN, Atilio A. “Pensamiento único” y resignación política: los límites de una falsa coartada. In: BORÓN, Atilio A.; GAMBINA, Julio; MINSBURG, Naum (orgs). **Tiempos violentos**: neoliberalismo, globalización y desigualdad en América Latina. Buenos Aires: CLACSO/Eudeba, 1999. p. 234.

⁶¹ Ibidem.

latino-americanos do final da década de 1980. A estagnação econômica elevou os índices de desemprego ao mesmo tempo em que a hiperinflação corroía os rendimentos daqueles que mantinham seu trabalho. A dívida externa, conjugada com queda nos preços internacionais dos produtos primários, exauriu os recursos dos tesouros nacionais desses países, reduzindo a capacidade de ação dos governos para compensar o impacto social da crise. Não raro, os governantes e a classe política eram apontados pela população como os causadores da crise, o que facilitou a associação feita pelo neoliberalismo entre ineficiência do Estado e atraso econômico. Diante desse quadro, a sociedade se mostrou disposta a aceitar os duros choques propostos pela ortodoxia macroeconômica, muitas vezes apresentados por seus porta-vozes como uma ferramenta de disciplinamento de governos incompetentes que agiam em nome de interesses autocentrados.

Diferentemente do que ocorreu nas economias centrais, na América Latina os principais alvos dos neoliberais não foram o Estado de bem-estar social e as ideias keynesianas, mas sim o nacionalismo desenvolvimentista oriundo do pensamento da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e o populismo que acompanhou a implantação desse pensamento em boa parte dos países da região⁶². A tradição de pensamento cepalina remonta à década de 1940 e se manteve no centro dos debates sobre o desenvolvimento na região até meados da década de 1970. Impulsionada pelas propostas do economista argentino Raúl Prebisch, a chamada “teoria cepalina do desenvolvimento econômico” propunha um enfoque sobre o capitalismo mundial que dividia os países em centrais e periféricos. A periferia era composta por economias baseadas em exportação de produtos primários e que funcionavam como satélites das economias centrais, importando delas os produtos industrializados e de alta tecnologia de que necessitavam. Essa relação era desigual e prejudicial aos países periféricos, já que a deterioração dos termos de intercâmbio provocava frequente desequilíbrio em suas contas externas e concentrava nos países centrais a acumulação de capital e o aprimoramento tecnológico. Como mecanismo para promover o desenvolvimento, as propostas cepalinas previam uma ação forte do Estado como indutor da economia e como fornecedor de infraestrutura e incentivos à industrialização, que deveria se iniciar pelo processo de

⁶² COMBLIN, José. **O neoliberalismo**. Ideologia dominante na virada do século. Petrópolis: Vozes, 2000; MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo: de donde vem, para onde vai?** São Paulo: Editora SENAC, 2001.

substituição de importação e pela constituição de uma indústria de base nos países da América Latina⁶³.

A descrença no modelo cepalino e o esgotamento do processo de substituição de importações foram diretamente influenciados pela retração da economia mundial na década de 1970 e as sucessivas crises da dívida externa no início dos anos de 1980. O cenário criou condições favoráveis a que as reformas estruturais propostas pelo neoliberalismo surgissem como solução para as deterioradas economias latino-americanas. Apesar das experiências no Chile de Augusto Pinochet e na Argentina, com Martínez de Hoz, ambas ainda na década de 1970, é nas duas décadas seguintes que o neoliberalismo se espalha pela região. Uma das principais alavancas desse processo foi o Fundo Monetário Internacional, que se tornou um promotor dos princípios neoliberais na América Latina e no mundo. Para José Luís Fiori⁶⁴, a participação de instituições estrangeiras e supranacionais nos processos de renegociação das dívidas externas dos países latino-americanos foi uma estratégia econômica norte-americana em relação à sua periferia imediata. Essa estratégia se baseava na posição que o FMI e o Tesouro norte-americano passaram a assumir como intermediários entre o governo dos Estados Unidos, os credores privados da dívida e os países devedores. Nessa situação, o Fundo e o Tesouro passaram a ser tutores da ortodoxia neoliberal, impondo aos devedores as regras pelas quais passariam a conduzir a economia de seus países para que pudessem voltar ao sistema financeiro internacional, do qual permaneceram afastados durante a maior parte da década de 1980 em função das moratórias decretadas. Assim,

todas as renegociações das dívidas nacionais foram seguidas, imediatamente, por mudanças econômicas que ocorreram quase ao mesmo tempo e da mesma maneira em todo o continente. [...] Foi nesse momento que se inventou o novo “demônio” a ser exorcizado da América Latina: o “populismo macroeconômico”; e também um novo Santo Graal: a “desestatização” e o “equilíbrio fiscal”.⁶⁵

Embora tivesse a concordância majoritária das elites locais, as medidas impostas pelo FMI nem sempre foram de fácil implantação pelos governos, que tiveram de lidar com pressões políticas, custos sociais e a resistência dos grupos cujas bases de poder econômico e político

⁶³ PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 47-111, 1949; RAPOPORT, Mario. **Crisis y liberalismo en la Argentina**. Buenos Aires: Editores de América Latina, 1998; FERRER, Aldo. **El Capitalismo Argentino**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1998.

⁶⁴ FIORI, José Luís. **60 lições dos 90: uma década de neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001. p. 82.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 83.

estavam assentadas no modelo vigente nas décadas anteriores. Muitos desses países acabaram estagnados por medidas de austeridade ao mesmo tempo em que projetaram em algum tempo futuro a perspectiva de pagar o que deviam. Então, as instituições financeiras acenariam com a possibilidade de perdão parcial da dívida, como o Plano Brady, de 1989, ou os acordos fechados por 18 países em desenvolvimento até 1994, entre eles México, Brasil e Argentina⁶⁶. Esses países acreditavam que o alívio temporário da dívida lhes permitiria se recuperar economicamente e saldar no futuro o restante a pagar. Porém, junto com os acordos, o FMI impôs uma série de reformas macroeconômicas que, na prática, impediram sua recuperação financeira e os levaram a crises profundas entre 1995 e 2002. A crise argentina de 2001 é o exemplo mais dramático desse efeito na região.

Harvey⁶⁷ chama atenção para o fato de que a margem de manobra dos países devedores, uma vez tendo aceitado o acordo de renegociação, era pequena. Para o autor, a abertura das economias ao fluxo de capital fez com que os Estados passassem a se preocupar com o clima de negócios, cuja manutenção em bons níveis garantiria a competitividade do país no plano internacional. Como o FMI e o Banco Mundial consideravam o grau de liberalização como componente essencial desse clima de negócios, os Estados se viram cada vez mais pressionados a adotar as medidas defendidas pelo Fundo.

Os governos latino-americanos se voltaram então para a implantação das chamadas reformas estruturais, que envolveram abertura comercial, privatizações, elevação das taxas de juros e cortes profundos nos gastos estatais. Embora representassem uma estratégia de concentração de capital nas mãos de investidores e de grandes grupos internacionais, as medidas eram aplicadas como remédio para controlar a inflação. E, na maioria dos casos, atingiram esse fim. Porém, o custo de sua implantação foi, em graus variados, a estagnação econômica, o crescimento da dependência externa dos países, o aumento do desemprego e da informalidade, e o empobrecimento da maior parte da população.

Outro efeito negativo das políticas neoliberais sobre os países da região – sobretudo aqueles que, como Brasil e Argentina, haviam experimentado um ciclo positivo de industrialização por substituição de importações – foi a transferência de recursos do setor produtivo para o

⁶⁶ HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008. p. 85.

⁶⁷ *Ibidem*. p. 102.

financeiro. Esse efeito gera, como explica Aldo Ferrer, uma “economia dual”⁶⁸. De um lado, um segmento local associado ao capital internacional, com investimento externo em empresas públicas privatizadas e participação na exploração de recursos naturais; do outro, fora do círculo hegemônico, as pequenas e médias empresas nacionais, os trabalhadores e as economias regionais. Como consequência, os países sofrem com o desemprego, a queda nos indicadores sociais e a concentração de renda.

2.2 O NEOLIBERALISMO NA ARGENTINA: GRUPOS E REPRESENTAÇÕES

Entender o processo de implantação das reformas neoliberais na Argentina durante o governo de Carlos Menem pela leitura de seus principais historiadores e analistas traz uma condicionante de grande relevância: uma das principais correntes de interpretação desse período é constituída por intelectuais e acadêmicos que foram, ao mesmo tempo, os executores das políticas por eles prescritas. A década de 1980 viu ascender na Argentina um grupo cujo pensamento partilhava uma visão crítica com forte tendência revisionista da história do país no século XX. Com destacado viés neoliberal, esse grupo se propunha claramente a interpretar as causas da crise econômica, mas também a influenciar os tomadores de decisão e a opinião pública a seu favor e, uma vez ideologicamente estabelecido, integrar o governo para participar diretamente da implantação das medidas apregoadas como necessárias ao retorno do crescimento econômico e da prosperidade⁶⁹.

A experiência argentina traz também uma segunda característica, contraditória à primeira vista, que precisamos ressaltar: o neoliberalismo se instalou no país como pensamento dominante a partir do retorno ao poder, após mais de uma década, do partido que nasceu e construiu sua estrutura política com base no nacionalismo desenvolvimentista e no populismo que os neoliberais atacavam com mais intensidade. O Partido Justicialista (PJ), herdeiro do capital político do peronismo, viu o governo Menem retroceder em conquistas sociais, promover a redução drástica do aparato estatal, precarizar as relações trabalhistas e valorizar o setor financeiro rentista em detrimento do setor produtivo. Ao mesmo tempo, o presidente e

⁶⁸ FERRER, Aldo. **El Capitalismo Argentino**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1998. p. 100.

⁶⁹ CERVO, Amado Luiz. A política exterior da Argentina: 1945 – 2000. In: GUIMARÃES, S. P. (org.). **Argentina: visões brasileiras**. Brasília: IPRI/FUNAG, 2000; CANDEAS, Alessandro. **A integração Brasil-Argentina: história de uma ideia na “visão do outro”**. Brasília: FUNAG, 2010; SANTORO, Maurício. **Ideias, Diplomacia e Desenvolvimento: Política externa argentina de Menem a Kirchner**. 2008. 151 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, IUPERJ, Rio de Janeiro, 2008.

seus assessores diretos, ecoados por parte da imprensa e por vários atores do cenário econômico, promoveram um conjunto de representações acerca da Argentina, do Estado e das décadas de experiência peronista que associaram os princípios fundamentais do peronismo ao atraso, à ineficiência e, portanto, à crise. Nesta seção, pretendemos traçar um quadro da ascensão e consolidação do neoliberalismo na Argentina menemista reforçando esses dois elementos: a comunidade de economistas, acadêmicos e intelectuais que se estabelece na década de 1980 e encontra oportunidade de firmar suas ideias na construção de uma nova cultura política no país; e as representações construídas por essa comunidade e sua relação com o contexto político da época e a tradição peronista argentina.

Numa análise da opinião de economistas em jornais de grande circulação na Argentina, Antonio Camou reconhece a ascensão do pensamento neoliberal na sociedade do país e aponta a tendência do grupo que o difunde a transpor os espaços geralmente reservados à comunidade acadêmica, para então influenciar a tomada de decisão do governo.

Produziram-se transformações não apenas no “que”, mas também no “como” e no “quem” das políticas econômicas, a partir de uma pauta fundamental: a participação crescente de especialistas e de organizações privadas produtoras de conhecimento especializado tanto no espaço público quanto nos âmbitos mais altos e restritos de decisões governamentais.⁷⁰

A passagem do mesmo grupo de pesquisadores e analistas da academia para as esferas mais altas do governo de Carlos Menem também é apontada por Amado Cervo, que observa a constituição, na década de 1990, de uma

[...] dinâmica e expressiva comunidade epistêmica integrada por historiadores, economistas, cientistas políticos e autoridades de governo, por vezes as mesmas pessoas. O itinerário de sua atuação associou os objetivos de produzir conhecimento, formar consciência e opinião, influir sobre a decisão política e transformar o sistema produtivo.⁷¹

O objetivo desses acadêmicos de sair dos limites da análise econômica para construir políticas de governo é reconhecido por um de seus maiores representantes, o economista Domingo Cavallo. Em “*El peso de la verdad*”, livro em que elucida momentos importantes de seus sete

⁷⁰ CAMOU, Antonio. ¿Un toque de atención o una tribuna de doctrina? Expertos económicos y políticas económicas en la Argentina a través de la prensa especializada (1985-2001). **VII Congreso Nacional de Ciencia Política**, Universidad Católica de Córdoba, 2005. Disponível em: <<http://www.saap.org.ar/esp/docs-congresos/congresos-saap/VII/programa/paneles/d/d2/camou.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2013. p. 1.

⁷¹ CERVO, Amado Luiz. A política exterior da Argentina: 1945 – 2000. In: GUIMARÃES, S. P. (org.). **Argentina: visões brasileiras**. Brasília: IPRI/FUNAG, 2000. p. 25.

anos no governo de Menem, ele deixa claro que sua nomeação como ministro da Economia abriu a porta que ele e sua equipe, oriundos da pesquisa acadêmica privada, aguardavam.

No dia em que o presidente Menem me designou ministro da Economia, senti que havia chegado a oportunidade para a qual havia me preparado durante anos. Tanto eu quanto a equipe de economistas que havia dirigido na Fundación Mediterránea tínhamos claro que, para além de qualquer medida conjuntural, tínhamos uma responsabilidade superior: dar uma nova organização à economia baseada em regras de jogo simples, transparente, de aplicação automática. A desregulação – assim como a privatização – já não era mais um ponto num discurso em cadeia nacional do ministro da vez, senão um conceito de fundo pelo qual vinha brigando no campo acadêmico e profissional e que, agora, tinha a ocasião de pôr em marcha a partir do governo.⁷²

O revisionismo histórico é uma característica marcante desse grupo de intelectuais e peça fundamental na conquista de espaço e prestígio nos veículos de imprensa. Numa tentativa de sistematizar a releitura do século XX argentino levada adiante pelos neoliberais, Cerro⁷³ aponta três períodos de mudança de rumos na trajetória do país segundo o discurso revisionista. O primeiro, da “grandeza nacional”, constituído a partir dos ideais da chamada “geração dos 80” do século XIX e que teria se caracterizado pela inserção vigorosa do país no comércio internacional, com benefícios internos de grande impacto social. Nesse período, a Argentina teria se beneficiado de sua vantagem como grande produtor de alimentos e se tornado um país próspero explorando a exportação de produtos primários. O segundo período seria o da “introspecção nacional”, entre 1930 e 1945, que criou as condições geradoras da decadência interna e isolou a Argentina no ambiente internacional. Por fim, o terceiro período, iniciado por Raúl Alfonsín e concretizado por Menem, seria marcado por estabilidade monetária e abertura econômica, que fechariam o ciclo histórico iniciado nos anos de 1880 e levariam o país de volta a seu período de grandeza e prestígio, dando fim ao sentimento de autocompaixão que, na visão do grupo, caracterizaria a sociedade argentina nas décadas anteriores.

O pensamento neoliberal argentino do fim do século XX desenvolve, portanto, o discurso de retorno a um passado idealizado, no qual o país seria um aliado importante da principal potência mundial (então, a Grã-Bretanha) e sua economia estaria livre dos entraves que o impedem de realizar seu verdadeiro potencial de desenvolvimento. As reformas estruturais

⁷² CAVALLO, Domingo. **El peso de la verdad**. Un impulso a la transparencia en la Argentina de los 90. Buenos Aires: Planeta, 1997. p. 70.

⁷³ CERVO, Amado Luiz. A política exterior da Argentina: 1945 – 2000. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. (org.). **Argentina**: visões brasileiras. Brasília: IPRI/FUNAG, 2000. p. 26.

promoveriam, portanto, a possibilidade de retorno ao rumo do crescimento econômico, agora associado a uma relação especial com a nova potência mundial hegemônica, os Estados Unidos.

Para os setores que apoiam as reformas econômicas e a política externa do governo peronista [de Menem], a Argentina retoma uma trajetória histórica iniciada na segunda metade do século XIX, no processo de reorganização posterior à aprovação da Constituição de 1853, caracterizada por uma inserção competitiva na divisão internacional do trabalho como exportadora de produtos agropecuários dirigidos prioritariamente para o mercado europeu.⁷⁴

Uma primeira representação que surge no pensamento neoliberal argentino a partir de uma releitura de seu passado é a do país “*granero del mundo*”. Segundo essa visão, a Argentina viveu seu melhor momento econômico entre 1870 e 1930, quando o país soube explorar seu potencial agroexportador para manter uma política de liberalismo comercial e financeiro, sem grande interferência do Estado na economia. Essa visão está presente em textos de um dos mais importantes operadores da política econômica do período Menem: Domingo Cavallo. Sua obra “*La Argentina que pudo ser*”, com Domenech e Mundlak, conclui que a Argentina teria conseguido chegar ao fim do século XX com níveis de desenvolvimento semelhantes aos do Canadá e da Austrália se tivesse mantido a política de abertura ao mercado internacional que adotava antes da crise de 1929. Para ele, não foi a distribuição da renda promovida pelo peronismo a razão do declínio econômico do país, mas o fato de ela ter sido feita em detrimento do setor privado agroexportador⁷⁵. Em outras obras, Cavallo também contribuiu para a imagem do Estado como ineficiente, hipertrofiado e promotor de políticas equivocadas entre as décadas de 1940 e 1970, que teriam sido marcadas pela irracionalidade e pelo voluntarismo, causando permanente crise inflacionária.

Outra manifestação do nosso voluntarismo irracional é a ampliação permanente dos âmbitos de intervenção administrativa do governo em matéria de decisões econômicas. Frequentemente, isso dá lugar a disposições que, desde o momento em que se sancionam, se sabe com certeza que não serão cumpridas e que é impossível controlá-las.⁷⁶

⁷⁴ AYERBE, Luis Fernando. **Neoliberalismo e política externa na América Latina**: uma análise a partir da experiência argentina recente. São Paulo: Ed. UNESP, 1998. p. 159.

⁷⁵ CAVALLO, Domingo; DOMENECH, Roberto; MUNDLAK, Yair. **La Argentina que pudo ser**: los costos de la represión económica. Buenos Aires: Manantial, 1989. p. 117.

⁷⁶ CAVALLO, Domingo. **Volver a crecer**. Un replanteo de las reglas de juego para el crecimiento económico de Argentina. Buenos Aires: Sudamericana/Planeta, 1984. p. 32.

Dada a importância de Domingo Cavallo, tanto como formulador do pensamento neoliberal argentino quanto – e, sobretudo – como agente político de sua implantação, examinaremos na próxima seção deste capítulo algumas de suas obras e conferências, em busca das representações que o economista e ministro de Carlos Menem ajudou a construir durante o período aqui analisado.

Seguindo essa mesma linha de Cavallo, Felipe de la Balze também apoia o discurso que representa o fim do século XIX e início do XX como a fase de ouro argentina, quando o país estaria em vias de se tornar uma nação desenvolvida. Para ele, a política econômica implantada na década de 1990, além de uma reorientação de suas relações internacionais após a redemocratização de 1983, seria um movimento consistente de reincorporação do país ao Primeiro Mundo. A ideia de fundo desse pensamento é que a Argentina já fez parte, no passado, do “seleto grupo de países mais avançados, com instituições políticas democráticas consolidadas, níveis de desenvolvimento econômico altos e aparatos estatais relativamente modernos e bem organizados”⁷⁷. Essa condição teria sido perdida por uma sequência de equívocos na segunda metade do século XX, mas se apresentaria novamente no horizonte, embora o autor reconheça que o país ainda não fazia parte, no final da década de 1990, desse seleto grupo.

Desgraçadamente, seu desempenho econômico, institucional e diplomático, durante boa parte da segunda metade do século XX, foi lamentável. A Argentina, pela implantação de políticas errôneas, tem o triste privilégio de ser o único país avançado da década de 1940 que se transformou, gradualmente, em um país “em vias de crescimento” durante os cinquenta anos seguintes.⁷⁸

É visível nos trechos de Cavallo e De la Balze citados acima a nostalgia de um período anterior à ascensão de Juan Domingo Perón à presidência, em 1945, e a frustração pelos erros que teriam interrompido a trajetória do desenvolvimento argentino. Em consequência da idealização do país como *granero del mundo*, surge uma segunda representação, sintetizada na expressão “*larga agonía* da Argentina peronista”, cunhada pelo historiador Tulio Halperín Donghi, que dá título a um de seus livros. Segundo Donghi⁷⁹, o peronismo viveu um momento áureo em seus dois primeiros anos, quando teria provocado uma revolução social na

⁷⁷ DE LA BALZE, Felipe A. M.. La política exterior de “reincorporación al primer mundo”. In: CISNEROS, Andrés (org.) **Política exterior argentina 1989-1999**: Historia de un éxito. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1998. p. 107.

⁷⁸ Ibidem, p. 108.

⁷⁹ DONGHI, Tulio Halperín. **La larga agonía de la Argentina peronista**. Buenos Aires: Ariel, 1994. p. 29-30.

Argentina, beneficiando-se da conjuntura favorável ao fim da Segunda Guerra Mundial. No entanto, teria sido justamente seu enorme sucesso nesse período a razão do declínio econômico sofrido a partir de então. A crescente base de apoio do presidente precisava ser mantida com recursos de que o Estado não dispunha e nem Perón nem os governos civis e militares que o sucederam teriam sido capazes de realizar as reformas que poderiam devolver vigor à economia argentina.

Segundo a mesma tese, a hiperinflação de 1989 teria posto fim à *larga agonía*, por promover a eliminação dos obstáculos impostos pela sociedade às reformas liberais, necessárias desde o fim da década de 1940, mas jamais encaradas com seriedade pelos governos. Donghi ameniza os efeitos negativos da crise dos anos de 1980, baseado numa lógica de custos e benefícios que justificaria as perdas provocadas pela hiperinflação em favor de um novo ordenamento político e social, que se tornaria possível a partir de então:

Um momento insolitamente dramático [...] mas não deixou atrás de si um legado de perdas materiais ou humanas comparável ao de outros que não tiveram o mesmo efeito resolutivo. No entanto, se diria que, se nesses outros episódios a sociedade havia também descoberto novos perigos e artimanhas, o que ela havia descoberto dessa vez é que o perigo estava nela mesma, que pelo caminho que havia tomado apenas podia avançar para uma desintegração destinada a expressar-se em irreprimível violência e ruína.⁸⁰

A condução errônea da política econômica iniciada por Perón e continuada pelos governos que o sucederam também é apontada por Juan José Llach. O autor apresenta dados que mostram o crescimento menor da América Latina e da Argentina em relação a outras regiões do mundo entre 1950 e 1989 para concluir que a presença do Estado na economia foi a razão do atraso relativo do país e da região, e das fortes crises dos anos de 1980.

À medida que o Estado crescia e crescia, começou a ser evidente que, à sua sombra, haviam se desenvolvido grupos de interesse especiais cada vez mais diferenciados do “interesse público” original. Essas “cuasicorporações” começaram de imediato a apropriar-se de uma fração cada vez maior do produto social. O Estado começou, assim, a produzir uma proporção crescente de bens privados em detrimento dos bens públicos que eram sua razão de existência. As boas razões da intervenção estatal foram se tornando sem razão e conduziram a uma crise do Estado moderno de natureza global.⁸¹

⁸⁰ DONGHI, Tulio Halperín. **La larga agonía de la Argentina peronista**. Buenos Aires: Ariel, 1994. p. 141.

⁸¹ LLACH, Juan José. **Otro siglo, otra Argentina**: una estrategia para el desarrollo económico y social nacida de la convertibilidad y de su historia. Buenos Aires: Ariel, 1997. p. 25.

Escrito em 1997, o livro de Llach tem, ao mesmo tempo, o tom triunfalista de quem foi secretário de Programação Econômica do primeiro governo de Menem e ajudou a implantar as medidas neoliberais, e o reconhecimento de que os níveis sociais do país naquele momento eram uma promessa não cumprida do discurso hegemônico. Ele admite que, embora a pobreza tenha se reduzido entre 1989 e 1994, ela voltou a subir a partir de então, coincidindo com o acentuado aumento do desemprego no país; que “embora a maior parte da população esteja melhor”, havia ressalvas pelo grande contingente de “excluídos e perdedores”; e que muitos setores da sociedade só conseguiram atingir, em 1996, o nível de renda que tinham em 1980, outros nem a isso chegaram⁸². No entanto, refletindo a postura que caracterizou os economistas neoliberais até os últimos dias da crise de 2001, Llach aponta como solução para os problemas da economia o aumento da ortodoxia:

Para que a conversibilidade, como sistema de estabilidade e crescimento, seja sustentável por longo tempo e compatível com a solução do problema do desemprego e com uma maior equidade social, é necessário aprofundar as reformas.⁸³

A interpretação da crise argentina como uma *larga agonía* não é, porém, a única que se apresenta na segunda metade dos anos de 1980. Outros analistas, alguns deles ligados à tradição cepalina, disputavam com os neoliberais a construção das representações sociais em torno da Argentina peronista, embora seu pensamento tenha se tornado marginal nos debates dos problemas argentinos daquele período.

A leitura do século XX na Argentina feita por esse grupo ataca um dos elementos basilares do revisionismo: a crença de que o modelo liberal agroexportador e relações estreitas com a potência dominante – a Grã-Bretanha – teriam sido responsáveis pelo melhor período do país, entre 1880 e 1930. Na visão de Ferrer⁸⁴ e Rapoport⁸⁵, o mito do retorno ao período áureo é, na verdade, a manutenção de uma percepção equivocada da elite argentina. Nas primeiras décadas do século XX, a concentração de renda nas mãos da elite agroexportadora e as vantagens oferecidas a ela pelo Estado teriam gerado a impressão de que a economia do país seguia o rumo do desenvolvimento. Na verdade, países de economia agroexportadora naquele

⁸² LLACH, Juan José. **Otro siglo, otra Argentina**: una estrategia para el desarrollo económico y social nacida de la convertibilidad y de su historia. Buenos Aires: Ariel, 1997. p. 243.

⁸³ Ibidem, p. 256.

⁸⁴ FERRER, Aldo. **El Capitalismo Argentino**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1998.

⁸⁵ RAPOPORT, Mario. **Historia Económica, Política y Social de la Argentina (1880–2000)**. Buenos Aires: Macchi, 2000; RAPOPORT, Mario. **El Viraje del Siglo XXI**: deudas y desafíos en la Argentina, América Latina y el mundo. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006.

período e que nas décadas seguintes alcançaram desenvolvimento – como Canadá e Austrália, citados pelos defensores da *larga agonía* – teriam adotado o protecionismo e o investimento estatal com vistas ao desenvolvimento da indústria nacional.

Para Ferrer, não há dúvidas de que a percepção de prosperidade das elites agroexportadoras da época atrasou por décadas a compreensão de que a dinâmica da economia mundial havia mudado. Ainda no século XIX, quando países como Japão, Estados Unidos e Alemanha abandonaram os preceitos de livre comércio para proteger seus setores industriais nascentes, a elite argentina estava satisfeita com os ganhos que obtinha em suas relações com a Grã-Bretanha e cultivou a ilusão de que manteria essa situação permanentemente. Em vez de realizar poupança e investimento produtivo, orgulhava-se do consumo de luxo e da modernidade urbana. Quando o sistema começou a mostrar suas imperfeições, a partir da Primeira Guerra Mundial, e entrou em crise durante a Grande Depressão de 1930, as condições de um desenvolvimento empresarial autônomo não estavam presentes na Argentina. Segundo Ferrer, “a crise revelou a fantasia de um país próspero, ou do Primeiro Mundo, [...] sustentado em uma economia subindustrializada, altamente estrangeirizada e dependente da exportação de produtos primários”⁸⁶.

Por sua vez, Mario Rapoport contesta a visão otimista de *granero del mundo* e mostra que a prosperidade da elite agroexportadora estava amparada por uma balança comercial desfavorável, compensada com empréstimos obtidos para financiar obras públicas. Como consequência, o endividamento do Estado era o financiador desse modelo e as crises econômicas de 1873, 1890 e 1930 teriam demonstrado a fragilidade e a dependência da economia argentina nesse período. Em 1930, diante do quadro mundial adverso, foram os próprios liberais que iniciaram o processo de fechamento da economia e a intervenção estatal nos preços e no comércio⁸⁷.

Para sustentar essa visão, em sua obra sobre a História Econômica argentina, Mario Rapoport compara o desenvolvimento da Argentina e do Canadá entre 1870 e 1980. Para ele, embora os países estivessem em condições semelhantes na segunda metade do século XIX, os fatores que determinaram o afastamento entre o desenvolvimento dos dois países não estão relacionados às políticas peronistas ou ao protecionismo industrial iniciado após a Segunda

⁸⁶ FERRER, Aldo. **El Capitalismo Argentino**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1998. p. 60.

⁸⁷ RAPOPORT, Mario. **Crisis y liberalismo en la Argentina**. Buenos Aires: Editores de América Latina, 1998.

Guerra Mundial. Ele aponta como elementos geralmente ignorados nessa análise de desempenho a reforma agrária feita pelo Canadá ainda no século XIX, que mudou o perfil da classe proprietária de terras e as relações econômicas no campo, e a substituição da declinante Grã-Bretanha pelos Estados Unidos como principal parceiro econômico e provedor de capital canadense, levada a cabo décadas antes de a Argentina fazer o mesmo movimento.⁸⁸

Tanto Rapoport quanto Ferrer têm críticas às políticas econômicas iniciadas por Perón, embora não apontem a presença ativa do Estado como a razão para o declínio econômico argentino. O aumento de sua presença na economia, como lembra Ferrer⁸⁹, não foi um fenômeno exclusivamente argentino, mas sim uma tendência observada na maioria dos países no mesmo período, inclusive naqueles que tiveram crescimento mais acentuado. O problema, no caso argentino, teria sido a má qualidade da intervenção pública na economia. Já Rapoport ressalta que o intervencionismo estatal não foi uma postura iniciada por Perón, mas sim pelos governos liberais conservadores da década de 1930.

O intervencionismo de Estado na Argentina, a política “dirigista” tantas vezes criticada, não se deveu então à iniciativa de “governos populistas” pressionados por suas “bases”, mas sim pela ação das velhas elites liberais que procuraram assim salvaguardar um sistema econômico em perigo, ao qual se achavam especialmente atrelados seus interesses. A participação do Estado na vida econômica do país começou ali sua irresistível ascensão.⁹⁰

No período da redemocratização, as impressões revisionistas fizeram parte de um conjunto de representações do país e de seu lugar no mundo que permitiu a implantação das medidas de abertura econômica e redução do Estado. A corrente, que ganhou destaque no período Menem, partilha uma leitura positiva das reformas implantadas e da experiência neoliberal na Argentina. Esse revisionismo e as representações trazidas por seus autores tiveram impacto sobre a cultura política argentina no período e, além de promoverem a ascensão de grupos ligados ao liberalismo, permitiram também a concretização dos objetivos de poder do presidente e seus aliados mais próximos. Nas representações partilhadas pelo grupo ligado ao neoliberalismo, o Estado agônico das décadas anteriores era marcado pelo intervencionismo e pelas grandes empresas públicas. Logo, seu desmantelamento, pela transferência desse

⁸⁸ RAPOPORT, Mario. **Historia Económica, Política y Social de la Argentina (1880–2000)**. Buenos Aires: Macchi, 2000. p. 196-197.

⁸⁹ FERRER, Aldo. **El Capitalismo Argentino**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1998.

⁹⁰ RAPOPORT, Mario. op. cit., p. 31.

passivo ineficiente à iniciativa privada, era apresentado à sociedade como a solução mais acertada naquele momento.

A crise social e econômica gerada pela hiperinflação, em 1989, cumpriu um papel importante na aceitação das medidas neoliberais pela sociedade argentina. Eduardo Basualdo⁹¹ aponta uma armadilha formulada pelo pensamento hegemônico que vinculava o Plano de Conversibilidade, de 1991, a medidas cujos efeitos são de longo prazo, como as privatizações e a abertura do mercado financeiro. Enquanto a conversibilidade tinha por objetivo atacar as causas da inflação e estabilizar preços e câmbio, a venda dos ativos do Estado e a liberalização financeira atendiam ao interesse de setores específicos da elite econômica. No entanto, ao apresentar as duas ações como complementares, o governo e os defensores do pensamento neoliberal garantiam o apoio dos setores mais prejudicados pelas reformas – trabalhadores e pequenos empresários –, que não lucravam com a abertura econômica nem com a liquidação dos bens do Estado, mas tinham o desejo de ver a inflação sob controle. Os bons resultados obtidos pelo Plano de Conversibilidade nos seus três primeiros anos – com a redução da inflação e o crescimento acentuado do PIB – acabaram por validar socialmente o argumento de que o Estado era o grande entrave à economia.

A acentuada expansão da etapa inicial está fortemente influenciada pela notável profundidade que assume a crise hiperinflacionária anterior. Na realidade, se se comparam os primeiros anos da Conversibilidade com 1990 – onde se localiza o epicentro da crise – a recomposição de todas as variáveis consideradas é muito mais acentuada que a do período 1991-1994. Portanto, à medida que diminui a capacidade ociosa, se evidencia a incapacidade da conversibilidade e das reformas de longo prazo para instaurar um processo econômico que seja sustentável no tempo, não apenas em termos de distribuição de renda, senão, também, de crescimento econômico.⁹²

E o fato de essa política ter sido levada adiante por um governo peronista, cujas bases políticas tradicionalmente se assentavam nas corporações e no estatismo que o neoliberalismo crítica, se transformou, embora pareça paradoxal, em um facilitador do processo. Como explicam Gerchunoff e Llach:

deve-se ter em conta as poderosas credenciais partidárias que Menem havia conseguido por seus seguidos triunfos eleitorais no pleito interno de 1988 e nacional seguinte. Com suas vitórias o peronismo havia se unificado em torno de um líder

⁹¹ BASUALDO, Eduardo. Las reformas estructurales y el Plan de Convertibilidad durante la década de los noventa. El auge y la crisis de la valorización financiera. **Realidad Económica**, Buenos Aires, n. 200, p. 42-83, 2003. p. 45.

⁹² Ibidem, p. 47.

aceito por todas as correntes pela primeira vez após a morte de Perón. Por conseguinte, Menem chegou ao governo com o capital político necessário para legitimar suas opções de política. [...] Em linha com o antigo paradoxo da política, segundo o qual os líderes de esquerda podem com mais facilidade adotar políticas de direita sem ser condenado pela esquerda (e vice-versa), a exitosa virada de Menem provou que um presidente de origem populista podia lançar uma estratégia econômica não populista e ser bem-sucedido na tentativa.⁹³

Essa transformação sofrida pelas políticas peronistas no fim da década de 1980 teve influência intelectual e participação política direta do economista Domingo Cavallo. Assim, para que se compreendam melhor suas propostas e se aprofunde o quadro das representações do neoliberalismo na Argentina, examinaremos na próxima seção alguns textos de Cavallo para destacarmos os principais traços de seu pensamento sobre a economia do país.

2.3 O NEOLIBERALISMO E SUAS REPRESENTAÇÕES NO PENSAMENTO DE DOMINGO CAVALLO

Se Carlos Menem é o símbolo político das transformações neoliberais promovidas na Argentina a partir de 1989, seu principal formulador no campo econômico foi Domingo Cavallo. Economista, formado pela Universidade Nacional de Córdoba e doutor em Economia por Harvard, em 1977, Cavallo voltou dos Estados Unidos com a clara intenção de construir uma alternativa às políticas que então conduziam a economia argentina. No mesmo ano em que concluiu seus estudos no exterior, iniciou em Córdoba o *think tank* que se constituiria, mais de uma década depois, em núcleo operador das políticas econômicas do governo Menem: o Instituto de Estudos Econômicos sobre a Realidade Latino-Americana da Fundación Mediterránea, do qual foi o primeiro diretor e figura mais representativa. No discurso de inauguração do instituto, em 6 de junho de 1977, Cavallo ressaltava o interesse do grupo envolvido no projeto de influir nas decisões tomadas pelos governos e pelos empresários do país.

Todo o país e, em particular, os responsáveis por adotar as decisões que conduzem à solução de nossos graves problemas serão os destinatários de nossos trabalhos. [...] Faremos com que o Instituto de Estudos Econômicos sobre a Realidade Argentina e Latino-Americana ofereça um posto de luta construtiva aos jovens egressos de

⁹³ GERCHUNOFF, Pablo; LLACH, Lucas. **El ciclo de la ilusión y el desencanto**. 2. ed. Buenos Aires: Ariel, 2005. p. 424.

nossas universidades desejosos de plasmar em realidades a profunda vocação de serviço que os levou a inclinar-se pelo estudo da economia.⁹⁴

Pela projeção conseguida na província, Domingo Cavallo recebeu convites para integrar o governo durante o período ditatorial militar, com breves passagens pela subsecretaria de Desenvolvimento, durante o governo do general Roberto Eduardo Viola, em 1981; e, no ano seguinte, pela presidência do Banco Central argentino, na qual esteve por 53 dias, durante o governo do general Reynaldo Bignone. Em 1987, Cavallo se elegeu deputado nacional pela província de Córdoba e passou a atuar mais intensamente dentro do Partido Justicialista, se aproximando do então governador de La Rioja e, mais tarde, presidente, Carlos Menem. Com a vitória de Menem, Cavallo assumiu o Ministério das Relações Exteriores em 1989 e, em fevereiro de 1991, chegou à pasta da Economia, na qual permaneceu até agosto de 1996. Mais tarde, durante a crise do modelo de conversibilidade que ele planejou e implantou, o economista foi reconduzido ao ministério como última cartada do presidente Fernando De la Rúa, em março de 2001, mas fracassou nas tentativas de conter a inflação e renunciou um dia antes do presidente, em 19 de dezembro de 2001.

A posição central de Domingo Cavallo no projeto de reformas neoliberais na Argentina – como analista, formulador de propostas e executor político do plano – faz de seus textos e pronunciamentos uma fonte privilegiada para se examinar as representações partilhadas pelo grupo que chegou ao poder com Menem, em 1989, e promoveu a liberalização econômica que o país viveu nos anos seguintes. As propostas de Cavallo para a economia estão baseadas na premissa liberal de que o livre mercado é a melhor maneira de alocar recursos e gerar crescimento. Assim, os dois eixos centrais de sua argumentação confluem para a criação de um ambiente de negócios favorável ao investimento, sobretudo externo: a diminuição do Estado, seja pela privatização de seus ativos, seja pela redução de suas possibilidades de ação sobre a economia; e a elaboração de regras claras e estáveis para os agentes econômicos, que promovam a separação entre a esfera econômica e a política e afastem as decisões técnicas de pressões vindas da sociedade. Para sustentar essa argumentação, Cavallo fez uso de representações do Estado e da sociedade argentina que o colocam na mesma linha dos autores que sustentam as visões de *granero del mundo* e da *larga agonía*.

⁹⁴ CAVALLO, Domingo. **Volver a crecer**. Un replanteo de las reglas de juego para el crecimiento económico de Argentina. Buenos Aires: Sudamericana/Planeta, 1984. p. 111.

A representação da longa decadência argentina já aparecia na obra de Domingo Cavallo em 1984, quando publicou “*Volver a crecer*”. Em seu prólogo, a obra é apresentada como uma iniciativa de levar ao público leigo suas ideias sobre a difícil situação econômica argentina e as saídas para superar a crise, que deveria ser lida por “dirigentes políticos e sindicais, empresários, trabalhadores, profissionais liberais, aposentados, estudantes ou donas de casa”⁹⁵. O tema central do livro é o estancamento econômico vivido pela Argentina após a Grande Depressão, em 1929, que teria alterado a trajetória de crescimento do país e do qual ele jamais teria se recuperado. Ao contrário, no período entre 1974 e 1983, a crise se agravou de forma acentuada. Cavallo expõe as taxas de crescimento do PIB absoluto e *per capita* de 32 países para afirmar que, em 1929, a Argentina tinha um PIB por habitante superior a países como Japão, Espanha e Grécia, que a ultrapassaram em mais de duas vezes até 1983. Outros países como Brasil, México e Colômbia, que tinham o mesmo índice em valores correspondentes à metade ou até a um terço do argentino, estavam no início da década de 1980 em níveis bastante próximos. A crise também se sentiria em outras áreas: de país receptor de imigrantes, o país passou a perder população, que buscava condições melhores de vida no exterior; o analfabetismo, antes visto nos vizinhos, atingia então 1,3 milhão de argentinos; e a renda *per capita* estava na faixa de um quinto da renda média dos países desenvolvidos.

A comparação sustenta a nostalgia de uma época idealizada que é característica da representação da *larga agonía*, na qual se destaca a perda de uma condição privilegiada que prevaleceu nas três primeiras décadas do século XX e que foi prejudicada pela Grande Depressão de 1929 e pela Segunda Guerra Mundial. Para Cavallo⁹⁶, aberto ao comércio internacional nas primeiras décadas, o país “prometia converter-se em um dos mais importantes do Ocidente”, mas os argentinos chegaram ao fim do século olhando “com decepção o quão longe a realidade está daquelas previsões”. Essa mudança brusca e negativa de rumo é explicada no livro pelo fechamento da economia após o fim da Segunda Guerra Mundial, fruto da continuidade de uma política que beneficiava interesses políticos e setoriais internos, mas que não estaria mais de acordo com o panorama econômico mundial que então emergia.

⁹⁵ CAVALLO, Domingo. **Volver a crecer**. Un replanteo de las reglas de juego para el crecimiento económico de Argentina. Buenos Aires: Sudamericana/Planeta, 1984. p. 11.

⁹⁶ *Ibidem*, p. 130.

Semelhantes representações estão bastante presentes no livro “*La Argentina que pudo ser*”, escrito com Roberto Domenech e Yair Mundlak, e publicado em 1989. O título do livro antecipa, em tom pessimista, a conclusão da análise dos economistas. Na visão defendida por eles, a política econômica que pretendia incentivar, por meio do Estado, o desenvolvimento econômico argentino constituiu, na verdade, um obstáculo para o crescimento. Toda a análise é baseada em modelos econométricos que levam em consideração variáveis monetárias e fiscais, com enfoque no câmbio, nos gastos públicos e nos impostos sobre o comércio exterior. Ou seja, a análise se volta para os mecanismos à disposição do Estado para regular a economia e leva a concluir que, se o crescimento não se realizara, a solução seria implantar uma política que coibisse a presença estatal como indutor da atividade econômica.

Na introdução do livro, os autores expõem a premissa que embasa a análise e que reforça a ideia de um passado áureo perdido durante o século XX. De uma taxa anual de crescimento por habitante de 1,8% nas três primeiras décadas, superior à dos Estados Unidos (1,3%), da Austrália (0,8%), do Brasil (1,2%) e do Canadá (1,2%), a Argentina teria passado a índices muito mais baixos nas décadas seguintes e atingido, portanto, um desenvolvimento inferior aos dos países citados em comparação. Na palavra dos autores,

a tese central desse estudo é que as causas dessa preocupante decadência, longe de obedecer a fatores externos ou aleatórios, devem ser buscadas nas características das políticas internas aplicadas, com ou sem a presença de eventuais “shocks” externos.⁹⁷

O discurso que representa a *larga agonía* argentina está presente em toda a obra em questão, com uma permanente associação entre o fechamento da economia e a falta de crescimento do país, num processo que teria durado décadas.

A característica mais impactante que mostra a história econômica argentina deste século é a persistente reversão na participação que havia alcançado no comércio e nas finanças mundiais até 1920-30. Antes da Grande Crise e durante várias décadas, o crescimento da Argentina havia estado estreitamente integrado à economia mundial. No entanto, a partir de 1929 e devido à combinação de choques externos e decisões internas, a economia iniciou um longo período de fechamento e se fez cada vez menos integrada ao comércio mundial e aos mercados internacionais de capitais.⁹⁸

⁹⁷ CAVALLO, Domingo; DOMENECH, Roberto; MUNDLAK, Yair. **La Argentina que pudo ser**: los costos de la repesión económica. Buenos Aires: Manantial, 1989. p. 8.

⁹⁸ *Ibidem*, p. 143.

Os economistas criticam duramente a escolha do governo Perón de manter o desenvolvimento voltado para o mercado interno, com protecionismo e substituição de importações, num momento em que, avaliam eles, o mercado internacional voltava a ser favorável à exportação de produtos agrícolas. Na visão deles, o fato de o apoio político de Perón vir das classes trabalhadoras urbanas fazia com que sua política econômica estivesse comprometida com a redistribuição de renda em favor dos assalariados e a valorização da indústria em detrimento do campo. Em contraposição à escolha pelo protecionismo, os autores utilizam um modelo econométrico proposto por eles para mostrar qual teria sido o desempenho da economia argentina caso as medidas econômicas aplicadas tivessem sido abertura comercial, com câmbio favorável à exportação, e controle fiscal, com ênfase nos gastos públicos. Segundo os resultados do modelo, que despreza qualquer tipo de pressão política e social à aplicação de medidas econômicas, o crescimento no período teria sido 20% superior ao alcançado, embora os salários recuassem quase 10% e os níveis de desemprego permanecessem altos, sem que a economia pudesse absorver a crescente população urbana⁹⁹. Admitiam, portanto, que a piora na distribuição de renda não era um problema se o conjunto da economia crescesse, agravando as condições sociais do país.

Se, na década de 1980, Cavallo apresentava as representações da *larga agonía* e do *granero del mundo* como referências nostálgicas ou pessimistas, a partir de sua ascensão ao Ministério da Economia, em 1989, e a implantação do Plano de Conversibilidade, em 1991, essas imagens passaram a sustentar um discurso triunfalista, sobretudo em seus pronunciamentos em conferências no exterior. Elas reforçavam a vitória do governo Menem sobre a inflação, as corporações e o Estado interventor, abrindo caminho para uma verdadeira economia de mercado na Argentina. Em outubro de 1991, na reunião anual do Group of Thirty, em Washington, Cavallo apresentou suas ideias a uma plateia de economistas, empresários e investidores internacionais e se referiu ao período inicial da conversibilidade como uma “revolução”. Em sua exposição, retomou a representação da *larga agonía*, condenou as políticas protecionistas a partir da Grande Depressão e ressaltou as vantagens de um período áureo que teria existido de 1870 a 1930. Na narrativa construída por Cavallo, a prosperidade

⁹⁹ CAVALLO, Domingo; DOMENECH, Roberto; MUNDLAK, Yair. **La Argentina que pudo ser**: los costos de la represión económica. Buenos Aires: Manantial, 1989. p. 130.

argentina começava com a Constituição de 1853, que seria muito similar à dos Estados Unidos¹⁰⁰.

Nos anos seguintes, a economia argentina se tornou bem integrada ao sistema mundial de comércio e fluxo de capital. O governo se restringiu a prover estradas, ferrovias e outras estruturas físicas e a estabelecer e operar instituições apropriadas como o sistema judicial. Empreendedorismo e geração de riqueza eram vistos como atividades estritamente privadas. Com poucas exceções, o ambiente macroeconômico foi benigno e o período de 1870 a 1930 foi de estabilidade política e macroeconômica, além de crescimento sólido.¹⁰¹

Semelhante à conclusão apresentada por Donghi para a *larga agonía*, Cavallo acreditava que as dificuldades do passado haviam sido superadas após o choque da hiperinflação de 1989 e que o país havia voltado ao rumo do crescimento sólido e contínuo que havia experimentado no início do século XX.

Política e economia estão progressivamente sendo separadas ao ponto de parecer seguro prever que, em futuras eleições, o que estará em disputa será quem pode implantar um programa econômico liberal de forma mais eficiente, e não quem pode oferecer alternativas fundamentais a ele. (CAVALLO, 1991)

A separação entre a política e as decisões econômicas é um elemento do discurso neoliberal recorrente nos textos e pronunciamentos de Domingo Cavallo. É curiosa a maneira como ele tenta compatibilizar a criação de normas duradouras para a economia, que seriam mais efetivas se aprovadas como lei pelo Congresso, e a necessidade de afastar as medidas econômicas da pressão de diversos interesses setoriais que receberiam num debate legislativo. Na condição de deputado justicialista, Cavallo discursou em novembro de 1987 a favor da participação maior do Legislativo nos assuntos econômicos argentinos. Porém, sua defesa do tema, publicada mais tarde em livro, não caminhava na direção de ampliar o debate político sobre a condução da economia. Na verdade, o ponto defendido por ele era a redução da discricionariedade da política implementada pelo Executivo, submetendo tanto os poderes democráticos quanto as diversas formas de organização da sociedade a uma lógica de mercado:

¹⁰⁰ Essa interpretação da História argentina, que acompanha as representações tanto do *granero del mundo* quanto da *larga agonía*, está presente em muitos outros pronunciamentos e conferências de Domingo Cavallo no período em que esteve à frente do Ministério da Economia de Carlos Menem, sobretudo quando falava no exterior. Algumas referências podem ser encontradas em: CAVALLO; MONDINO, 1996; CAVALLO, 1992; CAVALLO, 1996.

¹⁰¹ CAVALLO, Domingo. **Argentine's economic revolution**. Conferência proferida na reunião anual do Group of Thirty. Washington, outono de 1991. Disponível em: <http://www.cavallo.com.ar/wp-content/uploads/Revolution.PDF>. Acesso em: 29 out. 2013.

E, com certeza, o mercado terá de ser algo em que creiam e de que falem não apenas os liberais, mas também os radicais, os peronistas e os socialistas. Em todos os países do mundo, todo esse espectro de partidos políticos reconhece o papel do mercado e da competição transparente e livre como forma de organizar e coordenar as múltiplas decisões individuais que devem adotar os agentes econômicos. Se não se reconhece o papel que, em toda sociedade moderna, tem que desempenhar a instituição do mercado e da competição, do sistema de preços e da propriedade privada no contexto desses mercados competitivos, obviamente não poderíamos chegar a organizar uma sociedade moderna.¹⁰²

No mesmo texto, Cavallo propõe uma descentralização das decisões políticas e apresenta sua visão sobre qual deveria ser o papel desempenhado pelo Estado e pelo governo na Argentina:

E o governo nacional terá que ser muito pouco importante no que se refere à ordem da magnitude dos recursos que maneja e das decisões econômicas que adota. Seguirá sendo muito importante em tudo que faz em relação à política exterior, à defesa e ao controle monetário, que são funções que essencialmente terão que permanecer no nível nacional.¹⁰³

Há que se ressaltar também a conveniência política desses argumentos, já que de 1987 até 1989, quando Menem assume a presidência e Cavallo é nomeado ministro das Relações Exteriores, ele fala na condição de deputado nacional de oposição, em um Congresso no qual seu partido acabava de obter maioria. Logo, era mais fácil que suas ideias fossem implantadas a partir de projetos do Legislativo que pela via do Executivo. Em 1991, nas primeiras semanas em que chegou ao Ministério da Economia, Cavallo encaminhou ao Congresso as principais propostas da pasta, mas elas foram sempre votadas em regime de urgência, sem debates nem emendas, poucos dias depois de anunciadas à imprensa. É reveladora dessa mudança de estratégia a afirmação presente no livro *“El peso de la Verdad”*, publicado em 1997, logo após sua saída do governo. Ao analisar a forma como as medidas de reforma do Estado, de desregulamentação econômica e a Lei da Conversibilidade foram aplicadas, Cavallo via no Congresso o lugar onde os interesses corporativos se manifestavam e o protecionismo era defendido. Então, justificava os decretos de urgência e a pressão por aprovação de leis sem emendas como a única forma de se implantar as reformas estruturais que modificariam as regras do jogo e eliminariam privilégios.

Recomendamos ao presidente Menem atuar com firmeza e rapidez, de modo a impedir que as centenas de grupos que se beneficiavam com algum privilégio

¹⁰² CAVALLO, Domingo. **Economía en tiempos de crisis**. Buenos Aires: Sudamericana, 1989. p. 158.

¹⁰³ Ibidem. p. 194-195.

particular criassem obstáculos ao processo de desregulamentação: essa foi a razão da utilização de decretos para essa fase da reforma.¹⁰⁴

O ex-ministro reconhecia que havia oposição, sobretudo do radicalismo e dos sindicatos, mas não a considerava como legítimo exercício da política em favor de direitos, mas sim uma luta corporativa para manter vantagens prejudiciais à livre iniciativa e ao bem comum. Ele buscava aprovação para esse argumento na popularidade das medidas e nos resultados obtidos:

Afortunadamente, a população, em geral, e os investidores, em particular, concordaram com nosso critério. As pesquisas de opinião feitas nos dias seguintes ao anúncio do decreto de desregulamentação davam conta do apoio de nove em cada dez cidadãos consultados, e o aumento do investimento, a partir de 1991, foi muito maior que havíamos previsto os mais otimistas.¹⁰⁵

A visão que beneficia o livre mercado não pretende apenas o afastamento do Legislativo em relação às questões econômicas, mas também do Executivo e de outras formas de participação social nas decisões políticas. A principal ferramenta para alcançar esse objetivo, mais que combater corporações e sindicatos, é reduzir o Estado e debilitar sua capacidade de ação. Esse é outro elemento recorrente nos textos de Cavallo, que o defende como estratégia para tornar a economia mais competitiva e promover o interesse geral da sociedade. Para ele, a ação do Estado, ainda que temporária, seja para incentivar determinados setores, seja para protegê-los de uma conjuntura internacional desfavorável, criava vícios que pioravam a situação econômica em longo prazo. Como exemplo, ele critica a condução da economia argentina nos anos de 1930 e 1940:

Os setores dominantes daquela época, que eram setores econômicos com grande influência sobre o poder político, respaldavam uma estrutura econômica que havia perdido vigência no mundo. Ao mesmo tempo, impediam que se apoiassem outras atividades capazes de adaptar-se às novas realidades.¹⁰⁶

Cavallo defende que os erros econômicos cometidos no passado não se deviam à incapacidade dos políticos e economistas, mas à ausência de uma organização econômica estável e capaz de promover o crescimento.

¹⁰⁴ CAVALLO, Domingo. **El peso de la verdad**. Un impulso a la transparencia en la Argentina de los 90. Buenos Aires: Planeta, 1997. p. 62.

¹⁰⁵ Ibidem. p. 163-164.

¹⁰⁶ CAVALLO, Domingo. **Economía en tiempos de crisis**. Buenos Aires: Sudamericana, 1989. p. 222.

Não é questão de definir dogmaticamente que tal decisão foi e será sempre correta ou equivocada, quaisquer que sejam as circunstâncias, senão que encontrar formas de organização econômica capazes de processar agilmente a nova informação disponível, adaptar-se rapidamente às circunstâncias, reduzir erros de previsão e, em síntese, diminuir a frequência e a gravidade dos equívocos nas decisões dos agentes econômicos.¹⁰⁷

E que tipo de organização econômica seria essa? A resposta, na visão do economista, está na superioridade do livre mercado sobre outras formas de ordenar a economia. Para ele, uma economia de mercado baseada na livre concorrência e sem interferência da política, de interesses setoriais ou corporativos, geraria um ambiente favorável à tomada de decisões corretas. Diante da impossibilidade de se verificar os efeitos de decisões do governo sobre o conjunto da economia, e partindo do princípio de que essas decisões tinham trazido prejuízos à Argentina durante as décadas anteriores, ele propunha que se deixasse ao mercado e à competição entre os agentes econômicos a função de determinar os setores em que se investiriam recursos, o valor de preços e salários, e o perfil setorial da economia do país. Esse é o ponto em que Cavallo mais se diferencia da proposta cepalina e do nacionalismo desenvolvimentista dos anos de 1950 e 1960, pois recusa o papel do Estado como indutor da economia e promotor de poupança.

Os mercados competitivos [...] são os processadores de informação de produção e demanda mais eficientes que existem para a maior parte dos bens e serviços que, por sua natureza, são suscetíveis de apropriação e utilização privada. Mas os mercados competitivos requerem, para seu funcionamento, um marco normativo claro e ausência de intervenções casuísticas e burocráticas do Estado, que lhes eliminam transparência e previsibilidade. Lamentavelmente, a propensão ao intervencionismo burocrático e casuístico que tem larga história neste país, [...] tendeu a acentuar-se e, na atualidade, a maior parte dos mercados estão impregnados de distorções que travam seu papel coordenador das decisões individuais de produtores e demandantes.¹⁰⁸

Após apontar distorções e protecionismo em toda a estrutura econômica do país, Cavallo descreve a sociedade argentina como uma que prefere viver do patrimônio herdado que do próprio esforço, que valoriza a proteção acomodadora mais que o risco capaz de gerar inovação e prosperidade:

A vocação pela renda, mais que pelas oportunidades, se reflete na tradicional oposição de agricultores e pecuaristas ao imposto fundiário; no apego dos industriais à proteção governamental e o temor à competição interna e externa; na permanente busca dos profissionais liberais por novas regulamentações que lhes assegurem

¹⁰⁷ CAVALLO, Domingo. **Volver a crecer**. Un replanteo de las reglas de juego para el crecimiento económico de Argentina. Buenos Aires: Sudamericana/Planeta, 1984. p. 49-50.

¹⁰⁸ *Ibidem*. p. 126-127.

trabalho e renda em função de seu título universitário mais que de sua capacidade e eficiência demonstrada; no desespero de muitos jovens por conseguir um emprego público; na ênfase que os trabalhadores organizados dão a conseguir estabilidade imposta por lei mais que pela realidade econômica.¹⁰⁹

Diante desse diagnóstico dos problemas da sociedade argentina, o receituário neoliberal, não por simples coincidência, parecia a melhor solução: destinar as áreas rurais à agroexportação; abrir a economia pela eliminação de subsídios e da proteção do Estado aos setores industrial e de serviços; reduzir o tamanho do Estado tanto por supressão de cargos públicos e privatização quanto pela redução de vencimentos e eliminação da estabilidade do funcionalismo; enfraquecer os sindicatos e associações de classe, deixando que as questões laborais sejam resolvidas na negociação direta entre patrão e trabalhador, com base nas leis de mercado. Tudo isso de uma só vez, em um pacote de medidas que fosse aprovado sem debate, o que fazia com que os grupos econômicos e sociais envolvidos não pudessem se mobilizar em defesa de seus interesses.

Essas são, portanto, as principais representações neoliberais presentes nos textos e conferências de Domingo Cavallo. Elas não são fruto apenas do pensamento do economista ou de um projeto individual para a Argentina, mas sim de uma visão partilhada por acadêmicos e políticos no mundo e no país, que cresceu a partir da década de 1970 até se tornar hegemônica nas duas décadas seguintes. Seu estabelecimento como conjunto dominante de representações e as mudanças que elas provocaram na cultura política do país estão diretamente relacionados com o objeto de estudo deste trabalho, ou seja, com o papel desempenhado por alguns dos principais jornais argentinos na circulação e no compartilhamento de representações sociais de cunho neoliberal na Argentina do fim do século XX. A partir do próximo capítulo, iniciaremos o exame desses jornais a fim de compreendermos melhor como essas representações circularam na sociedade argentina do período, como foram apropriadas pelo discurso da imprensa e de diferentes grupos nela refletidos, até encontrarem seu declínio com a crise de dezembro de 2001.

¹⁰⁹ CAVALLO, Domingo. **Volver a crecer**. Un replanteo de las reglas de juego para el crecimiento económico de Argentina. Buenos Aires: Sudamericana/Planeta, 1984. p. 49-50. p. 91-92.

3 A ASCENSÃO DE CARLOS MENEM E A VITÓRIA SIMBÓLICA DO NEOLIBERALISMO

A década de 1980 na Argentina é um período de redefinições políticas em que mudanças significativas nas capacidades de atores importantes permitem o rearranjo de alianças, interesses e fidelidades. Com a posse do presidente eleito Raúl Alfonsín, em dezembro de 1983, o país passou da mais violenta ditadura de sua história – agravada pelo trauma da derrota na Guerra das Malvinas, em 1982 – a um regime democrático em que o radicalismo, pela primeira vez, venceu o peronismo em eleições nacionais. Seis anos depois, diante de uma crise hiperinflacionária sem precedentes, os radicais entregaram o poder ao primeiro líder peronista capaz de unir o Partido Justicialista após a morte de Perón. E suas atitudes começaram a fragmentar o partido antes mesmo de tomar posse. Ao mesmo tempo, o fortalecimento do capital financeiro durante a última ditadura promoveu o avanço de grandes oligopólios sobre o Estado – cada vez mais fragilizado – e permitiu a aliança entre os maiores grupos econômicos nacionais e investidores internacionais, reduzindo o protagonismo político de importantes atores como sindicatos, partidos, associações de classe e grêmios de bairro.

Períodos com tamanha ebulição social e política são um campo privilegiado para redefinições simbólicas, quando indivíduos e grupos buscam firmar novas identidades e estabelecer as regras que orientarão as relações entre elas. Esse processo não é pacífico, ao contrário, é marcado pela disputa entre representações sociais concorrentes pela condição de moldar a maneira como os indivíduos percebem o mundo a sua volta e os juízos de valor que produzem sobre ele. Essa percepção é o que determina os interesses e as ações de indivíduos ou grupos e, portanto, sua capacidade de agir sobre o mundo social, promovendo mudanças ou permanências¹¹⁰. É, portanto, no espaço das representações que atores como os porta-vozes do pensamento neoliberal e os partidários da renovação peronista travaram batalhas pelo estabelecimento de novas identidades ou o reforço de antigas. No equilíbrio resultante desses embates é que se definiram interesses, aliados e adversários, e, mais importante, que os atores políticos contribuíram para a constituição da própria realidade social e legitimaram as ferramentas para atuar sobre ela.

¹¹⁰ CAPELATO, Maria Helena Rolim; DUTRA, Eliana R. de F. Representação política. O reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir. **Representações**: contribuição a um debate interdisciplinar. Campinas: Papirus Editora, 2000. p. 227-267.

No período analisado nesta pesquisa, a representação social vitoriosa nesse embate foi aquela ligada ao pensamento neoliberal, que conseguiu firmar na sociedade a percepção de que o Estado era ineficiente e que o livre mercado abriria à Argentina as portas do mundo desenvolvido. Foi partilhando essa e outras representações ligadas ao neoliberalismo, como será exposto a seguir, que o governo Menem conseguiu levar adiante reformas estruturais da economia com alto custo sobre a sociedade e, ainda assim, gozar de popularidade durante a maior parte de seus dois mandatos.

Esse rearranjo simbólico está diretamente relacionado à ação dos meios de comunicação e, mais especificamente, da imprensa. Sua participação começa na escolha das vozes e, portanto, das representações que serão transmitidas à sociedade em um grave momento de crise. Ao mesmo tempo em que mantém o discurso da isenção e do pluralismo, os veículos de imprensa têm a condição – ou a necessidade, já que a realidade é amplamente diversa e não há como contemplá-la em sua totalidade – de escolher os pontos de vista aos quais a sociedade terá amplo acesso e quais ficarão restritos a pequenos grupos, à margem do debate. Além disso, e por extensão, a imprensa tem grande importância no agendamento da sociedade, em definir o “problema” com o qual ela se depara num dado momento. Ao fazer isso, ela não apenas condiciona a escolha de prioridades, mas também limita o espectro de soluções que os diversos grupos de interesse e, sobretudo, o governo, considerarão saídas possíveis para a crise.

Examinaremos a seguir a atuação da imprensa argentina, dentro da dinâmica acima descrita, durante o processo eleitoral de 1989 e os primeiros meses do governo de Carlos Menem. Apresentaremos os posicionamentos dos três veículos selecionados para esta pesquisa em relação aos principais fatos políticos dos meses em questão e, sobretudo, buscaremos demonstrar as representações sociais utilizadas pelos jornais e sua relação com os grupos que disputavam o domínio simbólico do campo político argentino no fim da década de 1980.

3.1 A ELEIÇÃO E A POSSE DE MENEM NA IMPRENSA ARGENTINA

Em 1989, em meio a uma profunda crise social e econômica que marcou o último ano do governo de Raúl Alfonsín, a Argentina elegeu à presidência um candidato peronista cuja campanha foi marcada por elementos tradicionais do discurso dessa corrente, como o aumento

da renda dos trabalhadores, a geração de empregos pela via da industrialização e um Estado forte na condução da economia. Seu governo, porém, promoveu o abandono de diversos elementos dessa tradição para dar lugar a um projeto neoliberal em consonância com a orientação do Consenso de Washington, politicamente associado aos principais grupos econômicos do país e ao capital financeiro internacional.

Uma análise do período de redemocratização argentina, a partir de 1983, encontra um país em crescente crise econômica, com uma estrutura político-institucional deficiente herdada do período militar, partidos políticos em processo de reorganização, mas, em contraste, uma sociedade esperançosa de ver seus problemas sanados pela instauração da democracia. Nas eleições daquele ano, os dois maiores partidos do país mediram forças com candidaturas que tentavam refletir o clima político de renovação que vivia o país. Pelo Partido Justicialista (PJ), o prestigiado jurista Ítalo Luder era a escolha que tentava mostrar um equilíbrio entre os grupos tradicionais e as forças renovadoras do peronismo. Pela União Cívica Radical (UCR), Raúl Alfonsín exibía um discurso em sintonia com as aspirações da sociedade, pela valorização da ética e da democracia, e se beneficiava por ter defendido os direitos humanos e os familiares de desaparecidos durante a ditadura que se encerrava.

A disputa presidencial de 1983 reuniu os principais elementos que marcam a política argentina na década. Pelo lado peronista, observa-se o surgimento de uma corrente renovadora que assumiu o compromisso com a democracia, mas convivia ainda com as antigas forças políticas que sustentavam o movimento desde o primeiro governo Perón. Luis Alberto Romero defende que, a partir do final da década de 1970, a necessidade de construir um peronismo sem Perón forçou o PJ a abandonar a estrutura vertical de poder que o caracterizava, baseada na valorização da figura forte do líder, para buscar ser um “partido aceitável”, cuja concorrência interna seria regulada por normas participativas¹¹¹. No entanto, os tradicionais líderes sindicais e provinciais ainda mantinham destacado papel na dinâmica partidária.

O radicalismo, por sua vez, conseguiu captar a seu favor a euforia da sociedade argentina com o fim da ditadura e se apresentar como opção segura à descrença da população em relação ao peronismo. Entretanto, o partido carecia de um projeto para reconstruir as instituições

¹¹¹ ROMERO, Luís Alberto. **História Contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 227.

políticas do país e reerguer a economia. Para Romero, os discursos dos líderes da UCR se apropriaram da ideia de democracia imediatamente após a queda do regime militar e a apresentaram à sociedade como a solução de todos os problemas argentinos. A promessa era construir um ambiente político baseado no pluralismo e na ética, em oposição a antigas práticas como “a intransigência das facções, a subordinação dos meios aos fins, a exclusão do adversário e o conflito entendido como guerra”¹¹². Tal discurso, bastante apropriado ao momento vivido pela sociedade, contribuiu para que mais da metade dos eleitores argentinos escolhessem Alfonsín para presidente, na primeira derrota do peronismo em uma eleição nacional.

Após a derrota eleitoral de 1983, cresceu dentro do PJ um movimento que ficou conhecido como “renovação peronista”, que assumiu o controle da estrutura partidária em 1986 e afastou do comando a velha classe de dirigentes ligados aos sindicatos. O grupo da renovação tinha grande diversidade ideológica e alguns interesses conflitantes. Porém, havia entre eles o desejo de criar um processo interno de escolha de candidatos baseado em eleições diretas, abandonando a cultura da indicação dos nomes pelos líderes partidários, que remontava ao período de Perón. A corrente de renovação já guardava em seu núcleo uma divisão política entre dois importantes governadores: Antonio Cafiero, de Buenos Aires, e Carlos Menem, de La Rioja, ambos com declaradas intenções de concorrer às eleições presidenciais de 1989.

Em oposição à corrente liderada por Cafiero e Carlos Grosso, chamada pejorativamente por seus adversários de “socialdemocrata”, a linha encabeçada por Menem buscava se alinhar com a tradição peronista e com a própria figura de Perón. Seu discurso anunciava uma “revolução produtiva” que geraria empregos e acabaria com a especulação financeira na Argentina, beneficiando os trabalhadores com um “*salariato*”. Esse posicionamento o afastava do alfonsinismo, cujo discurso de modernização política e valorização das instituições estava mais próximo das propostas de Cafiero.

As diferenças entre os distintos grupos residiam fundamentalmente em sua concepção do Partido Justicialista. Enquanto Cafiero, Grosso e [José Manuel] De la Sota lutavam por modificar a imagem do peronismo como partido carismático e autoritário para colocar-se em sintonia com novos valores vigentes na sociedade, que privilegiavam a liberdade política e a competição entre partidos, figuras como Menem e alguns caudilhos provinciais temiam que essas posições levassem à deterioração da identidade peronista. Estes últimos privilegiavam o conteúdo

¹¹² ROMERO, Luís Alberto. **História Contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 229.

populista e personalista do peronismo porque consideravam que, sem ele, não se distinguiam de outros grupos políticos como o próprio radicalismo. Por outro lado, se defendiam a democratização partidária, acreditavam que o eleitorado peronista era inclinado a seguir líderes personalistas fortes. Os peronistas respondiam a chefes, não a instituições. Somente a aparição de dirigentes políticos carismáticos poderia aglutinar novamente o eleitorado peronista cativo.¹¹³

O debate sobre as mudanças no partido ficou em segundo plano diante da disputa entre essas duas correntes internas, principalmente porque Cafiero passou a encabeçar o bloco renovador enquanto Menem se posicionou ao lado dos dirigentes tradicionais. Na opinião de Arias, o triunfo de Menem se deu justamente por sua capacidade de utilizar o patrimônio simbólico peronista em seus discursos, posicionando-se como um líder popular. Os renovadores, por outro lado, insistiam no discurso austero de que o partido deveria se atualizar, e com isso transmitiam aos eleitores uma imagem muito semelhante à do já desgastado alfonsinismo.

Essa associação entre as propostas renovadoras e o governo de Alfonsín foi explorada por Menem a partir do momento em que Antonio Cafiero, então governador de Buenos Aires, buscou se aproximar do governo nacional. Em 1988, Cafiero liderou um grupo de governadores peronistas que aceitaram negociar com Alfonsín alguns acordos para as províncias, oferecendo em troca o apoio da parte da bancada do PJ que controlavam no Congresso a projetos enviados pelo governo. Menem incorporou a seu discurso a denúncia de que esse movimento representava uma traição de Cafiero aos princípios peronistas e uma prova de que o movimento de renovação representava, na verdade, uma capitulação do PJ aos interesses do capital financeiro, contra suas raízes populares.

Constituída a polarização, Carlos Menem trabalhou para construir sua base de apoio dentro do Partido Justicialista atraindo os segmentos deixados de lado pelos renovadores. Embora também fosse oriundo da renovação peronista, o governador de La Rioja formou seu bloco partidário com segmentos variados e de interesses heterogêneos, como sindicalistas, líderes provinciais e outros grupos que se aproximavam do discurso que invocava as tradições peronistas. Com o apoio dessa base, Menem viu crescer sua liderança e venceu com facilidade a disputa interna do PJ. Em 9 de julho de 1988, foi indicado como candidato da Frente Justicialista Popular (Frejupo) à presidência, tendo Eduardo Duhalde como companheiro de chapa.

¹¹³ ARIAS, María Fernanda. Institucionalización partidaria en el justicialismo: la corriente renovadora. **Revista SAAP**, Buenos Aires, v. 1, n. 3, p. 489-513, 2004. p. 498.

Passada a disputa dentro do PJ, Menem construiu sua base de apoio para as eleições nacionais atraindo aliados cada vez mais heterogêneos, como empresários insatisfeitos com o governo radical, líderes religiosos e altos oficiais das Forças Armadas. Seu discurso de campanha manteve a postura de valorizar a tradição peronista, com propostas que enfatizavam o aumento da renda dos trabalhadores e auxílio social para os pobres e desempregados. Na visão de Ferrari, o candidato justicialista

[...] apelou para as receitas tradicionais do partido. Era um político tradicional que construiu sua imagem como um *outsider*: atuava por fora das estruturas partidárias, [...] pronunciava discursos salvadores de tipo evangelizador, percorria o país a bordo de seu “menemóvel”, recriava uma mística popular e prometia a revolução produtiva. Diante de uma crise de representação acompanhada de hiperinflação e manifestações sociais, Menem se apresentava como a esperança.¹¹⁴

A candidatura peronista e seu discurso carismático foram favorecidos pela sequência dos acontecimentos. Em agosto de 1988, o governo Alfonsín lançou sua última cartada para tentar recuperar a economia e fortalecer a candidatura radical para as eleições do ano seguinte: o Plano Primavera. A proposta incluía redução da carga tributária e controle temporário do câmbio e das tarifas públicas para frear a inércia inflacionária até que, em alguns meses, eles pudessem voltar a flutuar livremente. Os efeitos sobre a inflação foram satisfatórios nos primeiros meses, mas a redução na arrecadação tributária combinada com aumento de salários comprometeu as contas públicas e acabou com a confiança do sistema financeiro na capacidade do governo de manter as medidas pelo menos até as eleições de maio do ano seguinte. Essa confiança também foi abalada pela recusa do FMI em apoiar o plano, o que manteve em níveis baixos as reservas em dólar.

Há duas correntes que tentam explicar o comportamento dos agentes econômicos no contexto argentino do início de 1989. De um lado, estão os que acreditam que, com a crescente perspectiva de uma vitória peronista, os principais agentes buscaram proteger seus ativos e geraram uma corrida ao dólar, o que provocou o descontrole do câmbio e a rápida subida de preços que levou à hiperinflação, com registro de 104% em maio de 1989¹¹⁵. Assim, a hiperinflação teria sido resultado de uma conjugação de fatores que promoveram uma corrida cambiária e a consequente subida de preços internos: a queda nas reservas do Banco Central

¹¹⁴ FERRARI, Marcela. El peronismo en la Historia reciente. Algunas interpretaciones. **Estudios de Filosofía Práctica e Historia de las Ideas**. INCIHUSA, Mendoza, a. 9, n. 10, p. 63-83, dez. 2008.

¹¹⁵ NOVARO, Marcos. **Historia de la Argentina Contemporánea**: de Perón a Kirchner. Buenos Aires: Edhasa, 2006.

no final de 1988; a fragilidade do Plano Primavera; a incerteza política gerada pelo fortalecimento da candidatura peronista; a pressão exercida pelos operadores financeiros sobre o dólar para se proteger dessa incerteza; e a ineficiência dos mecanismos utilizados para estabilizar a economia. A crise, portanto, seria reflexo da fragilidade do governo em função da deterioração das contas públicas e da convicção dos principais agentes econômicos de que o presidente que entraria após as eleições teria um cenário igual ou pior que aquele que saía¹¹⁶. De outro lado, estão analistas que defendem a ideia de que a hiperinflação de 1989 foi um golpe classista que se aproveitou da fragilidade do governo Alfonsín para redefinir o equilíbrio de poder no interior do Estado e estabelecer condições limitantes e impositivas ao futuro presidente¹¹⁷. Segundo essa visão, os oligopólios nacionais trataram de se colocar em posição de vantagem em relação ao governo que se iniciaria em poucos meses e promoveram o descrédito da população na capacidade do Estado de agir em matéria econômica.

Essa segunda visão dominou a cobertura do *Página/12* em maio e junho de 1989, quando ficou clara a interpretação do jornal de que a crise hiperinflacionária era um golpe classista. Em um artigo publicado em 3 de maio daquele ano, Atílio Borón apontava como causa da crise um ataque especulativo do capital financeiro contra o austral, forçando a disparada do dólar. O objetivo desse desequilíbrio, que o autor classifica como um “golpe de Estado” por uma via diferente, seria dar aos investidores uma posição de vantagem para pressionar o já debilitado governo Alfonsín e também o que entraria meses depois:

Primeiro, desencadearam a crise; em seguida, ofereceram a “solução” mais conveniente para seus interesses conjuntos e exigiram, com insolência e desembaraço, sua imediata execução. Da noite para o dia, se cancelaram as mediações político-institucionais que distinguem as democracias capitalistas e a burguesia apostou converter-se, diretamente e sem intermediários, em uma nova “classe dirigente”, assumindo a gestão política de seu próprio domínio e rescindindo a institucionalidade que sustenta a soberania popular.¹¹⁸

No dia seguinte, a coluna de Horácio Verbitsky partilhava a visão de que a subida do dólar foi um ataque classista e acrescentava um objetivo à estratégia: a desvalorização dos ativos das

¹¹⁶ NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **Política y poder en el gobierno Menem**. Buenos Aires: Norma, 1996. p. 113.

¹¹⁷ BASUALDO, Eduardo. Las reformas estructurales y el Plan de Convertibilidad durante la década de los noventa. El auge y la crisis de la valorización financiera. **Realidad Económica**, Buenos Aires, n. 200, 2003; SEVARES, Julio. **Por qué cayó la Argentina**. Imposición, crisis y reciclaje del orden neoliberal. Buenos Aires: Norma, 2002.

¹¹⁸ El asalto del Estado democrático. **Página/12**, 3 de maio, 1989.

empresas públicas para que fossem vendidos a baixíssimo preço no processo de privatizações que se iniciaria em breve.

A multiplicação por quatro do valor do dólar nos últimos três meses não apenas confere à política econômica o viés exportador pelo qual clamam o Grupo dos Oito e os credores externos. Também devasta os salários, aprofundando as desigualdades que, com rosto compungido, mencionou o bondoso ministro Pugliese, e prepara o terreno para a liquidação a preço vil do capital social que representam as empresas do Estado.¹¹⁹

O *Página/12* volta à questão do câmbio no dia 6 de maio, na coluna “Panorama Econômico”, publicada aos sábados e, durante os meses de 1989 analisados, assinada por Daniel Sosa. A coluna trata de maneira aprofundada os temas mais importantes da economia na semana e é a mais bem acabada expressão da tendência da cobertura do *Página/12* sobre assuntos econômicos. Nesse dia, Sosa demonstra a estratégia dos grandes grupos exportadores de ganhar poder a partir do desequilíbrio cambial e, ao mesmo tempo, transferir a culpa para o governo Alfonsín,

a quem atribuem, no mínimo, uma má condução das contas públicas e desatenção ao setor externo. Segundo essa lógica, o Estado não cumpriu sua parte do Plano Primavera, ao resistir a cortar gastos e demorar em realizar as privatizações. Isso lhe custou – dizem os empresários – o corte da colaboração do Banco Mundial (que suspendeu o crédito em tramitação) e do governo dos Estados Unidos (cujo Tesouro dessa vez não acudiu a sustentar o esquema). Como o “bandido do filme”, o governo teria cometido erros imperdoáveis.¹²⁰

A relação entre governo e empresariado durante o governo Alfonsín é fundamental para entender o pano de fundo da hiperinflação de 1989 e, conseqüentemente, as forças econômicas e políticas dominantes no momento da ascensão de Menem. Durante a ditadura militar (1976-1983), a economia argentina experimentou um processo de desindustrialização com retração econômica e valorização do capital financeiro, que só foi possível porque o regime militar impôs violentamente as medidas econômicas liberais lançadas por Martínez de Hoz. Seus opositores nos sindicatos, universidades e organizações populares foram perseguidos e mortos; intelectuais e jornalistas foram calados ou exilados. Assim, o custo social das medidas econômicas foi cobrado pela força e incidiu sobre as classes média e baixa da sociedade. Com a redemocratização de 1983, o impulso dado ao governo radical pela

¹¹⁹ O desmanche do Estado. *Página/12*, 4 de maio, 1989.

¹²⁰ O mais gordo comeu. *Página/12*, 6 de maio, 1989.

sociedade gerou uma postura de enfrentamento ao capital estrangeiro e aos grupos oligopólicos, vistos como apoiadores e beneficiários do regime ditatorial. Na primeira metade do mandato de Alfonsín, as iniciativas do governo na área econômica, das quais o Plano Austral de 1985 é o ponto alto, buscaram devolver ao Estado os mecanismos de controle da economia e promoção da atividade produtiva. Esse quadro politicamente favorável, porém, durou pouco. Entre 1986 e 1989, o fracasso do Plano Austral em conter a inflação, a pressão exercida pelos organismos financeiros internacionais e os problemas causados por rebeliões militares enfraqueceram o governo e permitiram a contraofensiva do capital sobre as decisões econômicas.

Seguidamente, as políticas do governo para controle de preços e do câmbio eram boicotadas pelos grandes grupos econômicos e recebiam críticas do setor financeiro e do FMI. A frustração gerada pelos seguidos fracassos permitiu que o pensamento neoliberal iniciasse, ainda no período Alfonsín, sua aproximação com o governo. Foram lançados projetos como a privatização de empresas públicas e a entrada de capital estrangeiro na exploração do petróleo. No entanto, a fragilidade institucional do governo e a aproximação do período eleitoral impediam que reformas estruturais fossem levadas adiante, pois não havia respaldo político para que se cobrassem dos atores econômicos os custos que elas envolviam¹²¹. Os grupos oligopólicos domésticos e o capital financeiro internacional voltaram suas atenções para os candidatos à sucessão de Alfonsín.

Em 17 de junho de 1988, uma convenção da UCR aprovou a plataforma do partido para as eleições presidenciais do ano seguinte. Nela, os radicais reconheciam o governo de Raúl Alfonsín como uma fase do processo de redemocratização do país que havia sido cumprida e que ensejava novos rumos para a Argentina. Era a oportunidade, na visão do partido, de impulsionar reformas estruturais para retomar o crescimento. Ainda que o documento não mencionasse diretamente o liberalismo, essa retomada se daria seguindo preceitos neoliberais já bastante presentes nos debates econômicos daquele momento, como as privatizações e a abertura comercial e financeira. Foi a partir desse documento partidário que o candidato escolhido, o governador de Córdoba Eduardo Angeloz, moldou seu discurso de campanha

¹²¹ NOVARO, Marcos. **Historia de la Argentina Contemporánea**: de Perón a Kirchner. Buenos Aires: Edhasa, 2006. p. 193.

para se alinhar com a direita neoliberal e se tornar o favorito do empresariado¹²². Ele representava as forças mais conservadoras da UCR e defendia as reformas estruturais para as quais Alfonsín não tinha conseguido apoio do próprio partido. Indicado como candidato à sucessão desde fins de 1987, Angeloz teve bastante tempo para firmar sua imagem de administrador moderno nos meios de comunicação e nos círculos de poder econômico.

Já Carlos Menem, que construiu sua campanha aproveitando os espaços ambíguos entre o discurso renovador justicialista e o tradicional populismo peronista, aparecia para os principais grupos econômicos como uma ameaça a ser evitada. Tanto a tradição de condução econômica peronista quanto a linha escolhida para a campanha do PJ indicavam medidas contrárias aos princípios neoliberais. Havia também promessas que antecipavam um cenário de confronto direto com o interesse dos grupos financeiros, como o não pagamento da dívida externa e o fomento estatal ao desenvolvimento industrial. Um exemplo da visão negativa dos empresários em relação a Menem aparece na coluna “Panorama Empresário”, de Marcelo Bonelli, publicada pelo Clarín em 5 de maio de 1989, dias antes da eleição. Segundo Bonelli, de todas as reuniões que tiveram com os partidos,

os empresários sentiram que seu principal tropeço foi na negociação com o candidato peronista. Carlos Menem não deu atenção às propostas ortodoxas e reclamou das grandes corporações (ali representadas) em favor dos assalariados e das pequenas e médias empresas¹²³.

No entanto, cabe ressaltar que a ambiguidade era uma característica do discurso de campanha de Menem e algumas representações neoliberais também apareciam em suas manifestações, lado a lado com princípios do nacionalismo populista de Perón. Ao mesmo tempo em que convocava os argentinos a um pacto nacional a favor do crescimento econômico baseado no fomento da indústria – a revolução produtiva acompanhada do *salariozo* – equilibrava essas declarações com outras em que prometia reduzir a participação do Estado na economia e promover uma racionalização dos recursos públicos e um processo transparente e realista de privatizações¹²⁴.

¹²² PUCCIARELLI, Alfredo. Menemismo. La construcción política del peronismo neoliberal. In: PUCCIARELLI, Alfredo (org.). **Los años de Menem**. La construcción del orden neoliberal. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2011. p. 28.

¹²³ O consenso fraturado. **Clarín**, 5 de maio, 1989.

¹²⁴ Paula Canelo traça uma interessante comparação entre as estratégias discursivas de Menem e aquelas utilizadas por Perón. Sua conclusão é de que essa ambiguidade dos discursos é uma característica do peronismo aproveitada por Menem, uma vez que lhe amplia a margem de ação política e fortalece a figura do líder como o único intérprete legítimo de suas próprias ideias. Ver: CANELO, Paula. ‘Son palabras de Perón’. Continuidades

Uma análise de algumas entrevistas de Menem à imprensa às vésperas da eleição revela uma preocupação do candidato em moderar o tom de suas promessas e promover uma imagem de gestão responsável com as contas públicas. Numa matéria especial sobre a família Menem publicada pelo *La Nación* em 7 de maio, o candidato peronista afirma o interesse em constituir uma fundação de assistência social nos moldes da Fundação Eva Perón, mas adverte: “o Estado não vai colocar sequer um austral: tudo tem que ser feito com aportes privados ou de organizações que não tenham nada a ver com o Estado”¹²⁵. Na mesma matéria, ele faz uma ressalva a um verso da Marcha Peronista – o que diz “para esse argentino que soube conquistar a grande massa do povo combatendo o capital” – e dá sua própria interpretação da relação entre o peronismo e os investidores e empresários:

O capital da usura, da especulação, vamos combatê-lo, sem nenhuma dúvida. Mas estamos a favor do capital que abre frentes de trabalho, que produz, que decide correr riscos no país. Até porque, eu pergunto: quando estiveram em melhor situação os capitais que durante a época peronista?¹²⁶

Três dias depois, o jornal volta a publicar uma entrevista com Menem, à qual o peronista enviou as respostas por escrito. Nela, o candidato insistia na necessidade de fazer do Estado um elemento indutor da economia, mas admitia que o déficit público era nocivo porque estimulava a inflação. Ele revelava a intenção de fazer uma reforma fiscal que incentivasse a produção e reduzisse a pressão tributária, e também de reduzir o tamanho do Estado por meio de privatizações:

Somos muito pragmáticos nesse aspecto. Não caímos na tentação de ignorar que o Estado Nacional atual não serve. Que não está voltado para o desenvolvimento. [...] Não somos nem estatistas nem privatistas. Reitero: somos pragmáticos. O que tiver que ser privatizado, se privatizará, mas à luz do dia, com procedimentos transparentes e a aprovação do Parlamento.¹²⁷

Já o *Página/12* percebia e ressaltava a tendência do justicialismo de manter uma política econômica favorável aos grandes grupos econômicos. Dias antes da eleição, um texto de Marcelo Zlotogwiazda destacava a preocupação dos empresários e do mercado financeiro sobre o rumo econômico em caso de vitória de Menem, mas ressaltava que a corrente então

y rupturas discursivas entre peronismo y menemismo. In: PUCCIARELLI, Alfredo (org.). **Los años de Menem**. La construcción del orden neoliberal. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2011.

¹²⁵ Os Menem. **La Nación**, 7 de maio, 1989.

¹²⁶ *Ibidem*.

¹²⁷ Menem: combater a inflação com o crescimento da economia. **La Nación**, 10 de maio, 1989.

dominante no partido era favorável à linha de pensamento de Domingo Cavallo, “que com uniforme diferente do radicalismo, já deu demonstrações de que não haverá mudanças substanciais”¹²⁸. Simbolicamente, porém, o *Página/12* contribuía para a ambiguidade em torno da figura de Menem. Na mesma edição, uma matéria que apresentava os candidatos à presidência o associava à figura do caudilho e do líder de massas, além de destacar sua admiração por personagens históricos geralmente rechaçados pelos grandes grupos econômicos e pela burguesia da capital, como Facundo Quiroga, Juan Manuel Rosas, Chacho Peñaloza e o próprio Juan Domingo Perón.¹²⁹

Quatro dias antes das eleições, a capa do *Página/12* trazia Domingo Cavallo como a aposta dos “capitães da indústria”¹³⁰, já que a vitória de Menem era dada como certa pelas pesquisas contratadas por esses empresários, embora preferissem um triunfo do radical Angeloz. O texto dizia que o peronismo tinha, naquele momento, algumas propostas econômicas concorrentes e os grandes grupos econômicos do país pressionavam para que a linha defendida por Cavallo fosse a seguida pelo novo governo, independentemente do nome escolhido para o ministério da Economia. Um dos executivos citados pela matéria afirma que “a primeira coisa que alguém que chega ao poder deseja fazer é manter o poder e para manter o poder na Argentina atual é requisito indispensável contar com o apoio do empresariado e do setor externo”¹³¹. Na véspera da eleição, o tema é tratado pela coluna “Panorama Económico”, que volta a insistir que uma vitória justicialista não era motivo nem para surpresa, nem para temor, na avaliação dos grandes grupos econômicos do país. Em caso de triunfo de Menem, todos estavam de acordo que as propostas econômicas de Domingo Cavallo atendiam a seus interesses¹³². O temor, se houvesse de existir, deveria ser daqueles que buscavam na vitória justicialista um caminho diferente da abertura de mercado, pois “os setores que mandaram matar tantos milhares de pessoas na década passada para consolidar um novo modelo de acumulação não se apiedarão da democracia se esta impuser limites a seu poder”¹³³.

¹²⁸ A Argentina no espelho de Pinochet. *Página/12*, 7 de maio, 1989.

¹²⁹ Cinco homens em luta. *Página/12*, 7 de maio, 1989.

¹³⁰ A expressão “capitães da indústria” era a maneira como a imprensa argentina do fim da década de 1980 se referia ao autodenominado “Grupo María”, formado por executivos e donos de grandes empresas do setor industrial argentino. O grupo nunca existiu formalmente como instituição, embora se reunisse com frequência e fosse reconhecido pelo governo Alfonsín, e depois Menem, como um interlocutor para assuntos econômicos. Entre as empresas que formavam o grupo estavam gigantes da indústria do país como Pérez Companc, Bunge & Born, Arcor, Fortabat e Macri. (VIGUERA, Aníbal. *La trama política de la apertura económica* (1987-1996). La Plata: Ediciones Al Margen, UNLR/FLACSO, 2000).

¹³¹ O Cavalo dos comissários. *Página/12*, 11 de maio, 1989.

¹³² O detalhe do ajuste. *Página/12*, 13 de maio, 1989.

¹³³ Os 400 golpes. *Página/12*, 21 de maio, 1989.

A reta final da campanha presidencial foi favorável ao candidato do PJ. Enquanto Angeloz sofria com as fragilidades da política econômica alfonsinista e via suas chances de vitória se reduzirem conforme avançava a hiperinflação, Menem usava essa fraqueza do adversário para se aproximar dos eleitores não peronistas, aproveitando seu carisma para seduzir os descontentes com a crise. Essa polarização acabou por fazer crescer a popularidade de Menem nas últimas semanas de campanha e deu a ele uma tranquila vitória em 14 de maio de 1989. O candidato da Frejupo obteve 47,5% dos votos, contra 36,7% de Angeloz e 6,8% do liberal Álvaro Alsogaray.

As formas como os jornais analisados nesta pesquisa interpretaram o resultado das eleições são muito distintas entre si e estão mais próximas de um chamado ao presidente para que atuasse de acordo com as convicções do próprio diário do que de uma leitura neutra da realidade. Cada um deles enquadrou o fato de acordo com seus valores tradicionais, e seus editoriais e textos opinativos assumiram caráter prescritivo, apontando o rumo a ser seguido pelo governo eleito para enfrentar a crise.

O Clarín qualificou a escolha por Menem como um voto “maduro” da sociedade argentina, em um momento de grande dificuldade econômica e social. Sua avaliação dos resultados evidencia duas tendências de interpretação. A primeira identifica o desejo dos eleitores com os princípios tradicionalmente defendidos pelo próprio diário: industrialização, fomento do mercado interno e geração de empregos. Assim, o jornal tentava disseminar uma leitura dos resultados que reforçava sua condição de intérprete e porta-voz das aspirações da sociedade argentina, já que as urnas teriam materializado os valores que ele defendia havia décadas. A segunda aponta que, diante da ambiguidade que marcou o discurso de Menem durante as eleições, o jornal escolheu ressaltar os princípios que lhe eram afins. Dessa forma, o Clarín se posicionava ao lado das promessas de campanha de Menem – do *salariozo* e da revolução produtiva – e não do pragmatismo neoliberal que o presidente eleito adotaria após assumir o cargo. Essa tendência de interpretação é reveladora da postura política do Clarín em relação ao neoliberalismo no final da década de 1980 e reforça a hipótese inicial de que o jornal se oporia às reformas estruturais, antagônicas ao desenvolvimentismo que caracterizava a postura econômica de seus editoriais. Sobre o resultado das eleições, o diário dos Noble afirmava:

É evidente que as maiorias buscaram impulsionar políticas econômicas e sociais que permitam contar com mais postos de trabalho, melhores rendas para os produtores e uma ampliação do mercado interno nacional. Como ocorreu em ocasiões anteriores, a votação não convalidou os planos voltados à abertura econômica ao exterior. As maiorias consideram que o núcleo da economia se processa em função do mercado interno, mediante políticas que enfatizem o trabalho nacional – e, portanto, no desenvolvimento nacional – e não com base em experiências à maneira de algumas nações do leste asiático.¹³⁴

Por sua vez, a vitória justicialista foi recebida com temor pelo *La Nación*. O jornal ressaltou a importância do reforço da democracia que o processo eleitoral trazia, mas advertiu para o risco de “uma tendência recorrente na Argentina deste século”¹³⁵ de que o presidente que conquista ampla vantagem nas urnas acabe seduzido pelo poder que seu triunfo lhe confere. O tom do editorial refletia claramente o temor do *La Nación* e dos grupos econômicos dominantes de que a tendência populista exibida pelo presidente eleito durante a campanha fosse reforçada pela vitória contundente que ele e seu partido tiveram. Apesar das mudanças pelas quais o justicialismo passara nos anos anteriores, o *La Nación* acreditava que a derrota de Angeloz poderia significar também o fim das intenções de liberalização econômica presentes em seu discurso.

Podemos observar que, diante da ambiguidade do discurso de campanha de Carlos Menem, o *La Nación* fez a mesma escolha que o *Clarín* e optou por ressaltar nele as representações próprias da cultura política associada ao peronismo, como o Estado forte, a valorização da figura do líder popular e o nacionalismo protecionista no campo econômico. Entretanto, o fez a partir do ponto de vista liberal que o caracteriza, o que alinhou o jornal aos interesses dos grupos oligopólicos nacionais e dos investidores externos, que temiam perder as vantagens conquistadas desde o recente governo militar e que, em alguns casos, tinham sido consolidadas ou ampliadas durante o mandato de Alfonsín. Em editorial, o *La Nación* atribuiu a vitória de Menem aos erros do radicalismo na condução da economia e apresentou ao futuro governo uma descrição da realidade que não lhe deixava alternativa a não ser implantar reformas estruturais duras e de alto custo social e político. O texto deixa transparecer a tendência dos discursos que competem no campo simbólico de projetar no conjunto da sociedade os interesses de um grupo específico. Além disso, dissemina a crença de que o livre

¹³⁴ Depois das eleições. **Clarín**, 16 de maio, 1989.

¹³⁵ O triunfo do justicialismo. **La Nación**, 16 de maio, 1989.

mercado e as vantagens oferecidas a empresas e investidores seriam capazes de gerar, num movimento natural e espontâneo, o bem-estar e a prosperidade de toda a população:

as tendências intervencionistas, reguladoras, estatizantes e falsamente distribuidoras de riquezas inexistentes devem ser substituídas por caminhos diferentes, com base na liberdade e na iniciativa privada, que permitam o retorno de capitais argentinos e a presença de investimentos estrangeiros, a fim de que os setores populares encontrem alívio em suas necessidades e o país, o destino de progresso e crescimento almejado.¹³⁶

Como o Clarín, o Página/12 interpretou a vitória de Carlos Menem como uma resposta da sociedade contra o discurso neoliberal, sobretudo das classes mais baixas da população, que viam no retorno do peronismo uma forma de alcançar as promessas de prosperidade que a transição democrática, por si só, não havia sido capaz de atingir. No entanto, diante da já citada percepção de que o justicialismo estava se alinhando com os interesses dos grandes grupos econômicos, o jornal alertava para a possibilidade do desejo dos eleitores não se realizar.

Na capa da edição do Página/12 de 15 de maio de 1989, dia seguinte às eleições, vemos uma foto de Menem, com leve sorriso, abaixo do título “O eleito”. Ao lado da foto, o jornal publica um texto assinado por seu diretor, Jorge Lanata. Para fins de comparação com o conteúdo dos outros dois jornais analisados neste trabalho, um texto assinado por Lanata e publicado na capa do diário é o mais próximo que o Página/12 oferece de um editorial. Nesse caso, porém, há de se considerar seu maior peso, não apenas por estar na capa, mas também por ser um elemento raro nas edições do jornal, o que lhe confere singularidade e ressalta a importância do fato comentado. No texto em questão, o diretor afirma que o resultado das eleições mostrava um conflito de interesses entre a maioria da população e os grandes grupos econômicos e midiáticos, associados ao governo. Segundo Lanata,

depois das urnas, a sociedade não parece tão liberal quanto se mostrava das bancadas dos telejornais, não parece tão temerosa como se assegurava nas campanhas, tão privatizadora quanto se rezou repetidamente nos laboratórios. [...] Hoje, não depende apenas do governo eleito, mas de todo o país, que a contradição justiça-liberdade seja resolvida.¹³⁷

¹³⁶ O triunfo do justicialismo. **La Nación**, 16 de maio, 1989.

¹³⁷ Sociedade. **Página/12**, 15 de maio, 1989.

Na mesma edição, esse conflito aparece também na coluna de Marcelo Zlotogwiazda, que ajuda a entender a linha que o *Página/12* adotaria a partir de então. Na comparação com *Clarín* e *La Nación*, o jornal foi o único a fugir da associação de Menem às representações ligadas ao peronismo e interpretar a ambiguidade do discurso do presidente eleito como uma mudança de postura em direção ao neoliberalismo. Tal inflexão é explicada pelo diário como reflexo de uma batalha travada dentro do governo, mas entendemos que essa leitura pode ser ampliada para a disputa política e simbólica pela qual a Argentina passava no fim da década de 1980.

Internamente, a disputa entre aqueles que – montados a Cavallo – apostam em tentar novamente uma aliança subordinada à corporação do dinheiro e aqueles que pretendem algo diferente sem saber o que nem alinhados a quem. Ainda que caibam matizes (em particular devido ao debilitado, embora influente sindicalismo peronista) tudo indica que a balança se inclinará para a direita, porque, pela primeira vez na história, o peronismo chega ao poder com um Estado fraco, o empresariado agigantado e os trabalhadores desmobilizados.¹³⁸

A vitória peronista nas eleições, ao mesmo tempo em que trouxe alguma esperança para seus eleitores, aumentou a tensão do mercado financeiro e debilitou ainda mais o governo Alfonsín, que já não tinha autoridade para impor medidas aos agentes econômicos. O enfraquecimento do governo foi percebido pelos jornais, que refletiram a rápida escalada da crise hiperinflacionária e tentaram buscar, em diferentes momentos da administração radical, a explicação para o descontrole da economia. Por outro lado, o presidente eleito continuou seu processo de ampliar as alianças e chegou a setores antes inimigos declarados do peronismo, como os agroexportadores e os neoliberais defensores da candidatura de Álvaro Alsogaray, num movimento que dividiu a imprensa entre apoiadores e críticos, conforme a orientação política do jornal.

O *Clarín* assumiu uma postura extremamente crítica à política econômica do governo Alfonsín, a quem acusava de ter falhado na tentativa de superar os erros cometidos pela ditadura militar. O ponto central da argumentação era a falta de investimentos no setor produtivo por mais de uma década, razão pela qual “o país est[ava] pagando um duro preço pela sucessão de políticas que, independentemente de seus matizes, desconhecera a necessidade de dinamizar a estrutura produtiva e gerar investimentos e trabalho”¹³⁹. Essa

¹³⁸ A pergunta de um milhão de dólares. *Página/12*, 15 de maio, 1989.

¹³⁹ A economia em hiperinflação. *Clarín*, 11 de junho, 1989.

também é a linha que o jornal utilizou para se dirigir ao novo presidente logo após as eleições e nos primeiros meses de governo. O Clarín seguiu sua tradição de pensamento desenvolvimentista, valorizando o mercado interno e o papel do Estado como indutor da economia. Havia, porém, a ressalva de que eram necessárias medidas duras para pôr fim à crise econômica e social, o que justificava a mudança no discurso de Menem. É importante destacar que a cobertura do jornal valorizava os aspectos da crise que diziam respeito a seu público leitor – as classes médias e operárias urbanas – como o desemprego, a redução da renda média e o aumento de preços e tarifas públicas.

O baixo nível das remunerações e o alto índice de desocupação comprometem o desenvolvimento da grande massa de atividades econômicas dependentes do mercado interno, o que gera um círculo vicioso de empobrecimento que dificilmente possa ser quebrado apenas pelo poder dinâmico das exportações. [...] Tudo isso se resolve unicamente com um crescimento produtivo que gere postos de trabalho e os recursos para melhorar a renda da população sem comprometer o funcionamento da economia.¹⁴⁰

A avaliação feita pelo La Nación do governo Alfonsín também foi negativa no que se refere à condução da economia. A régua utilizada pelo jornal era sempre o pensamento liberal, razão pela qual criticava os vários pontos do Plano Primavera que se afastavam dessa corrente, como o congelamento de preços, o aumento de impostos e o controle sobre os salários¹⁴¹. Quando estourou a hiperinflação, a avaliação do diário foi de que o governo não atentou para a gravidade do problema e insistiu em medidas populistas que não conseguiu sustentar por muito tempo. O agravamento da crise que acabaria levando o presidente a entregar o poder a seu sucessor antecipadamente é explicado por um editorial do La Nación como o preço que Alfonsín pagava por ter ignorado os problemas do país:

Uma espécie de lei da História se cumpriu uma vez mais: não se passa impunemente pela hiperinflação. O preço é sempre muito alto e está por ver-se se a Argentina já o pagou por inteiro ou se ainda restam custos consideráveis por suportar. O governo não parece ter se dado conta, até agora, da gravidade do problema e se pode supor que continua acreditando em outras causas como determinante principal de sua queda¹⁴².

No mesmo editorial, o La Nación resumia seu diagnóstico sobre a situação da Argentina naquele momento, fazendo uso da representação da *larga agonía* que teria sido iniciada pelo

¹⁴⁰ As consequências da recessão. **Clarín**, 1º de agosto, 1989.

¹⁴¹ Novas medidas econômicas. **La Nación**, 4 de maio, 1989.

¹⁴² O abandono do poder. **La Nación**, 14 de junho, 1989.

peronismo décadas antes, num momento em que o jornal se mostrava pessimista em relação ao presidente eleito Carlos Menem:

O que se está conseguindo na Argentina é a igualdade da pobreza: a isso conduziram décadas de demagogia, populismos baratos, paternalismo dos governantes, estatismo regulador e intervencionista, burocracia ineficiente e pretensões distributivas de riquezas inexistentes.¹⁴³

Já o *Página/12* adotou, entre as eleições presidenciais e a posse do novo governo, uma postura diferente da sustentada pelos outros dois jornais analisados. Ao contrário do *La Nación*, o jornal não demonstrou surpresa quando Menem incorporou os grandes empresários a sua aliança de governo, e endureceu as críticas ao discurso cada vez mais neoliberal do presidente eleito; já em comparação com o *Clarín*, o *Página/12* não cedeu ao argumento da urgência hiperinflacionária como justificativa para as reformas estruturais. A coluna “Panorama Económico” foi uma das principais fontes das críticas, alertando seus leitores para o comportamento da maior parte dos veículos de comunicação argentinos, que disseminavam as representações neoliberais que amparavam os interesses dos grandes grupos econômicos em detrimento das classes mais pobres. Segundo essa visão:

se fosse utilizado para medir a queda dos salários o mesmo critério jornalístico empregado na corrida do dólar e das tarifas, ficaria mais claro quem está pagando essa festa. Mas a lógica do setor dominante é exatamente a contrária. Por isso se atribui a responsabilidade pelo desajuste ao Estado, o único instrumento com que podem contar os despossuídos de capital para reverter a situação em seu benefício.¹⁴⁴

Em um texto que declarava a morte do populismo na Argentina, Atilio Borón concluía, ironizando promessas de Menem no período eleitoral, que os vitoriosos da eleição de 1989 em nada se assemelhavam com os da década de 1940:

A composição do gabinete ministerial do presidente eleito e o conjunto de nomeações que já se conheceu nos últimos dias representam um descortês atestado de óbito para as expectativas populares. Os nomes e as ideias que se instalarão, em pouco tempo mais, nas alturas do Estado, simbolizam o começo de algo novo, completamente distinto, e que nada tem a ver com as aspirações de justiça social de amplos setores de nossa sociedade. As nomeações “revelaram o segredo” da revolução produtiva: a partir de agora governará o capital. [...] Isso é nada menos que a refundação da hegemonia burguesa, a cristalização de um novo e vigoroso pacto de dominação

¹⁴³ O abandono do poder. *La Nación*, 14 de junho, 1989.

¹⁴⁴ Ninguém mais fala dos salários. *Página/12*, 20 de maio, 1989.

classista. [...] Claro está que esse não é o partido triunfante, mas sim o de um punhado de oligopólios que, com a cumplicidade do atual governo e de nossa classe política, se apoderou do país.¹⁴⁵

Dias depois, outro texto de Borón¹⁴⁶ examinava as mudanças no discurso de Menem após as eleições e as alternativas para os grupos internos do justicialismo que saíram perdedores na definição dos rumos do novo governo. Ele acreditava estar diante de um momento de mudança estrutural na política do país, com o fim de uma aliança histórica do justicialismo com sindicatos e trabalhadores e sua adesão a um bloco de poder em que a confiança dos investidores externos era mais importante que as bases sociais que o levaram à vitória nas eleições. O dito “pragmatismo” de Menem seria, na verdade, uma escolha pelo caminho neoliberal, no qual as classes mais baixas da população pagariam o custo de se retirar o país da crise em que se encontrava.

A crise inflacionária provocou distúrbios em algumas das principais cidades do país. No dia 29 de maio de 1989, o governo Alfonsín decretou estado de sítio após duas mortes em tumultos provocados por saques a supermercados. As forças de segurança foram para as ruas e a situação se agravou: no dia seguinte, foram seis mortos em Rosário, cinco em San Miguel, mais de cem feridos e cerca de mil detidos nos confrontos entre a polícia e pessoas que saqueavam supermercados e caminhões de entrega de alimentos em várias províncias. A escalada de violência e a falta de perspectivas de curto prazo apressaram a entrega de poder dos radicais ao peronismo, que foi negociada para o dia 8 de julho. Em troca, Menem exigiu o apoio dos parlamentares justicialistas aos projetos de lei que enviaria ao Congresso nos primeiros dias de mandato, para tramitarem em caráter emergencial.

O *Página/12* começou a tratar a hiperinflação como “crise” a partir de 26 de maio de 1989 e a cobertura do tema passou a ser identificada por um selo no dia 30 do mesmo mês. O jornal reforçou a explicação baseada no golpe classista, mas também direcionou as matérias para o aspecto social da crise, fugindo da busca por declarações a respeito dos planos do futuro governo – como fazia o *Clarín* – e das análises macroeconômicas baseadas em índices e projeções – ao gosto do *La Nación*. Aos poucos, os textos do diário foram eliminando a diferença de tratamento entre o governo Alfonsín e o justicialismo recém-eleito, uma vez que o discurso de ambos foi se tornando semelhante no que se refere a atender os interesses dos

¹⁴⁵ Réquiem para o populismo. *Página/12*, 13 de junho, 1989.

¹⁴⁶ Um capitalismo selvagem. *Página/12*, 25 de junho, 1989.

grandes grupos econômicos. Na abordagem política e social da hiperinflação, tiveram destaque os textos de Atilio Borón, para quem, naquele momento,

a Argentina se encontra diante de uma encruzilhada absolutamente crítica de sua história: nosso futuro depende de algumas decisões que se tem de tomar de imediato. Reiteradamente, se assinalou a enorme responsabilidade que a chamada “pátria financeira” e os grandes conglomerados econômicos têm no estouro da crise que hoje nos preocupa. [...] Não vale a pena tentar algo que seja um retoque superficial: faz falta uma cirurgia maior se queremos extirpar o câncer da especulação, da inflação e do déficit fiscal que está ameaçando mortalmente as possibilidades de consolidarmos nossa democracia e nossa convivência civilizada. [...] Ou a democracia controla e submete os donos oligopólicos do mercado, ou eles terminam com a democracia. Se o governo retrocede atemorizado, ou atua tibiamente, o triunfo total do mercado haverá de cancelar, por muitos anos, nossa vida democrática.¹⁴⁷

O agravamento da crise social, com notícias de saque ao comércio em províncias do interior, leva Jorge Lanata a questionar, em um texto na coluna “Contracapa”, quem ganhava com o clima de tensão social e o descrédito do governo. Ao alertar para o perigo de uma resposta violenta das forças armadas e a fragilidade da democracia diante do quadro hiperinflacionário, o diretor do *Página/12* concluía que era preciso unir a sociedade por meio dos “partidos políticos, as associações intermediárias e os meios de comunicação” e rejeitar saídas apoiadas “na pequena política ou em planos ortodoxos”¹⁴⁸. Lanata voltou a publicar nos três dias seguintes, na capa do jornal. Ele acusava economistas e jornalistas de terem fomentado a crise sem se preocupar com as consequências de seus comentários e de, ao buscarem culpados para os saques a supermercados baseados em teorias conspiratórias, se esquecerem “do que parece um detalhe menor: que aqueles que roubam têm fome, que são vizinhos que roubam o comerciante do próprio bairro, que os reconhece e os vê passar com latas de alimentos”¹⁴⁹. Os textos advertiram também para a passividade do governo diante da crise, preso em negociações políticas para a transferência antecipada do poder ou anúncios de medidas que não duravam poucos dias, em lugar de “pensar o óbvio”: que se a crise “tivesse ocorrido por uma bomba na cidade, o primeiro a se fazer teria sido ajudar os feridos, distribuir alimentos, procurar abrigos; remodelar os escombros ficaria em segundo plano”¹⁵⁰.

¹⁴⁷ É possível controlar a crise?. *Página/12*, 26 de maio, 1989.

¹⁴⁸ Em rio revolto. *Página/12*, 30 de maio, 1989.

¹⁴⁹ Frankenstein. *Página/12*, 31 de maio, 1989.

¹⁵⁰ Tapete. *Página/12*, 1º de junho, 1989.

Ao mesmo tempo em que noticiavam o agravamento da crise, os jornais começavam a divulgar as seguidas declarações do presidente eleito e de seus assessores sobre as dificuldades que estavam pela frente. A análise dos textos dos jornais desse período é importante para que se possa compreender a barganha que o neoliberalismo propunha à sociedade. A estratégia começava por descrever a crise como o ponto derradeiro da *larga agonía* argentina, disseminando as representações que se associavam a ela, como a ineficiência do Estado na promoção do crescimento econômico e as virtudes do livre mercado como gerador de riqueza. Em seguida, o plano de reformas estruturais era apresentado como única saída, tarefa que, como a anterior, cabia a economistas do governo e de entidades privadas, além de jornalistas da área econômica, que cumpriram o papel atribuído por Pierre Bourdieu aos especialistas da produção simbólica¹⁵¹. A prescrição neoliberal foi imediatamente respaldada por organismos econômicos internacionais e agências de risco, igualmente especialistas, mas que desempenharam também o papel de observador externo capaz de respaldar e legitimar as escolhas políticas feitas internamente. Por fim, o governo advertia para o custo social que as reformas teriam, mas esse custo era apresentado como o remédio amargo que colocaria o país de volta no caminho do crescimento. Todo esse processo era dinamizado pela imprensa, que assumiu no período o papel destacado de partilhar as representações neoliberais na identificação dos problemas econômicos argentinos e suas causas, bem como de prescrever a solução. Como será visto a seguir, entretanto, os jornais não se comportaram da mesma maneira diante das propostas neoliberais e sua adoção esteve longe de ser consensual. Houve diferentes níveis de apropriação e partilha dessas representações pelos veículos de imprensa analisados, além de posições críticas às reformas, o que reflete o ambiente de competição simbólica no qual o neoliberalismo buscava se impor sobre culturas políticas concorrentes.

O alto custo das reformas estruturais para a sociedade se tornou elemento importante da cobertura do Clarín nos dias próximos à posse de Menem. Sua capa em 25 de junho destacava uma frase do presidente eleito de que o ajuste econômico seria duríssimo. O jornal voltaria a noticiar declaração de Menem de “um ajuste rigorosíssimo” no dia 3 de julho. Do discurso de posse na varanda da Casa Rosada, publicado no jornal do dia 9 de julho, o Clarín destacou em sua manchete a frase: “virão dias muito duros”. No dia seguinte, o jornal noticiou o lançamento do primeiro pacote econômico do novo governo e na manchete de capa o

¹⁵¹ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 12.

qualificava como “de incomum dureza”. Entretanto, apesar da recorrência na cobertura regular, o assunto só foi tratado em editorial no dia 31 de julho, quando o Clarín manteve a linha de opinião que seguiu após a vitória de Menem e o agravamento da crise: o texto voltava a qualificar o plano de ajustes do governo como “de dureza incomum”, mas considerava que ele era “a condição primária para se reordenar as finanças do Estado, estabilizar os preços e retomar o crescimento”¹⁵². Assim, embora avaliasse a situação econômica com uma visão desenvolvimentista, o jornal contribuía com a estratégia neoliberal de apontar as reformas estruturais como única saída para a crise e projetar num futuro impreciso o momento em que a sociedade receberia os benefícios das novas diretrizes econômicas.

Por sua vez, a defesa feita pelo La Nación da necessidade de reformas estruturais esteve sempre marcada pela advertência de que as medidas teriam que ser duras e com grande custo social, mas também pela promessa de que elas eram a solução definitiva para os problemas econômicos argentinos e que colocariam o país de volta no rumo do desenvolvimento e da prosperidade. Seus editoriais e sua cobertura diária da área econômica foram o exemplo mais bem acabado da presença de especialistas legitimados na imprensa argentina com o intuito de disseminar as representações sociais ligadas ao neoliberalismo. Entre a eleição e a posse de Carlos Menem, o jornal buscou advertir o governo de que a situação de hiperinflação não tolerava pequenos ajustes ou planos heterodoxos. Nesse sentido, tanto as representações que ajudavam a explicar as causas da crise quanto a receita oferecida pelo diário para superá-la estavam em consonância com as medidas do Consenso de Washington e as exigências feitas à época pelo FMI para os países endividados:

A queda só se detém quando se põe em prática um plano de estabilização eficaz, que requer medidas duras, principalmente no campo fiscal e monetário, para restaurar a disciplina econômica perdida. Isso não significa a solução dos problemas, senão o início de um longo caminho de reconstrução, tanto mais breve quanto mais se conheça e se aceite a realidade. Daí a importância de que os dirigentes argentinos, sobretudo os que vão estar na futura administração, tenham uma clara visão do que de verdade está ocorrendo.¹⁵³

Advertência semelhante foi feita pelo La Nación por ocasião da posse de Menem, momento em que o jornal atribui ao justicialismo a oportunidade de “incorporar-se à ordem democrática como um partido moderno, orgânico e que respeita as opiniões contrárias”, desde que pudesse

¹⁵² El problema de las tarifas. **Clarín**, 31 de julho, 1989.

¹⁵³ Por inteiro na hiperinflação. **La Nación**, 7 de junho, 1989.

superar suas contradições internas e dizer a verdade às pessoas: que o processo teria de ser “de ajustes severos nas finanças públicas e sacrifício generalizado da população”¹⁵⁴.

As primeiras medidas do governo Menem pareciam caminhar na direção apontada pelo *La Nación* e seus editoriais não esconderam a surpresa e a satisfação com as decisões. Porém, o discurso de que o custo das mudanças deveria ser aceito por toda a sociedade e dividido entre os vários setores da economia não se sustentou por todo o tempo. Evidenciamos na análise dos editoriais do período que o jornal reagiu com veemência quando as medidas tomadas pelo governo contrariavam os interesses dos investidores e do grande capital, ainda que tivessem o objetivo de equilibrar as contas públicas. Quando o ministério da Economia anunciou a intenção de trocar compulsoriamente títulos com vencimento em curto prazo por papéis de mais longo prazo, o *La Nación* criticou a medida por ser uma violação das regras contratadas pelo Estado, ainda que em outros governos.

A medida em análise não deixa de constituir uma transgressão manifesta a um contrato estipulado e subscrito pela mesma pessoa jurídica que, mais tarde, resolveu modificar cláusulas e prazos sem atender outra vontade ou conveniência que não a própria. E essa pessoa é o Estado, cuja responsabilidade não caduca a cada mudança de administração, e que tem como uma de suas funções transcendentais garantir aos habitantes do país o cumprimento das obrigações livremente contraídas conforme a lei.¹⁵⁵

Ou seja, se o governo eliminava subsídios ou alterava a correção de salários, em violação ao que fora pactuado com trabalhadores e pequenas empresas pela administração anterior, as medidas eram vistas como um sacrifício necessário para se superar a crise e em momento algum eram classificadas como quebra de contrato. Porém, se as regras alteradas dissessem respeito ao mercado financeiro, a intervenção do Estado era apontada como um dirigismo inaceitável que abalaria a confiança do mercado, afastando investimentos. Essa contradição ficou clara quando um decreto de Menem impôs a cobrança de impostos sobre ganhos obtidos com títulos emitidos pelo governo no exterior. O *La Nación* classificou a medida como “um duro golpe contra a credibilidade do governo”, mesmo que o texto do decreto fizesse referência direta à necessidade de ajustar as contas públicas para conter a inflação:

O abuso dos regimes de emergência, que tendem a desfazer direitos adquiridos, modificar súbita e unilateralmente as regras contratuais e gerar

¹⁵⁴ O novo governo. *La Nación*, 8 de julho, 1989.

¹⁵⁵ Consolidação da dívida interna. *La Nación*, 16 de agosto, 1989.

obrigações retroativas, constitui um fator de instabilidade que está longe de incrementar a confiabilidade que a recuperação econômica do país exige. [...] Até onde vai o limite da emergência? Até onde pode o Estado estender suas atribuições em detrimento dos direitos individuais?¹⁵⁶

Com quase cinco meses de antecedência, Carlos Menem assumiu a presidência em 8 de julho de 1989 e suas primeiras medidas surpreenderam tanto seus aliados quanto a oposição e os agentes financeiros, pois contrastavam com seus discursos de campanha. Ele se aproximou de expoentes do pensamento liberal argentino, como Álvaro Alsogaray, e nomeou para o Ministério da Economia o executivo Miguel Roig, funcionário de um dos maiores grupos econômicos argentinos, o Bunge y Born, adversário histórico do peronismo. Roig morreu poucos dias depois de assumir o cargo e foi substituído por Néstor Rapanelli, também administrador do grupo. As alianças e nomeações eram tão heterogêneas e surpreendentes que mereceram a ironia do cartunista Landrú no Clarín de 20 de julho de 1989. Na tirinha, uma senhora pergunta a um amigo durante uma festa: “Menem te nomeou para algum cargo ou você é peronista?”.

São evidentes a aprovação e a surpresa com que os primeiros discursos e medidas do novo presidente foram recebidos pelo La Nación. No período anterior à posse, a escolha dos primeiros nomes para os ministérios já havia amenizado o tom das avaliações feitas pelo jornal. Porém, a postura mudou de fato com o discurso de posse de Menem no Congresso, que o diário acreditava ter sido recebido “com certo alívio por quem, ao contrário, temia um retorno de critérios partidistas autoritários ou de estilos demagógicos e populistas”¹⁵⁷. Ou seja, agentes políticos e econômicos cujas expectativas o próprio La Nación partilhava. Dias depois, em editorial que comentava o discurso feito por Menem na Bolsa de Comércio de Buenos Aires, o jornal não escondia a surpresa diante daquilo que definiu como um “giro copernicano” na orientação de política econômica do Partido Justicialista:

Não deixa de chamar atenção, porém, que um presidente surgido do justicialismo e com muitos anos de protagonismo em suas fileiras afirme com tanta ênfase, com tanta convicção, uma linha de pensamento afastada da pregação que seu partido sustentou tradicionalmente e das propostas que desde 1946 pôs em prática quando esteve no governo da Nação.¹⁵⁸

¹⁵⁶ Impostos por decreto. **La Nación**. 26 de agosto, 1989.

¹⁵⁷ A mensagem presidencial. **La Nación**. 11 de julho, 1989.

¹⁵⁸ O presidente e a liberdade de empresa. **La Nación**. 25 de julho, 1989.

A nomeação dos economistas do Bunge & Born para o ministério tinha a clara intenção de reduzir a tensão dos operadores financeiros e dos oligopólios nacionais em relação à administração que se iniciava. A escolha tinha um peso simbólico duplo: primeiro, o grupo era forte o suficiente para transmitir credibilidade ao mercado e capitanear os demais grupos em favor das medidas econômicas; segundo, ele era o que melhor representava uma ruptura com a tradição peronista de fazer frente ao capital, já que o Bunge & Born havia sido apontado por Perón como o maior expoente do antinacionalismo, personificação da imagem do “vendepátria”¹⁵⁹.

A ideia de que Menem pudesse optar por um empresário como ministro da Economia já circulava entre membros do novo governo e jornalistas à época da eleição. Em uma matéria do dia 16 de maio sobre possíveis nomes para o ministério de Menem, o deputado Eduardo Bauzá, politicamente bastante próximo do presidente eleito, sugeria que o governo Alfonsín nomeasse um representante do setor empresarial para a pasta durante os meses da transição. Os rumores apontavam como favorito Oscar Vicente, do grupo Pérez Companc¹⁶⁰. O nome de Miguel Roig apareceu pela primeira vez no Clarín no dia 26 de maio, em um texto que explicava o perfil do então candidato a ministro da Economia. Ele é apresentado como um competente e poderoso administrador do Bunge & Born, recém-aposentado, mas ainda consultor do grupo. No texto, Roig é associado ao pensamento nekeynesiano do prêmio Nobel de Economia Lawrence Klein e aos primeiros passos de integração comercial da Argentina com o Brasil, que interessava economicamente ao Bunge & Born em função dos investimentos que tinham no setor de alimentos brasileiro¹⁶¹.

Além da formação de um ministério heterogêneo, reflexo da base de apoio que Menem tentava construir então, o presidente enviou simultaneamente ao Congresso os dois projetos de lei que havia pactuado com a UCR como condição para que ele aceitasse a antecipação de sua posse: a Lei de Reforma do Estado e a Lei de Emergência Econômica. Ambos transferiam poder do Legislativo para o Executivo e davam ampla margem de manobra ao governo para realizar as reformas estruturais. O primeiro projeto autorizava a venda de empresas estatais sem especificar prazos, condições, preço ou qualquer outra limitação ao processo. O segundo

¹⁵⁹ NOVARO, Marcos. **Historia de la Argentina Contemporánea**: de Perón a Kirchner. Buenos Aires: Edhasa, 2006. p. 220.

¹⁶⁰ Os ministeriáveis de Menem. **Clarín**. 16 de maio, 1989.

¹⁶¹ Um nome na moda. **Clarín**. 26/05/1989.

permitia ao Executivo legislar por decreto sobre variados temas econômicos, como questões fiscais, negociação da dívida pública e sistemas de subsídios e incentivos estatais.

As primeiras medidas econômicas apresentadas pelo governo seguiam os preceitos gerais do FMI para economias periféricas: corte nos gastos públicos, abertura da economia pela eliminação de taxas de importação e outros mecanismos de reserva de mercado, e a redução da presença do Estado na economia por meio de privatizações. O processo de venda das estatais começou com a empresa de telefonia Entel e a Aerolíneas Argentinas. Em pouco mais de um ano, a lista se ampliaria para a rede viária, os canais de televisão, as áreas de exploração petrolífera e parte das ferrovias.

No *Página/12*, um texto de Horácio Verbitsky denunciava as duas propostas como o ponto alto da adesão do governo Menem aos interesses dos grandes grupos econômicos após um mês de mandato. No caso da Lei de Emergência Econômica, a pressão das empresas conseguiu que o ministério da Economia compensasse o efeito do fim do regime de promoção industrial com isenção fiscal por seis meses, o que representava a perda de arrecadação pelo Estado do equivalente a 1% do PIB argentino. No caso da Lei de Reforma do Estado, que tratava das privatizações, as objeções do Senado não foram suficientes para retirar o inciso que obrigava o Estado a incorporar o passivo das empresas antes de colocá-las à venda. A única alteração importante que os parlamentares conseguiram fazer, retirar a permissão para que papéis da dívida externa fossem aceitos como forma de pagamento pelas companhias privatizadas, foi contornada pelo governo e imposta por decreto. Assim, Verbitsky considerava que “o papel das instituições representativas fica assim bem delimitado: são respeitadas quando aliviam cargas dos poderosos ou corrigem detalhes menores, mas são ignoradas se pretendem objeções de fundo”¹⁶².

Os principais analistas do período Menem concordam que a grave crise econômica e social está na base da mudança em seu posicionamento sobre a condução econômica do país ainda antes de assumir o governo. Mas há discordâncias quanto ao grau de autonomia do presidente para tomar tais decisões. Novaro e Palermo¹⁶³ defendem que o motivo de Menem abandonar os valores tradicionais do peronismo e seguir a cartilha neoliberal foi a avaliação que fez

¹⁶² Nós tampouco nascemos para perder. *Página/12*. 8 de agosto, 1989.

¹⁶³ NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *Política y poder en el gobierno Menem*. Buenos Aires: Norma, 1996. p. 128.

sobre os últimos dias de Alfonsín na presidência e a interpretação de que teria um final semelhante caso não decidisse por uma mudança drástica. O presidente teria reconhecido que o que estava em jogo naquele momento era a própria capacidade de governar e que, embora tivesse grande respaldo eleitoral, não gozava de quase nenhuma margem para escolher as medidas a serem implantadas. Optou, portanto, pelo projeto de reforma econômica que se apresentava naquele momento como eficaz, embora com altos custos. A receita neoliberal prometia dar confiança aos investidores, conseguir o apoio do FMI e do Banco Mundial e transmitir às pessoas e aos grupos sociais domésticos a ideia de que o governo tinha o controle da política e apontava um rumo para livrar o país da crise.

Segundo essa perspectiva, a experiência de desgaste do Plano Primavera e a hiperinflação teriam dado a Menem a percepção de que seu governo só seria viável e só conseguiria medidas efetivas na área econômica se buscasse o apoio daqueles com poder de boicotar seus planos, ou seja, os grandes grupos econômicos nacionais e o capital financeiro internacional. O presidente teria tido, portanto, a clareza de entender que não haveria um governo peronista sem a incorporação desses atores e que o sucesso das medidas econômicas era uma garantia política maior que os tradicionais laços partidários e sindicais com os quais construiu sua plataforma de campanha. E, para ter a seu lado os principais atores econômicos do país, seria necessário não apenas dar sinais de que o governo atenderia a seus interesses, mas incorporá-los ao governo e implantar as reformas estruturais que eles haviam pleiteado, sem sucesso, durante o mandato de Alfonsín¹⁶⁴.

Numa linha distinta de argumentação, Basualdo sustenta que a instalação do neoliberalismo na Argentina foi uma revanche classista promovida por um bloco de poder formado pela fração da aristocracia rural que décadas antes havia se dedicado a atividades industriais e pelo capital financeiro internacional¹⁶⁵. Para que sua estratégia pudesse se efetivar, esse bloco atacou diretamente o processo de industrialização por substituição de importações, que era a base econômica da organização dos trabalhadores e outros setores populares argentinos. A implantação das medidas de reestruturação da economia teria sido operada internamente por essa oligarquia, financiada em grande parte pelo capital especulativo dos países centrais, e

¹⁶⁴ NOVARO, Marcos. **Historia de la Argentina Contemporánea**: de Perón a Kirchner. Buenos Aires: Edhasa, 2006. p. 218.

¹⁶⁵ BASUALDO, Eduardo. **Sistema político y modelo de acumulación**. Tres ensayos sobre la Argentina actual. Buenos Aires: Atuel, 2011. p. 17.

conceitualmente sustentada pela ação de intelectuais oriundos de *think tanks* como a Fundación Mediterránea, sustentados por grupos econômicos domésticos.

Realizar as reformas estruturais, porém, era uma tarefa difícil devido à oposição que o governo encontraria não apenas em sua base de apoio peronista, mas também no próprio seio do empresariado. É que, como ficaria claro nos primeiros meses de governo Menem, a defesa do neoliberalismo pelos principais grupos econômicos não era uma posição ideológica, mas uma tentativa de atender a seus interesses. Assim, a abertura comercial e a eliminação de subsídios, por exemplo, eram consideradas medidas importantes pelos defensores do neoliberalismo, apregoadas pelos especialistas de produção simbólica legitimados pela imprensa, mas enfrentavam a resistência dos setores empresariais que se beneficiavam do protecionismo¹⁶⁶. O plano econômico proposto pelos economistas do Bunge & Born foi um reflexo dessa tensão que fazia avançar as reformas em algumas direções e a retardava em outras. Como resultado, os custos iniciais dessas medidas se impuseram a quem não tinha peso econômico ou político suficiente para defender seus interesses: assalariados, aposentados, desempregados e os pequenos e médios empresários locais, pressionados pela urgência hiperinflacionária e esperançosos de que o novo governo pudesse sanar as dificuldades que enfrentavam.

As primeiras medidas do governo Menem foram noticiadas pelo *Página/12* com destaque para o fato de que agradaram aos empresários e, ao mesmo tempo, trouxeram esperança aos mais pobres de ver a inflação recuar, apesar dos sacrifícios. A interpretação do jornal, porém, era de que a fome em muitas regiões do país e a perda do poder de compra dos salários fariam com que o apoio popular ao novo governo durasse pouco se as medidas anunciadas não surtiram efeito rapidamente. Além disso, o *Página/12* mantinha a postura de denunciar a transferência dos custos da reforma econômica para as classes mais baixas da sociedade. Atílio Borón sustentava a posição de que as medidas anunciadas por Roig e seguidas logo depois por Rapanelli evidenciavam um aumento dos custos dos assalariados, enquanto os grandes empresários e o setor financeiro tinham garantias de operar livremente e manter seus ganhos¹⁶⁷. Longe de ser um erro do governo ou fruto de despreparo dos funcionários públicos e da classe política, as medidas econômicas e seus resultados recessivos e empobrecedores eram vistos pelo *Página/12* como uma ação deliberada e bem-sucedida dos grandes grupos

¹⁶⁶ NOVARO, Marcos, op. cit., p. 219.

¹⁶⁷ Saqueadores de colarinho branco. *Página/12*, 28 de julho, 1989.

econômicos, que enfim haviam conseguido assumir o controle do Estado e utilizá-lo segundo seus interesses.

Por outro lado, havia ainda na opinião do jornal a esperança de uma reviravolta dentro do justicialismo que, se não poderia pôr fim ao golpe classista que cooptara o presidente, seria suficiente para levantar debates sobre o modelo escolhido por ele e reforçar uma oposição que conseguisse diminuir o impacto das reformas estruturais sobre os mais pobres. É o que indicava a coluna “Panorama Econômico” às vésperas da participação de Menem na feira anual da Sociedade Rural Argentina, o mais forte grupo econômico e político do setor agropecuário do país. O texto registrava a satisfação dos ruralistas em ver um presidente peronista posicionar-se mais à direita que o radical Alfonsín, mas apontava o incômodo que essa postura causava em setores do PJ e na base do governo no Congresso. Até mesmo as equipes ministeriais eram pontos evidentes de conflito, fruto da tentativa de Menem de formar uma base de apoio heterogênea e não dependente de seu partido. Na visão do jornal:

muitos peronistas começam a acordar com um projeto no qual não votaram e a mesma surpresa que despertou sorrisos no *stablishment* conservador provoca calafrios em correntes internas do Partido Justicialista. A ausência de um debate público sobre o destino e o caráter dessa democracia oculta o verdadeiro grau de discrepâncias: talvez o atraso no Congresso e os titubeios antes de aprovar as leis que sustentariam as grandes transformações sejam uma mostra dos distintos enfoques sobre o ajuste.¹⁶⁸

Diante das pressões por ter abandonado as tradições peronistas, Menem utilizou algumas estratégias discursivas para manter a coesão de sua base de apoio. A primeira foi um esforço retórico e político de se reinserir nessa tradição a partir de uma releitura modernizadora da doutrina peronista. E fez isso baseando seu discurso nas palavras do próprio Perón. Para tanto, buscou demonstrar que seu posicionamento de atualizar a doutrina era a intenção permanente do antigo líder, para quem não mudar segundo as circunstâncias significava perecer. Além disso, na condição de intérprete privilegiado da vontade popular, reforçava a ideia de que o peronismo nunca esteve associado a ideologias e, logo, se estivesse vivo, Perón teria feito o mesmo que ele¹⁶⁹. Até mesmo suas promessas mais populistas de campanha, como o *salariozo* e a revolução produtiva, permaneceram durante muito tempo no discurso

¹⁶⁸ As caixas chinesas. **Página/12**. 5 de agosto, 1989.

¹⁶⁹ CANELO, Paula. ‘Son palabras de Perón’. Continuidades y rupturas discursivas entre peronismo y menemismo. In: PUCCIARELLI, Alfredo (org.). **Los años de Menem**. La construcción del orden neoliberal. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2011. p. 71-101; NOVARO, Marcos. **Historia de la Argentina Contemporánea: de Perón a Kirchner**. Buenos Aires: Edhasa, 2006.

presidencial como objetivos a serem atingidos uma vez que a situação econômica estivesse novamente favorável. E, durante algum tempo, essas afirmações foram bem aceitas pela sociedade.

A segunda estratégia encontrada por Menem para justificar suas escolhas foi incorporar a seu discurso a representação da *larga agonía* argentina e defender a ideia de que o modelo estatista de desenvolvimento estava falido. Na visão de Amado Cervo, Menem estimulou o revisionismo histórico e dele se apropriou com frequência para justificar suas políticas¹⁷⁰. Ao marcar os últimos anos do governo de Perón como o início do declínio argentino, o presidente passava a dispor de elementos suficientes para promover o processo de privatizações e desarticular as estruturas partidárias do justicialismo. O Estado agônico das décadas anteriores era marcado pelo intervencionismo e pelas grandes empresas públicas, logo, seu desmantelamento estaria diretamente ligado à transferência desse passivo ineficiente à iniciativa privada. As vozes que se erguiam contrárias ao processo eram rapidamente associadas a interesses corporativos ligados ao atraso e o debate das políticas liberais em curso acabou suprimido em função da urgência gerada pela hiperinflação. O neoliberalismo chegava ao fim da década de 1980 conseguindo impor ao governo e à sociedade argentina a área prioritária (economia), o problema a ser solucionado (a inflação), e a receita para superá-lo (privatizações, abertura comercial e financeira, redução de impostos).

Por fim, uma terceira estratégia usada por Menem para conquistar a opinião pública, aproveitando-se da popularidade de que gozava logo após seu triunfo eleitoral, foi a de construir uma imagem de atraso de seus opositores. O desgaste das relações partidárias e o descontentamento da população com seus dirigentes foram aproveitados pelo presidente para associar à “velha política” e a “interesses obscuros” aqueles que se manifestavam contra os princípios neoliberais adotados por seu governo. Para isso, Menem buscou se aproximar da imprensa e ocupar o espaço que jornais e emissoras de televisão davam a ele, numa clara mudança em relação à reclusão que caracterizou os seis anos de mandato de Alfonsín. Ele falava diretamente às pessoas, se posicionava como protagonista na interpretação das próprias decisões e apontava como inimigos da modernidade aqueles que tentassem garantir direitos ou propor rumos alternativos. A maior parte da sociedade, por seu lado, estava propensa a aderir a esse discurso e dar apoio a ele, já que enxergava a hiperinflação como uma crise

¹⁷⁰ CERVO, Amado Luiz. Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 43, n. 2. 2000. p. 5-27.

singular cuja superação dependia de convicção e força para tomar as medidas necessárias, por mais duras que fossem. Além disso, a deterioração da qualidade dos serviços públicos ao longo de quase duas décadas de crise econômica havia feito boa parte da sociedade acreditar na incapacidade do governo – quando não, do próprio Estado – de prover o necessário à vida cotidiana. Daí que as privatizações, para elas, pareciam muito mais uma solução que uma ameaça¹⁷¹.

3.2 REPRESENTAÇÕES DE UM PAÍS EM CRISE

Durante o processo político que permitiu a ascensão de Carlos Menem à presidência e a reconfiguração das forças de sustentação do justicialismo, os jornais se utilizaram de representações sobre a Argentina e a crise econômica que eram partilhadas por alguns dos principais grupos competidores. Entre elas, estão no centro do debate as ideias do Estado ineficiente em oposição ao livre mercado e da *larga agonía* de um país que já havia sido o *granero del mundo*, que caracterizam o pensamento neoliberal argentino, como exposto no capítulo anterior. Cabe, portanto, avaliarmos como essas representações foram utilizadas pelos veículos, a que grupos políticos elas correspondiam e como elas ajudaram a definir a posição política assumida pelos jornais no período analisado. Para isso, selecionamos nos editoriais alguns temas-eixo relacionados ao objeto da pesquisa e buscamos verificar nos textos e em seu contexto as atitudes, qualificações e escolhas semânticas dos jornais em relação a eles.

O primeiro tema-eixo a ser analisado é o Estado. Uma das representações neoliberais mais difundidas nos editoriais do La Nación é a que se refere à presença estatal na economia como danosa e indesejável. Assim como o Clarín, o La Nación apresentava um diagnóstico muito negativo da situação do Estado e dos serviços públicos argentinos no final da década de 1980. Entretanto, a diferença entre as duas posturas está na causa atribuída ao problema e na prescrição das medidas necessárias para superá-lo, nas quais se pode perceber a cultura política a que os valores dos dois periódicos estão associados.

¹⁷¹ NOVARO, Marcos. **Historia de la Argentina Contemporánea**: de Perón a Kirchner. Buenos Aires: Edhasa, 2006. p. 233-234.

Enquanto o Clarín acusava o governo de má gestão e pedia o saneamento das empresas estatais, o La Nación apontava a presença do Estado na economia como intrinsecamente ruim e, para solucionar a crise, a única saída seria reduzir seu tamanho pela via das privatizações e do fim das proteções e subsídios. Ao longo de 1989, os editoriais do La Nación concentraram no Estado suas críticas e usaram adjetivos deletérios para qualificá-lo, como “macrocefálico e liberticida”¹⁷², “socializante”¹⁷³ e “pseudoempresário”¹⁷⁴. Essa opção semântica era reforçada, em paralelo, pela escolha das vozes presentes na cobertura, que reunia economistas neoliberais, defensores da ortodoxia fiscal e representantes do setor financeiro nacional e estrangeiro.

O La Nación não tinha dúvida da maior eficiência da administração privada sobre a pública e defendia que a prestação de serviços fosse feita por empresas particulares num ambiente de livre concorrência. Para o jornal, nos poucos setores da economia argentina em que se podia ver a ação de companhias privadas disputando mercado com as públicas, “a gestão dos particulares, mesmo limitada pelas estritas licenças de concessão e pelos controles da autoridade estatal, se impõe rapidamente na competição e o faz com seus próprios recursos”¹⁷⁵. A representação do Estado como elemento nocivo à atividade econômica conduz, portanto, o olhar do La Nación sobre a realidade e as avaliações que faz das empresas públicas, que jamais teriam a eficiência das privadas e desperdiçariam recursos para alimentar barganhas políticas, servindo a interesses populistas e demagógicos.

A definição do Estado e suas funções é alvo de uma batalha simbólica que, muitas das vezes, se manifesta de forma associada a outro tema-eixo recorrente nos editoriais do período analisado: as privatizações. Em sua linha de argumentação, o La Nación manteve uma defesa vigorosa dos processos de privatização e viu com bons olhos os primeiros passos do governo Menem nessa direção, principalmente a partir da aprovação da Lei de Reforma do Estado, sancionada em 17 de agosto de 1989. O jornal, como muitos especialistas em produção simbólica já vistos, explica a crise daquele momento como o resultado de décadas de políticas populistas equivocadas, que teriam gerado uma longa e contínua decadência. No editorial que comentava a nova lei, é claro o esforço em atribuir ao conjunto da sociedade as

¹⁷² Este 25 de maio. **La Nación**, 25 de maio, 1989.

¹⁷³ Controles em lugar de confiança. **La Nación**, 31 de maio, 1989.

¹⁷⁴ Anúncio sobre privatizações. **La Nación**, 23 de julho, 1989.

¹⁷⁵ Os serviços das empresas privadas. **La Nación**, 2 de maio, 1989.

representações de Estado e da *larga agonía* argentina que são próprias do grupo que defende os princípios neoliberais:

[o alcance da lei] parece indicar que a intenção oficial é assumir, quase sem reservas e com poucas exceções, a árdua tarefa de revisar e desfazer quase meio século da história econômica argentina. Com seu projeto e uma intensa pregação a favor da economia livre, o governo justicialista reúne aspirações notórias da comunidade que cada dia mais percebe a desmedida expansão e a irracionalidade proverbial do Estado como causas fundamentais do persistente retrocesso argentino e da crescente distância que separa o país das tendências do desenvolvimento contemporâneo.¹⁷⁶

Como já foi dito, o Clarín acompanhou o diagnóstico de que o setor público apresentava um longo histórico de déficit econômico e que a qualidade dos serviços prestados pelo Estado e por empresas públicas havia caído a níveis alarmantes. No entanto, o jornal não partilhava a representação neoliberal que apontava o Estado como um obstáculo ao desenvolvimento econômico e ao bom funcionamento do mercado. Ao contrário, o que o Clarín defendia em seus editoriais ao longo de 1989 é que a administração pública fosse remodelada para ganhar eficiência e que as empresas estatais pudessem se modernizar para voltar a prestar os serviços de que necessitava a população. Dos oito editoriais que tratam do mal funcionamento do Estado no período analisado, nenhum propunha a privatização das empresas públicas nem advogava a superioridade da administração privada para reduzir custos e aumentar qualidade. Neste caso, a ausência de referências é um indício tão ou mais importante que sua presença, uma vez que corrobora nossa hipótese de que o Clarín, em função de sua tradição desenvolvimentista, proporia uma solução diferente daquela defendida pelos ortodoxos e partilhada pelo La Nación.

O livre mercado também não é visto pelo Clarín como solução para os problemas econômicos argentinos, o que o coloca, nesse aspecto, ao lado dos empresários da indústria nacional e contra o pensamento neoliberal. Seguindo a linha que tradicionalmente o caracterizava, o jornal defendia que os níveis de protecionismo deveriam se ajustar à conjuntura internacional e ao nível de desenvolvimento dos países.

Para algumas nações mais poderosas, a promoção do livre comércio pode significar a busca de vantagem no comércio internacional, em que procuram reforçar uma posição já fortalecida. [...] É claro que, como se começou a ver nos últimos anos, um protecionismo indiscriminado em seu nível ou em sua

¹⁷⁶ A lei de reforma do Estado. **La Nación**. 24 de agosto, 1989.

duração pode resultar, posteriormente, em prejuízo para a economia em seu conjunto. Ainda assim, em economias menores, é perigoso especular com a redução de barreiras comerciais, sobretudo quando as demais economias, inclusive as maiores, se rearmam para proteger seus mercados.¹⁷⁷

Na direção oposta à do *La Nación* e muito mais incisivo que o *Clarín*, o *Página/12* refutava a ideia de que o livre mercado seria mais eficiente que o Estado para regular a economia. Um texto de Atilio Borón propunha a inversão dos termos do debate para que se pudesse discutir a desprivatização do Estado. Ele admitia a baixa qualidade dos serviços públicos e a pouca eficiência administrativa dos últimos governos argentinos, mas apontava uma particularidade dessa representação maniqueísta do Estado como o oposto ineficiente do livre mercado: quem sofria com a falência pública eram os mais pobres; os grandes grupos econômicos se beneficiavam do mesmo Estado que tanto criticavam. A proposta privatizadora não seria mais que uma estratégia para ampliar esses benefícios, retirar a proteção social de assalariados e aposentados, enquanto se abria espaço para que o capital financeiro e os oligopólios nacionais controlassem o Estado por dentro, como ficou claro na escolha do gabinete de Menem¹⁷⁸. O passo seguinte dessa estratégia seria disseminar na classe política e nos meios de comunicação, a partir de porta-vozes autorizados, a representação neoliberal do Estado como intrinsecamente ineficiente e falsos exemplos do sucesso de programas de privatização pelo mundo. O efeito teria sido que economistas, políticos e jornalistas argentinos

se acostumaram a ignorar as conhecidas acusações de origem nacionalista e esquerdizantes do tipo que conclui defendendo o Estado por mais defeitos que haja demonstrado. Para passarem à próxima etapa precisam deixar cair no esquecimento as verdadeiras razões que provocaram o déficit das companhias públicas (seu indiscriminado endividamento; o congelamento ou a defasagem de suas tarifas para conter processos inflacionários; sua utilização como ferramenta de transferência de recursos a grandes usuários). A essa altura, não se pode cair na ingenuidade de jogar a culpa retroativa sobre aqueles a quem se pede ajuda no presente.¹⁷⁹

Assim, o *Página/12* não apenas recusava as representações neoliberais que circulavam na Argentina do fim da década de 1980 mas também as denunciava como uma estratégia de setores da elite econômica associados a especialistas tornados legítimos pelos meios de comunicação. Essa postura o caracteriza como defensor de uma cultura política distinta daquela que se tornava dominante no período e, assim, permite que o caracterizemos como

¹⁷⁷ Para ter em conta. *Clarín*. 21 de agosto, 1989.

¹⁷⁸ Desprivatizando o Estado. *Página/12*. 11 de agosto, 1989.

¹⁷⁹ A metamorfose. *Página/12*. 26 de agosto, 1989.

veículo crítico das mudanças pelas quais o país passava e difusor de representações que serviram de contraponto ao discurso do governo e de muitos veículos de imprensa argentinos.

Não se pode esquecer, porém, que o tema das privatizações dizia respeito diretamente aos interesses dos jornais como empresas e que esses interesses têm relação, portanto, com a postura adotada por eles diante das propostas de Menem. Em editorial, o *La Nación* comemorou a vitória das empresas de jornalismo impresso em sua pressão por eliminar o artigo 45 da Lei de Radiodifusão, que impedia a propriedade cruzada dos meios de comunicação. A mudança permitia, a partir de então, que empresas como Clarín e o próprio *La Nación* participassem dos leilões de privatização dos canais públicos de rádio e TV, já então anunciados pelo governo, e foi, na prática, o primeiro passo para a formação de conglomerados de mídia na Argentina. O editorial acusava o artigo em questão de inconstitucional, vinculado a interesses do regime ditatorial recente, e sua eliminação era comemorada como um avanço da liberdade de expressão no país. O *La Nación* não escondia sua intenção de ampliar seus negócios para o campo da radiodifusão, embora a defesa da medida fosse feita em termos de livre concorrência nos processos de privatização¹⁸⁰.

O *Página/12*, por sua vez, se posicionou ao lado dos sindicatos contra a privatização de canais de TV e emissoras de rádio estatais. Comparando seus textos com os do *La Nación*, é possível observar o que Bourdieu chama de “disputa pelo sentido das palavras comuns”¹⁸¹. Ambos os jornais usaram o conceito de “liberdade” para afirmar suas posições, mas em sentidos opostos. Seguindo a linha defendida pelos trabalhadores dos principais canais, o *Página/12* argumentava que a privatização seria uma forma de restringir a diversidade nos meios de comunicação e privilegiar os interesses dos grandes grupos econômicos e a produção audiovisual estrangeira¹⁸². Logo, estaria ameaçada a liberdade dos cidadãos de ter acesso à informação e realizar escolhas conscientes. Para o *La Nación*, a liberdade que deveria se efetivar era a possibilidade de que qualquer grupo ou indivíduo adquirisse canais de rádio e TV, ainda que as condições desiguais de poder entre eles pudessem gerar um resultado nocivo à sociedade, hipótese rejeitada pelo pensamento liberal.

¹⁸⁰ A derrogação do artigo 45. *La Nación*, 23 de agosto, 1989.

¹⁸¹ BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p. 27.

¹⁸² Quem quiser ouvir, que ouça. *Página/12*, 1º de junho, 1989.

Quando o governo apresentou ao Congresso a Lei de Reforma do Estado, um texto de Atílio Borón criticou a aparente falta de memória de alguns políticos, economistas e jornalistas, que anunciavam as benesses das privatizações sem lembrar que, nos poucos casos de venda de canais de TV estatais realizados na cidade de Buenos Aires, a qualidade da programação havia piorado, da mesma forma que os serviços de saúde e de educação transferidos para a iniciativa privada¹⁸³. Na mesma edição, uma matéria se propunha a explicar os interesses envolvidos na privatização dos canais de TV públicos e, pela primeira vez, abordava a intenção do jornal Clarín em adquirir o canal 13. Segundo a versão dos empregados do canal, reproduzida e endossada pelo *Página/12*, o governo justicialista havia nomeado uma nova diretoria formada por funcionários que antes trabalhavam para meios privados – entre eles Abel Maloney, homem do grupo Clarín na Rádio Mitre – a fim de facilitar o desmanche da TV pública¹⁸⁴.

Dois dias depois, diante da recusa dos funcionários em aceitar as normas ditadas pela nova diretoria, o tema foi capa do jornal. A matéria detalhava o plano do ministro Roberto Dromi, responsável pelo processo de privatizações do governo, de fechar os canais estatais 11 e 13 até que se realizasse o leilão de venda de ambos¹⁸⁵. A estratégia era a mesma que seria mais tarde utilizada por Menem em relação aos sindicatos ferroviários: a ameaça de demissão como forma de impor os planos privatizantes, que cumpria o duplo papel de submeter os sindicatos e de dar demonstrações da convicção do presidente em relação à redução das atribuições do Estado.

A estratégia teve sucesso e os funcionários recuaram da ideia de paralisar os serviços em troca da promessa de que, se conseguissem sanear o canal economicamente, o governo recuaria da ideia de privatizá-lo. Apenas os atores do canal 13, com salários atrasados, continuaram em greve. O *Página/12* manteve-se crítico ao acordo e advertia que não apenas a decisão de privatizar os canais 11 e 13 era irrevogável, mas também que já era garantida a entrega de um deles aos proprietários do diário Clarín. A cobertura incisiva do jornal conduzido por Jorge Lanata destacava o risco de formação de monopólios midiáticos e a mudança provocada pelo pensamento neoliberal, que agora estabelecia a discussão sobre a propriedade dos meios de

¹⁸³ Memória das privatizações. *Página/12*, 4 de agosto, 1989.

¹⁸⁴ Desejos privados nos bastidores. *Página/12*, 4 de agosto, 1989.

¹⁸⁵ Por mudança de firma. *Página/12*, 6 de agosto, 1989.

comunicação não em termos de controle informativo e diversidade de discursos, mas em termos de ineficiência econômica das empresas estatais.

[Os funcionários] sabem que enquanto eles faziam cálculos e discutiam possibilidades, no Congresso se aprovava uma lei de privatizações que não apenas entrega os canais ao que pagar mais, mas que também liquida a possibilidade de se debater um novo modelo de radiodifusão. A lei, agora, sequer proíbe a constituição de monopólios informativos, algo que era impensável há uma semana e encontrava resistência em todos os setores, mas que agora é lei.¹⁸⁶

A volumosa cobertura do *Página/12* sobre o tema da privatização dos canais contrasta com o silêncio do *Clarín* sobre o assunto e uma única manifestação em editorial do *La Nación*. Como se pode ver nos trechos acima citados, os interesses do *Clarín* no processo de venda do Canal 13 estavam evidentes não só pelos termos em que o governo negociou com os funcionários a continuidade da operação da emissora, mas também pela indicação de um empregado do jornal, Abel Maloney, para a direção artística do canal. Esses interesses e a condução política para atingi-los explica a ausência de notícias e editoriais sobre o tema nas páginas do *Clarín*. Há que se ressaltar também que o jornal, como visto acima, mantinha sua fidelidade opinativa ao pensamento desenvolvimentista, preferindo o saneamento das empresas estatais a sua venda para grupos privados. Assim, evitando opinar sobre os canais de TV públicos, o diário não criava dificuldades à condução do processo pelo governo e, ao mesmo tempo, não contradizia sua linha editorial no tema das empresas estatais.

Outra representação que tem papel central na batalha simbólica travada pelo neoliberalismo na Argentina é a *larga agonía* da economia do país. Conforme visto no capítulo anterior, ela se refere a um permanente e prolongado declínio econômico do país, que teria começado a partir do primeiro governo de Juan Domingo Perón e levado a Argentina a se tornar um país subdesenvolvido após ter gozado de prosperidade e riqueza no início do século XX. Essa representação apareceu em muitos editoriais do *La Nación* e, como os neoliberais do país, o jornal acreditava que a hiperinflação de 1989 era um momento de ruptura em que se poderia levar adiante a necessária reforma estrutural da economia. Um caso exemplar dessa visão é o editorial que marcava os 179 anos da chamada Revolução de Maio, momento fundamental do processo de independência do país. O texto advertia que as forças ligadas ao passado de crise

¹⁸⁶ Dois que se querem. *Página/12*, 13 de agosto, 1989.

e estagnação ainda resistiam a deixar o palco da direção política e ceder lugar às “forças da liberdade, que lutam por trabalhar sem obstáculos, sem dirigismos, sem paternalismos nem burocracias asfixiantes, a fim de abrir espaço para que flua a corrente criadora de sua inteligência e seu esforço”¹⁸⁷. A descrição feita pelo jornal dos acontecimentos de maio de 1810 é uma leitura do passado que oferecia representações com as quais o *La Nación* pretendia enquadrar o embate ideológico entre o desenvolvimentismo estatista e o neoliberalismo, quase 200 anos depois. Evidentemente, numa data com tamanha simbologia na história argentina, o texto posicionava os vencedores do lado dos liberais.

Naquela época, um grupo de *criollos* formados nas doutrinas da Ilustração, do liberalismo político e econômico, nutridos com as ideias da Revolução dos Estados Unidos da América e da Revolução Francesa, se decidiu a quebrar as correntes de um centralismo burocrático que impunha o monopólio do comércio e impedia o desenvolvimento econômico, além de limitar os direitos do homem e a liberdade política. Quando, por fim, [...] aqueles ideais puderam ser postos em prática, a República deu um salto gigantesco em direção ao futuro [...] e em algumas décadas se situava entre as grandes nações da Terra.¹⁸⁸

Embora pareça clara a analogia entre o centralismo da metrópole – a Espanha – no período colonial e o estatismo das ideias econômicas instaladas a partir do peronismo, o parágrafo seguinte faz questão de eliminar qualquer dúvida quanto à intenção comparativa do *La Nación*:

A última metade de século viu retroceder [a Nação], incessantemente, e, outra vez, suas melhores forças criativas veem retalhada sua capacidade para produzir e trabalhar. Um novo centralismo e dirigismo burocrático – agora não imposto de fora de suas fronteiras – a conduziu ao patamar de escassez e estancamento, inclusive no âmbito cultural.¹⁸⁹

Ao mesmo tempo em que sustenta a imagem de um passado de erros sucessivos que levou à hiperinflação de 1989, o *La Nación* retoma o elemento mais construtivo dessa representação ao marcar a grave crise como um momento de ruptura que teria deixado ensinamentos à sociedade e aos políticos argentinos:

Um desses aprendizados é reconhecer, por exemplo, que vivemos durante muito tempo subvencionados pelas empresas do Estado, que perdiam recursos materiais e financeiros, declinavam em eficiência, mas mantinham

¹⁸⁷ Este 25 de maio. *La Nación*. 25 de maio, 1989.

¹⁸⁸ *Ibidem*.

¹⁸⁹ *Ibidem*.

uma aparência de continuidade de serviços baratos. Outra conclusão é que o Estado conduziu muito mal suas finanças em detrimento das partes mais fracas do organismo social. [...] Desse modo, a dor, o assombro e o descontentamento de muitos argentinos respondem à queda de uma série de máscaras que cobriram a verdade durante décadas, com breves intervalos de boas intenções.¹⁹⁰

A linha desenvolvimentista seguida pelo Clarín, por sua vez, rechaça essa representação neoliberal e sua ideia fundadora, a de que o melhor momento da Argentina foi quando o país assumiu sem ressalvas sua condição de *granero del mundo*. Essa oposição deixa clara a luta entre duas culturas políticas distintas, com dois conjuntos diversos de representações: uma era ligada aos valores neoliberais, claramente disseminados pelo La Nación; e outra, tradicionalmente difundida pelo Clarín, mas que perdia espaço na sociedade argentina, se relacionava com as propostas cepalinas e guardava afinidade com princípios do peronismo tradicional. Em seus editoriais, o jornal dos Nobles defendia o desenvolvimentismo com referência explícita a conceitos como a deterioração dos termos de intercâmbio e a industrialização por substituição de importações. Também afirmava a necessidade de se pensar que tipo de país se desejava construir não apenas com base nos recursos mais facilmente disponíveis, mas também naqueles que trariam mais desenvolvimento em longo prazo. Esse raciocínio apontaria a necessidade de se valorizar a indústria, sem alimentar ilusões de um país desenvolvido com base na exportação primária e na abertura ao capital especulativo.

A Argentina baseou seus primeiros passos de crescimento na exploração e exportação de bens agropecuários. Isso foi possível pelas condições naturais favoráveis de nossa geografia e pela situação do mercado internacional [...] Nas primeiras décadas deste século, essas condições mudaram em todos os sentidos. [...] Tudo contribui, portanto, para reforçar a evidência das vantagens da industrialização e, em países pouco capitalizados, a necessidade de transformar as economias a fim de dotá-las de setores que tenham maior possibilidade de crescimento.¹⁹¹

Em suma, nossa análise dos jornais do fim da década de 1980 deixa clara a relação entre as representações sociais ligadas ao neoliberalismo na Argentina e a opinião expressa por alguns dos principais veículos de imprensa do país. O avanço dessa concepção de mundo ligada ao livre mercado e contra o Estado é evidente na cobertura dos três jornais escolhidos, mas a apresentação do tema se dá em condições distintas. O La Nación, de tradição liberal, foi o

¹⁹⁰ A lição dos tempos difíceis. **La Nación**. 21 de agosto, 1989.

¹⁹¹ A importância da indústria. **Clarín**. 23 de agosto, 1989.

principal reprodutor desse pensamento e partilhou as representações da crise argentina e a leitura da história do país no século XX que estavam ligadas às reformas estruturais da economia e aos interesses dos principais grupos econômicos do país, domésticos e estrangeiros. O Clarín, embora tenha silenciado em relação às privatizações e tenha se beneficiado economicamente desse processo, manteve sua opinião ligada ao desenvolvimentismo mesmo em um período em que ele deixava de ser dominante e passava, ao contrário, a ser apontado pelos porta-vozes da nova hegemonia como a origem dos problemas enfrentados pelo país. Por sua vez, o Página/12 se mostrou como o veículo que criticou mais diretamente as representações neoliberais e se constituiu como espaço para vozes que foram deixadas à margem do debate pelos grandes veículos de mídia.

Mas, ainda que houvesse vozes em contrário no fim da década de 1980, é evidente que o neoliberalismo estava vencendo a disputa simbólica pela explicação da crise econômica naquele momento. Sobre isso, é curiosa a entrevista do engenheiro Álvaro Alsogaray, então candidato à presidência, publicada pelo La Nación em 6 de maio de 1989. A frase escolhida pelo jornal para ser o título da entrevista é a resposta dada por Alsogaray à pergunta sobre sua expectativa com o resultado das eleições, já que ele parecia sem chances em uma disputa polarizada por radicais e peronistas. A resposta era breve: “intelectualmente, o liberalismo já venceu a batalha”. Na entrevista, o candidato que representava diretamente o neoliberalismo naquelas eleições afirma que, até o início dos anos de 1980, falar da ortodoxia econômica era como “pregar no deserto”, mas que a pregação atingira tão profundamente a sociedade que “agora, todo o mundo tem que falar a nossa linguagem”¹⁹². E não era apenas a seus adversários – Menem e Angeloz – que Alsogaray se referia. Pela leitura dos editoriais e outros textos dos jornais, percebe-se que o neoliberalismo conseguiu impor sua definição do problema pelo qual passava a Argentina no momento – grave e crônica crise econômica – e as medidas necessárias para superá-lo – severo e custoso ajuste. As representações neoliberais se constituíram, portanto, na referência pela qual a sociedade interpretou a realidade e pôde tomar suas decisões. Como será apresentado no próximo capítulo, essa interpretação predominante foi de que era necessário aprofundar as reformas e seguir o caminho da ortodoxia. Esse entendimento foi quase consensual, apesar do alto custo social das medidas tomadas.

¹⁹² Álvaro Alsogaray: intelectualmente, o liberalismo já ganhou a batalha. **La Nación**. 6 de maio, 1989.

4 A FACE ARGENTINA DO NEOLIBERALISMO: DOMINGO CAVALLO E O PLANO DE CONVERSIBILIDADE

Do ponto de vista econômico, o principal elemento que diferencia a experiência neoliberal argentina de outras no continente é o chamado Plano de Conversibilidade, um pacote de medidas apresentado por Domingo Cavallo em 20 de março de 1991 e aprovado nas duas casas do Congresso na semana seguinte. Em linhas gerais, o plano representava um compromisso do governo argentino de não emitir moeda que não tivesse lastro em ouro ou dólar, impedindo o Banco Central de financiar o déficit do Tesouro Nacional, mecanismo que havia sido um dos principais geradores de inflação na década anterior. Esse compromisso vinha acompanhado de medidas na área fiscal e da eliminação de cláusulas de indexação de contratos, além de fixar a paridade entre o dólar e o austral¹⁹³.

Para os fins da análise que propomos neste trabalho, o Plano de Conversibilidade traz três elementos importantes que desenvolveremos no decorrer deste capítulo: ele marca a ascensão de Domingo Cavallo e seus auxiliares da Fundación Mediterránea ao controle da economia argentina, num momento em que alguns dos principais atores econômicos do país tinham interesses conflitantes e disputavam a influência sobre o governo; ele reafirma a escolha do presidente Carlos Menem pela opção neoliberal de estabilização e crescimento econômico, num ano importante politicamente em função das eleições para governadores e para o Congresso; e, por fim, ele traz para o centro do debate político e econômico um conjunto de representações sociais ligadas ao pensamento liberal argentino, que associava a conversibilidade a um momento histórico do final do século XIX em que o país teria se consolidado como o *granero del mundo* e desenvolvido uma relação preferencial com a principal potência mundial da época, a Grã-Bretanha.

A conversibilidade foi apresentada aos argentinos num momento em que o governo já não dispunha de grande confiabilidade em matéria econômica. No primeiro ano de seu mandato, Menem havia confiado a um representante do setor agroindustrial exportador argentino – Néstor Rapanelli – o comando do ministério da Economia. A experiência deixou claro o

¹⁹³ A lei que instituiu a conversibilidade também autorizava o governo a mudar a moeda do país. Inicialmente, porém, a paridade entre o austral e o dólar ficou estabelecida em 10.000 para um. A mudança de moeda só foi feita pelo decreto executivo 2128, de 10 de outubro de 1991. Pelo decreto, o austral deixou de existir e o peso, com valor de 10.000 austrais, voltou a ser a moeda argentina em 1º de janeiro de 1992, com paridade de um para um em relação ao dólar.

conflito de interesses na formulação das políticas de ajuste econômico do país, uma vez que os empresários locais buscavam manter as vantagens que o Estado lhes oferecia ao mesmo tempo em que o país necessitava de se adequar às exigências dos credores internacionais e de organismos como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Um dos pontos em que esse conflito mais se refletia, como observa Luis Alberto Romero¹⁹⁴, era a política de abertura comercial: por um lado, o governo buscava reduzir as tarifas de importação para tornar os produtos mais baratos no mercado interno e forçar a queda da inflação; porém, ao mesmo tempo, confiava nos impostos de importação para melhorar a arrecadação fiscal e cumprir as metas pactuadas com os organismos internacionais de crédito. No caso das exportações, as tarifas geravam conflito semelhante: se elas fossem elevadas, o governo se aproveitaria dos bons preços das commodities no mercado internacional e aumentaria sua arrecadação; no entanto, poria em risco a própria capacidade exportadora dos produtores argentinos, uma vez que pagando impostos altos, os custos da exportação acabariam gerando prejuízo a eles.

As medidas adotadas pelo governo acabaram, depois de alguns meses de redução da inflação no segundo semestre de 1989, trazendo o índice de volta à casa dos dois dígitos mensais no final daquele ano. O risco de retorno da hiperinflação fez com que o presidente substituísse seu ministro da Economia e convidasse para o cargo um antigo aliado de La Rioja, Erman González, além de nomear como assessor especial da presidência o engenheiro Alvaro Alsogaray, que havia concorrido contra Menem nas eleições presidenciais de 1989 com um discurso fortemente liberal em assuntos econômicos. A missão do novo ministro e do assessor era transmitir ao mercado a mensagem de que o compromisso do governo era com o rigor fiscal e que a política econômica não seria mais conduzida pelos interesses do empresariado argentino. Eles promoveram um corte drástico nos gastos públicos, aceleraram o processo de privatização e buscaram equilibrar as contas públicas com o lançamento do Plano Bonex, em janeiro de 1990. O plano buscava restringir a circulação monetária trocando depósitos pré-fixados de curta duração por títulos de longo prazo em dólar, com taxas de juros mais baixas, além de reter pagamentos do Estado. A inflação caiu, mas a redução do consumo interno provocou uma retração da economia, o que levou à queda na arrecadação de impostos e voltou a gerar pressão sobre as contas públicas.

¹⁹⁴ ROMERO, Luís Alberto. **História Contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 257.

Como o superávit fiscal era condição essencial para o pagamento da dívida externa, o governo precisava ajustar suas contas para obter apoio do FMI e acalmar os credores. O instrumento escolhido para isso foi a privatização de empresas e serviços públicos, um dos pilares dos planos de estabilização tentados ao longo dos dois governos de Menem. Porém, o primeiro ano de privatizações, conduzido pelo ministro de Obras e Serviços Públicos Roberto Dromi, foi marcado por processos apressados, com a participação de grupos que não demonstravam condições de cumprir os contratos firmados, e trouxe poucos recursos ao Tesouro. Diante da recessão econômica e da ameaça da volta da hiperinflação, a confiança do mercado financeiro no governo era muito pequena e os principais grupos de investidores promoveram uma corrida ao dólar, semelhante à do início de 1989, fazendo com que a moeda argentina se desvalorizasse rapidamente e que o perigo de uma crise institucional voltasse a rondar o presidente e seu gabinete.

A crise econômica se juntou à instabilidade política a partir de 6 de janeiro de 1991, quando uma reportagem do jornal *Página/12* tornou público o episódio conhecido como *Swiftgate*. A matéria, ampliada nos dias seguintes pelo próprio jornal e por seus concorrentes, revelava uma queixa feita ao ministro Erman González pelo embaixador norte-americano Terence Todman, segundo o qual membros do alto escalão do governo estavam chantageando o frigorífico norte-americano Swift-Armour. Enquanto Menem rechaçava as denúncias de corrupção em seu governo e culpava a imprensa pelo escândalo, a cobertura dos jornais mostrava que o círculo dos envolvidos estava cada vez mais próximo do presidente. No dia 9 de janeiro, a capa do *Página/12* trazia a manchete “Todos os caminhos levam a Yoma”, e a matéria de Horácio Verbitsky denunciava que a mediação dos interesses da Swift-Armour no ministério da Economia era feita pelo empresário Emir Yoma, cunhado de Menem. No dia 13 de janeiro, a reportagem de capa do mesmo jornal contava detalhes da história de uma Ferrari presenteada por empresários ao presidente Carlos Menem.

Pelo lado dos acusadores, a Swift-Armour emitiu uma nota negando que tivesse feito a queixa ao embaixador Todman. Este, porém, se manteve irredutível na denúncia e sua posição foi publicamente respaldada pela Secretaria de Estado do governo de George Bush. Como o alinhamento com os norte-americanos era um dos pilares da política externa Argentina e sob o risco de ver o escândalo atingi-lo diretamente em um ano eleitoral, Menem foi pressionado a agir e promoveu uma ampla reforma em seu gabinete. De início, o ministro González não foi

atingido pela reforma ministerial e se manteve na pasta da Economia. No entanto, o agravamento da crise econômica num conturbado ambiente político levou à sua substituição, em 28 de janeiro, pelo então chanceler Domingo Cavallo. Após um ano e meio de governo, Menem abria definitivamente o espaço para que as reformas neoliberais fossem implantadas na Argentina.

Domingo Cavallo era um economista de formação ortodoxa, mas com forte ligação com o setor exportador argentino desde que iniciara suas pesquisas na Fundación Mediterránea. De lá vieram a maior parte dos técnicos que o assessorariam na pasta da Economia e outros que passaram a ocupar posições destacadas em ministérios importantes como o do Planejamento e o das Relações Exteriores. Na visão de Sidicaro, sua chegada ao ministério da Economia, em 1991, pôs fim à sequência de avanços e recuos das reformas neoliberais observada até então. O modelo de condução da economia proposto, mais alinhado com os ditames do FMI, se estruturou em três pilares: o câmbio fixo, com a implantação do Plano de Conversibilidade; o aumento do endividamento externo, tanto público quanto privado; a entrada de investimentos estrangeiros em função da privatização de empresas estatais, da aquisição de companhias privadas argentinas por conglomerados estrangeiros e do investimento direto nos setores industrial, comercial e de serviços¹⁹⁵.

O ponto central da proposta de Cavallo, que se tornaria a marca da política econômica argentina na década de 1990, era a Lei de Conversibilidade, aprovada no Congresso em regime de urgência e com relativa facilidade. Ela estabelecia a paridade fixa de 10.000 austrais para um dólar e proibia o governo não só de alterar essa taxa, mas também de emitir moeda além de suas reservas. Em seguida, promoveu uma redução geral das tarifas, cuja média caiu de 26% para 12% nos dois primeiros anos do plano¹⁹⁶. Como resultado, a inflação caiu e os investimentos voltaram a ingressar no país. Fortalecido pelo apoio que recebeu de Menem, principalmente no enfrentamento com setores tradicionais do peronismo, o ministro pôde comandar a equipe econômica e proteger o plano de reformas.

¹⁹⁵ SIDICARO, Ricardo. **Los tres peronismos**: Estado y poder económico, 1946-55, 1973-76, 1989-99. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011. p. 174.

¹⁹⁶ IGLESIAS, Roberto Magno; MARKWALD, Ricardo. A política externa econômica da Argentina uma visão dos anos 90. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.) **Argentina**: visões brasileiras. Brasília: IPRI/FUNAG, 2000. p. 255.

Que esperar de um ministro da Economia que assume o cargo num momento de crise? Essa era uma pergunta frequente para os jornais argentinos do início da década de 1990, uma vez que Domingo Cavallo era o quarto ocupante da pasta em menos de dois anos de governo Menem. Porém, o economista cordobês dava à imprensa uma vantagem nesse caso: sua carreira nos vinte anos anteriores esteve voltada para a análise dos problemas econômicos argentinos e tal era a repercussão dos estudos e relatórios da Fundación Mediterránea que raras vezes foram tão conhecidas as ideias e propostas de um ministro recém-empossado. No caso de Cavallo, os três jornais analisados neste trabalho atribuíram a ele características semelhantes: ortodoxo, comprometido com a estabilização monetária e com a eliminação do déficit público, e alinhado com os ajustes requisitados pelo FMI e pelos credores argentinos. A única diferença, em linhas gerais, é que a cobertura do La Nación associava o novo ministro à possibilidade de reativação da economia, já que ele seria “um sinal mais firme da vontade de incentivar a atividade econômica”¹⁹⁷. O Clarín e o Página/12 não partilharam dessa leitura e associaram Cavallo ao rigor monetário e fiscal, antecipando resultados recessivos.

A leitura feita pelo Clarín o desloca para uma posição de contestação das medidas anunciadas pelo novo ministro nos primeiros meses de 1991. Esse deslocamento reforça a escolha do jornal por interpretar a realidade a partir de uma cultura política associada ao desenvolvimentismo e à industrialização, além de evidenciar um alinhamento com os interesses de seu público leitor, majoritariamente a classe média urbana e trabalhadores da indústria na periferia das grandes cidades do país. Segundo essa perspectiva, que remonta à tradição cepalina, o Estado deveria manter sua capacidade de incentivar a atividade econômica, e mecanismos como subsídios e proteção comercial, apontados como nocivos pelo neoliberalismo, eram vistos como uma saída para evitar o desemprego. Na visão do jornal, “o progresso agropecuário dos países industrializados se deve precisamente a uma política de subsídios que permitiram a forte capitalização dos produtores”.¹⁹⁸ Assim, o Clarín avaliava as medidas anunciadas por Cavallo, de forte rigor fiscal, como recessivas:

O aumento dos preços, combinados com uma política monetária que se anunciou restritiva, reduzirá substancialmente o valor da moeda em circulação e o poder aquisitivo das receitas, o que terá um claro efeito recessivo. [...] Em termos sociais,

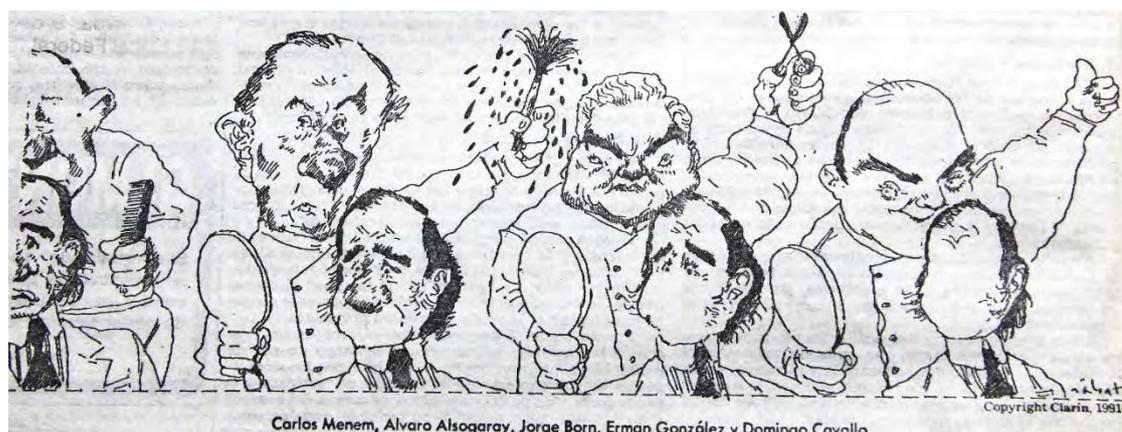
¹⁹⁷ Novos sinais para a produção. **La Nación**, 30 de janeiro, 1991.

¹⁹⁸ O progresso agropecuário. **Clarín**, 10 de janeiro, 1991.

as medidas se mostram custosas e determinam uma queda nos salários reais, que já vêm declinando nos últimos anos.¹⁹⁹

Em 3 de fevereiro de 1991, o Clarín começou a circular com o selo “O impacto do Plano” em sua cobertura de economia. E o impacto a que se referia o jornal estava longe de ser o efeito das tarifas e dos juros sobre as variáveis macroeconômicas, como era o enfoque do La Nación no mesmo período. A preocupação do Clarín era com o desemprego e a perda do poder de compra dos salários diante dos reajustes das tarifas públicas. Na cobertura regular da editoria de economia do jornal, as vozes selecionadas para comentar as medidas econômicas eram de sindicalistas e empresários, como evidenciam de maneira exemplar suas páginas do dia 5 de fevereiro. Nelas, o jornal expõe a disputa dentro da base sindical do Partido Justicialista entre os grêmios ligados ao presidente, que apoiavam o ajuste econômico, e aqueles ligados a Saúl Ubaldini, ex-secretário-geral da Confederação Geral dos Trabalhadores argentina, que denunciava a escolha de Menem de cobrar dos assalariados o custo das reformas. A divisão dos sindicalistas, com vantagem para os que apoiavam o governo, era apontada pelo jornal como uma capitulação dos tradicionais grêmios aos interesses do oficialismo e ao discurso econômico ortodoxo. Na visão do Clarín, o próprio Menem e o justicialismo haviam capitulado, o que se pode inferir da charge que ilustra o caderno de economia dessa edição: numa barbearia, o presidente é atendido, em sequência, por Alvaro Alsogaray, Jorge Born, Erman González e Domingo Cavallo. Cada um deles apaga um pouco do rosto de Menem até que, na imagem em que o barbeiro é Cavallo, o presidente aparece sem face. Os liberais que o aconselharam em seus primeiros dois anos de governo, portanto, haviam conseguido apagar seus traços e deixar o presidente sem a cara que se conhecia até sua chegada ao poder.

Figura 6 – Charge do Clarín, 5 de fevereiro de 1991



¹⁹⁹ Esperando voltar o crescimento. **Clarín**, 7 de fevereiro, 1991.

Por fim, na mesma edição, uma página que trazia uma reportagem sobre a inflação exibia a foto de uma máquina remarcadora de preços em ação e, ao lado, o título de outra matéria anunciava que o plano econômico havia tranquilizado apenas o mercado financeiro.²⁰⁰

Pelo lado do empresariado, o Clarín se posicionava a favor dos interesses do setor industrial e insistia em que se deveria priorizar a retomada do consumo para que os empregos fossem mantidos e o mercado interno se aquecesse. Durante o período, teve destaque como porta-voz legitimado desse discurso o jornalista Marcelo Bonelli e sua coluna “Panorama Empresarial”. Bonelli advertia que a indústria não poderia estar contente com a chegada de Cavallo ao ministério da Economia porque, como efeito de suas primeiras medidas, “a depressão dos salários condena a que perdure a recessão”²⁰¹. No entanto, havia também a percepção de que o plano anunciado pelo ministro era, na verdade, um conjunto de ações emergenciais que seriam complementadas por medidas de mais longo prazo. Essas sim, como desejavam os empresários, não poderiam ser “um pacote apenas de sacrifícios, mas de decisões concretas para estabilizar a inflação e gerar projetos de reativação econômica”.²⁰²

O La Nación, por outro lado, encerrou janeiro de 1991 com uma interpretação positiva da chegada de Domingo Cavallo ao ministério da Economia, depois de algumas semanas de tensão na cobertura em função da disparada do dólar e da instabilidade política gerada pelo escândalo de corrupção no governo. As reportagens e colunas deram destaque para os discursos do ministro que enfatizavam a necessidade de se promover a liberdade dos mercados e a disciplina fiscal. Um detalhe importante do período é que os editoriais – fonte prioritária nas análises desta pesquisa – passaram a ter chamada diária na capa do jornal, o que denota a importância que a opinião publicada nesse espaço tinha para o veículo e, por extensão, para seus leitores de então. Cabe ressaltar também que o La Nación apresentou no período outro espaço institucional de opinião – menor que os editoriais, de ocorrência eventual e sem localização fixa na edição – chamado “A análise da notícia”. Esse espaço é o que o próprio jornal define como um “solto”, ou seja, “um artigo menos importante que trata de temas de opinião”²⁰³. Sua principal característica é a contextualização da notícia e,

²⁰⁰ Tranquilidade, apenas no mercado financeiro. **Clarín**, 5 de fevereiro, 1991.

²⁰¹ Ganhadores e perdedores. **Clarín**, 4 de fevereiro, 1991.

²⁰² À espera do verdadeiro plano. **Clarín**, Panorama Empresarial, 8 de fevereiro, 1991.

²⁰³ LA NACIÓN. **Manual de estilo y ética periodística**. Buenos Aires: Espasa, 1997. p. 25.

portanto, ele acompanha a fugacidade do noticiário cotidiano, em contraste com o caráter mais permanente dos editoriais.

O *La Nación* defendeu a ideia, avaliada como positiva, de que a chegada dos economistas da Fundación Mediterránea aos principais postos ministeriais marcava “a primeira vez na Argentina em que o mundo acadêmico alcança o círculo restrito do poder onde são formuladas as políticas econômicas”²⁰⁴. O jornal via a equipe trazida por Cavallo como o rompimento de mais uma tradição peronista por Menem, aquela segundo a qual a economia seria “um assunto importante demais para ser deixado a cargo de economistas”²⁰⁵. Seus primeiros editoriais sobre o tema pediam à nova equipe que corrigissem o rumo da economia para que os agentes privados e o livre mercado pudessem gerar, sem obstáculos, o desejado crescimento. O conjunto de representações utilizado pelo *La Nación* no período seguiu fielmente a sua tradição liberal. Mas, dessa vez, eram os discursos do ministro da Economia que refletiam e partilhavam essa interpretação da realidade, o que abria ao jornal um canal de interlocução com os formuladores de política econômica do governo. Deles, o *La Nación* esperava que conseguissem enfrentar a resistência política e da burocracia para transformar em ação seus discursos, com o que

a iniciativa privada e os investimentos – nacionais ou estrangeiros – encontrarão campo propício para aplicar sua energia criadora, e os mercados, com as dificuldades que significa modificar hábitos mentais de muito longa data, acharão a estabilidade e a confiança para desenvolver-se sem surtos de pânico e sem atitudes reduzidas a especulações de curto alcance.²⁰⁶

Já o *Página/12* recebeu a indicação de Domingo Cavallo ao ministério da Economia como continuidade da política a que o jornal se opunha desde o início do mandato de Menem e, nesse sentido, manteve seu tom crítico na avaliação do período e fez uso de representações associadas ao pensamento político de esquerda que acompanhava o jornal desde sua fundação. No entanto, há uma mudança na cobertura de economia do *Página/12* que merece observação e está relacionada com a capacidade do pensamento neoliberal de estabelecer a agenda do debate econômico argentino do período analisado. Embora o veículo tenha conservado sua postura crítica em relação às medidas ortodoxas de ajuste estrutural, algumas mudanças editoriais revelam efeitos da disseminação das ideias neoliberais na sociedade argentina e,

²⁰⁴ Do pensamento à ação política. *La Nación*, 3 de fevereiro, 1991.

²⁰⁵ *Ibidem*.

²⁰⁶ O terceiro gabinete do mês. *La Nación*, 31 de janeiro, 1991.

consequentemente, entre os jornalistas. O Página/12 passou a ter aos domingos, a partir de abril de 1990, um suplemento chamado “Cash”, voltado para assuntos econômicos e com destaque para o mercado financeiro. O caráter crítico do suplemento estava presente em sua própria logomarca: as letras “c” e “a” da palavra “Cash” vinham escritas dentro de dois dados, referência ao caráter especulativo e arriscado do mercado financeiro, retratado assim como um mercado de apostas onde operam jogadores. Ao mesmo tempo, ele trazia tabelas com a variação do dólar, a cotação de títulos públicos, taxas de juros, dados sobre a circulação monetária e índices do mercado de ações, temas que não fazem parte do repertório usual da esquerda em assuntos econômicos e que anteriormente não figuravam na cobertura do jornal. Se, por um lado, o conteúdo do suplemento trazia textos analíticos críticos ao neoliberalismo, a criação de um caderno com esse tema reflete a importância que o mercado financeiro e os índices econômicos ganharam para a sociedade e para o jornalismo argentino no início da década de 1990. Como cultura política dominante, o neoliberalismo passa a ditar os termos do debate econômico e a apontar o campo onde serão travadas as batalhas simbólicas com seus adversários.

Figura 7 – A logomarca do suplemento Cash, do Página/12.



Responsável por deflagrar a crise política no caso de corrupção revelado pelo embaixador norte-americano, o Página /12 começou o ano de 1991 com pouco espaço para a cobertura econômica, ofuscada pela repercussão do *Swiftgate* e pela cobertura internacional da guerra do Golfo. Os assuntos econômicos só voltaram a ter destaque na última semana de janeiro, com a disparada do dólar e a mudança no gabinete. Nessa ocasião, as manchetes estamparam seguidamente o temor de um retorno aos piores dias de 1989. A hiperinflação foi o tema mais recorrente nos dias que envolveram a nomeação e posse de Domingo Cavallo, pois o jornal

dava como certa “a possibilidade de retorno da inflação de dois dígitos”²⁰⁷. O desequilíbrio do câmbio foi interpretado como um “golpe de mercado”, remetendo à mesma leitura feita pelo jornal em 1989, quando a corrida ao dólar gerou a crise que antecipou a posse do presidente eleito Carlos Menem.

As primeiras medidas do ministro Cavallo foram duramente criticadas pelo *Página/12*, sobretudo na coluna de Marcelo Zlotogwiazda. A questão principal para o jornal era que o custo das medidas de ajuste propostas seria pago quase exclusivamente pelos assalariados e pelos empresários locais, que não haviam recebido nenhum tipo de proteção do governo. Para quem acreditava que o ministro “gritaria ordens de reativação e crescimento”, o *Página/12* defendia que o discurso oficial após os primeiros dias do novo gabinete se parecia mais com “a paz dos cemitérios”²⁰⁸.

Assim, um exame inicial do tratamento dado pelos três jornais analisados nesta pesquisa à chegada de Domingo Cavallo ao ministério da Economia, em janeiro de 1991, revela uma apresentação semelhante do perfil do ministro pelos três diários. No entanto, por partilharem distintas representações acerca da economia e do contexto sociopolítico argentino, podemos perceber que esses jornais fizeram avaliações diferentes sobre o resultado das medidas anunciadas pelo ministro e trouxeram para o debate diferentes vozes, representando distintos interesses na sociedade. Na seção a seguir, examinaremos a presença desses interesses nos editoriais e textos de opinião dos jornais selecionados, para que possamos compreender a disputa política entre diferentes grupos socioeconômicos no período em questão e como essa disputa, para além do campo político, se manifesta no campo simbólico, numa luta pelo direito de firmar as representações pelas quais a sociedade argentina perceberia a realidade no início da década de 1990.

4.1 ESTADO, GLOBALIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÕES, EIXOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DO MODELO

Como dissemos anteriormente, a experiência neoliberal na América Latina teve forte influência dos princípios gerais que ficaram conhecidos como Consenso de Washington,

²⁰⁷ Preços outra vez com o dedo no gatilho. *Página/12*, 29 de janeiro, 1991.

²⁰⁸ Ao trote com a Cavallaria. *Página/12*, 9 de fevereiro, 1991.

embora tenha sido marcada, ao mesmo tempo, pela adaptação desses princípios ao contexto político de cada país que a adotou. Na Argentina, o fim dos anos de 1980 se caracterizava pela hiperinflação, com forte tensão social e perda de confiança no governo. Estruturalmente, a economia do país sofria com a contínua retração da indústria e com o persistente déficit fiscal, que impedia o pagamento da dívida externa contraída anos antes e, conseqüentemente, afastava investimentos externos. Nesse contexto, o papel do Estado na economia se tornou uma questão central do período e a disputa pela influência sobre a formulação da política econômica se intensificou no início do governo Menem, quando as iniciativas de liberalização econômica tornaram evidentes os conflitos de interesse entre os principais grupos econômicos do período.

Como observa Sidicaro, o empresariado tradicionalmente aliado ao peronismo havia perdido seu vigor econômico e sua influência política ao longo da década de 1980. Ao mesmo tempo, consolidara-se no país um grupo de grandes conglomerados de capital nacional, beneficiados pelas políticas econômicas do período ditatorial e dos anos de Alfonsín. Esse grupo tinha ação política pontual, em busca de garantir a consecução de seus interesses, mas não estava propenso a desenvolver estratégias que levassem a acordos mais amplos na sociedade argentina. Embora fossem chamados pela imprensa de “capitães da indústria”, designação bastante elogiosa, Sidicaro ressalta que a maior parte dos ganhos desses grandes grupos se dava pela especulação financeira e pelas vantagens conferidas pelo Estado nos anos de 1980²⁰⁹.

O interesse dos oligopólios nacionais entrou em conflito com o do capital financeiro a partir da crise inflacionária de 1989, quando a proteção fiscal dada pelo Estado aos conglomerados locais ampliava o déficit público e, conseqüentemente, impedia que o governo pudesse saldar seus compromissos com os credores externos²¹⁰. Em função do domínio que exercia sobre as estruturas estatais, o primeiro grupo conseguiu influenciar diretamente a política econômica de Menem no início de seu mandato, a ponto de fazer com que o presidente indicasse um representante de um dos maiores oligopólios do país – o Bunge & Born – como ministro da Economia. Dessa forma, as primeiras medidas econômicas do governo não caminharam para ampliar as reformas, mas apenas buscavam ajustar as finanças públicas e permitir a retomada

²⁰⁹ SIDICARO, Ricardo. **Los tres peronismos**: Estado y poder económico, 1946-55, 1973-76, 1989-99. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011. p. 144.

²¹⁰ BASUALDO, Eduardo. **Sistema político y modelo de acumulación**. Tres ensayos sobre la Argentina actual. Buenos Aires: Atuel, 2011. p. 76.

das exportações. Os interesses dos grandes grupos econômicos representados dentro do governo Menem conferiram aos dois primeiros planos de reformas um caráter híbrido que, como observa Novaro²¹¹, era avaliado pelos defensores da corrente neoliberal como planos imperfeitos e que não enfrentavam diretamente os problemas estruturais da economia. Ao mesmo tempo em que buscavam a aprovação das instituições financeiras internacionais pela aplicação de princípios do Consenso de Washington, as medidas tomadas não atacavam as condições estruturais que beneficiavam o empresariado local. Seus representantes eram incisivos na defesa das privatizações e das reduções de tarifas, mas não tinham vigor semelhante quando se tratava de promover a livre concorrência.

A leitura de que o apoio do empresariado argentino às medidas neoliberais era parcial e pragmático esteve presente na cobertura do *Página/12* no período. Na coluna *Panorama Económico*, Daniel Sosa atribuía aos grandes oligopólios nacionais a capacidade de influenciar as políticas oficiais para atender a seus interesses, “derrubando ministros e funcionários de menor escala, ou simplesmente fazendo com que mudem de opinião sobre determinado assunto”²¹². Sosa deixa claro que não há questões ideológicas a favor do liberalismo por parte desses grupos, mas apenas interesse na implantação de medidas que lhe trouxessem lucro: “a ‘insegurança’ aparece assim que se eleva a pressão tributária ou se reduzem os impostos de importação. Então reagem como um punho e golpeiam onde mais dói, sobre a debilitada moeda nacional”²¹³.

Na opinião de Eduardo Basualdo²¹⁴, em dezembro de 1989, a alta do câmbio e o aumento das tarifas públicas detonaram uma nova onda de hiperinflação que comprometeu a própria equipe econômica. A crise iniciou um período de desajuste em que as medidas propostas pelo governo visavam apenas a resultados de curto prazo e tinham pouca confiança dos operadores econômicos. A dependência financeira do Estado em relação ao capital externo era tamanha que, em pouco tempo, o governo necessitou ampliar o pacote de ajustes promovendo uma acelerada liquidação de patrimônio estatal via privatizações, para as quais aceitou a regra imposta pelos credores de receber títulos da dívida externa como pagamento. Além disso,

²¹¹ NOVARO, Marcos. **Historia de la Argentina Contemporánea**: de Perón a Kirchner. Buenos Aires: Edhasa, 2006. p. 223.

²¹² Ensaio de resistência. **Página/12**, 2 de março, 1991.

²¹³ *Ibidem*.

²¹⁴ BASUALDO, Eduardo. **Sistema político y modelo de acumulación**. Tres ensayos sobre la Argentina actual. Buenos Aires: Atuel, 2011. p. 76.

iniciou um longo processo de liberalização econômica, assentada na reforma fiscal e na eliminação de entraves e controles ao fluxo de capital.

Esse processo foi conduzido, durante o ano de 1990, pelo ministro Erman González, que chegou ao ministério amparado por laços pessoais com o presidente Menem. O perfil de González era, na opinião de Palermo e Novaro²¹⁵, um indício forte da mudança de inclinação do governo, que se afastava dos oligopólios nacionais para se aproximar dos investidores e credores internacionais, com respaldo do FMI e do Banco Mundial. O ministro era um contador público sem respaldo político próprio nem ligações estreitas com empresas e agentes financeiros, o que transmitiria a mensagem de que o gabinete não seguia as orientações dos empresários, mas sim as determinações do próprio presidente. Essa mudança era fundamental para que as reformas pudessem dar seu passo seguinte: desfazer os sistemas de proteção e privilégios concedidos pelo Estado, que afetavam diretamente as contas públicas, fazendo com que os empresários arcassem com parte dos custos da reestruturação econômica.

Num estudo sobre as mudanças promovidas por Carlos Menem na tradição peronista, Ricardo Sidicaro resalta a postura das associações que representavam o agronegócio e o setor industrial diante das reformas neoliberais no início dos anos de 1990. A posição dominante é a ambiguidade na defesa das propostas, aderindo àquelas que atendiam mais diretamente aos interesses do grupo em questão e exigindo do governo a correção dos efeitos que lhe trouxessem prejuízo. No caso do agronegócio, embora a fixação do valor do câmbio tenha eliminado a incerteza sobre as taxas praticadas, que havia sido ao longo de décadas o principal tema das pressões do setor contra o governo, os exportadores reclamavam do nível em que o valor havia sido fixado e do fato de que a inflação, embora baixa, fazia ruir o poder de compra da moeda argentina no mercado internacional ao longo dos anos. Além disso, os agroexportadores eram contrários à privatização dos bancos estatais por razões objetivas: a possibilidade de que esses bancos praticassem taxas de juros mais baixas que seus concorrentes privados para empréstimos ao setor era uma das únicas ferramentas que restavam ao governo para beneficiá-los²¹⁶.

²¹⁵ NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **Política y poder en el gobierno Menem**. Buenos Aires: Norma, 1996. p. 163.

²¹⁶ SIDICARO, Ricardo. **Los tres peronismos: Estado y poder económico, 1946-55, 1973-76, 1989-99**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011. p. 195.

Assim como as associações rurais, a Unión Industrial Argentina (UIA) também manteve uma postura de concordância com os princípios gerais da política econômica e fez críticas aos efeitos da orientação neoliberal do governo sem questionar diretamente o modelo adotado. Essas manifestações, porém, na visão de Sidicaro, foram menos frequentes e de menor intensidade em relação às do setor rural, uma vez que a heterogeneidade na indústria fazia com que as medidas aplicadas favorecessem a alguns empresários e prejudicassem a outros²¹⁷.

Se o início do governo Menem foi marcado pela surpreendente aproximação com setores antagônicos ao peronismo e a formação de uma ampla aliança de governo, o fim do alinhamento entre os oligopólios industriais e o capital financeiro internacional forçou o presidente a decidir entre o aprofundamento da liberalização econômica ou o retorno ao modelo de proteções e subsídios defendido por parte de seus apoiadores. A escolha do novo gabinete, em janeiro de 1991, foi um momento chave nessa decisão. A chegada de Cavallo, ainda que vozes do mercado financeiro o avaliassem como uma opção pela reativação da economia²¹⁸, representava a disposição do presidente de seguir o caminho da abertura comercial, do rigor fiscal e da aproximação com o FMI e os credores internacionais, com os quais o novo ministro tivera boa relação enquanto esteve na pasta das Relações Exteriores.

Com as eleições parlamentares e para governadores se aproximando, o ano de 1991 se iniciou com a necessidade de Menem de reposicionar ideologicamente o justicialismo e incorporar a seu discurso e ao dos candidatos do partido as representações que amparavam a opção pelo neoliberalismo. Pelas circunstâncias econômicas, que levaram o governo a buscar receita na venda das empresas estatais, o tema central desse reposicionamento foi definir o papel do Estado e seu alcance. Assim, o presidente empreendeu um esforço no sentido de justificar as privatizações dentro da tradição peronista e o argumento escolhido para amparar esse discurso foi a globalização. Era preciso mudar porque o mundo estava mudando e, se a tarefa de decidir estivesse nas mãos do próprio Perón, ele não deixaria que a Argentina ficasse para trás²¹⁹.

²¹⁷ SIDICARO, Ricardo. **Los tres peronismos**: Estado y poder económico, 1946-55, 1973-76, 1989-99. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011. p. 204.

²¹⁸ Novos sinais para a produção. **La Nación**, 30 de janeiro, 1991.

²¹⁹ CANELO, Paula. 'Son palabras de Perón'. Continuidades y rupturas discursivas entre peronismo y menemismo. In: PUCCIARELLI, Alfredo (org.). **Los años de Menem**. La construcción del orden neoliberal. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2011. p. 92.

À imprensa, o presidente negava que estivesse se desviando de suas promessas de campanha e justificava as medidas de austeridade apontando para um futuro indefinido em que os argentinos colheriam os frutos do sacrifício que lhes era exigido:

A revolução produtiva está em marcha. Quando você constrói uma casa, a primeira coisa que faz é a fundação e você não a vê. A casa se constrói uma vez que a fundação esteja solidamente assentada. Essa transformação do Estado é fundamental para que avance a revolução produtiva.²²⁰

Reduzir o limite de ação do Estado argentino naquele momento não era apenas uma opção desejável, mas também uma constatação da realidade que o país vivia. Os dois primeiros anos do governo de Carlos Menem assistiram a fenômenos como a hiperinflação, os saques a supermercados em províncias do interior, a corrida de operadores privados ao dólar e a sucessão de quatro ministros da Economia. A capacidade de ação do Estado encontrava-se muito enfraquecida, o que dava a outros agentes sociais e econômicos um grande poder de interferência nas decisões públicas. Ao mesmo tempo, os recursos de poder tradicionais do peronismo, como os sindicatos, estavam enfraquecidos ou tinham desaparecido, e seu repertório simbólico, que valorizava o nacionalismo e a busca pela equidade social, havia se esvaziado.²²¹

Parte desse repertório simbólico do peronismo era a forte oposição entre o que seriam os interesses nacionais, identificados pelo líder e projetado sobre toda a sociedade, e os interesses das grandes potências mundiais ou das empresas multinacionais estrangeiras, aos quais, muitas vezes, Perón associara a figura do *vendepátria*. O conjunto de representações ligadas ao peronismo e ao desenvolvimentismo, que se estabeleceu como cultura política dominante durante mais de duas décadas na Argentina, foi desafiado nos anos de 1980 pela ascensão do pensamento neoliberal no mundo e sua relação com uma cultura política partilhada por uma parte da sociedade argentina: a do liberalismo econômico associado à visão do país como *granero del mundo* e parceiro privilegiado das potências mundiais. Nos primeiros anos do governo de Menem, o desenvolvimentismo associado à tradição peronista viu seu lugar de orientador da formulação de política econômica ser ocupado pelo conjunto rival de representações. Cabia então ao presidente a tarefa de reposicionar seu discurso, justificar a substituição do nacionalismo pela abertura comercial e criticar o empresariado

²²⁰ Menem chega aos seis anos, disse o presidente. **Clarín**, 6 de fevereiro, 1991.

²²¹ SIDICARO, Ricardo. **Los tres peronismos**: Estado y poder económico, 1946-55, 1973-76, 1989-99. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011. p. 143.

local – que pedia proteção do Estado – ao mesmo tempo em que beneficiava o capital estrangeiro com suas medidas fiscais e monetárias.

A saída encontrada pelo discurso oficial foi recorrer ao conceito de globalização: impreciso, mutável e de grande aceitação nos organismos internacionais de crédito. Assim, o governo buscou respaldo para o abandono da tradição peronista argumentando mudanças no cenário internacional e a necessidade de garantir para a Argentina um papel relevante numa nova época posterior à Guerra Fria. Do discurso de Perón, como observa Sidicaro, o presidente aproveitou as referências à integração dos países latino-americanos e a ampliou para um contexto mundial²²². Ao Partido Justicialista, Menem e os altos funcionários da Economia apresentavam suas justificativas ao mesmo tempo com fatalismo e protagonismo: caberia a eles tomar as rédeas da Argentina num momento de mudança inevitável, pela qual, cedo ou tarde, todos os países passariam. Essa estratégia é

[...] um bom exemplo do “pensamento único”, que introduz em seus enunciados a paralisia da reflexão ao fechar todas as possíveis alternativas à receita que apregoa. A globalização parece ser um “homenzinho feroz e vigilante” que castiga os governos que “se desviam do caminho reto” e não suporta as reclamações de quem se sente prejudicado por seus efeitos.²²³

Durante este período analisado, os primeiros meses de 1991, a leitura dos editoriais e textos selecionados revelou dois temas-eixo que estão ligados a essa reorientação do justicialismo e já se destacam nos jornais em 1989: as privatizações e o papel do Estado na economia e em sua relação com os agentes sociais. Ambos são conceitos centrais na proposta neoliberal e sua permanência na imprensa é um indício da ascensão desse conjunto de representações que se estabelecia na sociedade argentina de então. Nos primeiros cinco meses de 1991, o *La Nación* destinou sete editoriais ao tema das privatizações e em outros quatro discutiu o papel do Estado na Argentina. Todas as referências ao primeiro tema-eixo no jornal são positivas e acompanhadas de qualificações como “alívio”, “necessárias”, “corretivas” e “solução”. Já o Estado tem os quatro editoriais com avaliações negativas em relação a sua presença na economia, recorrentemente qualificada de “ineficiente”, “intervencionista” e “custosa”.

No dia 17 de março, três dias antes do lançamento do Plano de Conversibilidade, o *La Nación* publicou um editorial no qual seu argumento exemplifica o recorrente conflito entre a lógica

²²² SIDICARO, Ricardo. **Los tres peronismos**: Estado y poder económico, 1946-55, 1973-76, 1989-99. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011. p. 162.

²²³ *Ibidem*. p. 164.

neoliberal e o debate político próprio das instituições democráticas. O governo, ainda que buscasse acelerar o trâmite no Congresso de suas medidas econômicas, propunha que o Legislativo acompanhasse os processos de privatização. O jornal concordava com a participação do Congresso, desde que isso fosse feito com rapidez e evitando que o tema fosse alvo de debate nas duas casas legislativas. Segundo o editorial, “choques políticos entre setores parlamentares chegaram a converter-se em debates públicos perturbadores da confiança que devem despertar as transferências de empresas públicas ao setor privado.”²²⁴ Segundo a lógica defendida pelo *La Nación*, seria mais importante para a sociedade que os investidores mantivessem sua confiança no processo de privatização do que os representantes dos cidadãos no Congresso discutissem a conveniência da venda de empresas públicas e a forma de realiza-la.

O decreto que atribuiu ao Congresso participação nas decisões de privatização dizia que a aprovação ou rejeição dos processos deveria ser feita em até 30 dias, o que limitava severamente a possibilidade de debate nas casas legislativas. Esse artigo da lei era elogiado pelo *La Nación*, uma vez que a lentidão seria uma característica do parlamento que, “ainda que nem sempre com intenção obstrucionista, poderia perturbar um processo cuja execução em prazo razoável está condicionando decisivamente a recuperação econômica”²²⁵. Ou seja, o sentido de urgência se explicaria porque as medidas de abertura econômica propostas pelo governo só seriam bem-sucedidas se as empresas públicas fossem privatizadas. Assim, não bastaria um trâmite rápido do processo. Era necessária uma aprovação rápida, pois a recusa do Congresso representaria um ataque direto ao esforço do governo por estabilizar a economia e, portanto, contrária aos interesses da sociedade.

Assim, o conjunto de representações partilhado pelo *La Nación* constrói uma interpretação da realidade na qual o mercado é mais eficiente que o Estado na promoção do interesse comum. Economicamente, sua administração das empresas antes sob controle público seria dinamizadora da economia e geradora de riqueza e crescimento. Politicamente, as decisões tomadas pelos agentes econômicos num ambiente de livre concorrência seriam mais eficientes que aquelas oriundas do debate público realizado por representantes dos cidadãos democraticamente eleitos. Trata-se, para utilizar a expressão de Bourdieu²²⁶, de um sistema

²²⁴ As privatizações e o Congresso. *La Nación*, 17 de março, 1991.

²²⁵ *Ibidem*.

²²⁶ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 11.

simbólico em que um grupo predomina por forçar, com relativo êxito, o seu próprio interesse ao conjunto da sociedade e tentar universalizá-lo. Um Estado com poucos poderes sobre o mercado, privatizações rápidas e as decisões sobre assuntos econômicos fora do debate parlamentar são mudanças que favorecem a determinados atores econômicos, mas que, pelo estabelecimento de determinadas representações associadas ao pensamento neoliberal, aparecem nos editoriais do *La Nación* e na fala de outros porta-vozes legitimados como o interesse comum, baseado numa leitura pragmática da realidade.

Diante da grave crise econômica que já se mostrava crônica na Argentina, o Estado deveria reconhecer o dano que sua presença causava na economia e retirar-se para que os agentes privados, operando dentro da lógica do livre mercado, pudessem gerar prosperidade e benefício coletivo. Essa lógica liberal sustentava as críticas feitas pelo *La Nación* aos opositores das privatizações e aos discursos concorrentes do neoliberalismo, cujas teses eram consideradas ultrapassadas. Na avaliação do jornal durante o período analisado, o crescimento econômico baseado em uma política de incentivos públicos era exemplo de dirigismo nocivo e a atuação do Estado em muitas áreas criava uma máquina pública inchada e ineficiente. Nos primeiros meses de 1991, o *La Nación* elogiava os esforços de Menem em promover a reforma dessa estrutura, que o jornal comparava ao aparato stalinista na União Soviética. Mas seus editoriais cobravam comprometimento efetivo da administração federal com o plano:

O governo segue dispondo de amplo apoio dos cidadãos em seu esforço para a reforma do Estado. A opinião pública compreende, também, que a tarefa não é fácil e que seria irracional ou utópico pretender resultados imediatos. Mas aguarda que se tenha sinais visíveis de que a reforma avança efetivamente e que a burocracia, em suas manifestações mais negativas, como “estrutura de privilégios, controles, recompensas e interesses sobrepostos, começa a ser derrotada.”²²⁷

No mesmo período, o *Clarín* destinou dois editoriais, dois textos opinativos e uma reportagem especial ao tema das privatizações. A grande preocupação do jornal no período era que a venda das empresas estatais representasse a liquidação de patrimônio público para atender aos interesses dos credores internacionais. Essa ideia é qualificada em um texto opinativo de Daniel Muchnik²²⁸ como “inquietante”, parte de um plano fiscal do governo que é por duas vezes chamado de “sacrifício”. Na mesma edição, na coluna “Síntese da Semana” de seu suplemento econômico, o *Clarín* manifesta preocupação com o interesse do governo de capitalizar o Tesouro pela venda de empresas como YPF e Gás del Estado, pois “nesse caso, é

²²⁷ Dificuldades para a reforma do Estado. *La Nación*, 28 de janeiro, 1991.

²²⁸ O futuro da economia. *Clarín*, 14 de abril, 1991.

importante ter em conta a desafortunada experiência das privatizações anteriores, em que se atentou, para dizer o mínimo, contra o cuidado na condução do processo”²²⁹.

O Clarín mantinha, assim, sua visão do papel do Estado na economia que contrastava com a representação neoliberal difundida naquele momento e partilhada pelo La Nación. A propriedade estatal de empresas em áreas estratégicas como energia e transportes era considerada uma força pelo jornal, que não partilhava a escala de valor proposta por aquela representação, segundo a qual a iniciativa privada e o mercado são mais eficientes na promoção do desenvolvimento e da prosperidade. Isso não significa que o Clarín negasse as deficiências do setor público argentino, a prolongada falta de investimentos e o perfil pouco competitivo das empresas estatais. A diferença é que a representação do Estado difundida pelo jornal permitia considerar que ele era forte e cumpria o seu papel diante da sociedade quando conseguia acionar os agentes econômicos e fazer com que eles obtivessem os melhores resultados para a coletividade.

A discordância do Clarín em relação à opção neoliberal pela privatização se manifesta não só na opinião expressa, mas também naquilo que não é dito. Nesse sentido, é exemplar o editorial do dia 29 de abril de 1991, em que o jornal discute a difícil situação do setor energético na Argentina. O diagnóstico apresentado fala de um “parque de geração elétrica à beira do colapso, dadas suas notórias deficiências”²³⁰. No entanto, o jornal se afastava da perspectiva que, no mesmo período, se observava no La Nación: a que instava o governo a transferir o controle das empresas estatais à iniciativa privada para que ganhassem em eficiência. Essa alternativa não aparece no editorial como solução prescrita para o problema. Na perspectiva defendida, cabia ao Estado, “no curto prazo, acelerar os trabalhos de reparo das centrais elétricas danificadas e retomar os projetos não concluídos”²³¹. Em um momento em que o mercado era apresentado pela representação dominante como melhor regulador da economia e os agentes privados como administradores por excelência, o Clarín não partilhava com seus leitores essa opção como saída para a crise energética que se avizinhava.

A diferença entre os dois jornais de maior circulação na Argentina daquele período reflete também um debate econômico decorrente do conflito entre os dois conjuntos de

²²⁹ Uma luz vermelha. **Clarín**, 14 de abril, 1991.

²³⁰ Situação da oferta elétrica. **Clarín**, 29 de abril, 1991.

²³¹ Situação da oferta elétrica. **Clarín**, 29 de abril, 1991.

representações utilizados por eles. Pelo lado neoliberal, a prioridade da política econômica do governo deveria ser dada à estabilização monetária e à garantia dos termos acordados com os agentes econômicos, ainda que isso exigisse sacrifícios dos cidadãos, pois eles seriam recompensados no futuro pelo vigor que a economia ganharia. Pelo lado desenvolvimentista, o governo deveria se importar com o reaquecimento da economia e a recuperação do mercado interno, que lhe devolveria arrecadação fiscal e permitiria a aplicação de políticas sociais redistributivas.

É curioso observar como a representação partilhada pelos editoriais de cada veículo, respectivamente, influencia a leitura que eles fazem dos planos anunciados pelo ministro Domingo Cavallo. Para o *La Nación*, as medidas econômicas eram acertadas e o plano do governo seria exitoso, apesar da tensão política. Isso porque, para o jornal, o objetivo das políticas do governo deveria ser a estabilização e a abertura da economia, ambas alcançadas naquele momento. Já o *Clarín* apontava como objetivo o reaquecimento da economia e a expansão da indústria, o que não estava no horizonte das medidas tomadas pelo governo, na sua maioria de caráter recessivo e que provocaram queixas em diversos setores industriais.

Em 1º de fevereiro de 1991, o *Clarín* apresentou o novo ministro Domingo Cavallo como o homem forte do governo, com reconhecida predileção pela tecnocracia e uma condição privilegiada de indicar colaboradores vindos da *Fundación Mediterránea*. A substituição do gabinete anterior tem, para o jornal, um sentido de aprofundamento do modelo econômico neoliberal e significa que o justicialismo havia decidido seguir para um ano eleitoral levando a bandeira da estabilidade e não a da reativação econômica²³².

O *La Nación*, por outro lado, avaliava positivamente os passos dados por Menem na escolha do gabinete e as primeiras medidas de Cavallo no ministério porque a sua visão sobre a economia valorizava aspectos e atores beneficiados pelo modelo em curso, como o rigor fiscal, a desregulação dos mercados e o compromisso com os credores. Na visão do jornal, amparada no discurso de especialistas autorizados, a globalização fazia com que outros países que abriram seus mercados e desregularam o fluxo de capitais se tornassem mais atrativos a investidores, deixando a Argentina em posição difícil para competir internacionalmente. O *La Nación* pedia o fim do imposto sobre remessa de lucros das empresas porque,

²³² Um perfil distinto. *Clarín*, 1º de fevereiro, 1991.

para atrair os recursos necessários para financiar o crescimento, [...] será imprescindível o funcionamento adequado do mercado de capitais, o que, por sua vez, requer que se reveja a tradição de fortes cargas fiscais e de hiper-regulação que desanima investidores.²³³

A leitura feita pelo *Página/12* o aproxima do *Clarín* nessa disputa de representações, pois é evidente na opinião do jornal que o governo optara por uma política recessiva que protegia os investidores e transferia o custo das reformas estruturais para os cidadãos e as pequenas empresas. Essa visão aparece ironicamente na capa do caderno *Cash* de 10 de fevereiro de 1991, em que o jornal anunciava uma entrevista exclusiva do ministro da Economia com a manchete: “Cavallo se faz sincero: ‘Isso é uma patada no bolso dos trabalhadores’”. Na entrevista, o ministro calculava que a perda do poder de compra dos assalariados havia sido de um valor entre 20% e 25% no mês anterior e afirmava que “isso é inevitável”, porque “na Economia, há coisas que se pode fazer e outras que são inevitáveis [...] o que fizemos é o menos prejudicial para o trabalhador, ainda que seja tão prejudicial”²³⁴. O entrevistador, Marcelo Zlotogwiazda, insistiu que o governo pagava aos bancos com juros e em dia, e perguntou se não seria o caso de congelar os juros por um tempo para recompor o poder de compra dos trabalhadores. O ministro respondeu:

Se deixarmos de pagá-lo, estaríamos deteriorando o único título público que ainda tem credibilidade. Além disso, estamos pagando ao Banco Mundial e ao FMI, de quem temos vários créditos a serem desembolsados imediatamente e outros em trâmite. No caso do Banco Mundial, se deixamos de pagá-los, deixamos de receber ao redor de um bilhão de dólares em cada um dos próximos anos. E depois vem o Clube de Paris, formado pelos governos estrangeiros, e se deixamos de pagá-los, se fecham as linhas de crédito à exportação. Por último, os 60 milhões de dólares que pagamos mensalmente à banca comercial, que representa cerca de 15% dos juros da dívida que acumulamos, afastaríamos do horizonte a possibilidade de sentarmos e renegociarmos a dívida. [...] Enquanto não se renegocia, há um alto nível de incerteza em relação ao país, o que eleva as taxas de juros e nos fecha o acesso ao mercado internacional de capitais [...] Se eu modifico a política de pagamentos ao exterior, também estaria deteriorando o nível de vida imediato das pessoas, porque começariam os rumores de que a Argentina não tem intenção de pagar, isso geraria pressão sobre o mercado cambiário e fuga de capitais. O dólar e os preços subiriam.

Assim, o uso que o *Página/12* fez da entrevista de Domingo Cavallo deixa claro seu posicionamento a favor de uma política redistributiva que valorizasse os agentes econômicos domésticos e dividisse com o mercado e os credores internacionais os custos do processo de estabilização econômica. O jornal reforçava na capa de seu suplemento de economia e

²³³ Investimentos: um desafio diante do custo país. *La Nación*, 21 de abril, 1991.

²³⁴ Suplemento *Cash*, reportagem de capa. *Página/12*, 10 de fevereiro, 1991.

finanças a ideia de que eram os assalariados que pagariam o preço dos ajustes, enquanto o capital financeiro se mantinha protegido em nome da construção de confiança, apontada pelo ministro como essencial para a manutenção da estabilidade. O *Página/12* também dava destaque, na mesma entrevista, para uma declaração do ministro que confirmava a interpretação do jornal de que a crise cambial que derrubou o gabinete anterior havia sido um golpe do mercado: “Os operadores acreditaram que havia chegado a hora em que o dólar deveria saltar. Quando os operadores têm essa expectativa, todos se contagiam rapidamente. Foi o mercado quem colocou o dólar a 9000 austrais”²³⁵.

4.2 TRÊS LEITURAS DA CONVERSIBILIDADE

A opção por rejeitar a representação neoliberal influenciou diretamente na oposição que o *Clarín* passou a fazer à política econômica do governo a partir da chegada de Cavallo ao ministério. Em meados de fevereiro de 1991, a cobertura do jornal se tornou mais crítica, acentuando a interpretação da situação econômica como uma crise. Para a cobertura da greve de ferroviários naquele momento, o jornal criou o selo “Crise econômica e social”, assumindo o lado dos grevistas. A cobertura passou a dar espaço para agentes econômicos insatisfeitos com as medidas implantadas, como o setor agrícola, as pequenas e médias indústrias e os exportadores. Essas vozes conduziram a leitura que o jornal fez da economia nesse período e, no plano político, a UCR passou a ter espaço significativo em suas páginas. A abertura do mercado argentino a produtos industrializados estrangeiros era apontada como preocupante, pois poderia gerar recessão e desemprego na indústria, “o verdadeiro fantasma”²³⁶. Dessa forma, o *Clarín* conservava o alinhamento com o desenvolvimentismo, mesmo que protecionista, e se aproximava do interesse da classe média urbana argentina, seu público leitor tradicional.

O *Página/12*, por sua vez, reconheceu a crise dos primeiros meses de 1991 como a demonstração de ineficiência das medidas neoliberais. Em 6 de fevereiro, Atílio Borón atacava os argumentos do conselheiro de Menem, o liberal Alvaro Alsogaray, ao afirmar que a desregulação apregoada por ele era seletiva, uma vez que o liberalismo não apenas tolerava mas também exigia regulação, as chamadas “regras do jogo” que deveriam ser respeitadas a

²³⁵ Suplemento Cash, reportagem de capa. *Página/12*, 10 de fevereiro, 1991.

²³⁶ Temor pela redução das tarifas. *Clarín*, 10 de março, 1991.

todo custo. O texto traçava uma linha de continuidade para explicar o efeito das medidas de liberalização na economia argentina desde 1975 e assim amparar sua percepção de fracasso liberal:

Continuarão nos ministrando mais do mesmo remédio, aquele que nos está matando dia a dia: recessão, alta de tarifas, alta de impostos e a redução dos ganhos reais da grande maioria da população. Esse novo *apartheid* liberal – iniciado com o Rodrigazo, ratificado pelo Processo, tolerado e fomentado com sua característica ambiguidade pelo alfonsinismo e aprofundada até o paroxismo pela aliança peronista-conservadora – construiu uma sociedade que se situa nos antípodas de nosso registro histórico e que, como tal, questiona as próprias raízes de nossa identidade nacional.²³⁷

Portanto, nos primeiros meses de 1991, encontramos, em dois dos três jornais argentinos analisados nesta pesquisa, interpretações da situação econômica e das medidas implantadas pelo governo que eram diferentes e até mesmo críticas das representações neoliberais presentes no discurso oficial e no de seus representantes autorizados. Foi nesse contexto que o ministro Domingo Cavallo anunciou, em 20 de março, um pacote de medidas pelas quais ficaria marcada sua duradoura passagem pelo ministério da Economia e o próprio menemismo ao longo da década de 1990: o chamado Plano de Conversibilidade.

Ricardo Sidicaro divide o governo Menem em dois subperíodos, cuja separação é marcada pela implantação da conversibilidade. No primeiro subperíodo, apesar de se ter levado adiante uma série de medidas de cunho neoliberal, as estratégias traçadas não conseguiram estabilizar a economia e os papéis e a importância dos principais atores socioeconômicos ainda não estavam definidos. Já no segundo período,

por outro lado, o Plano de Conversibilidade passou a ser o eixo em torno do qual se estruturaram as políticas econômicas que configuraram o “modelo”, resolvendo de imediato o problema inflação e, além disso, criando as condições que permitiram forjar um acordo entre o governo e os principais atores socioeconômicos, em especial, os de caráter transnacional.²³⁸

Sidicaro critica o modelo de conversibilidade proposto por Cavallo porque ele retirava do Estado sua autonomia sobre a política monetária e cambiária, além de ter efeitos negativos sobre a economia em longo prazo. Na opinião do autor, por trás de seu aspecto técnico simples, a conversibilidade era um problema eminentemente político no qual o Estado se

²³⁷ O fracasso liberal. **Página/12**, 6 de fevereiro, 1991.

²³⁸ SIDICARO, Ricardo. **Los tres peronismos**: Estado y poder económico, 1946-55, 1973-76, 1989-99. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011. p. 161.

recusava a regular a moeda e que, como ocorre com todas as relações de força, inevitavelmente implicou ceder autoridade a outros atores. O que para o “cidadão comum” era o alívio pelo fim da inflação, com suas vantagens imediatas do retorno do crédito para o consumo e a estabilidade dos depósitos em poupança, tinha um fundamento ao qual era difícil fazer objeção sem uma abordagem mais abstrata. Além disso, suas consequências escapavam às visões imediatas e cotidianas.²³⁹

A avaliação de que o Plano de Conversibilidade buscava enfrentar uma questão política de falta de confiança dos agentes econômicos no governo é mais presente na análise de Marco Novaro, para quem a decisão apresentada por Cavallo foi uma saída exitosa se comparada às tentativas anteriores das equipes econômicas de Menem. Sua adoção indicaria um reconhecimento do justicialismo de que a hiperinflação na Argentina não era apenas um problema econômico, mas um problema político gerado pela incapacidade dos governos de manter disciplina fiscal e pela perda de confiança de empresas e mercado nas medidas anunciadas. Assim, a proposta pretendia acalmar os agentes econômicos e restabelecer a confiança no austral como moeda circulante e no Estado como garantidor de seu valor, agora atrelado ao dólar²⁴⁰. Embora não se possa ver em Novaro uma abordagem crítica como faz Sidicaro à implantação da conversibilidade, os dois autores concordam que sua entrada em cena naquele momento foi bem-sucedida do ponto de vista do governo e teve impacto fundamental nas eleições do final daquele ano²⁴¹. O resultado imediato foi aplaudido por investidores e empresários, comemorado como uma vitória do neoliberalismo que colocaria a Argentina no caminho do Primeiro Mundo. Até mesmo uma boa parte da oposição passou a se posicionar a favor da conversibilidade, deixando esse aspecto da condução da economia de fora dos embates políticos e eleitorais. Apenas anos mais tarde os efeitos negativos do plano foram sentidos e ficou claro que ele não poderia ser usado como mais que apenas um mecanismo conjuntural.²⁴²

A preocupação política do governo com o anúncio do pacote de medidas fica evidente na maneira como sua implantação foi conduzida e no rigor com que se propôs a adoção e a manutenção da proposta. O compromisso com a disciplina fiscal, essencial para que o plano

²³⁹ SIDICARO, Ricardo. **Los tres peronismos**: Estado y poder económico, 1946-55, 1973-76, 1989-99. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011. p. 176.

²⁴⁰ NOVARO, Marcos. **Historia de la Argentina Contemporánea**: de Perón a Kirchner. Buenos Aires: Edhasa, 2006. p. 228.

²⁴¹ *Ibidem*, p. 178.

²⁴² SIDICARO, Ricardo. *Op. cit.* p. 177.

atingisse seu objetivo, foi depositado na própria figura do ministro Domingo Cavallo, que se tornou naquele momento o homem mais importante do governo. A estratégia utilizada para legitimar as medidas foi levar o projeto de lei que implantava a conversibilidade para ser aprovado no Congresso, o que dificultava alterações futuras e dividia com o Legislativo o peso de interferir tão diretamente nos poderes do Executivo sobre a economia. No entanto, como em situações anteriores, o governo não abriu um debate com parlamentares acerca da nova lei. Seus representantes, desde o anúncio do pacote à imprensa, reforçaram a necessidade de urgência e a ideia de que ele não poderia estar à mercê de interesses políticos, sob o risco de jogar o país em uma crise sem precedentes. Assim, o plano foi aprovado no Senado dois dias depois de anunciado por Cavallo e, na Câmara, cinco dias depois do anúncio. Apesar da oposição do radicalismo, que considerava arriscado tornar a economia argentina dependente da política monetária norte-americana, não houve debates nem tentativas de alteração do texto da lei.

Pelo Plano de Conversibilidade, os preços permaneceram livres, mas a inflação deveria ser controlada por uma âncora cambial, que estabelecia a paridade fixa do austral com o dólar e garantia a livre conversão da moeda. O governo só podia emitir moeda se o montante emitido fosse lastreado por reservas em ouro ou divisas, o que obrigava o Estado a controlar seus gastos, reduzir o tamanho da máquina pública e só assumir despesas que pudessem ser cobertas pelos tributos arrecadados. Assim, o Banco Central argentino assumia o compromisso de ter reservas suficientes para cobrir todos os austrais em circulação e os depósitos bancários à vista e esperava que, dessa forma, o dólar deixasse de ser referência para as altas de preços da economia, como ocorrera em momentos anteriores. Com essas medidas, Cavallo pretendia transmitir a mensagem de que a rigidez fiscal era o principal compromisso do governo e que a equipe econômica estava suficientemente fortalecida para enfrentar aquele que se considerava o maior gerador de inflação no país: o uso do Banco Central para cobrir, por emissão monetária, o déficit do Tesouro Nacional. Essa estratégia, embora tivesse relativo sucesso em conter a inflação, impedia o Estado de agir em política cambial para compensar a desvalorização das moedas de outros países, o que reduzia a competitividade dos produtos argentinos no exterior e aumentava o volume de importações do país.²⁴³

²⁴³ ORTIZ, Ricardo. Liberalización financiera y regresión estructural en Argentina. In: RAMOS, Laura (org.). **El fracaso del Consenso de Washington**. La caída de su mejor alumno: Argentina. Barcelona: Icaria, 2003. p. 68.

Uma avaliação do tratamento dado ao Plano de Conversibilidade pelos três jornais analisados nesta pesquisa, nos dois meses imediatamente após o seu anúncio, mostra preocupações e avaliações diferentes em cada um deles. O *La Nación* aprovava as medidas anunciadas e teve uma cobertura positiva sobre o tema, com ênfase para o compromisso do governo com o rigor fiscal, que era, ao mesmo tempo, a grande preocupação do jornal. Entretanto, embora a sua cobertura diária tenha dado grande espaço para o assunto e ele estivesse em diversas colunas de opinião e textos de análise, houve apenas um editorial para discutir a conversibilidade, dos 14 destinados a temas de economia nos meses de 1991 analisados. O *Clarín* destinou dois editoriais ao plano, além de colunas e textos de opinião. O jornal não deu destaque para a singularidade da medida, avaliando-a como mais um pacote do governo que priorizava a questão fiscal e os interesses dos credores em detrimento do crescimento econômico e da geração de empregos. No *Página/12*, prevaleceu a interpretação de que a conversibilidade teria sido lançada com interesses eleitorais e que a medida não seria capaz de gerar crescimento, repetindo o fracasso dos planos anteriores.

As vozes apresentadas pela cobertura do *La Nación* no período tinham, em sua maioria, vinculação direta com o mercado financeiro, sobretudo banqueiros e consultores. É desses agentes econômicos o ponto de vista que predominava nos editoriais e colunas do jornal, o que se refletia na boa aceitação do plano nesses textos e no otimismo com o rumo escolhido pelo governo, que optava pela austeridade e pelo corte de gastos meses antes de uma eleição. A conversibilidade aparece associada ao risco do déficit fiscal do Estado, “acostumado a gastar mais do que arrecada”²⁴⁴. Ao avaliar em editorial a medida, o *La Nación* fazia uma advertência: ela deveria ser um instrumento temporário, para que mudanças acentuadas no cenário econômico mundial não comprometessem os ganhos obtidos pela estabilização da moeda. Para o jornal:

fixar por lei a taxa cambial, por exemplo, significa que frente a qualquer eventualidade que demande um ajuste para cima ou para baixo será necessária uma nova lei; que uma queda no valor do ouro poderia colocar o Banco Central na condição de desobediência à lei, a não ser que ele force uma retração monetária abrupta, com os efeitos econômicos conseguintes [...] o essencial, o equilíbrio das contas fiscais, depende do rigor que o governo mesmo ponha em defender seu projeto.²⁴⁵

²⁴⁴ Conversibilidade: as contas não fecham. *La Nación*, 24 de março, 1991.

²⁴⁵ A estabilidade do austral. *La Nación*, 26 de março, 1991.

Para o Clarín, “o essencial” não estava contemplado no plano apresentado por Domingo Cavallo. O jornal apresentava um cenário em que o governo invertia a prioridade, promovendo cortes e abertura comercial em um momento em que os agentes econômicos domésticos, notadamente a indústria, deveriam ser estimulados a produzir. Podemos evidenciar em sua abordagem a escolha por uma leitura desenvolvimentista da realidade, em que o papel primordial do Estado na economia é de planejar e fomentar a atividade produtiva. Assim, o receituário neoliberal de abertura, rigor fiscal e redução do aparelho estatal é novamente recusado pelo jornal como equivocado e fora de momento.

O instrumento [adotado pelo governo] contra a inflação não seria apenas a fixação da taxa de câmbio, mas também a velha e geralmente ineficaz ferramenta da recessão. [...] daí que um objetivo crucial da política atual deve ser converter a reativação econômica, que já se percebe em alguns setores produtivos, em um processo de mais longo prazo, e que dê prioridade aos investimentos nas indústrias chave. Se for assim, será possível esperar que o programa atual fuja dos obstáculos que encontra e a inflação se reduza aos níveis “civilizados” das economias estáveis.²⁴⁶

O Página/12 apresentou uma visão crítica em relação às medidas fiscais anunciadas por Domingo Cavallo, embora considerasse a conversibilidade uma ferramenta potencialmente eficiente para controlar a inflação. Um dia antes da entrada em vigor da nova lei, uma matéria especial assinada por Julio Nudler, Marcelo Zlotogwiazda e Alfredo Zaiat explicava as mudanças na economia e antecipava suas consequências. O tom pessimista, que contrasta com o clima de satisfação dos mercados e a boa receptividade do La Nación às medidas, está manifesto no título do alto da página: “Começa o outono”, aproveitando o início da estação dias antes²⁴⁷. Assim como fazia o Clarín, em 23 de março, Daniel Sosa apresentou o plano de conversibilidade como uma promessa semelhante às feitas em outros momentos por diferentes equipes econômicas. O texto, porém, usava uma frase de um seriado de TV das décadas de 1970 e 1980 – no Brasil, chamado “Acredite se quiser” – para dizer que o futuro de estabilidade econômica prometido pelo ministro poderia se concretizar, “quer você acredite, quer não”²⁴⁸. Dias depois, um texto de James Nielson comparava a intenção do plano econômico de Domingo Cavallo a uma camisa de força colocada sobre os agentes econômicos da Argentina para impedir que a economia do país repetisse sua tendência autodestrutiva. Assim, se o ministro conseguisse curar a economia desse mal, “colocaria em marcha uma

²⁴⁶ Inflação e economia real. **Clarín**, 24 de abril, 1991.

²⁴⁷ Começa o outono. **Página/12**, 31 de março, 1991.

²⁴⁸ A era de Ripley. **Página/12**, 23 de março, 1991.

revolução que, por certo, não se limitaria ao âmbito econômico, uma vez que os perdedores incluiriam boa parte da classe dirigente” do país²⁴⁹.

A apropriação que parte dessa classe dirigente faz da ideia de conversibilidade e as representações a ela associadas são fundamentais para se compreender sua ampla aceitação na sociedade argentina. Um mecanismo fundamental da lei de conversibilidade adotada pela Argentina em 1991 – a caixa de conversão (*currency board*) – tem raízes na cultura econômica do país. Esse mecanismo assegurava, por parte do Banco Central, a possibilidade de conversão em dólar (ou ouro, ou libras, conforme o período) de toda a moeda local circulante. Da década de 1860 até a crise mundial de 1929, ele foi utilizado quatro vezes no país: entre 1867 e 1876; entre 1883 e 1885; entre 1889 e 1914; e entre 1927 e 1929. Em todas essas ocasiões, a caixa de conversão foi usada segundo a conveniência econômica da elite dirigente do país, para permitir mais ganhos ou reduzir perdas no mercado internacional. Quando as condições externas eram favoráveis, os interesses agroexportadores pressionavam o governo pela adoção do *currency board* e os grandes proprietários acumulavam fortunas em ouro. No sentido inverso, quando o balanço de pagamentos apresentava déficit, o regime era abandonado, a moeda argentina se desvalorizava e, em função disso, os exportadores eram também beneficiados, pois seus produtos se tornavam mais competitivos no mercado mundial²⁵⁰.

A adoção da conversibilidade pelo governo Menem encontrou, portanto, um entendimento favorável de boa parte da elite econômica argentina, baseado numa percepção de que a economia do país prosperou nos momentos em que o sistema havia sido utilizado no passado. Também, sua adoção remete à representação neoliberal da Argentina como *granero del mundo*, já discutida no capítulo 2 desta tese, que valoriza a abertura comercial e a privatização como ferramentas de crescimento e inserção internacional do país. No entanto, Silva adverte que foram outros fatores, endógenos e exógenos, muito além do regime cambial, que permitiram a pujança econômica argentina e sua presença internacional privilegiada durante os períodos anteriores. Na mais favorável das hipóteses, o regime teria representado um elemento disciplinador da política econômica e facilitado a aproximação do país com a Inglaterra. Na opinião do autor, as experiências anteriores com a caixa de conversão geraram

²⁴⁹ Camisas de força. **Página/12**, 27 de março, 1991.

²⁵⁰ SILVA, Carlos Henrique M. de Abreu. Argentina: da conversibilidade ao “default”. **Revista de Economia & Relações Internacionais**, v. 3 (6), jan. 2005. p. 99.

um componente ideológico simplista em parte da elite argentina, segundo o qual o bom funcionamento de um regime cambial baseado no *currency board* e uma relação privilegiada com a potência mundial seriam capazes de colocar a Argentina na posição de destaque internacional que teve no início do século XX.²⁵¹

Essa interpretação de parte da elite argentina foi identificada e criticada pelo *Página/12*, que em um texto da coluna *El Baul de Manuel* traça uma análise semelhante à de Silva. Segundo essa visão, a conversibilidade em taxa fixa de câmbio “não foi o alegado fator de estabilidade e crescimento durante décadas. Ao contrário, quando existiu, só o crescimento, as exportações e a entrada de ouro a tornaram possível”²⁵².

Como resultado político para o governo Menem, o quadro eleitoral de 1991, que parecia negativo para o justicialismo, mudou acentuadamente após os primeiros meses do Plano de Conversibilidade. A inflação recuou rapidamente para a casa de um dígito e encerrou o ano em 1% ao mês, a mais baixa desde 1974. Com isso, os salários deixaram de se desvalorizar e o aumento do poder de compra da população foi acompanhado pela expansão do crédito, o que reativou o consumo. A indústria mostrou rápida recuperação de sua atividade, sobretudo a de bens duráveis, e o Estado recuperou capacidade de investimento. Esses fatores proporcionaram um ciclo positivo de crescimento econômico, que parecia ainda mais vigoroso porque o país vinha de um longo período de retração²⁵³.

Se, por um lado, o Plano de Conversibilidade conseguiu resultados imediatos animadores – sobretudo no controle da inflação e no reaquecimento do mercado interno, que ainda não haviam sido atingidos simultaneamente no governo Menem – por outro, ele deixou evidente um ponto fraco que comprometia em longo prazo os ganhos iniciais: sua continuidade dependia, cada vez mais, de recursos externos. Ao fixar a paridade quando o câmbio estava em dez mil austrais para um dólar, o governo instituiu uma cotação que não beneficiava os agroexportadores. Com o passar do tempo, ficou claro que as dificuldades enfrentadas pelos produtos argentinos no mercado externo prejudicavam a balança de pagamentos do país e o déficit, além de comprometer a capacidade de pagamento do governo, colocava em risco o

²⁵¹ SILVA, Carlos Henrique M. de Abreu. Argentina: da conversibilidade ao “default”. **Revista de Economia & Relações Internacionais**, v. 3 (6), jan. 2005. p. 110.

²⁵² Vila Conversibilidade. **Página/12**, 31 de março, 1991.

²⁵³ NOVARO, Marcos. **Historia de la Argentina Contemporánea**: de Perón a Kirchner. Buenos Aires: Edhasa, 2006. p. 243.

funcionamento da caixa de conversão. Diante da dificuldade em exportar, a única forma de equilibrar a balança de pagamentos e garantir a continuidade da conversibilidade era buscar o ingresso de capital estrangeiro no país, seja pelas privatizações, pelos investimentos diretos ou pelo mercado financeiro. Em pouco tempo, a Argentina se tornou dependente desse capital para manter seu plano de estabilização.

Assim, a partir do discurso hegemônico, se reassegurou a “necessidade” de liberalizar as condições de ingresso e saída de fundos, tomar empréstimos no exterior ou realizar depósitos em moeda estrangeira no sistema financeiro local. A atração para a chegada desses investimentos foram as altas taxas de juros que se pagavam no mercado interno, muito acima das internacionais, ao que se juntou a segurança de que o Banco Central trocaria cada peso por dólar no momento de remeter os ganhos ao exterior.²⁵⁴

Esse risco já havia sido percebido por analistas e pelo próprio governo quando do anúncio das medidas, mas os recursos vindos das privatizações foram utilizados para compensar o desequilíbrio e sustentar o plano. Quando esses recursos se tornaram escassos, porém, a entrada de capital externo no país passou a se concentrar nos investimentos especulativos, que eram duplamente nocivos: obrigavam o governo a pagar juros elevados para que o país fosse atrativo a esse tipo de investidor e aumentavam a vulnerabilidade da economia argentina a oscilações no mercado internacional de capitais, que se tornou cada vez mais volátil ao longo da década de 1990.

Como forma de assegurar os pagamentos aos credores do país e transmitir confiança ao mercado, o governo argentino se aproveitou do prestígio do ministro Domingo Cavallo e dos bons resultados iniciais da conversibilidade para se aproximar das agências internacionais de crédito. Os acordos firmados com esses organismos – o FMI e o Banco Mundial – tranquilizavam momentaneamente os investidores e tinham também uma função política doméstica: no discurso dos funcionários da pasta da Economia, eles serviam como um avalista externo que legitimava a política implantada diante das críticas e resistências que vinham do peronismo e de setores da sociedade prejudicados pela abertura comercial e pelo aumento dos juros. A crescente adequação da política argentina à orientação dos organismos internacionais de crédito foi observada e criticada pelo *Página/12*, que dedicou uma capa a esse tema. Com a manchete “O Cavallo do Comissário”, o jornal denunciava a proximidade

²⁵⁴ ORTIZ, Ricardo. Liberalización financiera y regresión estructural en Argentina. *In*: RAMOS, Laura (org.). **El fracaso del Consenso de Washington**. La caída de su mejor alumno: Argentina. Barcelona: Icaria, 2003. p. 70.

de visões e interesses do ministro da Economia e do representante do FMI na Argentina²⁵⁵. Em certo sentido, Cavallo era visto como um representante no governo do pensamento dominante disseminado pela agência. A mesma expressão já havia sido usada em maio de 1989, quando se especulava o nome do economista cordobês para ministro da Economia, o que na época atendia aos interesses dos grandes grupos econômicos argentinos.

Se bem as reformas alentaram um crescimento acelerado, que nos primeiros anos beneficiou amplos setores sociais, inclusive uma parte dos assalariados e das indústrias, consolidaram um processo de separação cada vez mais marcado entre incluídos e excluídos, assim como a tendência à concentração econômica, que foi deixando pequenas e médias empresas em situação cada vez mais precária. Apesar das dificuldades econômicas, no período Menem houve pouca reação dos setores sociais atingidos pelas reformas neoliberais, embora o peso das promessas não cumpridas tenha sido fator fundamental para a derrota do justicialismo nas eleições presidenciais de 1998. Ter conseguido vencer a hiperinflação foi uma conquista que, por alguns anos, valeu ao presidente a avaliação da maior parte da sociedade de que o sacrifício feito era compensado pela estabilização dos preços. Além disso, permitia ao governo insistir no discurso segundo o qual o desenvolvimento econômico viria pelo aprofundamento do modelo e não por sua substituição.

Sendo assim, a análise dos jornais argentinos nos primeiros meses de 1991 revela que a utilização de representações associadas ao pensamento neoliberal condiz com o estabelecimento de uma cultura política dominante no país, cujas normas e valores eram partilhados pelos grupos mais destacados do governo e por alguns dos principais agentes econômicos daquele período. No entanto, apesar disso e em que pese o bom resultado das medidas implantadas por Domingo Cavallo no controle da inflação, essas representações estiveram distantes de se tornarem consensuais. Na imprensa, representações ligadas a culturas políticas concorrentes tiveram espaço para apresentar um contraponto crítico às medidas adotadas pelo governo e apoiadas por agentes econômicos ligados ao mercado financeiro e ao capital internacional.

Nesse segundo período analisado, portanto, a opção dos jornais escolhidos nesta pesquisa foi conservar-se alinhados ao conjunto de representações que tradicionalmente orientaram suas

²⁵⁵ O Cavallo do Comissário. **Página/12**, 23 de março, 1991.

análises. O *La Nación* manteve sua orientação liberal, o que fez com que seus editoriais se manifestassem majoritariamente em apoio às medidas anunciadas por Domingo Cavallo, já que sua chegada ao ministério da Economia consolidou a escolha do presidente Menem pela alternativa neoliberal de estabilização. Foi o governo quem refez sua orientação ideológica e se aproximou da linha tradicionalmente defendida pelo jornal, recebendo por isso avaliações positivas. O *Clarín*, por sua vez, foi levado a aumentar o tom de suas críticas à condução da economia em função dessa mesma escolha do governo. Mantendo sua orientação desenvolvimentista, o jornal trouxe um conjunto de representações do Estado e do passado argentino que não eram compatíveis com o discurso dominante naquele momento. Já o *Página/12*, com sua orientação política à esquerda e orientação editorial de jornalismo crítico e combativo, manteve a postura opositora que já se observava no período anterior analisado e se mostrou pessimista quanto aos rumos da economia.

Nos anos que se seguiram, as representações neoliberais se consolidaram como dominantes na sociedade argentina e a conversibilidade passou a ser aceita como solução estabilizadora até pela oposição ao governo. Por outro lado, os custos econômicos e sociais da manutenção desse modelo acabaram se transformando em custos políticos, que levaram ao enfraquecimento de Menem e à derrota do peronismo nas eleições presidenciais de 1999. Dois anos depois, esse arranjo socioeconômico que se sustentou por dez anos chegou à sua crise terminal, que mergulhou o país no caos político e social. Esse momento de crise acentuada, assim como em 1989, ganha importância para que possamos avaliar a concorrência entre culturas políticas e examinar os conjuntos de representações utilizadas pelos três jornais aqui escolhidos para explicar a realidade e propor soluções, como será exposto no próximo capítulo.

5 REPRESENTAÇÕES DA CRISE, CRISE DAS REPRESENTAÇÕES: O PENSAMENTO NEOLIBERAL NA DEBACLE DE 2001

A década menemista na Argentina foi marcada por sucessivas medidas de abertura comercial e reforma econômica que modificaram acentuadamente as estruturas econômicas e sociais herdadas de décadas anteriores, sobretudo aquelas assentadas no peronismo. Durante mais de uma década, o neoliberalismo e um conjunto de representações a ele associadas foram o pensamento dominante na sociedade argentina e em seus principais círculos de poder político e econômico. O segundo mandato de Carlos Menem se encerrou em dezembro de 1999, após uma fracassada tentativa de conseguir o direito a uma segunda reeleição, e com ele dez anos de domínio justicialista na Casa Rosada. Ao seu lugar, ascendeu uma aliança formada pela UCR e pela Frente País Solidário (Frepasso) – força política ascendente na segunda metade da década de 1990 – que naquele ano elegeu a chapa formada pelo radical Fernando De la Rúa e o peronista dissidente Carlos “Chacho” Álvarez.

Incapaz de manter a aliança que o elegeu e de cumprir as promessas de crescimento econômico e distribuição de renda que marcaram sua campanha, o governo De la Rúa se encerrou dois anos depois, mergulhado numa das maiores crises da história argentina. Esse contexto faz de dezembro de 2001 um momento crucial para os objetivos desta tese, aquele em que o modelo econômico neoliberal, ao menos da maneira como foi implantado na Argentina, apresenta claros sinais de falência, mas suas representações são parte fundamental da cultura política dominante. Um momento de crise como aquele oferece a possibilidade de que discursos antes colocados à margem, com conjuntos de representações desafiantes, apresentem suas alternativas para explicar a crise, reinterpretar o passado e apontar um futuro desejável.

Assim, a análise que se pretende fazer neste capítulo dos jornais selecionados busca entender como os veículos elaboraram seu discurso para explicar à sociedade a crise que o país vivia, os responsáveis por ela e as alternativas para superá-la. Dessa análise emergirão as representações que disputavam naquele momento a condição de dizer sobre a realidade, o passado e o futuro. Num momento de crise profunda, quando as representações sociais são postas em questão, trata-se de saber a quem os jornais responsabilizavam pela crise, onde localizavam sua origem e se a debacle era a consequência prevista da aplicação do modelo neoliberal ou o resultado dos erros cometidos por aqueles que o executaram.

O segundo mandato de Menem foi conseguido quando o presidente estava no auge de sua popularidade, colhendo os frutos da estabilização econômica gerada pela implantação da conversibilidade e pela entrada de recursos do exterior no processo de privatizações. Com a oposição interna no Partido Justicialista desarticulada, a negociação da emenda da reeleição se concentrou no Congresso, onde o apoio da UCR era a única forma de obter a aprovação do projeto. Embora os radicais fossem contrários à ideia, os governadores dependiam excessivamente do governo central para opor-se a ela. Assim, Menem conduziu as negociações com Raúl Alfonsín e chegou ao acordo conhecido como Pacto de Olivos, que dava a ele a possibilidade de se reeleger, mas trazia limitações ao poder presidencial: a redução do mandato para quatro anos; o voto direto para senador; a nomeação de juízes por um conselho da magistratura e a regulação dos decretos de Necessidade e Urgência.

O acordo foi visto com desconfiança por parte significativa da sociedade, o que acabou por contribuir para o fortalecimento da Frente Grande, um grupo político que reunia peronistas dissidentes, socialistas e alguns grupos de menor expressão política. O novo partido ficou à frente dos radicais nas eleições de 1994 em Buenos Aires e foi a base para a formação da Frepaso, que tomou da UCR o lugar de segunda força nacional no pleito de 1995, quando Menem garantiu a vitória com quase 50% dos votos. A nova frente obteve 28% dos votos, contra apenas 16% do candidato radical. Era a primeira vez depois de décadas que o bipartidarismo era desafiado na Argentina.

Novaro avalia que, nos votos de Menem em 1995, havia uma parcela de eleitores que respaldava as reformas realizadas desde 1991, mas também uma outra que, mais uma vez, temia a piora da situação econômica e o retorno da hiperinflação²⁵⁶. Esta parcela se tornou mais descontente com o segundo mandato, pois o arranjo econômico argentino se mostrou vulnerável a choques no mercado internacional de capitais. A fragilidade externa do plano de conversibilidade se tornou evidente na crise mexicana de 1994-1995, que se espalhou pelas economias periféricas no que ficou conhecido como “efeito tequila”. A fuga de capital especulativo para países mais estáveis e confiáveis evidenciou o quanto a Argentina era dependente do capital financeiro internacional para equilibrar seu balanço de pagamentos e

²⁵⁶ NOVARO, Marcos. **Historia de la Argentina Contemporánea: de Perón a Kirchner**. Buenos Aires: Edhasa, 2006. p. 259.

sustentar a paridade peso-dólar. A solução escolhida pelo governo não foi menos problemática: recorrer a um empréstimo de 8 bilhões de dólares do FMI, que corrigia o desequilíbrio em curto prazo mas ampliava a dependência externa, e reduzir o impacto da crise sobre a indústria abrindo mão de impostos, o que agravava o déficit fiscal. Para compensar esse déficit, o governo voltou a vender ou conceder algumas das poucas empresas estatais ainda existentes. Em um ambiente de retração econômica, o efeito recessivo da crise se mostrou quando o PIB argentino recuou 3% em 1995.

O governo seguiu fazendo o que havia dado resultado nos primeiros anos, apresentar soluções de curto prazo que supunham o agravamento do desequilíbrio em longo prazo, em termos fiscais, financeiros e comerciais, à espera de que eles se dissolvessem espontaneamente por efeito do crescimento econômico. As consequências dessa imprudente conduta se fariam sentir quando já não houvesse o que vender, nem se pudesse mais compensar com redução de tarifas os desequilíbrios surgidos da sobrevalorização do peso e da especulação financeira herdada ou criada pelas reformas implantadas.²⁵⁷

O segundo mandato de Menem representou um lento declínio do Plano de Conversibilidade e da própria hegemonia menemista. Nas eleições de 1995, o presidente cedeu às pressões justicialistas e dos governadores provinciais e construiu seu discurso de campanha em cima da ideia de que o momento era de valorizar os aspectos sociais da economia e recuperar a qualidade de vida da população. O PJ havia triunfado em províncias importantes com promessas de retorno do populismo peronistas e a expectativa era de que as medidas de estabilização monetária pudessem, finalmente, iniciar um período longo e vigoroso de crescimento econômico com distribuição de renda. No entanto, a debilidade do plano de conversibilidade apontava na direção contrária. Para sustentar a paridade entre o peso e o dólar, num ambiente de instabilidade externa e com poucas empresas ainda por privatizar, o governo se tornava cada vez mais dependente do FMI e de manter um rigoroso controle fiscal para conseguir deter o déficit público. A solução, porém, era recessiva e apontava para mais desemprego e perda de poder de compra dos salários, sem que o Estado pudesse compensá-los com subsídios ou transferência direta de recursos.²⁵⁸

As fragilidades demonstradas pelo arranjo econômico diante de seguidas crises internacionais fizeram com que o segundo mandato de Menem, em lugar de consolidar sua liderança, fosse

²⁵⁷ NOVARO, Marcos. **Historia de la Argentina Contemporánea**: de Perón a Kirchner. Buenos Aires: Edhasa, 2006. p. 261.

²⁵⁸ Idem.

marcado pela redução de seu poder de influência sobre os grupos que o rodeavam. Ao mesmo tempo, sua popularidade seguia em declínio em função do agravamento dos efeitos negativos das reformas neoliberais. O principal deles era o desemprego.

Cada privatização esteve acompanhada por uma elevada quantidade de demissões. Como fruto de um longo acordo de interesses entre administradores e sindicalistas, as empresas estatais tinham acumulado uma boa quantidade de empregados que, sob os novos e estritos critérios gerenciais, eram excedentes [...]. Em relação às empresas privadas, a abertura econômica deixou todas aquelas que concorriam com produtos importados com uma necessidade urgente de reduzir seus custos, racionalizar seus processos produtivos ou sucumbir.²⁵⁹

O desemprego chegou a 15% e, apesar de o PIB argentino ter se recuperado dos efeitos da crise mexicana e voltado a crescer, a taxa de desocupação não diminuía. A dependência financeira era cada vez mais acentuada e a dívida externa do país passou de US\$ 60 bilhões, em 1992, para US\$ 100 bilhões em 1996. Novos ajustes foram tentados com a mesma fórmula: aumento da taxa de juros, recessão e arrocho fiscal. As exigências do ajuste eram tais que o governo perdeu a margem que tinha até então de destinar parte de seus recursos a compensações, com as quais vinha silenciando as queixas nos anos anteriores.

De artífice do plano de estabilização que reergueria a Argentina, o ministro Domingo Cavallo passou a ser alvo de críticas dos setores que se viam prejudicados e exigiam contrapartidas do Estado: desempregados pela venda de estatais, empresários locais confrontados pela concorrência externa, exportadores queixosos da política fiscal e monetária, governadores de provinciais insatisfeitos com os seguidos cortes orçamentários. Dirigentes tradicionais do peronismo começaram a pressionar o presidente por mudanças que pudessem garantir ao partido apoio popular nas eleições que se aproximavam. As queixas se voltaram contra a orientação econômica que agora consideravam pouco peronista e excessivamente apegada às normas do FMI.²⁶⁰

Foi nesse contexto que, em julho de 1996, Domingo Cavallo deixou o ministério da Economia após uma longa troca de acusações de corrupção entre ele e aliados do governo. Para

²⁵⁹ ROMERO, Luís Alberto. **História Contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 261.

²⁶⁰ *Ibidem*. p. 273.

Ayerbe²⁶¹, a saída do ministro se explica mais propriamente por razões políticas do que por questões relacionadas aos resultados da economia naquele período. Seu afastamento significa um movimento no tabuleiro político da sucessão presidencial, no qual já se moviam à época os principais governadores e líderes do justicialismo. Em seu lugar, para acalmar os operadores do mercado financeiro e demonstrar a confiança do governo nas reformas em curso, Menem nomeou o então presidente do Banco Central, Roque Fernández, considerado mais ortodoxo que Cavallo. O novo ministro manteve a tendência de austeridade e corte de gastos, aumentou o Imposto sobre Valor Agregado e o preço dos combustíveis, e acelerou as privatizações que restavam ser realizadas, como a dos correios e dos aeroportos. A solução acalmou os principais agentes financeiros e teve o consentimento do FMI. No entanto, internamente, reforçou a imagem de que o governo não pretendia fazer concessões em relação ao modelo econômico vigente, o que isolou ainda mais o presidente dentro do Partido Justicialista e abriu espaço para que a oposição construísse um discurso de campanha voltado para a distribuição de renda e a geração de empregos, que começou a obter respaldo não apenas da população mais pobre, mas também do pequeno e médio empresariado nacional.

Conforme aponta Sidicaro²⁶², o quadro sucessório abriu espaço para que os grupos domésticos pressionassem o peronismo por vantagens em troca de apoio político, ao mesmo tempo em que negociavam concessões no programa de governo da oposição. Não estava em discussão, por parte do empresariado, a substituição do modelo econômico neoliberal, mas sim sua flexibilização setorial e discricionária. Em 1999, a União Industrial Argentina (UIA) propôs ao governo que a dívida do setor fosse estatizada e que o Estado a cobrasse das empresas nacionais em um prazo maior e com juros mais baixos que os bancos privados. A rigor, num momento em que os créditos internacionais estavam escassos, o que os industriais desejavam eram estatizar suas dívidas, dividindo com os cofres públicos o passivo que o setor havia adquirido no período em que o crédito internacional estava mais barato e abundante.

Em setembro do mesmo ano, um mês antes das eleições presidenciais, as principais entidades dos setores agrícola, industrial e da construção civil criaram o chamado Grupo Produtivo, associação voltada para pressionar e interferir na definição da política econômica do governo

²⁶¹ AYERBE, Luis Fernando. **Neoliberalismo e política externa na América Latina**: uma análise a partir da experiência argentina recente. São Paulo: Ed. UNESP, 1998. p. 157.

²⁶² SIDICARO, Ricardo. **Los tres peronismos**: Estado y poder económico, 1946-55, 1973-76, 1989-99. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011. p. 211-212.

que sucederia o de Menem. Diante da incerteza sobre o resultado, o grupo dividiu seu apoio entre as duas forças com mais chances de vitória e propunha a eles apenas ajustes no modelo, insistindo com a necessidade de preservá-lo. Sobre a conversibilidade, embora se enxergasse os prejuízos causados por sua longa duração, a posição defendida pelos grupos industriais era de que sua substituição por qualquer alternativa então apresentada geraria mais custos que benefícios.

Embora alimentasse o projeto de concorrer a um terceiro mandato, Carlos Menem se defrontava com uma situação fiscal adversa e um contexto de grave crise internacional nos últimos dois anos de sua presidência, o que limitava sua capacidade de trocar benefícios por apoio político. A turbulência financeira internacional que começou em 1998 teve um efeito mais forte e duradouro que a do México, e encontrou a Argentina numa situação ainda mais fragilizada e dependente do capital especulativo e de empréstimos do FMI.

Tudo se somou: o aumento dos juros da dívida, a escassez e o alto custo do crédito, a queda do preço dos produtos de exportação e a recessão interna. Nesse ano, o PIB encolheu cerca de 4% e a produção de automóveis caiu quase pela metade. [...] O governo Menem chegou ao seu fim sem margem para sequer para fazer benfeitorias eleitorais, e teve de fechar o orçamento com um déficit tão grande que não se atreveu a declará-lo. Nessa época, a dívida externa chegava a 160 bilhões de dólares, o dobro da de 1994.²⁶³

Com a crise coincidindo com um ano de eleições presidenciais, ressurgiram as manifestações de rua, piquetes e greves. Foi nesse clima que o Partido Justicialista iniciou a escolha do candidato à sucessão de Menem. O principal nome era Eduardo Duhalde, governador de Buenos Aires, que buscava apoio dos líderes provinciais com a promessa de recuperação das bandeiras tradicionais do peronismo. Mesmo proibido pela Constituição, Carlos Menem também lançou seu nome, o que o retirava da condição de mero espectador da sucessão e lhe dava peso político, ainda que precário. No entanto, sua baixa popularidade naquele momento gerou manifestações agudas de resistência à ideia. Ele recuou da decisão e acabou proibido pela Justiça de buscar o terceiro mandato.

Um tema central na disputa eleitoral daquele ano e que pesou a favor da aliança de oposição foi a corrupção no governo Menem. Como avalia Romero²⁶⁴, os meios de comunicação foram

²⁶³ ROMERO, Luís Alberto. **História Contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 275.

²⁶⁴ Idem.

fundamentais na estratégia opositora de desqualificar o presidente e os principais dirigentes justicialistas. Acusações lançadas pelo ex-ministro Domingo Cavallo repercutiram no meio político e motivaram novas denúncias à imprensa. A corrupção do governo se tornou pública e muitos fatos foram expostos à sociedade, em parte pelo jornalismo investigativo, em parte pela guerra interna do peronismo, que fazia vaziar denúncias e documentos conforme os interesses envolvidos.

As dificuldades do governo e a visível fragmentação interna do justicialismo ofereceram à oposição um espaço privilegiado de crescimento. Ao mesmo tempo, seus principais líderes começavam a perceber a armadilha em que o Plano de Conversibilidade os havia colocado: se, por um lado, a maioria do eleitorado estava em busca de um discurso voltado para aspectos sociais, o que favorecia a oposição; por outro, embora já estivesse claro que a paridade peso-dólar era geradora dos principais desequilíbrios econômicos do país naquele momento, qualquer proposta de abandoná-la provocava tensão no mercado financeiro e reacendia o temor da população pela volta da inflação. Além disso, amplos setores da classe média urbana, que constituíam o eleitorado mais fiel da oposição, eram os menos prejudicados pela conversibilidade e, em alguns casos, até beneficiados pelo poder de compra em dólar que os permitia viajar ao exterior e comprar produtos importados²⁶⁵. Mesmo diante da prolongada recessão e das dificuldades econômicas, as representações neoliberais ainda eram dominantes nos discursos eleitorais dos dois principais candidatos. Qualquer proposta de mudança do modelo, naquele momento, era politicamente imprudente.

A definição do nome de Fernando De la Rúa como principal candidato opositor à sucessão de Menem se desenhava desde agosto de 1997, quando a UCR e a Frepaso chegaram a um acordo para formar a Aliança pela Justiça, o Trabalho e a Educação, força eleitoral que tinha como principais líderes o próprio De la Rúa, o ex-presidente radical Raúl Alfonsín e o ex-deputado justicialista e principal nome frepasista, Carlos “Chacho” Álvarez. Sua aposta era poder vencer o peronismo e, mais que isso, substituir o domínio do PJ por uma forma distinta de se fazer política, baseada na coalizão de partidos cujas estruturas internas eram modernas e representativas, em oposição à política centrada em líderes e em arranjos pessoais que caracterizava o justicialismo. A chapa lançada, formada por De la Rúa e Álvarez, mesclava a

²⁶⁵ NOVARO, Marcos. **Historia de la Argentina Contemporánea**: de Perón a Kirchner. Buenos Aires: Edhasa, 2006. p. 271.

experiência administrativa e o conservadorismo moderado do candidato à presidência com o discurso progressista e modernizador de seu vice. Na economia, porém, diante do contexto que combinava crise econômica com hegemonia do pensamento neoliberal

a Aliança apostou em corrigir aspectos parciais do “modelo” resultante das reformas menemistas, preservando o essencial (a conversibilidade, a abertura comercial e as privatizações) sob o pressuposto de que isso era viável e que por meio de reformas setoriais se poderia fortalecer o crescimento econômico, a criação de oportunidades de emprego e a redistribuição social, uma expectativa que [...] compartilhavam com setores do peronismo e que se veria, tarde demais, estava algo defasada no tempo.²⁶⁶

O justicialista Eduardo Duhalde, embora tivesse vencido a disputa interna com Menem, não conseguiu formar uma base de apoio forte dentro do Partido Justicialista, no qual alguns líderes provinciais e do Legislativo pareciam mais atraídos pelo discurso da oposição. A Aliança saiu vencedora em outubro de 1999 com 48,5% dos votos, contra 37% de Duhalde, que acabou sendo o principal derrotado do pleito, já que PJ passou a governar 16 províncias e a ter maioria no Senado, contra seis províncias e o domínio da Câmara dos Deputados pela Aliança.

A década menemista se encerrava com a primeira derrota eleitoral do peronismo no poder. O país enfrentava mais uma vez uma grave recessão econômica, o Estado não tinha recursos para investimentos e a dependência de capital estrangeiro era grande e crescente. Na avaliação feita por Sidicaro sobre a experiência econômica e política menemista, ela teria mudado

a topografia dos grandes atores socioeconômicos e boa parte dos que haviam avalizado seu começo não encontrou os benefícios esperados. A pregação liberal das corporações tradicionais havia sido, em boa medida, uma identificação geral com slogans ideológicos que lhes permitiam coesão suficiente para criticar o intervencionismo estatal, mas não as dotavam de um projeto de governo. Os grupos econômicos nacionais, desenvolvidos com base nas benesses oficiais, não tinham maiores convicções liberais nem intenção de competir em mercados abertos; e as declarações de seus representantes quanto à necessidade de os governos não criarem obstáculos a algumas de suas atividades contradiziam clara e frequentemente suas demandas por ajuda estatal. As empresas transnacionais radicadas no país há algum tempo podiam ser favoráveis à livre remessa de seus lucros ou à

²⁶⁶ NOVARO, Marcos. **Historia de la Argentina Contemporánea**: de Perón a Kirchner. Buenos Aires: Edhasa, 2006. p. 273.

flexibilização das relações trabalhistas, mas em termos gerais, eram beneficiadas pelos mecanismos protecionistas.²⁶⁷

Para as eleições, a Aliança havia concordado com uma agenda econômica e social mínima. O candidato De la Rúa não questionaria a conversibilidade, daria ênfase à recuperação da equidade social e das instituições republicanas e se comprometeria com a luta contra a corrupção. O programa econômico ficou a cargo de José Luis Machinea. O arranjo foi vitorioso, mas De la Rúa saiu das eleições com poder limitado pelo Congresso e os governadores de províncias. Em pouco tempo, a Aliança demonstrou ser um projeto político-eleitoral bem-sucedido, mas sem coesão suficiente para governar. A situação econômica acabou por levar ao rompimento entre a Frepaso e a UCR, dez meses depois da posse, com a renúncia do vice “Chacho” Álvarez.

O presidente deixava evidente a percepção de que decidia baseado na opinião de um círculo reduzido de amigos e familiares e afastava interlocutores do próprio partido e da oposição. Além disso, a saída de Álvarez afastava da UCR a imagem de transparência e combate à corrupção, já que era o vice-presidente quem, naquele momento, travava uma batalha de denúncias de improbidade contra senadores peronistas. Progressivamente, essa situação deixou o presidente isolado politicamente e dificultou qualquer tentativa de conter a crise econômica e política em que o país mergulhou em 2001.

Em nenhum momento de seus dois anos de mandato, De la Rúa conseguiu conter a recessão herdada do governo anterior. A armadilha da conversibilidade se mostrou real com as seguidas crises cambiais internacionais, pois o governo não podia desvalorizar a moeda para conter a crise, como fizeram dezenas de países naquele momento. Além disso, a própria sustentação da paridade ficava comprometida pelo déficit fiscal, e as reservas do Banco Central para manter o câmbio em 1 para 1 caíam em ritmo preocupante, o que obrigava o país a se tornar mais dependente dos empréstimos do FMI. A situação se agravou e obrigou De la Rúa a mexer no ministério da Economia. Primeiro, substituiu Machinea por Ricardo López Murphy, que ficou apenas 15 dias no cargo. Como último recurso, o presidente promoveu a volta de Domingo Cavallo à pasta, numa tentativa de que o antigo ministro, mentor da conversibilidade e por muitos anos principal sustentáculo da experiência neoliberal na

²⁶⁷ SIDICARO, Ricardo. **Los tres peronismos**: Estado y poder económico, 1946-55, 1973-76, 1989-99. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011. p. 214.

Argentina, lhe emprestasse algum prestígio com credores internacionais e agente econômicos domésticos. O resultado, porém, foi o declínio constante que levou o país a uma das piores crises de sua história, com graves repercussões políticas, econômicas e sociais.

5.1 AQUELE DEZEMBRO E SEUS RESPONSÁVEIS

Como sustenta nossa premissa nesta pesquisa, a crise de dezembro de 2001 é um momento fundamental para compreendermos a disputa de representações presente na sociedade argentina daquele período, sobretudo a maneira como aquelas ligadas ao neoliberalismo foram utilizadas ou confrontadas pelos grupos que disputavam o poder dentro da crise. Embora, como pudemos ver nos períodos anteriores, o discurso neoliberal não tenha conseguido se tornar consensual no país, seu caráter dominante fez com que, entre outras coisas, não surgissem propostas alternativas a ele nas eleições presidenciais de 1999.

A análise dos três jornais selecionados para esta tese, durante os dois meses de mais aguda crise, revelou um tema-eixo importante para a compreensão das representações partilhadas pelos veículos no período: a responsabilização. A leitura dos editoriais e a análise das capas dos três periódicos mostrou que eles apontaram distintos responsáveis pela debacle e explicaram essa responsabilização por meio de discursos que articulam representações do passado e do futuro do país, como apresentaremos a seguir. A questão central a que se dedicaram os jornais, nesse sentido, ecoava um debate muito mais amplo, do qual a Argentina era um caso exemplar: a profunda crise econômica do país representava a falência e a inadequação do modelo neoliberal ou foram erros e desvios próprios do caso argentino os responsáveis pela grave situação?

Todo o arcabouço econômico argentino, sustentado na paridade entre dólar e peso e na conversibilidade, ruiu no final de 2001. Dezembro daquele ano se iniciou com o anúncio do FMI de que não repassaria à Argentina um empréstimo de 1,2 bilhões de dólares acordado em agosto, manifestando sua insatisfação com o governo argentino por não ter cumprido algumas das pré-condições do acordo para o repasse. O tema foi enfaticamente tratado na capa do Clarín, que escolheu a manchete “O FMI disse não: aprofunda-se a crise” e, ao lado de uma

foto do ministro Domingo Cavallo com expressão de temor, estampou em letras vermelhas a chamada: “que consequências isso pode ter para as pessoas”²⁶⁸.

Internamente, o crescimento da incerteza quanto ao destino da economia do país provocou uma corrida da população aos bancos, aproveitando-se da vigência da conversibilidade para acumular divisas em dólar. Rapidamente, a sequência de retiradas elevou o risco de crise no sistema financeiro e trouxe a suspeita de que muitos bancos não seriam capazes de arcar com a restituição dos valores a eles confiados pelos correntistas. A fim de reduzir a liquidez do mercado e conter a inflação, o governo anunciou um congelamento dos depósitos bancários com limitação de saque de 250 dólares/pesos por semana, que ficou conhecido como *corralito*. Além dele, o pacote de medidas econômicas limitava a saída de moeda ao exterior para indivíduos e empresas, e forçava o uso de cheques ou cartões de crédito e débito em diversas operações. Como consequência, milhares de argentinos buscaram abrir contas nos bancos, o que acabou por beneficiar o setor bancário num momento de fragilidade econômica do país.

As medidas, porém, foram mal recebidas pela população e debilitaram ainda mais a imagem do governo. Segundo pesquisa do Centro de Estudos de Opinião Pública publicada pelo Clarín no dia 5 de dezembro de 2001, 74,5% dos argentinos rechaçavam a restrição de saques bancários e 60,8% discordavam das medidas como um todo²⁶⁹. No dia seguinte, o governo flexibilizou as regras, permitindo o saque de mil dólares/pesos de uma só vez no caso das contas salário e a possibilidade de indivíduos levarem até 10 mil dólares ao exterior, quando antes se podia sair com apenas mil. Para o La Nación, o *corralito* e demais medidas tomadas no início daquele mês eram a confirmação de que o governo tinha optado por um caminho que já havia dado errado no passado: o de ampliar as ferramentas do Estado para regular a atividade econômica. Para o jornal,

qualquer que seja o ângulo pelo qual se analise, as severas restrições aos movimentos de fundos do sistema bancário e outras operações financeiras impostas pelo governo nacional – em vigor desde ontem – constituem um retrocesso na marcha da construção de uma sociedade que reconheça e valorize a liberdade como ideal supremo e como princípio inspirador de suas formas de organização social e econômica.²⁷⁰

²⁶⁸ Capa. Clarín. 6 de dezembro, 2001.

²⁶⁹ 60,8% não estão de acordo com as novas regras. Clarín, 5 de dezembro, 2001.

²⁷⁰ As restrições aos saques de fundos. La Nación, 4 de dezembro, 2001.

Politicamente, a dificuldade do governo em negociar com o Congresso crescia, num momento em que o apoio parlamentar era essencial para as medidas duras que se faziam necessárias diante da crise que tomava o país. O PJ e dissidentes do governo, cada vez mais numerosos nos últimos meses de 2001, retiraram seu apoio à permanência de Domingo Cavallo no ministério da Economia e pressionaram o Executivo pela preservação das reservas do Banco Central e para que os salários pudessem ser retirados integralmente dos bancos. Duas medidas que, se adotadas, derrubariam os efeitos pretendidos das medidas econômicas. Já no início de dezembro, os peronistas discutiam abertamente no Congresso a permanência ou não do presidente De la Rúa. O quadro político se tornou ainda mais difícil para o governo a partir de 10 de dezembro, quando um terço dos deputados foram renovados na Câmara em função das eleições de 14 de outubro. Como o pleito havia tido larga vitória justicialista, a oposição passou a ter maioria nas duas casas e o PJ conseguiu assumir a presidência de ambas.

No dia 13 de dezembro, o Clarín publicou um artigo em página inteira do economista Joseph Stiglitz, prêmio Nobel de economia daquele ano, em que o autor criticava duramente a política do FMI para os países latino-americanos, considerada ineficiente²⁷¹. Os destaques do texto escolhidos pela edição do jornal são reveladores da posição defendida pelo Clarín. Na chamada, a frase é: “As receitas do Fundo não produziram os efeitos esperados, mas sim uma instabilidade sem precedentes. É hora de mudar a atitude mental e voltar a Keynes”. O mesmo artigo recebeu dois olhos²⁷² na edição. O primeiro questionava: “Por que a América Latina deveria acreditar nas reformas? Por que não buscar outras saídas?”. O segundo advertia que “a recessão pode trazer desencanto em relação à globalização, ao mercado livre e, mesmo à democracia”.

Cabe ressaltar, neste caso, a importância do olho como elemento opinativo do jornal. Embora o texto fosse de Stiglitz – um premiado crítico do modelo neoliberal, o que por si só já ganhava relevância naquele momento, tendo em vista a prerrogativa do jornal de selecionar as vozes a quem dá espaço para explicar a crise –, a seleção de qual trecho destacar é uma escolha da edição do jornal e, por isso, subjetiva. Ao mesmo tempo em que essa escolha segue a linha editorial do veículo, ela resume aquilo que se considera mais importante na mensagem

²⁷¹ O FMI apressa a queda de devedores. **Clarín**. 13 de dezembro, 2001.

²⁷² “Olho” é um termo jornalístico que se refere a um fragmento de texto destacado para aparecer em uma área central da página, em letras de corpo maior que o utilizado no texto padrão do jornal, e muitas vezes isolado do restante dos elementos gráficos por fios ou um quadro.

transmitida e mais atrativo para o leitor. No caso do texto em questão, fica evidente a discordância em relação às regras do Fundo Monetário Internacional e a proposta de que alternativas deveriam ser buscadas pela Argentina para desfazer o efeito negativo da política neoliberal implantada.

O papel negativo do FMI na crise, segundo o percebia o Clarín, era reforçado na mesma edição de 13 de dezembro na coluna Panorama Empresario, de Marcelo Bonelli, que revelava detalhes da negociação do governo com o Fundo e as “medidas duríssimas” exigidas da Argentina: o fim dos incentivos a setores exportadores e o não pagamento do *aguinaldo*²⁷³ daquele ano aos servidores públicos de todo o país. O risco de calote da dívida externa aparecia na frase atribuída ao presidente De la Rúa em uma reunião com governadores de províncias: “se não aprovamos esse orçamento antes do fim do ano, a Argentina entrará em *default* em janeiro”.²⁷⁴

O La Nación, por sua vez, começou a desenhar em 9 de dezembro o discurso que utilizaria para atribuir as responsabilidades pela crise que se tornaria mais aguda nas semanas seguintes. O jornal rechaçava a declaração de Domingo Cavallo de que a principal causa do desajuste econômico argentino eram os fundos especulativos norte-americanos – chamados pelo ministro de “fundos abutres” – que estariam forçando a Argentina a desvalorizar a moeda e encerrar seu Plano de Conversibilidade para lucrarem com isso. Para o La Nación, a responsabilidade pela crise era doméstica e deveria ser objeto de reflexão de todos os setores da sociedade. No entanto, a sequência do editorial revelava que o jornal já tinha a quem imputar responsabilidades – a classe política argentina – e descrevia as características nocivas de seu comportamento:

a tendência a privilegiar, em muitos casos, os interesses pessoais, partidários ou setoriais acima das necessidades autênticas do conjunto social; a incapacidade dos partidos políticos – oficialistas ou opositores – para construir consensos que garantam a governabilidade e proporcionem instrumentos orgânicos necessários para sair lenta e ordenadamente da crise; a obstinada negação do setor político a gerar sua própria reforma e depuração, apesar dos reiterados sinais que lhe foram enviados pela sociedade para que assumisse essa responsabilidade, são alguns dos aspectos que, de nenhum modo, deveriam ser omitidos ao tentar-se uma caracterização do processo que conduziu ao descalabro atual.²⁷⁵

²⁷³ Pagamento extra estabelecido pela *Ley de Contrato de Trabajo*, equivalente ao 13º salário no Brasil.

²⁷⁴ Panorama Empresario. **Clarín**. 13 de dezembro, 2001.

²⁷⁵ Os próprios abutres. **La Nación**. 9 de dezembro, 2001.

Entre os responsabilizados pelo La Nación pela crise, destacavam-se, citados no editorial, senadores, deputados nacionais e governadores de províncias. Desde a redemocratização, em 1983, eles teriam falhado em atender ao desejo da sociedade de criar mecanismo políticos que aumentassem a transparência e permitissem a participação efetiva dos cidadãos. No entanto, a reflexão proposta pelo jornal responsabiliza também dois emblemáticos adversários do neoliberalismo: o Estado, que não consegue reduzir os gastos públicos, e o sindicalismo, que “adota posições dissolventes e violentas, que a ninguém beneficiam”²⁷⁶.

Assim, estava formada a tríade com a qual o La Nación tentaria explicar, nas semanas seguintes, as causas da convulsão social e do caos econômico que se estabelecia no país: representantes políticos, Estado interventor e sindicalismo anacrônico. Com essa escolha, o jornal apontava para três atores sociais que, como já discutimos anteriormente, estavam em uma posição contrária à do pensamento neoliberal e eram descritos no editorial como “abutres feitos em casa”²⁷⁷. A estratégia acompanhava a tradição liberal do La Nación e, naquele momento, buscava salvaguardar as políticas neoliberais apoiadas pelo jornal durante todo o período democrático a partir de Alfonsín e culpar seus executores e opositores pelo resultado catastrófico. Nas semanas seguintes, o La Nación se esforçaria para mostrar que a deficiência não estava na política proposta, mas na incapacidade da classe dirigente argentina de produzir o bem comum sem se ocupar de seus interesses pessoais. Para isso, recorreu a representações do Estado reduzido e da liberdade de mercado, mesmo diante de uma crise provocada pelo aguçamento dos efeitos negativos do modelo neoliberal implantado no país nas décadas anteriores.

É fundamental que os governantes enviem sinais claros de vontade de estabelecer uma ordem fiscal sustentável e estável, com regras que não sejam modificadas a cada passo e à base de decisões e estimativas orçamentárias razoáveis e não ilusórias. Um país que conte com um sistema tributário baseado em normas claras e simples, invariáveis no tempo, estará sempre em melhores condições de inspirar confiança nos grandes centros econômicos internacionais e nos investidores. Além disso, poderá combater eficazmente a evasão fiscal.²⁷⁸

Na atribuição de responsabilidades pela crise, o Página/12 não poupou os governantes, desde os militares do período 1976-83 até os civis que os sucederam, mas atacou o modelo

²⁷⁶ Os próprios abutres. **La Nación**. 9 de dezembro, 2001.

²⁷⁷ Idem.

²⁷⁸ Rumo à restauração da ordem. **La Nación**. 23 de dezembro, 2001.

econômico neoliberal como o causador da depressão econômica e social que arrebatava o país. A escolha é clara e faz parte de toda a cobertura do jornal no período analisado. A coluna Contracapa de 6 de dezembro de 2001 afirmava:

se desde o final da Guerra Fria se convenceu o mundo de que não há alternativas nem propostas capazes de disputar espaço com o discurso globalizador e neoliberal, na Argentina essa tarefa foi realizada por um verdadeiro exército ideológico. O *menem-cavallismo* dos 90 e o *cavallismo-delarruista* de 2001 são duas versões de uma mesma submissão sutilmente totalitária. “Esta política econômica é a única possível, qualquer outra nos levará ao desastre”, dizem os que governam e repetem os meios de difusão amigos, ou seja, quase todos. E o rebanho segue sem se dar conta de que o desastre é estar como estamos e que “esta” política econômica é a única culpada.²⁷⁹

As medidas econômicas lançadas nos primeiros dias de dezembro de 2001 tiveram forte rechaço da população e a insatisfação social veio se somar à crise econômica e às dificuldades políticas do governo. No dia 13 de dezembro, essa insatisfação começou a se materializar numa paralisação geral nacional convocada pelas três maiores centrais sindicais do país, que atingiu principalmente o comércio e os transportes. No mesmo dia, o Instituto Nacional de Estatística e Censo (Indec), órgão público de pesquisa, divulgou uma taxa de desemprego de 18,3% no país, além de 16,4% de ocupação em empregos informais. Com a greve, vieram os primeiros incidentes de violência em manifestações de insatisfação social em importantes cidades do interior, como Neuquén, Córdoba, Rosário e Mar del Plata. Houve registros de incêndios e apedrejamentos de ônibus, além de ataques a legisladores e autoridades públicas e sindicais.

O Clarín acompanhou a insatisfação social com muito destaque desde a convocação da paralisação e fez questão de ressaltar a adesão da classe média, cuja participação em um movimento convocado por sindicatos seria importante notar²⁸⁰. A ênfase do jornal foi dada ao desemprego e ao subemprego na Grande Buenos Aires, que atingia 40% da população segundo a pesquisa do Indec. No mesmo dia, o La Nación também citou em sua capa o desemprego, mas num sentido contrário: o jornal anunciava na manchete a intenção do governo da província de Buenos Aires de cortar gastos em 2 bilhões de dólares, sobretudo reduzindo vencimentos e demitindo funcionários. Abaixo da manchete, uma outra chamada

²⁷⁹ De contubérnios e quadrilhas. **Página/12**. 6 de dezembro, 2001.

²⁸⁰ Classe média, a nota da paralisação. **Clarín**. 14 de dezembro, 2001.

dizia: “Apoio do FMI aos novos cortes”²⁸¹, o que mostra uma avaliação bem distinta da que vinha sendo feita pelo Clarín, já que neste o órgão internacional era um dos responsáveis pela crise, não um avalista de medidas econômicas do governo. Já o Página/12 tratou com ironia a informação de que o ministério da Economia pretendia cortar o *aguinaldo* dos trabalhadores no ano seguinte como medida para convencer o Fundo Monetário a liberar o empréstimo retido. Na manchete, o jornal ligava essa notícia ao índice de desemprego anunciado pelo Indec para dizer: “Quase 2,5 milhões não terão problema com o aguinaldo”. Na mesma capa, em uma foto de um pannelo em Buenos Aires, a manchete era: “Estão cozinhando alguma coisa”²⁸².

No dia 13 de dezembro, o La Nación adotou uma posição ofensiva em relação aos grevistas, classificando a paralisação de “inconstitucional”, “contrária ao pacto social” e um “delito de sedição”, que o jornal definia “como sublevar as paixões, [...] alentar a provocação, gerar ambientes ou espaços para os infortúnios, justificar a violência ou incentivar a dissociação”²⁸³. O secretário-geral da Central Geral do Trabalho da República Argentina (CGT), Hugo Moyano, principal líder da paralisação, era descrito como um agitador cujos seguidores eram vistos desfilando junto com “um enorme cartaz com o rosto do criminoso Osama Bin Laden”²⁸⁴. A tentativa do jornal era de associar a imagem dos grevistas ao horror que a sociedade de então via no líder da organização Al-Qaeda, apontado como responsável pelos atentados de 11 de setembro, apenas três meses antes.

As medidas econômicas tentadas pelo governo para evitar o colapso tiveram pouco resultado num ambiente em que os agentes econômicos já não tinham, mais uma vez na história recente do país, confiança em sua real execução. A escalada da violência nas ruas, ao lado da incapacidade de De la Rúa de conseguir respaldo político que o permitisse permanecer no cargo, foi tomando o lugar dos temas econômicos na cobertura dos jornais. No dia 19 de dezembro, o ministro da Economia Domingo Cavallo, depois de perder alguns de seus assessores diretos, renunciou ao cargo. As manifestações populares se transformaram em enfrentamentos e o presidente decretou estado de sítio no país, o que permitia prisões sem indiciamento ou processo, restringia o direito a associações e proibia as greves. Sem apoio

²⁸¹ Capa. **La Nación**. 12 de dezembro, 2001.

²⁸² Capa. **Página/12**. 13 de dezembro, 2001.

²⁸³ Perigos da provocação dissociadora. **La Nación**, 13 de dezembro, 2001.

²⁸⁴ Idem.

político ou popular, Fernando De la Rúa renunciou à presidência em 20 de dezembro de 2001 e abandonou a Casa Rosada em um helicóptero, enquanto manifestantes e policiais se enfrentavam nas ruas do Centro de Buenos Aires.

O primeiro dos três jornais analisados a dar mais destaque em sua cobertura à convulsão social do que às questões econômicas foi o *Página/12*. A insatisfação popular dominou a capa do dia 14 de dezembro com a cobertura da greve geral e continuou nas edições dos dias seguintes. A primeira manchete foi “*Que lo paró*”²⁸⁵, um jogo de palavras²⁸⁶ que remetia à irritação dos manifestantes com o governo e as medidas econômicas adotadas. No dia seguinte, o jornal estampou na capa uma foto do enfrentamento entre policiais e uma multidão em Rosário e recorria à memória dos últimos dias do governo de Raúl Alfonsín com o título “O fantasma de 89”²⁸⁷.

Figura 8 – Capa do *Página/12*, 15 de dezembro de 2001



²⁸⁵ Capa. *Página/12*. 14 de dezembro, 2001.

²⁸⁶ O título em questão faz referência à expressão “*que lo parió*”, uma redução da ofensa “*la puta madre que lo parió*”. Seu uso na manchete conota o alto nível de insatisfação popular com a crise instaurada no país.

²⁸⁷ Capa. *Página/12*. 15 de dezembro, 2001.

No Clarín, a economia deixou de ser o tema principal da cobertura no dia 18 de dezembro e a atenção do jornal se voltou para os conflitos, saques e a falta de condições do governo e das forças de segurança de estabelecer a ordem e atender aos interesses da população. No dia 20 de dezembro, sua capa trouxe três manchetes: “Saques e 7 mortos”, “Um panelaço nunca visto” e “Estado de sítio por um mês”²⁸⁸. O jornal, como o Página/12, comparava a situação com a da hiperinflação de 1989 e chamava atenção para o fato de que três dos mortos haviam sido executados a tiros por comerciantes que defendiam seus mercados. Também têm destaque na cobertura as menções à passividade da polícia de Buenos Aires diante dos saques. No mesmo dia 20, pela primeira vez a questão social ganha a manchete principal do La Nación em lugar da cobertura econômica. Ainda assim, o jornal se concentra na reação do governo à situação: “Rege o estado de sítio depois dos saques; Cavallo renuncia”²⁸⁹.

Figura 9 – Capa do Clarín, 20 de dezembro de 2001



O mandato de De la Rúa estava previsto para durar até 2003 e sua renúncia jogou o país num processo de acefalia, com a substituição seguida de presidentes – foram cinco em 11 dias –, incapazes de dar fim à crise que, ao contrário, crescia vigorosamente. Logo após a renúncia,

²⁸⁸ Capa. **Clarín**, 20 de dezembro, 2001.

²⁸⁹ Capa. **La Nación**, 20 de dezembro, 2001.

quem assumiu a presidência interinamente foi Ramón Puerta, do PJ, então presidente do Senado, como estabelecia a Constituição. O Partido Justicialista promoveu um acordo, então, na Câmara e no Senado, para que a presidência fosse assumida por Adolfo Rodríguez Saá e que as eleições para escolha do novo presidente fossem realizadas em março de 2002. Entretanto, Saá renunciou após uma semana no cargo. Como Puerta se recusou a assumir novamente, a presidência foi passada interinamente ao presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Camaño. A saída encontrada pelo Congresso foi acionar a “lei da acefalia” – para evitar que a realização de eleições muito brevemente trouxesse para aquele momento questões sucessórias – e conduzir ao poder o candidato derrotado por De la Rúa dois anos antes, Eduardo Duhalde, que assumiu em 1º de janeiro de 2002.

As eleições de março de 2002, antes anunciadas como solução para a transição política, foram canceladas e o novo presidente deveria cumprir o período que restava do mandato de De la Rúa até 2003. Ele chamou Roberto Lavagna para o Ministério da Economia, com a difícil tarefa de estancar as causas econômicas da crise social que o país enfrentava. Depois de quase 11 anos, a conversibilidade foi abandonada pela Argentina em 5 de janeiro de 2002, como parte dos planos de Duhalde e Lavagna para conter a crise e reativar a economia do país. Mola central do plano de estabilização econômica da década anterior, a garantia de troca de pesos por dólares acabou se tornando uma armadilha monetária que dificultava a condução fiscal do governo e a inserção de empresas e produtores argentinos no mercado internacional. Durante os meses mais graves da crise, ela obrigou o governo a gastar suas reservas para manter o funcionamento do sistema bancário e, de aposta vencedora, se transformou em estorvo para as tentativas de ajuste econômico de Cavallo em seu último período à frente da Economia. As medidas aplicadas pelo governo Duhalde foram impopulares e tiveram como consequências, entre outras, a perda do poder de compra da população e a deterioração das economias das pessoas e das reservas e investimentos das empresas. Por outro lado, sua passagem pela presidência ficou marcada como um sacrifício para evitar uma degradação social de consequências imprevisíveis.

O mérito do governo Duhalde residiu na capacidade de apagar o “incêndio” social que ameaçava a democracia e de restaurar o funcionamento do Poder Executivo Nacional. Durante 2002, o presidente interino tentou conter a crise econômica mediante a desvalorização do peso, a promoção de uma política de substituição de

importações, a *pesificación* das dívidas em dólares e uma devolução negociada dos depósitos bancários.²⁹⁰

O sucesso nessa tarefa foi reconhecido no processo eleitoral para sua sucessão. Inicialmente, Eduardo Duhalde apoiaria Carlos Reutemann, ex-piloto de Fórmula-1 e governador da província de Santa Fé, que terminou por desistir da candidatura. O Partido Justicialista tinha então três pré-candidatos na conferência realizada em 24 de janeiro de 2013, três meses antes das eleições: Néstor Kirchner, governador de Santa Cruz; Aldo Rodríguez Saá, que havia assumido a presidência após a renúncia de Fernando De la Rúa e renunciado uma semana depois; e o ex-presidente Carlos Menem. Sem conseguir formar uma base de apoio consistente a um dos três nomes, o PJ decidiu que todos os três poderiam lançar candidaturas.

Assim, o peronismo chegou bastante dividido às eleições de 27 de abril de 2003. O presidente Eduardo Duhalde declarou seu apoio a Néstor Kirchner, e Roberto Lavagna anunciou que continuaria no ministério se o governador de Santa Cruz fosse eleito. Esse posicionamento deu a Kirchner a clara marca da continuidade e fez com que ele subisse nas pesquisas, superando o ex-ministro Ricardo López Murphy, dissidente da UCR. O resultado do primeiro turno foi o ex-presidente Carlos Menem em primeiro, com 24,3% dos votos, Néstor Kirchner em segundo, com 22%, e López Murphy em terceiro, com 18%. O alto índice de rejeição de Menem apontavam para uma vitória ampla de Kirchner no segundo turno, o que levou o ex-presidente a desistir da candidatura em 14 de maio. Com uma base estreita de apoio e legitimidade discutida por sua baixa votação no primeiro turno, Néstor Kirchner assumiu a presidência em 25 de maio de 2003 com a promessa de retomar os valores peronistas e dar por encerrada a experiência neoliberal na Argentina.

5.2 PAPAÍ NOEL, NÃO ME TRAGA O PASSADO DE PRESENTE

Como explicar uma crise profunda quando se está no olho do furacão? Essa questão atravessa com alguma frequência a reflexão de jornalistas e profissionais que se dedicam a narrar o cotidiano presente. Muitas vezes, para fugir do atropelo dos fatos da última hora, é necessário jogar mais longe a âncora da observação e olhar os acontecimentos em mais longa duração. Essa tarefa – que muitas vezes acaba por estabelecer vínculos factuais subjetivos e

²⁹⁰ STUART, Ana Maria. Argentina: a reconciliação do Estado com a sociedade. **Revista de Economia e Relações Internacionais**. São Paulo, v. 12, n. 2, p. 63-70, 2003. p. 68.

explicações, no seu limite, hipotéticas – só é possível quando se recorre a representações sociais que permitem olhar o passado e tornar lógico o encadeamento de fatos até o momento presente.

Por razões de ofício, os três jornais analisados nesta pesquisa se dedicaram a explicar os acontecimentos de dezembro de 2001 na Argentina articulando passado, presente e futuro. Para isso, fizeram uso de diferentes conjuntos de representações que, ao mesmo tempo, eram partilhadas por grupos que disputavam espaço num ambiente de reordenamento político e social. As três questões para as quais se buscavam respostas, intrinsecamente relacionadas, eram: o que está acontecendo com a Argentina? Como se chegou até aqui? O que se pode esperar daqui para a frente?

Embora tenham apresentado respostas bem distintas para as questões, os três jornais analisados concordavam em um sentido: o passado guardava escolhas que, se feitas novamente, eram ameaças ao desejo da maioria no presente e no futuro. A disputa de representações estava em conseguir estabelecer qual era o erro gerador da crise e apresentar soluções que não o repetissem.

Na edição que cobriu a renúncia de De la Rúa, o balanço feito pelo Clarín ligava a crise a 26 anos de ortodoxia econômica. É clara a opção do jornal em reforçar a oposição entre o desenvolvimentismo com apoio à indústria nacional, vigente até a década de 1970, e a opção liberalizante e financista das décadas seguintes. Esta, responsável pela pior crise social e econômica que o país já vira. Segundo explicava o Clarín, a convulsão social vivida pela Argentina em dezembro de 2001 começou a implantar-se em 1975 e agravou-se com a opção de Menem pelo neoliberalismo.

A economia sofreu uma série ininterrupta de crises monetárias, fiscais e produtivas e cresceu muito menos que durante o período precedente de estatismo e protecionismo. Nos últimos dez anos, se puseram em prática em forma exaustiva todas as receitas dessa orientação e o experimento termina com crise monetária, fiscal e produtiva. Apesar disso, os representantes da ortodoxia insistem em propor como remédio as políticas que conduziram à crise. Algo como receitar sangria para tratar anemia provocada por sangrias anteriores.²⁹¹

²⁹¹ Política econômica, hora do balanço. **Clarín**, 21 de dezembro, 2001.

Essa visão do jornal acompanha sua opção pelo desenvolvimentismo, que marcou sua cobertura da economia durante toda a década menemista. Ao mesmo tempo, traçar essa linha de crises e medidas ortodoxas de volta a 1975, quando ainda no governo de Isabel Perón o ministro Celestino Rodrigo implantou um duro pacote fiscal e monetário no país, aproxima o jornal da visão defendida pelo *Página/12* desde o início do governo Menem. Segundo esse ponto de vista, independentemente de dirigentes, regimes políticos ou contexto internacional, era o modelo neoliberal experimentado durante décadas a causa da crise. No editorial de 23 de dezembro, o *Clarín* também não culpava os dirigentes pela convulsão social nem acompanhava o discurso das ruas, “*que se vayan todos*”²⁹², frase repetida seguidamente por manifestantes em todo o país e que refletia a descrença da população com a classe política. O jornal reconhecia que os dirigentes tinham sido alvo dos protestos de rua – e não apenas o presidente De la Rúa – mas usava essa afirmação como ponto de partida para pedir que “governantes e dirigentes deem respostas confiáveis e rápidas às grandes necessidades da sociedade”²⁹³.

Uma representação presente no imaginário argentino de décadas anteriores aparecia na cobertura do *Clarín*: a da promessa não realizada de prosperidade. A pergunta, que o próprio jornal considerava “antiga”, servia para pensar os erros que levaram à crise: “Por que um país com os recursos econômicos e humanos que tem a Argentina não se encontra entre os mais destacados do mundo e, ao contrário, vive uma situação de crise econômica e convulsão social?”²⁹⁴. A resposta do *Clarín* para a questão demonstrava o desejo de instituições fortes e voltadas para as necessidades dos cidadãos, o que, na visão do jornal, não se conseguiu firmar ao longo do século XX, marcado por constantes rupturas institucionais. Mas, principalmente, esse foi o caminho encontrado pelo *Clarín* para apontar para o futuro, que, em sua opinião, deveria afastar-se do fracassado receituário neoliberal.

O desafio para o futuro não se resume a superar a conjuntura adversa ou lograr equilíbrios macroeconômicos a qualquer custo, mas comprometer-se com o saneamento do sistema político, a recuperação das instituições questionadas – como os poderes Legislativo e Judiciário e as forças de segurança – e com edificar um aparato estatal eficiente. Para isso, é necessário reconhecer os erros do passado, rechaçar as receitas que não

²⁹² Em português, “que se vão todos”.

²⁹³ Os desafios do governo e dos dirigentes. *Clarín*, 23 de dezembro, 2001.

²⁹⁴ Idem.

contribuíram para melhorar a economia nacional e que, ao contrário, levaram à crise.²⁹⁵

O Clarín se posicionou de maneira muito diferente do La Nación em relação à onda de violência que acompanhava as manifestações de rua. Em lugar de culpar dirigentes sindicais ou interesses particulares de grupos misturados à multidão, o jornal atribuía os saques e tumultos à pobreza resultante do modelo econômico vigente e à falta de atenção do governo às necessidades básicas da população. O editorial de 4 de janeiro de 2002 se apropria da representação neoliberal do Estado mínimo e a utiliza às avessas, para criticar as reformas e o papel desempenhado pelos dirigentes: pelo “desaparecimento do Estado [...], a sociedade acabou imersa, por um longo momento, em um tipo de lei da selva”²⁹⁶. Dias depois, o Estado voltou a ser o tema do editorial do Clarín, dessa vez retomando a representação ligada ao pensamento desenvolvimentista que tradicionalmente caracteriza sua linha editorial e se aproximando do interesse de seu público leitor majoritário, a classe média urbana. O jornal pedia a presença ativa do Estado, caracterizando sua função de promover a justiça social e garantir um patamar mínimo de renda e bem-estar à população.

É que a implantação de uma política social ativa é de uma importância central para integrar as camadas populacionais que se acham excluídas e marginalizadas; ao fazê-lo, o Estado não fará mais que cumprir sua função de perseguir as metas coletivas de equidade e solidariedade.²⁹⁷

Assim como o Clarín, o Página/12 recorreu à representação da grandeza não realizada para refletir sobre os rumos tomados pela Argentina nos anos anteriores. Na capa do dia 22 de dezembro, ao anunciar a indicação de Rodríguez Saá à presidência, o jornal reproduz num box opinativo um trecho de texto publicado pelo escritor Carlos Fuentes no jornal espanhol El País: “Que fizeram os argentinos da Argentina? Por que, tendo tudo, acabaram sem nada? Como é possível que um dos países mais ricos do mundo esteja à beira da falência?”²⁹⁸. No dia seguinte, Atílio Borón resumiu a avaliação que o jornal fazia da crise e suas causas em “Réquiem para o neoliberalismo”. Também como no caso do Clarín, o texto marcava a origem da crise na década de 1970, quando a ditadura militar iniciou a abertura ao capital financeiro com o ministro Martínez de Hoz, “principal ideólogo do projeto”. Depois, atribuía a Domingo Cavallo o papel de seguidor da mesma linha, em três governos diferentes e por

²⁹⁵ Os desafios do governo e dos dirigentes. **Clarín**. 23 de dezembro, 2001.

²⁹⁶ Signos da deterioração social e institucional. **Clarín**. 4 de janeiro, 2002.

²⁹⁷ Planos para atender à emergência social. **Clarín**. 21 de janeiro, 2002.

²⁹⁸ Capa. **Página/12**. 22 de dezembro, 2001.

quase 20 anos. Sua renúncia e a posterior saída de De la Rúa da Casa Rosada seriam, assim, o encerramento de um “ciclo marcado pela hegemonia do neoliberalismo na vida pública argentina”²⁹⁹. O fim do ciclo, curiosamente, está marcado no título do texto. O “réquiem para o neoliberalismo”, ao final do governo De la Rúa, faz referência ao texto “Réquiem para o populismo”, que o autor publicou no mesmo jornal, em 1989, para criticar a mudança de posicionamento a favor de medidas neoliberais do recém-eleito presidente Carlos Menem.

Uma das principais características do *Página/12* durante a crise foi tratar o neoliberalismo pelo nome. O jornal evitou as saídas habituais como “modelo vigente” ou “reformas estruturais” e enquadrou a Argentina e seu modelo econômico dentro do espectro neoliberal, caracterizando-a como o país latino-americano em que “o receituário do Consenso de Washington foi aplicado de maneira mais radical e inescrupulosa”³⁰⁰. Durante o período da crise, o *Página/12* reforçou sua postura alinhada ao pensamento político de esquerda, o que lhe permitiu fazer uso de representações contrárias ao discurso dominante no governo e entre os principais agentes econômicos. A saída apontada pelo jornal era a substituição do modelo econômico e a promoção de justiça social. Algumas vezes, essa postura chegou a denunciar as estratégias do discurso hegemônico, recorrendo aos conceitos de classe social e de dominação para alinhar-se com os críticos do neoliberalismo.

Uma razão de sensibilidade social convida a discernir, [...] o que significa esse tal *default* e seu palavreado gêmeo. De que risco estão falando a dois milhões e meio de desempregados e a aposentados com uma cesta básica (?) de 150 pesos? Que apocalipse de interrupção de pagamentos se inculca em três milhões de indigentes? Que condimento extra representa a uma classe média violada pela enésima vez que o FMI ameace não desembolsar mais de um bilhão de dólares? Diga-se, de uma vez por todas: o cenário dantesco que pleiteiam os intelectuais e economistas do *stablishment* apenas *representa a angústia provocada porque uma tribo da classe dominante sairá “ferida” dessa circunstância*. [...] A grande maioria dos milhões de argentinos restantes já sabe há muito tempo o que é o *default*. E o sabe na própria carne, não por matérias de jornais ou declarações radiofônicas matinais.³⁰¹

No lado oposto ao *Página/12*, o *La Nación* defendeu o modelo econômico neoliberal mesmo nos momentos mais agudos da crise econômica, reforçando as representações que durante mais de duas décadas ajudaram a implantar, sustentar e aprofundar as reformas estruturais e o encolhimento do Estado na Argentina. O uso do passado feito pelo jornal recorreu a uma das

²⁹⁹ Réquiem para o neoliberalismo. *Página/12*, 23 de dezembro, 2001.

³⁰⁰ Neoliberalismo a sangue frio. *Página/12*, 2 de dezembro, 2001.

³⁰¹ Qual é a pergunta?. *Página/12*, 12 de dezembro, 2001.

principais representações que justificaram as medidas implantadas desde o início do governo Menem: a *larga agonía* da economia argentina no século XX. O jornal diagnosticava no final de 2001 uma crise de valores e expectativas provocada por seguidos fracassos econômicos, oriundos do abandono de um projeto de nação elaborado no século XIX e sustentado até a Segunda Guerra Mundial.

Esse declínio se traduziu em perda da dinâmica do crescimento; sobreveio, assim, o estancamento e o que tão claramente se percebe hoje: o retrocesso das aspirações e possibilidades, em que se pesem alguns parênteses de relativo otimismo, que logo desembocam em penosos fracassos.³⁰²

Para o *La Nación*, a experiência neoliberal na Argentina foi “um modelo econômico que durante anos sustentou a estabilidade e que foi condenado a sua destruição pelo manejo irresponsável dos recursos públicos”³⁰³, que teria feito o país regressar a tempos que a sociedade argentina pensava estarem superados.

Os três jornais analisados aqui não desejavam a volta do passado, mas não se trata do mesmo passado nem sua rejeição se dá pela mesma razão. O *Clarín* e o *Página/12* localizavam o erro cometido pela sociedade argentina nas décadas de 1970 e 1980, quando foram implantadas as primeiras medidas neoliberais. Assim, o momento da crise de 2001 seria a ocasião apropriada para substituição do modelo, razão pela qual os dois jornais utilizaram representações alternativas para explicar a crise e propor uma saída. O passado indesejado era a escolha feita em outros momentos de crise, como a hiperinflação de 1989, em que as medidas do governo foram no sentido de aumentar a liberalização da economia, beneficiar o capital financeiro e, em consequência, aumentar a vulnerabilidade externa do país. O *La Nación*, por sua vez, apontava como indesejado o passado em que o domínio peronista promoveu a adoção de medidas consideradas populistas e o Estado teria sido utilizado como instrumento do interesse de classes e grupos.

O *La Nación* dedicou ao tema da renúncia de De la Rúa os dois editoriais da edição de 21 de dezembro de 2001. Ambos se referiam ao momento como a maior quebra na continuidade democrática desde a volta do regime, em 1983, e alertavam para os riscos de agravamento da crise. Em “A violência, sempre injustificável”, o jornal defendia a necessidade de conter a

³⁰² A palavra filosófica sobre o país. *La Nación*. 29 de novembro, 2001.

³⁰³ Um chamado à responsabilidade. *La Nación*. 18 de janeiro, 2002.

onda de violência pelo país, sobretudo na capital, e dar condições para que as instituições voltassem a funcionar. No outro editorial, intitulado "O país precisa de uma autoridade", reforçava a imagem de que a classe política argentina era responsável pela crise, que teria como marca "a falta de capacidade ou de disposição dos líderes políticos de construir acordos nacionais que garantissem a governabilidade e contribuíssem para gerar condições adequadas a que a economia saísse da obstinada recessão que a aprisiona há mais de três anos"³⁰⁴. Ou seja, muito diferentemente dos outros dois jornais analisados, que apontavam a crise como consequência negativa e recorrente de políticas econômicas adotadas pelos governos argentinos décadas antes, o *La Nación* via a recessão como um fenômeno recente, originária de um momento político em que os dirigentes, motivados pela sucessão de Menem e a saída de Cavallo da Economia, passaram a planejar medidas que atendessem a seus interesses pessoais.

A representação presente nos textos do *La Nación*, em 21 de dezembro de 2001, que atribui a crise ao despreparo da classe política não é defendida apenas pelo jornal. Ela está de acordo com o discurso partilhado por muitos grupos que saíram às ruas nos dias que antecederam a renúncia do presidente e que cunharam um lema estampado em cartazes e cantado em coro: "¡Que se vayan todos!". A frase, que se refere a toda a classe política argentina, divide a responsabilidade entre o governo e a oposição, e exprime o cansaço da população em relação a seus representantes e à própria política de anos recentes. O *La Nación* não pede que os políticos renunciem a seus cargos – que "*se vayan*" –, mas também atribui a eles a responsabilidade pelo desenlace da crise.

A coluna "A análise da notícia", publicada na capa da edição de 21 de dezembro e continuada no interior do jornal, sustentava também a explicação da crise baseada na incapacidade da classe política em solucionar os problemas do país. A coluna fazia referência ao fato de que, desde 1945, nenhum presidente não-peronista eleito havia conseguido terminar seu mandato. Sobre o ex-ministro Cavallo, o jornal acreditava que ele não fora capaz de perceber as mudanças de orientação do FMI até que o organismo internacional decidiu "abandonar seu melhor aluno". No fim, para o *La Nación*, a imagem do ex-ministro deixava era a de alguém "a quem se pode reconhecer o mérito de haver encontrado a saída para a hiperinflação" embora

³⁰⁴ O país precisa de uma autoridade. *La Nación*, 21 de dezembro, 2001.

tenha também "aprofundado a hiperdepressão"³⁰⁵. Em momento algum, porém, o jornal reconhece relação entre uma coisa e outra. Ou seja, não foi o remédio que conteve a inflação o mesmo que, ao fim de dez anos, jogou o país em sua maior crise política e social. Teria sido, sim, a incapacidade de quem o ministrou.

Além do uso do passado para explicar a crise, as representações sociais dispostas pelos discursos concorrentes durante o período também permitiam buscar visões de futuro que se construía entre a aspiração coletiva e as possibilidades materiais percebidas. No caso da análise de editoriais de jornais, essa perspectiva é especialmente importante porque esse gênero textual tem por característica não apenas a identificação e análise de um problema, mas também a proposição de soluções. Ele é, ao mesmo tempo, diagnóstico e tratamento.

Para o Clarín, qualquer tentativa de se projetar um futuro para a Argentina naquele contexto passava por reconstruir valores cultivados no passado e desfeitos nos momentos mais duros da crise. O sentimento de perda estava presente na reflexão do jornal, que apresentava uma sociedade aturdida, que não reconhecia a si mesma nas imagens que circulavam pela imprensa do país ou que se viam nas ruas:

Será necessário contar com uma engenharia institucional adequada, destinada a educar e ressocializar amplas camadas da população. De outro modo, a sociedade seguirá derivando rumo a um estado de crescente violência e insegurança, e será mais manipulável pela demagogia e por políticos inescrupulosos. É o momento de se começar a trabalhar para que a Argentina não siga esse caminho de fragmentação e perda de valores acumulados em um passado melhor e que se encaminhe em direção a um futuro mais venturoso que o que promete a realidade atual.³⁰⁶

A projeção de futuro feita pelo *Página/12* se assemelhava à do Clarín pela incerteza e a ausência de planos. Entre outras coisas, segundo o próprio jornal, porque os poucos críticos do neoliberalismo entre os dirigentes argentinos dos 20 anos anteriores não propuseram alternativas nem objetivos distintos daqueles traçados pelo pensamento dominante. Ainda que não partilhassem de suas representações, consideravam o neoliberalismo, eles também, “como uma força avassaladora e imparável”³⁰⁷. Embora se mantivessem fieis a certos valores como a justiça social e a autodeterminação dos cidadãos, os textos opinativos do jornal não

³⁰⁵ Cavallo, de salvador a inimigo do povo. *La Nación*, 21 de dezembro, 2001.

³⁰⁶ As demandas da crise. *Clarín*, 2 de janeiro, 2002.

³⁰⁷ Perdidos no nada. *Página/12*, 18 de dezembro, 2001.

encontravam no cenário daquele momento representações que permitissem pensar o futuro do país: “O que acontecerá? Quem governará este país durante este ano e o próximo? A situação é tão instável que os cenários são numerosos, variam quase de hora em hora e o mais factível num dia se torna ilusório no dia seguinte.”³⁰⁸

A visão de futuro do *La Nación* buscava uma essência positiva que restaria adormecida ou impedida de se realizar, mas que poderia ser aproveitada como potencial para reconstruir o país sobre normas pactuadas. Essa essência da sociedade argentina funcionaria como “uma grande reserva com a qual se pode contar, com a que se pode avançar rumo a um tipo de sociedade melhor organizada, sustentada em normas que mereçam confiança, afirmada nos valores da educação, do trabalho, da produção e do crescimento”³⁰⁹. Entretanto, o pessimismo do jornal com a classe política do país a colocava como entrave à execução dos objetivos futuros. O *La Nación*, antes mesmo do momento mais grave da crise de 2001, lamentava que os dirigentes políticos e o governo não tivessem um projeto nacional claro que pudesse alentar a população diante das dificuldades que o país vivia. No entanto, nutria a representação de que a Argentina merecia um lugar entre as principais nações do mundo e que o futuro reservado ao país e ainda esperando por ser alcançado era o de realizar esse destino.

Há algo que falta à Argentina: um punhado de objetivos estratégicos de longo alcance, uma visão de país projetada com força e entusiasmo para adiante. As nações que têm consciência de que estão marchando para um horizonte de maior bem-estar suportam melhor os padecimentos do presente. [...] Os argentinos sentem que estão percorrendo um caminho escuro e pantanoso e não conseguem ver uma mínima luz no fim do túnel. Faz falta, em nosso país, dar um sentido à dor [...], transmitir a esperança de que esse sacrifício silencioso pode e deve ser o cimento da Argentina venturosa de amanhã.³¹⁰

É exemplo lapidar de sua concepção de país e futuro o editorial do *La Nación* de 13 de janeiro de 2002, intitulado “Um projeto de nação”. O texto enumerava os passos necessários à constituição de um país que estivesse de acordo com as aspirações dos cidadãos e com a nova configuração internacional do início do século XXI. Para isso, voltou a utilizar as representações neoliberais partilhadas pelos principais dirigentes argentinos desde o fim da década de 1980, mas apresentadas agora como se amparassem medidas que não tivessem sido postas em prática no país. O primeiro passo, diante da crise daquele momento, deveria ser o

³⁰⁸ Mil cenários e nenhuma flor. *Página/12*, 30 de dezembro, 2001.

³⁰⁹ A palavra filosófica sobre o país. *La Nación*, 29 de novembro, 2001.

³¹⁰ Dar um sentido à dor atual. *La Nación*, 6 de dezembro, 2001.

restabelecimento da ordem pública e da paz social. O jornal, porém, não se refere apenas à segurança nas ruas e nas comunidades, como seria a interpretação comum em um país saindo de um estado de sítio, mas também à “plena vigência da ordem jurídica, que se quebra quando as regras do jogo são modificadas constantemente”. Em seguida, o governo deveria buscar eliminar o desperdício e a corrupção, objetivo para o qual “a reforma desse Estado, paquidérmico e ineficiente, se converteu em um imperativo, que não implica apenas a redução da burocracia, mas também um aumento de sua qualidade”. O terceiro passo seria repensar a inserção internacional da Argentina “evitando antagonismo estéreis como o que pareceu equivocadamente planteado pelo presidente da República entre a ‘comunidade produtiva’ e o setor financeiro”³¹¹.

Após a saída de Saá e as primeiras medidas de Duhalde, o *La Nación* assumiu claramente o receituário neoliberal – corte de gastos públicos, disciplina fiscal, reformas trabalhista e tributária – como forma de superar a crise. Em um editorial no dia 6 de janeiro de 2002, o jornal apontava como um erro de diagnóstico as interpretações segundo as quais o modelo aplicado no país durante o governo Menem era o responsável pela debacle:

Salvo certas disposições de austeridade [...] não foram anunciadas reformas profundas que levem a uma maior eficiência do Estado e a uma redução genuína, sustentável e significativa do gasto público. [...] Não há em vista, por outro lado, uma proposta estrutural de reforma tributária nem um projeto para reduzir a evasão fiscal e previdenciária. Não se vislumbra, tampouco, uma reforma trabalhista no sentido de possibilitar competitividade, crescimento, emprego e democratização da representação sindical. [...] A atribuição dos males ao chamado modelo neoliberal e não às inconsistências em sua aplicação constitui erro de diagnóstico do mesmo teor que supor que a conversibilidade é intrínseca a esse modelo e que, portanto, também é um mal a ser erradicado.³¹²

Assim, o *La Nación* apontava para um futuro que não seria de superação, mas de manutenção do modelo econômico vigente e sua aplicação ortodoxa e altruísta por parte dos dirigentes. Na disputa que se estabelecia por interpretar as causas da crise e propor formas de superá-la, o jornal manteve sua orientação liberal e fez uso das representações que dez anos antes haviam justificado o aprofundamento das reformas econômicas e a conversibilidade. A mais recorrente delas no que se refere à interpretação do passado – a representação da *larga agonía*

³¹¹ Um projeto de Nação. *La Nación*, 13 de janeiro, 2002.

³¹² O novo plano econômico. *La Nación*, 6 de janeiro, 2002.

– foi utilizada como advertência para instruir o governo sobre como agir para a reconstrução do país. Era clara a representação do passado que o *La Nación* não queria de volta:

Cabe esperar que a razão ilumine os que têm hoje a responsabilidade de governar para que não voltem a transitar pelos mesmos caminhos equivocados que levaram a Argentina, em tempos passados, a um longo período de decadência. Deve-se olhar para o mundo e também para nossa própria história para aprender com seus acertos e reconhecer nossos erros.³¹³

A análise dos três jornais selecionados, durante o período da debacle econômica argentina, demonstrou que os veículos de comunicação mantiveram sua vinculação ao conjunto de representações que cada um deles utilizou para explicar a realidade nos momentos anteriores. Embora a situação durante a crise pudesse permitir reavaliar julgamentos anteriores e assumir representações alternativas que se apresentassem naquele momento, o que se percebeu foi que houve, ao contrário, um reforço da vinculação aos discursos até então disseminados por esses veículos e um recrudescimento das posições políticas assumidas por eles, seja de defesa do modelo liberal, seja de crítica a esse arranjo econômico.

Por parte do *Clarín* e do *Página/12*, embora suas trajetórias de críticas tenham sido distintas durante o período analisado, a debacle promoveu uma aproximação da posição dos dois jornais e uma semelhança nas representações do passado e do presente argentinos. O primeiro claramente apontou para o modelo neoliberal ao buscar os responsáveis pela profunda crise econômica e social, reforçando que o erro fundamental havia sido cometido ao se abandonar as políticas industrializantes das décadas de 1950 e 1960 em prol do capital financeiro, a partir do governo militar dos anos de 1970. Para isso, reforçou o conjunto de representações ligadas ao desenvolvimentismo e ao pensamento cepalino que o caracterizaram ao longo do período analisado nesta pesquisa. O segundo, cujas representações estiveram ligadas ao pensamento crítico de esquerda, não apenas apontava as mazelas do modelo neoliberal como também demonstrava, no plano do discurso, os mecanismos de exploração e hegemonia postos em prática por sua aplicação prática.

O *La Nación*, por sua vez, manteve-se fiel ao pensamento liberal que o caracteriza desde sua fundação e a seu papel autoatribuído de “tribuna de doutrina”, capaz de olhar a política de cima e aconselhar os governantes argentinos. O jornal protegeu os princípios neoliberais e

³¹³ O novo plano econômico. *La Nación*. 6 de janeiro, 2002.

tornou a apresenta-los como solução para a crise, não como causa. Essa postura é, de certa forma, reativa, uma vez que o jornal percebeu o fortalecimento dos discursos críticos ao modelo e buscou contrabalançá-los.

Se, em diversos momentos ao longo desta pesquisa, pudemos ver que não houve consenso entre os jornais analisados sobre as reformas neoliberais no país, é possível afirmarmos que, na debacle, ele esteve ainda mais longe de acontecer. A possibilidade de se fazer com que sobressaísse um discurso e um conjunto de representações num momento de disputa política e crise econômica fez com os três veículos reforçassem suas posições e se fechassem a assumir discursos fora de sua linha editorial mais tradicional. Num ambiente de indefinições e de reconstrução simbólica de interesses, valores e estratégias, os jornais analisados acabaram por se polarizar em dois campos excludentes e o caminho do meio foi desprezado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho é a crônica de uma batalha simbólica. Uma crônica de crônicas, contadas por alguns dos principais jornais argentinos. Por mais de uma década, em momentos de grave crise econômica, eles estiveram ligados a diferentes culturas políticas, armados de distintas representações sociais, com as quais buscaram interpretar a realidade e apontar alternativas à sociedade. No período que analisamos, o vencedor dessa batalha foi o neoliberalismo, que se consolidou nos centros de poder político do país no fim da década de 1980 e iniciou uma experiência de reformas estruturais que só foi interrompida em dezembro de 2001, com a mais grave crise econômica e social da história argentina no pós-Segunda Guerra Mundial.

Vitoriosa no campo simbólico, a experiência neoliberal argentina fracassou em sua promessa de garantir o crescimento duradouro e o retorno do país ao cenário das principais economias do mundo. Mesmo tendo conseguido conter a inflação, que havia chegado a três dígitos no final da década de 1980, o fez a um custo demasiado alto.

Do ponto de vista econômico, alto porque o conjunto de medidas aplicadas construía uma armadilha da qual os seguidos governos e ministros da Economia não podiam escapar. A redução das tarifas comerciais criou um desequilíbrio no balanço de pagamentos que só era possível cobrir com a entrada de capital financeiro ou com privatizações. Depois de liquidado o patrimônio do Estado, a atração de capital passou a ser feita com elevadas taxas de juros ou empréstimos diretos do FMI, que aumentavam a dívida pública e retiravam do governo a capacidade de manobra em caso de choques internacionais, recorrentes na década de 1990.

Do ponto de vista social, pudemos observar a queda da qualidade de vida dos argentinos e da proteção aos mais pobres, ao passo que o desemprego e a redução dos salários avançaram rapidamente no mesmo período. Embora a Argentina tivesse enfrentado inúmeras crises econômicas ao longo do século XX, dessa vez, a hegemonia dos princípios neoliberais havia retirado da população o instrumento que a protegia em outras ocasiões: o Estado havia se autolimitado e perdido a capacidade de compensar os efeitos negativos das medidas adotadas, sob a justificativa de que o livre mercado era melhor regulador de perdas e ganhos na economia.

A batalha que resultou no predomínio das medidas neoliberais na Argentina de Menem e De la Rúa também teve ganhadores. Além de investidores internacionais, beneficiados pela dependência financeira que as reformas estruturais terminaram por gerar, grandes grupos econômicos domésticos conseguiram adequar a suas necessidades as políticas implementadas pelo Estado no período. O modelo – que no início do século XX beneficiava os exportadores de commodities e que, a partir da década de 1950, começou a privilegiar a indústria nacional que produzia para o mercado interno – passou a atender aos interesses do capital financeiro. Embora o discurso neoliberal pregasse o afastamento do Estado das questões econômicas e condenasse intervenções, sua aplicação prática correspondeu à ação direta e contundente do governo em favor de uma parcela específica da sociedade.

Quando iniciamos esta pesquisa, há mais de quatro anos, nossa proposta inicial estava fundamentada em referências historiográficas e sociológicas que consideravam a aceitação do pensamento neoliberal pela sociedade argentina da década de 1990 como próxima de – quando não efetivamente – consensual. A lógica do “pensamento único”, ao qual não se opõem representações com o vigor suficiente de um desafiante, corresponde a uma parte significativa da produção acadêmica crítica ao neoliberalismo no país. Essa caracterização aparece ora como lamento pela incapacidade dos grupos opositores de propor alternativas a ele, ora como registro da força que essa cultura política adquiriu no período, sobretudo diante do quadro de grave crise econômica e institucional. Mais especificamente, quando se discute o papel dos meios de comunicação na disseminação desse pensamento, a imprensa é apontada como parte de um bloco hegemônico que, coeso e determinado, fechava qualquer espaço para discursos alternativos e reforçava a percepção de que, fora do receituário neoliberal, era o abismo.

Contudo, demonstramos em nossa análise que os principais jornais argentinos, nos 12 anos de mais expressiva experiência neoliberal no país, estiveram mais próximos de uma disputa simbólica pela interpretação da realidade do que de uma aceitação consensual do neoliberalismo. Mais que isso, os diferentes conjuntos de representações com os quais os veículos buscaram explicar os fatos ao público estão ligados a sua tradição política e sua linha editorial, que não se alteraram durante os três períodos analisados neste trabalho. A leitura que realizamos dos jornais deixou evidente que o discurso do governo apresentou as medidas neoliberais como única saída para a economia do país, estratégia com a qual o presidente Carlos Menem conseguiu reunir apoio político suficiente para se consolidar no poder por dez

anos. A imprensa, porém, nos espaços que privilegiam a opinião em suas edições, não deixou de ser crítica e apontar ressalvas às iniciativas econômicas do governo.

Durante todo o período, a pesquisa mostra que a adesão ao projeto neoliberal pelos jornais analisados segue uma escala em que o *La Nación*, por sua tradicional vinculação ao pensamento liberal, é o legítimo defensor desse projeto, e o *Página/12*, por sua crítica fundamentada em princípios da esquerda política, aparece no outro polo da disputa, em atitude permanentemente combativa ao modelo. O *Clarín*, mais popular e de maior circulação, conserva uma postura de crítica moderada que se acentua no auge da crise de 2001, sempre amparado por representações ligadas ao pensamento desenvolvimentista.

Como a proposta de estruturação desta tese seguiu um ordenamento cronológico por capítulo, em que os três jornais foram analisados sincronicamente, cabe agora uma breve apresentação diacrônica do comportamento de cada um deles nos três momentos que compõem o recorte da pesquisa.

O *La Nación* manteve durante todo o período a dupla proposta que caracteriza seu perfil editorial há mais de um século: a de ser uma “tribuna de doutrina” dos princípios liberais, como o caracterizou Bartolomeu Mitre, e a de se atribuir o papel de um guia da elite governante argentina. O jornal foi o mais significativo disseminador das representações sociais ligadas ao neoliberalismo entre os veículos analisados e trouxe para a cobertura diária os principais interesses e vozes ligados ao livre mercado e à redução papel do Estado. A postura inicial do veículo, em 1989, era de desconfiança em relação ao presidente eleito Carlos Menem, sobretudo por seu forte traço peronista. Entretanto, as medidas econômicas tomadas pelo novo governo mudaram a abordagem do jornal, que passou a ser um incentivador de suas propostas de abertura econômica e de privatizações.

Três preocupações marcaram a opinião do *La Nación* sobre as políticas econômicas de Menem e de Fernando De la Rúa: a necessidade de controlar o déficit público cortando gastos do governo; a redução do Estado, com seu afastamento das atividades econômicas; e a manutenção das regras e contratos firmados, de modo a reduzir a incerteza dos agentes econômicos. Todas as três eram não apenas princípios ordenadores do discurso do jornal, mas também orientações econômicas fundamentadas por representações presentes no pensamento neoliberal desde sua primeira matriz, na *Mont Pelerin Society*. Nos três momentos de crise

analisados nesta tese, essa foi a receita do La Nación para a estabilização e a promoção do crescimento: aprofundar o modelo e afastar o Estado da economia, mesmo que o custo social fosse alto e que as consequências observadas apontassem para a necessidade de revisão das medidas implantadas.

O Clarín pautou suas preocupações nos três períodos analisados pela sintonia com as necessidades de seu público, majoritariamente formado pela classe média urbana argentina: emprego, impostos e incentivos à produção e ao consumo. Nessa linha, o jornal opinou em seus editoriais a favor da presença do Estado na economia, como dinamizador dos agentes e reparador de desequilíbrios gerados pelo mercado. Sua postura se manteve fiel à tradição desenvolvimentista que o caracteriza desde sua fundação, embora as críticas ao neoliberalismo tenham se tornado mais intensas apenas durante a debacle de 2001, quando seus editoriais passaram a pedir a substituição do modelo econômico que culpavam pela crise.

Um aspecto importante na análise do Clarín no período em questão é seu esforço em separar a opinião do conteúdo editorial diário, característico de uma forma de fazer jornalismo com pretensão de neutralidade e objetividade. Enquanto os editoriais cumpriam sua função de diagnóstico dos problemas da sociedade e prescrição de tratamento, as matérias publicadas com destaque tanto nos meses de 1989 quanto de 1991 tinham tom oficialista e se baseavam principalmente em declarações do presidente Menem e do ministro Cavallo. Isso enfraquecia o tom crítico da cobertura do jornal e o trazia para uma posição mais centrista no debate em torno do neoliberalismo, o que condiz com sua condição de jornal de maior circulação no país, de alcance nacional e falando para um público mais amplo que os outros dois veículos analisados. Essa postura foi abandonada durante a debacle de 2001, quando o jornal assume tom de crítica social na sua cobertura, pressiona o governo a tomar medidas urgentes e culpa abertamente o modelo neoliberal pela crise social e econômica que o país vivia.

Por último, o Página/12 foi o jornal que mais se afastou das representações neoliberais entre os três selecionados para esta pesquisa. Além disso, foi aquele que menos mudou sua postura em relação ao governo e às medidas adotadas no período. A principal característica do veículo foi cumprir a promessa feita em sua edição inicial, de aprofundar o conteúdo das matérias e opinar em seus textos de maneira a explicar e contextualizar os fatos para o leitor. Do ponto de vista metodológico, essa característica nos trouxe a necessidade de analisarmos um material mais abundante e complexo, com uma tênue separação entre informação e opinião.

A denúncia do modelo neoliberal como nocivo aos interesses da sociedade esteve presente no Página/12 desde as primeiras edições analisadas, de 1989, até o ponto alto da crise argentina, em 2001. No entanto, cabe observarmos que a seleção das vozes autorizadas a falar sobre economia e política no jornal foi se tornando menos abrangente ao longo do período analisado. Nas edições que cobriram a chegada de Menem ao poder, o momento de indefinição propiciou a presença de representantes de muitas correntes intelectuais e políticas, como peronistas, radicais, marxistas, líderes sindicais e patronais, e representantes de organizações da sociedade civil. Com o passar do tempo, porém, o Página/12 reduziu a diversidade dessas vozes e a esquerda política, crítica ao neoliberalismo, passou a dominar os textos opinativos.

Revisitando as questões iniciais que fundamentaram nossas hipóteses, podemos afirmar que a luta simbólica travada pelo pensamento neoliberal na história Argentina recente opôs duas culturas políticas que disputaram o poder intensa e violentamente no país durante a maior parte do século XX. Um liberalismo econômico, de apelo financista, cuja crença nas virtudes do livre mercado ampara suas propostas de redução do Estado e da regulação; e um desenvolvimentismo nacionalista, originalmente ligado ao peronismo e às ideias da Cepal, que defende a ação estatal na proteção de empresas e produtores nacionais, ainda que ao custo de benesses e privilégios. A crise inflacionária da década de 1980 debilitou o Estado a tal ponto que a balança pendeu fortemente para a primeira das duas culturas, que, auxiliada pela expansão do neoliberalismo no mundo, acabou por ser percebida como consensual.

No entanto, se essa percepção, presente na sociedade e em boa parte da produção acadêmica sobre o tema, não corresponde ao que encontramos no quadro dos jornais analisados, é necessário relativizar a influência dos meios de comunicação e da imprensa na formação da hegemonia neoliberal na Argentina de Menem. Por um lado, há que se considerar a presença de outros elementos que possam impulsionar a aceitação, pela sociedade, das representações e das duras medidas econômicas incentivadas pelo pensamento dominante. Por outro, num sentido mais amplo, essa constatação evidencia que as relações entre imprensa, agentes públicos e grupos que disputam o poder simbólico na sociedade são mais complexas que uma leitura simples poderia fazer crer.

Em primeiro lugar, não se deve desprezar o apelo do conjunto de representações vencedora e a capacidade da proposta neoliberal de arrebataram apoio suficiente para se efetivar naquele momento. Há aqui dois pontos importantes: o primeiro, como se discutiu no capítulo referente à ascensão de Menem, é que o contexto de grave crise hiperinflacionária facilitou a aceitação das duras medidas econômicas impostas pela saída neoliberal; o segundo, é que não concorria com ela, naquele momento, uma proposta alternativa que pudesse ser reconhecida pela sociedade como claramente superior e distinta de experiências passadas, facilmente passíveis de serem culpadas pela crise.

Na disputa simbólica que se travou no país no fim do século XX, o pensamento neoliberal saiu vitorioso utilizando-se de representações sociais que promoviam uma certa leitura do passado argentino e justificavam as reformas estruturais e o choque econômico no período Menem/De la Rúa. A mais clara dessas representações é a *larga agonía*, que fornece ao neoliberalismo um instrumento de interpretação da realidade que aponta para um passado idealizado em que a Argentina era uma economia próspera destinada a figurar entre as maiores do mundo. Ao mesmo tempo, marca seus adversários – o peronismo e o desenvolvimentismo surgidos a partir de meados da década de 1940 – como responsáveis por abandonar o caminho desse destino traçado e jogar o país numa trajetória de crises crônicas e de longo prazo.

Em segundo lugar, o resultado desta pesquisa relativiza a capacidade de agendamento dos meios de comunicação e, em particular, da imprensa no contexto analisado. Em lugar de ser exclusivamente uma ferramenta ideológica dos grupos dominantes para firmar suas representações e validar seus especialistas em produção simbólica, ela é ator e arena simultaneamente. Alinhados ao pensamento dos grupos aos quais destinam sua mensagem, os jornais se apropriam de diferentes conjuntos de representações para buscar seus interesses econômicos e políticos. E é a partir deles que assumem um lugar de destaque no debate público, não apenas levando à sociedade interpretações da realidade, mas refletindo as interpretações presentes no contexto social em que se inserem.

Por outro lado, como arena, os jornais devem ser entendidos como o espaço em que esse debate público se realiza. Isso não significa que estarão representados, na cobertura de qualquer veículo, todas as vozes e todos os interesses. Como já se exemplificou muitas vezes nesta pesquisa, uma das principais ferramentas de atuação política dos veículos de

comunicação é sua capacidade de selecionar pontos de vista e autorizar especialistas e discursos sobre um dado tema. Porém, como evidenciamos nesta tese, a imprensa se legitima como arena de debate quando observada em seu conjunto, quando se percebe que os jornais também apresentam pontos de vista distintos diante das representações sociais dominantes e que esses pontos de vista refletem, em maior ou menor grau, aqueles defendidos pelos grupos que disputam o poder material e simbólico na sociedade.

Por fim, cabe frisar que a percepção de predomínio ou consenso em torno do pensamento neoliberal na imprensa está relacionada também a uma forma mais sutil de prevalência, na cobertura dos veículos, das representações sociais dominantes. Ainda que tenhamos demonstrado o predomínio de opiniões contrárias ao modelo neoliberal nos editoriais e textos opinativos de dois dos três jornais analisados, é inegável que os termos estabelecidos para o debate foram impostos por essa corrente dominante. Favoráveis ou contrários, os jornais discutiram a agenda neoliberal: déficit, privatizações, abertura comercial e reforma fiscal e trabalhista eram os principais pontos.

Assim, é possível afirmar que, embora não tenha alcançado o consenso em torno de suas propostas, o pensamento neoliberal conseguiu firmar na sociedade argentina do final do século XX um conjunto de representações sociais capaz de modificar a seu favor a agenda pública. Essas representações foram apropriadas pelos três jornais analisados nesta pesquisa de maneiras diferentes, cada um deles vinculado à tradição política e à linha editorial a que estavam associados anteriormente. Ao mesmo tempo, elas se incorporaram ao discurso do governo e permitiram que chegassem aos principais postos de comando economistas ligados ao pensamento neoliberal e aos grupos a ele associados, modificando o balanço de poder na sociedade argentina do período. Quando o modelo econômico neoliberal ruiu, no fim de 2001, foi também a tradição editorial dos veículos que influenciou a maneira como se apropriaram das representações presentes no contexto e as utilizaram para interpretar a realidade e projetar um futuro possível ou desejável. Em torno desse futuro também não houve consenso. Era o início de mais uma disputa simbólica para explicar a Argentina para ela mesma.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIAS, Maria Fernanda. Institucionalización partidaria en el justicialismo: la corriente renovadora. **Revista SAAP**, Buenos Aires, v. 1, n. 3, p. 489-513, 2004.

AYERBE, Luis Fernando. **Neoliberalismo e política externa na América Latina**: uma análise a partir da experiência argentina recente. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BASUALDO, Eduardo. Las reformas estructurales y el Plan de Convertibilidad durante la década de los noventa. El auge y la crisis de la valorización financiera. **Realidad Económica**, Buenos Aires, n. 200, p. 42-83, 2003.

_____. **Sistema político y modelo de acumulación**. Tres ensayos sobre la Argentina actual. Buenos Aires: Atuel, 2011.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre, SIRINELLI, Jean-François (org.). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BORÓN, Atilio A. “Pensamiento único” y resignación política: los límites de una falsa coartada. In: BORÓN, Atilio A.; GAMBINA, Julio; MINSBURG, Naum (orgs). **Tiempos violentos**: neoliberalismo, globalización y desigualdad en América Latina. Buenos Aires: CLACSO/Eudeba, 1999.

BORRELLI, Marcelo. Una batalla ganada. El diario Clarín frente a la compra de Papel Prensa por parte de los diarios La Nación, Clarín y La Razón (1976-1978). **Papeles de Trabajo**, Buenos Aires, a. 2, v. 4, dez. 2008.

_____. Clarín frente a los años de Videla y Martínez de Hoz (1976-1981). Entre el apoyo político y la objeción económica. **Cuadernos de H Ideas**, La Plata, n. 6, jan. 2013.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. **O sociólogo e o historiador**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

BRAGA, José Luiz. **O Pasquim e os anos 70**: mais para epa que para oba. Brasília: Editora UnB, 1991.

CALIFANO, Bernadette. Noticias sobre medios: la construcción periodística del diario Clarín de la Privatización de los canales de televisión en 1989. Cidade do México, **Razón Y Palabra**, n. 74, nov. 2010.

CAMOU, Antonio. ¿Un toque de atención o una tribuna de doctrina? Expertos económicos y políticas económicas en la Argentina a través de la prensa especializada (1985-2001). **VII Congreso Nacional de Ciencia Política**, Universidad Católica de Córdoba, 2005. Disponível em: <http://www.saap.org.ar/esp/docs-congresos/congresos-saap/VII/programa/paneles/d/d2/camou.pdf>. Acesso em: 24 set. 2013.

CANDEAS, Alessandro. **A integração Brasil-Argentina: história de uma ideia na “visão do outro”**. Brasília: FUNAG, 2010.

CANELO, Paula. ‘Son palabras de Perón’. Continuidades y rupturas discursivas entre peronismo y menemismo. In: PUCCIARELLI, Alfredo (org.). **Los años de Menem**. La construcción del orden neoliberal. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2011.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; DUTRA, Eliana R. de F. Representação política. O reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir. **Representações: contribuição a um debate interdisciplinar**. Campinas: Papirus Editora, 2000. p. 227-267.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Introdução: uma opinião sobre as representações sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir. **Representações: contribuição a um debate interdisciplinar**. Campinas: Papirus Editora, 2000. p. 9-39.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História**. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CAVALLO, Domingo; DE PABLO, Juan Carlos. **Pasión por crear: en diálogo con Juan Carlos de Pablo**. Buenos Aires: Planeta, 2001.

CAVALLO, Domingo; DOMENECH, Roberto; MUNDLAK, Yair. **La Argentina que pudo ser: los costos de la represión económica**. Buenos Aires: Manantial, 1989.

CAVALLO, Domingo; MONDINO, Guillermo. Argentina's miracle? From hyperinflation to sustained growth. In: Michael Bruno & Boris Pleskovic (eds.), **Annual World Bank Conference on Development Economics 1995**. Washington: The World Bank, 1996.

CAVALLO, Domingo. **Volver a crecer**. Un replanteo de las reglas de juego para el crecimiento económico de Argentina. Buenos Aires: Sudamericana/Planeta, 1984.

_____. **Economía en tiempos de crisis**. Buenos Aires: Sudamericana, 1989.

_____. **Argentine's economic revolution**. Conferência proferida na reunião anual do Group of Thirty. Washington, outono de 1991. Disponível em: <http://www.cavallo.com.ar/wp-content/uploads/Revolution.PDF>. Acesso em: 29 out. 2013.

_____. Economic reorganization as a prerequisite to growth. In: **Long-Run Policies for Economic Growth**. Kansas City: Federal Reserve Bank of Kansas City, 1992.

_____. Lessons from the Stabilization Process in Argentina, 1990-1996. In: **Achieving Price Stability**. Kansas City: Federal Reserve Bank of Kansas City, p. 169-177, 1996.

_____. **El peso de la verdad**. Un impulso a la transparencia en la Argentina de los 90. Buenos Aires: Planeta, 1997.

CERVO, Amado Luiz. Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 43, n. 2, p. 5-27, 2000.

_____. A política exterior da Argentina: 1945 - 2000. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). **Argentina: visões brasileiras**. Brasília: IPRI/FUNAG, 2000. p. 11-88.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: História entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002.

COMBLIN, José. **O neoliberalismo**. Ideologia dominante na virada do século. Petrópolis: Vozes, 2000.

COOMBS, Steven Lane; MACKUEN, Michael Bruce. **Más que noticias: el poder de los medios en los asuntos públicos**. Cidade do México: Publigráficos, 1984.

CORVAGLIA, Julian. **La cobertura de los períodos de campaña electoral en la prensa gráfica argentina: los casos de Clarín y La Nación en 1989 y 2003.** 263 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Doutorado em Ciências Sociais, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), Buenos Aires. 2009 (ano de aprovação).

DE LA BALZE, Felipe A. M.. La política exterior de “reincorporación al primer mundo”. In: CISNEROS, Andrés (org.) **Política exterior argentina 1989-1999: Historia de un éxito.** Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1998. p. 107-178.

DONGHI, Tulio Halperín. **La larga agonía de la Argentina peronista.** Buenos Aires: Ariel, 1994.

FAIR, Hernán. La función de los medios masivos de comunicación en la legitimación de las reformas de mercado: Consideraciones a partir del caso argentino durante el primer gobierno de Carlos Menem (1989-1995). **Revista SAAP**, Buenos Aires, v. 5, n. 1, p. 93-130, mai. 2011.

FERRARI, Marcela. El peronismo en la Historia reciente. Algunas interpretaciones. **Estudios de Filosofía Práctica e Historia de las Ideas**, Mendoza. a. 9, n. 10, p. 63-83, dez. 2008.

FERRER, Aldo. **El Capitalismo Argentino.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1998.

_____. La Globalización, la crisis financeira y América Latina. In: BORÓN, Atilio A.; GAMBINA, Julio; MINSBURG, Naum (orgs). **Tiempos violentos: neoliberalismo, globalización y desigualdad en América Latina.** Buenos Aires: CLACSO/Eudeba, 1999.

FIORI, José Luís. **60 lições dos 90: uma década de neoliberalismo.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade.** São Paulo: Abril Cultural, 1984.

GERCHUNOFF, Pablo; LLACH, Lucas. **El ciclo de la ilusión y el desencanto.** 2. ed. Buenos Aires: Ariel, 2005.

GRASSI, Estela; NEUFELD, María Rosa. A la vuelta de la globalización neoliberal. La crisis social en Argentina. In: RAMOS, Laura. (org.). **El fracaso del Consenso de Washington.** La caída de su mejor alumno: Argentina. Barcelona: Icaria, 2003.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HAYEK, Friedrich A. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HEREDIA, Mariana. Política y liberalismo conservador a través de las editoriales de la prensa tradicional en los años '70 y '90. In: LEVY, Bettina. **Crisis y conflicto en el capitalismo latinoamericano: Lecturas políticas**. Buenos Aires: Clacso, 2002. p. 57-102.

IGLESIAS, Roberto Magno; MARKWALD, Ricardo. A política externa econômica da Argentina uma visão dos anos 90. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.) **Argentina: visões brasileiras**. Brasília: IPRI/FUNAG, 2000.

KRUGMAN, Paul. **Vendendo prosperidade: sensatez e insensatez econômica na era do conformismo**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LA NACIÓN. **Manual de estilo y ética periodística**. Buenos Aires: Espasa, 1997.

LLACH, Juan José. **Otro siglo, otra Argentina: una estrategia para el desarrollo económico y social nacida de la convertibilidad y de su historia**. Buenos Aires: Ariel, 1997.

MOCHKOFISKY, Graciela. **Pecado Original: Clarín, los Kirchner y la lucha por el poder**. Buenos Aires: Planeta, 2011.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo: de donde vem, para onde vai?** São Paulo: Editora SENAC, 2001.

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **Política y poder en el gobierno Menem**. Buenos Aires: Norma, 1996.

NOVARO, Marcos. **Historia de la Argentina Contemporánea: de Perón a Kirchner**. Buenos Aires: Edhasa, 2006.

ORTIZ, Ricardo. Liberalización financiera y regresión estructural en Argentina. In: RAMOS, Laura (org.). **El fracaso del Consenso de Washington**. La caída de su mejor alumno: Argentina. Barcelona: Icaria, 2003.

PALERMO, Vicente. Populismo temperado: Uma Interpretação Política do Plano de Convertibilidade Argentino de 1991. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, 1997.

PETRAS, James; VIEUX, Steve. **¡Hagan juego!**. Barcelona: Icaria, 1995.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 47-111, 1949.

PUCCIARELLI, Alfredo. Menemismo. La construcción política del peronismo neoliberal. In: PUCCIARELLI, Alfredo (org.). **Los años de Menem**. La construcción del orden neoliberal. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2011.

RAMONET, Ignacio. La pensée unique. **Le Monde Diplomatique**. Paris, jan 1995. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/1995/01/RAMONET/1144>>. Acesso em: 17 fev. 2013.

RAPOPORT, Mario. **Crisis y liberalismo en la Argentina**. Buenos Aires: Editores de América Latina, 1998.

_____. **Historia Económica, Política y Social de la Argentina (1880–2000)**. Buenos Aires: Macchi, 2000.

_____. **El Viraje del Siglo XXI: deudas y desafíos en la Argentina, América Latina y el mundo**. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006.

ROMERO, Luís Alberto. **História Contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SANTORO, Maurício. **Ideias, Diplomacia e Desenvolvimento: Política externa argentina de Menem a Kirchner**. 2008. 151 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, IUPERJ, Rio de Janeiro, 2008.

SCHMITT, Nancy Beatriz. La difusión de la ideología neoliberal en el discurso de la prensa escrita durante la crisis hiperinflacionaria argentina. **Papeles de trabajo**, Buenos Aires, ano 2, n. 4, dez. 2008.

SEVARES, Julio. **Por qué cayó la Argentina**. Imposición, crisis y reciclaje del orden neoliberal. Buenos Aires: Norma, 2002.

SIDICARO, Ricardo. **La política mirada desde arriba**. Las ideas del diario La Nación - 1909-1989. Buenos Aires: Sudamericana, 1993.

_____. **Los tres peronismos: Estado y poder económico, 1946-55, 1973-76, 1989-99.** Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

SILVA, Carlos Henrique M. de Abreu. Argentina: da conversibilidade ao “default”. **Revista de Economia & Relações Internacionais**, v. 3 (6), jan. 2005.

STATEMENT OF AIMS. **Mont Pelerin Society**, Suíça, 1947. Disponível em: <<https://www.montpelerin.org/montpelerin/mpsGoals.html>>. Acesso em: 25 fev. 2013.

STUART, Ana Maria. Argentina: a reconciliação do Estado com a sociedade. **Revista de Economia e Relações Internacionais**. São Paulo, v. 12, n. 2, p. 63-70, 2003.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2005. v. 2.

ULANOVSKY, Carlos et alli. **Paren las rotativas: diarios, revistas y periodistas (1970-2000)**. Buenos Aires, Emecé, 2005.

VIGUERA, Aníbal. **La trama política de la apertura económica (1987-1996)**. La Plata: Ediciones Al Margen, UNLR/FLACSO, 2000.

WAINWRIGHT, Hilary. **Uma resposta ao neoliberalismo: argumentos para uma esquerda**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1998.

WILLIAMSON, John. Reformas políticas na América Latina na década de 80. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 12, n. 1 (45), p. 43-49, jan./mar. 1992.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 2001.